

BRASILIANA

QUINTA SERIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

Volumes publicados:

ARQUEOLOGIA E PREHISTÓRIA

- 34 — Arqñone Costa: *Introdução à Arqueologia Brasileira* — Ed. ilustrada.
37 — Anibal Matos: *Prehistória Brasileira* — Vários Estudos — Ed. il.
48 — Anibal Matos: *Peter Wilhelm Lund no Brasil* — Problemas de Paleontologia Brasileira. Ed. ilustrada.

HISTÓRIA

- 13 — Vicente Licínio Cardoso: *A margem da História do Brasil*, 2.^a Ed.
14 — Pedro Calmon: *História da Civilização Brasileira* — 4.^a edição.
15 — Pandiá Calógeras: *Da Regência à queda de Rozas* — 3.^o volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
23 — Evaristo de Moraes: *A escravidão africana no Brasil*.
36 — Alfredo Ellis Júnior: *O Bandeirismo Paulista e o Recúo do Meridiano* — 2.^a edição.
37 — J. F. de Almeida Prado: *Primeiros Povoadores do Brasil* — (Ed. ilustrada), 2.^a edição.
40 — Pedro Calmon: *História Social do Brasil* — 2.^o Tomo — *Espírito da Sociedade Colonial* — 2.^a edição. Ilustrada (com 13 gravuras).
42 — Pandiá Calógeras: *Formação Histórica do Brasil* — 3.^a edição (com 3 mapas fora do texto).
47 — Manuel Bomfim: *O Brasil* — Com uma nota explicativa de Carlos Maul. Nova Edição.
48 — Urbano Viana: *Bandeiras e sertanistas Baianos*.
49 — Gustavo Barroso: *Historia Militar do Brasil* — Ed. ilustrada (com 50 gravuras e mapas).
76 — Gustavo Barroso: *História secreta do Brasil* — 1.^a parte: "Do descobrimento à abdição de Pedro I" — Edição ilustrada, 3.^a edição.
69 — Prado Maia: *Através da História Naval Brasileira*.
83 — Pedro Calmon: *História Social do Brasil* — 2.^o Tomo — *Espírito da Sociedade Imperial*. Ed. ilustrada. 2.^a edição.
89 — Coronel A. Lourival de Moura: *As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil*.
93 — Serafim Leite: *Páginas da História do Brasil*.
94 — Salomão de Vasconcelos: *O Fico — Minas e os Mineiros da Independência* — Edição ilustrada.
108 — Padre Antônio Vieira: *Por Brasil e Portugal* — Sermões comentados por Pedro Calmon.
111 — Washington Luiz: *Capitania de São Paulo* — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.^a edição.
117 — Gabriel Soares de Sousa: *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* — Comentários de Francisco Adolfo Varhagen — 3.^a edição.
123 — Hermann Wätjen: *O Domínio Colonial Holandês no Brasil* — Um Capítulo da História Colonial do Seculo XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.
124 — Luiz Norton: *A Côrte de Portugal no Brasil* — Notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina — Edição ilustrada.
125 — João Dornas Filho: *O Padroado e a Igreja Brasileira*.
127 — Ernesto Ennes: *As Guerras nos Palmares* (Subsídios para sua história) 1.^o Vol.: Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay.
128 e 128-A — Almirante Custódio José de Melo: *O Governo Provisório e a Revolução de 1893* — 1.^o Volume em 2 tomos.
132 — Sebastião Pagano: *O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817* — Edição ilustrada.
146 — Aurélio Pires: *Homens e fatos do meu tempo*.
149 — Alfredo Valadão: *Da aclamação à maioridade, 1822-1840* — 2.^a edição.
158 — Walter Spalding: *A Revolução Farroupilha* (História popular de grande decênio) — 1835-1845 — Edição ilustrada.
159 — Carlos Seidler: *História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825-1835* — Trad. de Alfredo de Carvalho. Prefácio de Sílvio Cravo.

- 168 — Padre Fernão Cardim: *Tratados da Terra e da Gente do Brasil* — Introduções e Notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 2.^a edição.
- 173 — Pedro Calmon: *História Social do Brasil* — 3.^o Tomo — A Época Republicana.
- 176 — Pedro Calmon: *História do Brasil* — 1.^o Tomo: "As Origens" — 1500-1600.
- 170 — Nelson Werneck Sodré: *Panorama do Segundo Império*.
- 171 — Basílio de Magalhães: *Estudos de História do Brasil*.
- 174 — Basílio de Magalhães: *O Café — Na História, no Folclore e nas Belas-Artes*.
- 180 — José Honorio Rodrigues e Joaquim Ribeiro: *Civilização Holandesa no Brasil* — Edição ilustrada.
- 181 — Carvalho Franco: *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*.
- 185 — Walter Spalding: *A Invasão Paraguania no Brasil* — Documentação inédita — Edição ilustrada.
- 191 — Craveiro Costa: *A Conquista do Deserto Ocidental* — Subsídios para a História do Território do Acre. Apresentação e notas de Abguar Bastos — Edição Ilustrada.
- 192 — Visconde de Carnaxide (Antonio de Sousa Pedroso Carnaxide): *O Brasil na Administração Pombalina (Economia e Política Externa)*. Prefácio de Afranio Peixoto.



NOTA: Os números referem-se aos volumes por ordem cronológica de publicação. Ao leitor que o solicitar será enviado o catalogo completo das obras da "Brasilianna", em que figuram estudos brasileiros sobre outros assuntos.



Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
 Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo

**Pernambuco e as Capitánias
do Norte do Brasil**

2.º Tomo

1550

OBRAS DO MESMO AUTOR

PUBLICADAS:

Primeiros Povoadores do Brasil — 1500-1530 —
2.^a Ed. ilustrada. Cia. Editora Nacional. São Paulo. Vol. 37 da “*Brasiliana*”

Pernambuco e as Capitânicas do Norte — 1530-1630. 1.^o Tomo -- Vol. 175 da “Brasiliana”

Pernambuco e as Capitânicas do Norte — 1530-1630. 2.^o Tomo — Vol. 175-A da “Brasiliana”.

NO PRELO:

Pernambuco e as Capitânicas do Norte — 1530-1630. 3.^o Tomo.

EM PREPARO:

A Baía e as Capitânicas do Centro — 1530-1624

S. Vicente e as Capitânicas do Sul — 1530-1680



D. Sebastião I

por Cristovam de Moraes.

Serie 5.^a ★

BRASILIANA
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

★ Vol. 175-A

J. F. DE ALMEIDA PRADO

Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil

(1530 - 1630)

Historia da Formação da Sociedade Brasileira

2.^o TOMO

Edição ilustrada



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

1941

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA



ÍNDICE

O espírito e a matéria	1
Itamaracá	89
Ilha de Fernando de Noronha	104
Paraíba	115
Rio Grande do Norte	242
Ceará e Maranhão	266
Pará	385
O sul de Pernambuco	431
Notas	449
Bibliografia	463
Índice onomástico dos nomes próprios	495

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

Baixa

O ESPÍRITO E A MATÉRIA

No momento em que Duarte Coelho se viu forçado a abandonar a capitania para implorar auxílio del-rei, cumpria-lhe haver-se com novo sacrifício depois de tantos que já padecera. O governo português naufragava nas maiores dificuldades financeiras, desprovido de recursos que lhe permitissem amparar a atividade dos súditos. Em vão apresentariam a melhor fé de ofício de serviços prestados na Europa, Ásia, África ou América. Embalde procurariam valer-se das melhores recomendações, e padrinhos imagináveis, pouco ou nada receberiam das anêmicas arcas do tesouro. Vedores e conselheiros já se tinham acostumado no alcacer real, a se defenderem de todos os modos da legião de pedintes assediando-lhes as portas. Nas antecâmaras de Lisboa ou Almeirim, registava-se, mais do que em qualquer outra côrte, a tragi-comédia dos candidatos a favores, acercando-se obstinadamente dos governantes, enquanto estes procuravam desanimá-los pela má vontade e inércia.

Podemos avaliar o doloroso fadário do veterano, quando abandonou a obra que iniciara, e os seus

amigos e parentes ameaçados por mil perigos, para juntar-se á multidão de pretendentes que se comprimiam nos paços reaes. O travo resentido da situação devia ter concorrido para amargar ainda mais os dias que lhe restavam. Pouco depois de chegar á pátria morria Duarte Coelho, o fundador de Pernambuco, que não teve para repouso de seus restos sinão a sepultura de um parente oferecida por caridade. Não sabemos si com o desenlace pôde o donatário atrair as vistas do governo para a capitania, ou si ficaram sem eco os seus rogos, como tantos outros, perdidos nos escaninhos officiaes. Só conhecemos a carta escrita em 1555 pelo cunhado Jerónimo de Albuquerque a D. João III, informando que as ruinosas hostilidades dos selvagens perduravam havia dois anos, reduzindo a família de Duarte Coelho, e os que dela dependiam, ás mais duras privações.

Os trabalhos dos portuguezes na terra deviam forçosamente despertar o antagonismo do índio. Não aparecia mais o reinícola em Pernambuco como infelís náufrago ou desertor, isolado numa tribo no espaço de 1500 a 1530. Dissipara-se para todo o sempre o simbólico personajem da nossa proto-histórica, agora que o duartino pretendia fruir o território, não só para se alimentar como para se enriquecer. A derrubada da mata nas regiões ao seu alcance, e outras medidas preparatórias ao estabelecimento dos brancos, eram acompanhadas de

algaras, em que o aborígene começava por perder a liberdade para findar exterminado. Este choque sangrento, alvoroçando os guerreiros das tabas vizinhas, mostrava-lhes sem reboços o perigo personificado pelo invasor.

Nem sempre, é claro, seria o português a causa dos conflitos, pois o seu número, ainda reduzido, vedava-lhe provocações perigosas. Na época da carta supracitada, contentara-se em repelir os selvícolas mais inquietos dos arredores de Igarassú. Na mesma ocasião, a fértil várzea do Capiguaribe, considerada "*como a melhor de toda esta capitania*", ficou livre para os europeus, por terem sido afugentados os antigos donos para as matas do cabo de S. Agostinho (1). O socego assim obtido durou pouco para os agricultores. Na "*banda do sul*", índios "*chamados Guararapes*" atacaram os que estavam em paz com os portugueses, numa agressão que era direta ameaça aos povoadores duartinos.

Rezolveu Jerónimo de Albuquerque, de acordo com os homens principaes de Olinda, dar-lhes combate, aproveitando o auxílio que se lhe oferecia de dez mil indígenas (pelo menos é o que narra fr. Vicente do Salvador, cronista dos sucessos), no intuito de salvar os povoadores de males futuros. Malogrou-se a expedição, e difficilmente pôde o fidalgo retirar-se mais ou menos em ordem com a

(1) Fr. Vicente do Salvador. *Historia do Brasil*.

gente portuguesa, perdendo uma vista na refrega. Houve grande mortandade entre os guerreiros aliados, acrescentando a carta por ele escrita a D. João III, que dois engenhos, o de Igarassú e o de Santiago de Olinda, tinham sido destruídos pelo gentio (2). Vemos pelo sítio em que se levantavam, tratar-se das primeiras povoações e culturas de brancos em Pernambuco, depois de inaugurado o regime das capitânicas, devendo ser igualmente os primeiros engenhos do tempo de Duarte Coelho.

A perda do segundo daqueles estabelecimentos lançou na pobreza um tal de Diogo Fernandes, cristão novo, e alguns contrerrâneos seus de vários credos, originários de Viana (3). Diogo foi recolhido por Jerónimo de Albuquerque, com seis ou sete filhas e dois filhos, na mais completa das infelicidades — a secular e clamorosa miséria israelita. Decorrido algum tempo, entenderam alguns olin-denses que seria possível refazer engenhos no ponto onde estivera o de Diogo Fernandes, em número de dois, com a capacidade de dez mil arrobas de assucar por ano. A terra era boa, e nos arredores havia abundante lenha para alimento das fornalhas; acrescentando o capitão na carta, que Bento Gonçalves, morador em Olinda,

(2) “..ou quasi tres” escreve Jerónimo “onde se faziam muitos assucares”. cf. *Ha. da Col. Port. do Brasil*. III.

(3) v. *Pernambuco e as Capitânicas do Norte*, I. 177-178.

que “*tem arrendado o trato de Gyné*”, folgaria em povoar com escravos africanos os ditos engenhos, si el-rei o mandasse. Na sua opinião, a oferta era vantajosa, porquanto havendo gente em quantidade, diminuia o perigo dos índios, e caso o candidato e outros moradores da vila fossem atendidos, era justo não esquecer Diogo Fernandes, ao qual deveriam doar um quinhão em o novo empreendimento. Ficaria pelos modos, “*me parece... a terra... em paz e desta maneira os moradores folgarão de trabalhar e se estenderão pela terra a fazer canaviaes e roças de mantimentos e de outras novidades, que a V. A. pagarão seus dizimos e eles terão que comer. Nova outra ha que contar somente este gentio está calado e atemorizado e com se fazerem os ditos engenhos de que V. A. ha de receber muito proveito e não perda, ficará a terra socegada e os inimigos submetidos e sujeitos ao que lhes for mandado* (4).

Desde que Jerónimo prometia dízimos, e mais aumentos de renda, podia contar com a solicitude da metrópole. Em 1557, chegou á colónia uma Carta Régia autorizando a captura dos Caetés, em consequência do morticínio do bispo Sardinha e companheiros. A esse decreto fazem alguns autores remontar o captivo intensivo dos indígenas, que

(4) *Ha. da Col. Port. do Brasil*. III. Carta de Jerónimo de Albuquerque de 28 de agosto de 1555.

nos parece, porém, muito mais antigo. Haja vista o afrouxamento da autoridade em Pernambuco, permitindo toda sorte de interpretações aos éditos existentes acerca da matéria. As cartas que nesse tempo iam para o reino, descrevem a capitania entregue á regência de idosa matrona, mal ajudada pelo irmão, também velho, e ferido na guerra contra o gentio. Os elementos, que na conjuntura sustentavam até certo ponto os Albuquerque, eram os taes mercadores, capases de restaurar os estragos praticados pelos índios. Para acudir á periclitante capitania, ordenou a rainha Da. Catarina abandonassem os filhos da donatária os estudos, que, a exemplo dos principaes nobres, então recebiam na côrte e voltassem para Olinda.

* * *

Chegavam a tempo, encontrando Da. Brites alquebrada pela idade, pelo cansaço do governo e pelos sofrimentos cauzados pela morte do esposo. Junto dela, só havia na governança Jerónimo de Albuquerque, quasi inválido, daí por deante inativo em Olinda, a descansar dos trabalhos passados emquanto os sobrinhos partiam a combater os incólas inimigos.

Precedera, emtretanto, de pouco a vinda dos herdeiros do velho Duarte, um acontecimento que ia ter a mais profunda repercussão na colónia. Desde que fôra loteado o litoral em doações, a medida mais

acertada do governo fôra a remessa de jesuitas para o Brasil. Era um novo recurso de que lançava mão el-rei na esperança de melhorar as condições das feitorias ultramarinas. A escassês da população do reino, sem reservas de gente para os presídios coloniaes; o exgotamento do tesouro; a incapacidade organisadora do clero secular e a dos funcionários de baixa categoria, que eram os mais numerosos, aconselhavam o monarca a pedir o concurso de missionários para o apostolado entre os infieis dos seus domínios. "*A quascunque provincias nos mittere voluerint*", anunciava o pontífice Paulo III ao consagrar as constituições inacinas, "*sive ad Turcas, sive ad quascunque alios infideles, etiam in partibus, quas indias vocant, sive ad quascunque hereticos, schismaticos seu etiam ad quosuis fideles mittendos censuerint, exsequi teneamur*".

Começava a ação da Companhia de Jesus, de enorme importância histórica até Pombal, nos negócios internos e externos da metrópole e das colónias, na formação dos seus administradores, na decisão dos soberanos. Logo de início, pouco depois da aprovação canônica da sua ordem no grêmio eclesiástico, renovaram os métodos de defender e propagar a religião, pelo que foram considerados, entre outras cousas, os maiores adversários da *Reforma*. Aparecia o cenáculo inacino como a columna mestra da Igreja, quando o schisma protestante ameaçava pela divisão dos crentes sepultar a cris-

tandade, e o ódio de que se viu alvo dos seus inimigos, não deixa dúvidas acerca da eficácia dos esforços que despendeu. A partir de meados do século 16, em toda parte onde era preciso defender o catolicismo, converter ateus ou idólatras, doutrinar gentio, e aliviar males velhos como a terra, encontramos os jesuitas em multiforme atividade.

Juntamente com o apostolado nas feitorias e presídios de ultramar a Companhia preconizava nos colégios europeus inovações teológicas de acordo com os processos e as ideas que lhe pareciam legítimas da acética cristã. Ao invés do “*donum*” de Deus aos eleitos, chegando-lhes por um estado sobrenatural, independente da vontade do indivíduo, acentuara Santo Inácio de Loiola que, a graça da qual ha de fluir a bemaventurança, exige como complemento indispensavel o livre concurso da vontade humana, segundo a memoravel sentença de S. Agostinho, “*Deus que te criou sem a tua intervenção, não te salvará sem o teu concurso*”. Não era uma novidade, mas dadas certas correntes então em voga, vinha interferir esta doutrina com um dos grandes problemas da era quinhentista (5). Doutores dos mais preclaros, santos de maior projeção na Igreja,

(5) Viram-se os da Companhia alvo de suspeitas de pertencerem ao “iluminismo”, que no tempo de Loiola grassava na Espanha. Pormenores da sua organização taes como a ausência de clausura e orações rezadas em comum, pareciam censuráveis aos meios eclesiásticos no pontificado de Paulo IV, acarretando-lhes muitos dissabores.

de S. Paulo a S. Dinís, tinham discorrido cabalmente sobre a ação misteriosa da graça, que sem destruir a liberdade, antes com o seu imprescindível concurso, opera a santificação dos eleitos. No 4.º século, exagerando o papel da vontade, suprimiram os pelagianos o elemento sobrenatural. Em sentido oposto, firmando-se exclusivamente sobre a ação da graça, e invocando até textos mal interpretados de S. Paulo, S. Agostinho e do Aeropagita, os iluminados e outros católicos menos precavidos, nada mais pediam para santificação do homem que uma atitude meramente passiva, dando assim um sentido completamente errôneo á doutrina da predestinação. Lutero chega a comparar a vontade humana a um cavalo, que si Deus o monta vae pelo caminho do bem, si o diabo o cavalga dispara então pelas estradas do mal. (De servo arbitrio). Realçando a tradição que se lhes afigurava verdadeira, jesuitas como Pedro da Fonseca, e seu continuador Luís de Molina, incistiam na esteira de Santo Inácio, em dar novo alento ao catolicismo, restaurando num âmbito mais largo a atualidade da sua doutrina, removendo os obstáculos a uma conciliação possível com as aspirações da tumultuária Renascença.

Muitas crises atravessara o cristianismo, mormente no fim da idade média, período de extrema fermentação religiosa. Sempre houve, em todos os tempos, contendias no terreno das preferências espi-

rituaes, sujeitas a incontáveis reflexos de orijem material ou psíquica. Os sentimentos de carater extremamente íntimo são os mais difíceis de conter e dirigir, pois nos males espirituaes, como nos corporaes, todos nós somos mestres, todos dedicamos predileção por certos remédios e confiança em certos facultativos, ou encaramos com descrença absoluta não só os doutores como a terapêutica. Intervinha, porém, no século 16, o acaso histórico. A dissidência de Lutero lograria interessar apenas alguns teólogos campesinos, si explodisse cincoenta anos antes. As ideas do agostiniano eram entendidas por pequeno grupo de adeptos da justificação pela fé, o que não basta para explicar o repentino levante dos povos do norte. A verdadeira causa vamos encontra-la em dois fatores preponderantes, hoje admitidos pelos exegetas de quaesquer dos credos, a saber: a luta contra o clero e a esperança na destruição do poder temporal e espiritual de Roma.

Calvino afirmava que a humanidade se compunha de um lado pelos justos, possuidores da vida eterna, e do outro pelos pecadores, condenados á perene danação, sem que nenhum pudesse alterar o seu destino, nem siquer concorrer para a glória divina. Na prática, segundo as doutrinas que difundia, estavam cortados os liames entre o crente e Roma, tornando-se cada protestante um padre. Recebia, destarte, a milenar luta entre o latinismo e o germanismo inesperado auxílio de franceses schis-

máticos. Todavia, por motivo de extrema dificuldade na organização do schisma, peia que não se antolhou a Lutero, foi Calvino obrigado a preparar pastores, os quaes, por sua ves, só puderam exercer o ministério sob as ordens dos governos protestantes alemães (6). A questão de conciência terminava, assim, em questão de obediência. Apresentaram os jesuitas, nesta altura, a sua "*Reforma*", onde o conceito da livre vontade se levantava contra a doutrina da predestinação professada por Lutero e pelos seus sectários. Outra diferença entre ambas as facções era o empenho dos discípulos de Sto. Inácio (como ademais todas as ordens religiosas, porém com maior intensidade na Companhia de Jesus), para que os fieis prestassem unicamente obediência á Roma e não a príncipes cubiçosos dos bens do clero. Pretendiam com isso evitar a dispersão da autoridade, esfarelada em poeira de seitas e sub-seitas sem prestígio nem consistência, e passando de casos particulares, de aspéto meramente político, para o terreno universal, lutaram os padres da Companhia pela grandesa da Igreja unida e única, centralisadora do pensamento e de todos os recur-

(6) Dezejara o imperador Carlos V modificar disposições que na sua ausência tinham sido adotadas na dieta de Spire. Protestaram nessa ocasião sete eleitores do Santo Império Romano, em que havia landgraves, margraves e cidades livres da Alemanha, criando a designação de "protestantes".

sos dos crentes, afim de que se perpetuasse o catolicismo na terra.

Santo Inácio fôra grande pecador antes de se dedicar ao bem, e não havia refolho da alma humana que não conhecesse. Concedia-lhe a experiência, proveniente do convívio diário de leigos e eclesiásticos, poder quasi adivinhatório na escolha dos colaboradores da grande obra, que intentara para maior glória de Deus. Aparece no seu gênio a conjunção dominante, feita de sonho e realidade, porquanto, por mais que procurasse transmudar-se em frio psicólogo, nunca se lhe obliterou a ambição quixotesca — no sentido mais nobre do termo — de corrigir abusos, sanar males, e encarrear almas através do mundo para o caminho da bemaventurança. O vinco de orijem perdurou longamente na Companhia de Jesus e foi a alavanca do seu triunfo. De todas as ordens religiosas consagradas em Roma, era aquela que mais se aproximava do eterno anseio de liberdade da era moderna, embora pareça paradoxal aos que vêm na organização jesuítica apenas uma férrea diciplina a favor da imobilidade da Igreja.

Quizera Santo Inácio, quando moço, converter os bárbaros que uzurpavam a terra santa, voltando os olhos na maturidade para longínquas regiões, onde portuguezes e espanhoes apareciam á prôa das caravelas dos descobrimentos. Com o carater de missionários recebeu D. João III aos jesuitas, abrin-

do-lhes de par em par as portas dos seus domínios. Admitira o colégio da Companhia em Coimbra, para “*que fosse seminario dos obreiros*”, diz-nos o padre Ribadeneira, “*que se haviam pelo tempo adeante de mandar á India*”.

Em 1542, desembarcaram em Gôa os primeiros elementos da Companhia de Jesus sob a direção do apóstolo do oriente S. Francisco Xavier. Disseminados pela Índia, transpuzeram as regiões ante e post-gangéticas, até Malaca. Em 1546, chegavam outras missões ás Molucas; em 1547, ao Congo; em 1549; ao Japão; em 1557, á Etiópia; em 1560, á África Oriental, onde passaram a evangelizar até o Monomotapa. No mesmq ano, entravam em Angola; e daí por deante aportavam sucessivamente em 1565, a Macau; em 1579, no Mongol; em 1583, no interior da China; em 1598, no Pegú e Bengala; em 1604, no Cabo Verde e Guiné; em 1613, em Madagascar; em 1615, na Cochinchina; em 1616, no Cambodge; em 1624, no Tibet; em 1626, no Tonquim e Sião; e em 1642 visitavam, á guisa de *finis coronat opus*, no extremo oriente, o fabuloso reino dos Laos. Na lista, deixamos de propósito muitas regiões, como as Américas, a que voltaremos mais tarde, percorridas por aqueles excepcionaes servos de Cristo. Quizemos aludir apenas sumariamente ás façanhas mais incríveis por eles praticadas, taes como a ida ao Japão, ou o devassamento do Tibet, o “*této do mundo*”, até hoje misterioso e quasi impenetravel.

No começo tinham dezejado os jesuitas remedar as misérias sociaes que assumiam aspéto de instituições imutáveis. Pela primeira ves a caridade individual, ou pelo menos, inspirada por sentimentos individuaes, se transformava em assistência meditada e estudada. A irrelição, a amoralidade, a mendicância, a falta de trabalho, o problema dos abandonados e o da prostituição, e muitos outros males entre os pobres; o ensino lacunoso, sem intenção ou sem virtude de aprimorar o carater dos ricos e poderosos, — foram igualmente encarados pelos jesuitas (7). Para onde quer que voltassem os olhos, encontravam oportunidade de benéficas intervenções, comò só eles naquele tempo estavam em condições de realizar.

* * *

(7) A esclarecida mentalidade dos jesuitas, alicerçada na mais extensa cultura que no tempo era possível alcançar, permitiu-lhes serem igualmente precusores no terreno estético das artes e das letras. Muito contribuíram para o grande movimento chamado "*clássico*" da literatura do fim do século 16, quando a poesia latina saía do semi ostracismo em que os humanistas cristãos a tinham desterrado. Limitavam-se os inacinos em expurgar autores antigos das suas obscenidades, mantendo o restante das fábulas pagãs, tão cheias de belesa e curioso engenho. Cervantes e Christovam Plantino admiravam o ensino jesuítico, de que o seu coevo, o célebre Lope de Vega, fôra discípulo.

Para os jesuitas todas as cousas são creaturas de Deus, e perante o direito natural, que não é sinão a parte da ordenação divina que se refere aos homens — todos eles são iguaes por natureza, sejam índios, sejam reis e imperadores. As diferenças existentes na sociedade são arbitrárias, impostas pelos homens, e illusórias como a obra humana. Desapareciam, pois, com a sua doutrina, os efeitos da “predestinação”, que entre alguns protestantes justificava a condição servil do proletariado europeu e a do gentio colonial. Ao inacino surgia o aborígene semelhante aos outros homens, apenas em estado de inferioridade pela sua condição, digno porém, do amor e solicitude dos ministros de Deus, da mesma forma que os governadores, soldados ou lavradores brancos da colónia. As missões destinadas aos estabelecimentos ultramarinos pretendiam converter pagãos e corrigir os europeus que os governavam. Era a diciplina moral que depois da guerreira propiciava o florecimento, no litoral e no interior das colónias, da obra jesuítica, incomparavelmente acima da sua época, graças ao emprego de processos semelhantes ás mais ousadas experiências sociaes da nossa era.

Antes de atravessar o equador, tinham os padres adquirido o tirocínio na Europa, mesmo ás portas de Roma, onde massas proletárias recaiam no paganismo, confundindo santos da Igreja com deuses antigos. Serviam igualmente os jesuitas de exemplo, em todos

os reinos católicos, ás ordens religiosas, mostrando-lhes a senda que muitas pareciam ter esquecido. Transferindo-se ao depois para regiões distantes, aproximavam-se na Ásia de conquistadores que reincarnavam Gengis Kan, aos quaes despertavam grande interesse, além da sábia influência que difundiam no ambiente rodeando-os. Teriam chegado, provavelmente, a mudar a face dos povos que serviram de berço á civilização, si os próprios europeus não atraioassem a obra de conquista espiritual.

Na América, que a partir do século 16 se lhes afigurou a região ideal da catequese, ousadamente intentaram fazer do índio bravo e antropófago o docil habitante das aldeias jesuíticas. Em toda parte onde o branco não lhes empecia o trabalho, punham em prática os seus ideaes coletivistas, superiores a tudo quanto se fez até hoje na matéria. Qual seria, neste caso, o destino de províncias como a Califórnia ou o Paraguai, si ficassem submetidas por mais alguns decênios á égide missionária? Nem de longe poder-se-ia comparar o seu resultado material com o das antigas colónias europeas, em que funcionários das metrópoles dirigiam displicentes milhares de nativos. Quanto á felicidade dos indígenas, não ha termo de comparação entre as repúblicas teológicas da Companhia, e as mais bem organizadas possessões dos atuaes impérios modernos, administradas a poder dos milhões nelas dispendidos, recurso de que os jesuitas jamais dispuzeram.

A faculdade de realizar muito com pouca cousa, aproveitando ao máximo a esmola de um governo, que dezejava muito e dava pouco, foi a melhor das recomendações que precederam os jesuitas na côrte portuguesa. Quando D. João III solicitou a Santo Inácio mïssionários para o Brasil (8), ofereceu-se o padre mestre Simão Rodrigues, fundador da província de Portugal, alegando, segundo refere Baltasar Teles, que almejava ser “o primeiro no Brasil”, pois não merecera “ser o segundo na India”. Complicações impediram-no, emtretanto, de vir, e a glória da fundação coube a um jovem de trinta anos, o padre Manoel da Nóbrega.

Os seus companheiros foram Leonardo Nunes, António Pires, João de Azpilcueta Navarro, e os

(8) A 17 de fevereiro de 1538, antes de virem os jesuitas para a América, antes mesmo de aprovada a ordem pelo papa Paulo III, escrevia o Dr. Gouvea ao rei, de Paris, “*Eu mandei a carta ao mestre Simão Rodrigues que partiu daqui com seis outros para irem a Jerusalem; elle e seus companheiros fazem grandissimo fructo na Italia... se estes homens mais os principaes que estavam na Italia se podessem haver per ir a India, será um bem inestimavel... São homens proprios para esta obra e se Vossa Alteza dezeja de fazer o que sempre mostrou, crea que não podia nem a pedir de boca achar homens mais autos para converter toda India... (elles) não demandam nada por amor de Nosso Senhor*”...

irmãos, que depois se ordenaram, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Viajaram com Tomé de Sousa para a Baía, na maior remessa de funcionários e eclesiásticos, colonos e recursos materiaes, que até então se fizera para a colónia. Na vila batizada do Salvador, foi erigido, em 1549, o colégio de que dependeriam os outros do norte do Brasil. O de Pernambuco só se tornou independente em 1576, dispondo antes disso Olinda de algumas aulas geraes desde 1568, insuficientes todavia para atender ás necessidades de doutrina e outros ensinamentos necessários aos habitantes brancos e grande número de escravos dos arredores. A primeira atividade dos inacinos olvidou um pouco o nordeste para se concentrar na séde baiana e nas capitánias do sul, como S. Vicente, onde encontravam ante si o fertil e habitado sertão da América Meridional (9).

Atenderam comtudo os padres aos reiterados pedidos dos pernambucanos, e apesar de todas as difficuldades levantaram em Olinda um colégio igual ao da Baía, condigno da importância que a antiga capi-

(9) O insignificante número de padres destacados nas capitánias obrigava-os a esta restrição. Contava em carta Luís da Grã, tencionar remover-se para S. Vicente por determinação de Nóbrega, porque eram poucos os missionários, e também, visto esperar-se do gentio daquela zona de catequese "*mais fructo*" do que das outras. O contáto dos neófitos com brancos corruptores, e os percalços que daí advinham á evangelisação justifica a preferéncia dos jesuitas.

tania de Duarte Coelho assumira. Em 1575, recebeu o novo estabelecimento amparo da corôa, com o alvará de D. Sebastião, que concedia mantimentos para vinte padres. A mercê indica o resultado que em pouco tempo dera o ensino jesuítico na capitania. Obedeciam os mestres, na sua dedicação, ás recomendações que em Lisboa fizera Simão Rodrigues a Nóbrega, na hora da partida, quando lhe vaticinou o fruto das missões no Brasil. Cada colégio deveria ser um manancial de cristianismo na terra virjem, onde logo de início se deparava aos missionários a difficil empresa da extirpação da antropofagia arraigada no gentio.



Um pouco da exaltação existente em Coimbra, no tempo de Simão Rodrigues, devia ter passado á América com os missionários, transparecendo no desempenho da missão. Efetuou-se a vinda dos jesuitas para a colónia, num período em que se notava zelo excessivo de padres e alunos naquele centro de estudos. Pouco antes, certas conseqüências de extravagante religiosidade inquietaram a Santo Inácio, tanto mais quando, instruído pelo exercício da direção da ordem, pretendia mudar algumas normas que a orientavam. A luta em que os jesuitas se viam envolvidos, nos quatro cantos do mundo, não mais permitia perdas de tempo e forças em exaltações

improffíquas. Sentiam-se os apóstolos obrigados, no passo mais dramático da sua existência, a adotar uma atividade objetiva, abrindo o trilho que se foi alargando no correr dos dias, e que os levou a se diferenciarem progressivamente das outras ordens religiosas consagradas aos mesmos desígnios.

O exesso de mortificações de que davam mostras no colégio de Coimbra, podia retrograda-los á quadra em que constituíam pequeno grupo de abnegados á procura de um campo de ação, sem diretrís bem definida, apenas sob o anseio de remediar males humanos. Santo Inácio e os seus companheiros prescreviam, nesse tempo, como estágio primeiro do apostolado, o tratamento das mais dolorosas e repugnantes enfermidades nos hospitais de Manresa. O fundador da ordem animava os doentes beijando-os, confortando-os, ainda que fossem das mais horríveis as moléstias de que se achassem afetados. Queria assim socorre-los moral e fisicamente, sobrepujando o asco que por ventura lhe inspirassem. Na dedicação aos míseros, era imitado pelo beato Inácio de Asevedo, o futuro martir das Canárias, o qual limpava e medicava chagas purulentas, a despeito do insupportavel cheiro que os enfermos desprendiam. Em nada lhes ficava a dever neste terreno Simão Rodrigues, ao partilhar, segundo autores de história romanceada, o leito de leprosos. Infelizmente, o mesmo padre impunha aos alunos tal exesso de se-

verdade, diciplinas e cilícios (10), que chegou a causar má impressão dentro e fora do colégio. Uma carta anónima, dirigida ao geral e profundamente deploravel para os seus autores, deflagrou a crise esperada por todos os informados do que ia pela casa.

O acontecimento era o contrário do que, no fim da existência, dezejava Inácio de Loiola (11). Julgava agora o santo, em plena batalha contra herejes, schismáticos, infieis e pagãos, que aos jesuitas convinha, para atingir o máximo da eficácia, evitar penitências demasiadas, assim como exaltações que lhes diminuíssem a atividade. Pode-se ver um resumo das suas ideas de então no conselho que deu o santo, quando instado a rezolver o caso de Coimbra. Preconizou, no que concerne ás coisas materiaes, fosse a habitação dos padres da Companhia semelhante a de um fidalgo pobre e digno, num meio

(10) A obra dos Jesuitas foi extraordinária de abnegação durante as epidemias de peste, indo além de tudo que proclamam os seus panegiristas. Na calamidade 1598-99 que assolou a população do reino já ocorre a benéfica contribuição do Brasil com o padre Calixto da Mota, nacido na capitania de S. Vicente, atingido e morto pelo contágio, quando se oferecera voluntariamente para assistir os empestados.

(11) O método dos Jesuitas nunca apresentou aspéto de obra imovel nos séculos, pelo contrário, acompanhava a evolução do tempo como se pode ver nas modificações dos "*Exercícios*" de Santo Inácio.

simples mas aceado, onde não houvesse objéto superfluos, mas tampouco faltasse o necessário. Condenava sevícias, tanto para purgar pecados, quanto castigar estudantes ou simples noviços, devendo os padres recorrer a outros meios afim de conseguir, no exercício das suas funções, a realização do eterno princípio militar — obedecer para ser melhor obedecido.

O padre Simão Rodrigues não era o único de ânimo "*ás veses tempestuoso e menos regulado*", como diz o homónimo padre Francisco Rodrigues, na sua crónica moderna. Outro inacino, Manoel da Nóbrega, conhecido por apóstolo do Brasil, conservava em matéria sexual o zelo supercilioso demonstrado pelos primeiros jesuitas, que até hoje vem a ser um dos característicos da ordem. São conhecidos os esforços regeneradores de Santo Inácio e dos seus discípulos no combate á prostituição, tarefa mais que util e oportuna no surto de moléstias venéreas que estuava na Europa, desde a volta de Cristovam Colombo das Antilhas e da invasão da Itália por tropas francesas. Acostumara-se o padre Nóbrega a percorrer em andrajos e descalço as Beiras, no intuito de sanear a moral das populações, e, caso mais urgente, a de muitos sacerdotes transviados dos seus deveres. No púlpito, exorava a justiça de Deus a que castigasse os que viviam em pecado, e a estes prometia ir vizital-os nos seus lares, caso fosse preciso, para dalí invocar sobre eles a cólera divina.

A ameaça surtiu espantoso efeito, tomando-se o povo de tal medo, que se verificou incontinenti salutar regeneração de costumes.

Em Covilhã, a messe colhida pelo padre foi das mais felizes, tendo os principaes da vila supplicado a D. João III, que lhes deixasse por mais tempo o missionário. Em outros sítios, porém, mudava Nóbrega de processo, embora conservasse igual ardor na prática do apostolado. Numa vila, onde tal o que se passava entre os portuguezes das colónias, havia azedas discórdias na população, supplicou de joelhos com a mais viva insistência que os desavindos fizessem as pases. Ele mesmo pediu perdão a uns e outros, conseguindo por fim o milagre de aplacar ódios, que pareciam intermináveis e sucetíveis de se transmitir de geração em geração.

No Brasil, continuou o seu arrebatamento no objetivo de suster a devassidão dos povoadores. São conhecidos os lances do trabalho moralizador que desenvolveu nos meios coloniaes, no tempo da primeira evangelisação jesuítica. Entre o grande número de lances por ele mesmo relatados, ou registados pela crónica da época, destacaremos um particularmente elucidativo. Certa ves, ao saber que um clérigo estava em deshonesta intimidade com mulher de má vida, parou á porta da casa onde se consumava o delito e pôz-se a bradar que alí se crucificava Nosso Senhor, proferindo frases candentes que levantaram grande escândalo e deixaram os circunstantes estar-

recidos. Realizava, pois, sem vacilações, entre os brancos do Brasil, a ameaça que proferira nos pulpitos das Beiras. Inversamente, tratava com muito mais brandura ao gentio indefeso, exposto a todas as malícias do reinol, vendo no índio, mais do que em quaesquer outros elementos sociaes da colónia, um complicado problema anteposto ao missionário no limiar da catequese.

* * *

Antes de chegarmos á obra da conversão do selvícola, de incalculavel importância no futuro da colónia, precisamos examinar certos aspétos das povoações que receberam os missionários. Dependia a extensão da atividade inacina no Brasil, em parte da boa ou má vontade dos núcleos europeus, quando não, da sua indiferença. Do auxílio ou da opposição encontrada entre os povoadores, derivaria o êxito ou a ruina do empreendimento jesuítico, vindo daí a localização dos seus colégios, e a seguir, das suas reduções, obedecendo á necessidade de começar a obra junto dos portuguezes, para depois decer ao gentio. O trabalho da Companhia exercia-se nos campos mais diversos, aconselhando lusos devassos, instruindo a mocidade, catequizando escravos, amañçando visinhos belicosos, ou aclimando ao meio animaes e vegetais, vindos de outras terras para concorrerem á melhoria da vida americana. Sem dú-

vida, não eram os jesuitas os únicos missionários, pois outros houve, como os franciscanos, não menos imbuidos do espírito de sacrifício. Mas foram os jesuitas os primeiros que desenvolveram no Brasil ação mais larga e profunda, e também sofreram maiores peias nos seus trabalhos, tanto por parte dos que se julgavam lesados nos seus interesses, como pelos que se viam tolhidos no gênero de vida que adotavam. Portanto, maior tributo de admiração devemos prestar á obra da Companhia de Jesus no Brasil, á vista das coações que sempre lhe foram impostas.



As cartas de Nóbrega, dirigidas de Pernambuco ao reino, em 1551, descrevem o estado moral e material da capitania vista por um discípulo de Loiola do século 16. Produzia a terra efeito de muito povoada, e pelos termos que o jesuita emprega, seriam os habitantes em mor parte índios semicivilizados. Os numerosos "*filhos de cristãos*", que vira entre o gentio, eram a prole do aborígene, acertadamente atraído para junto dos brancos na vigência do governo do antigo donatário. As raparigas, irmãs dos precedentes, vivendo nos povoados de reinos, apresentavam-se em más condições: "*Havia muitas moças filhas de christãos dadas á soldada a solteiros, com que publicamente peccavam e dava-lh'as a justiça; filhas ajuntar em casa de casados virtuosos e agora se vão*

casando e amparando. Pelo sertão ha muitos assim machos como femeas e algumas já mulheres, filhos de Brancos”.

Referem-se também as missivas aos trabalhos ingentes, que demandava a evangelisação do selvagem; ao regresso á fé cristã dos filhos de indivíduos batizados; ou ao angustioso combate á antropofagia, de que até mamelucos eram suspeitos, principalmente os caídos em paganismo. A assistência aos reinos exigia sacrificios dos mais árduos, porquanto muitos dos que davam o pior espetáculo de maus costumes, eram os clérigos das povoações, os quaes em número de 5 ou 6 na capitania, perpetravam toda sorte de atentados contra a religião. Felismente, alguns se penitenciavam dos erros, juntando-se aos inacinos, e reconheciam a grandesa da obra que os trouxera e a sinceridade com que se haviam no seu desempenho.

Qualquer auxílio para maior eficiência do seu trabalho era utilíssimo, pois dizia o padre *“ha cá muita somma de casados em Portugal que vivem cá em grandes peccados: a uns mandamos ir, outros mandão buscar suas mulheres... os que estão amancebados com suas mesmas escravas fazemos que cazem com ellas”*. Estas escravas seriam índias, porquanto as pretas, si existissem na capitania, não gozariam do mesmo privilégio (mais adiante aludiremos á fatalidade que obrigava os missionários

a admitir a diferença entre índios e negros). Continuava o padre Nóbrega: . . . “e por ser costume novo a seus senhores, hão medo que cazando lhes fiquem forras, e não lho podemos tirar da cabeça. . . Devia El-Rei mandar desenganar aos senhores, que não ficam forras, porque isto se arreceiam; que doutra maneira todos se cazariam”.

A corrupção da capitania poderia ser atribuída á culposa negligência dos primeiros donatários, mas o apóstolo por si mesmo se encarrega de defende-los, repetindo os elogios que lhes fizera na carta escrita ao chegar a Olinda: “O capitão. . . e sua mulher são mui virtuosos e sómente por ignorancia se deixavam de fazer muitas cousas do serviço de Nosso Senhor”. Mais exáto seria dizer que assim procediam por necessidade, em vista de não lhes ser possível de uma só ves acudir a todos os problemas da colónia. Os trabalhos da fundação diferiam em muito daqueles que se deparavam trinta anos depois ao jesuíta, quando o portuguez já se firmara na terra, e se via em condições de incidir em deslises anteriormente impraticáveis pelos revides que provocariam no genio enfurecido. Tão virtuosos eram pelo contrário os governantes, asseguravam os inacinos, que a sua atitude ajudava a preservar contra as fulminações da justiça do Altíssimo, a terra onde se cometiam tamanhas ofensas aos seus mandamentos. E ajuntavam que, para salvar algumas pobres almas, “*Damos ordem a que se faça uma casa para recolher todas*

as moças e mulheres do Gentio da terra que ha muitos annos que vivem entre os Christãos e são christãs e têm filhos dos homens brancos..."

Também achavam que a vinda de gente moça e casadoira de Portugal faria grande bem á colônia, pois era excelente instrumento de melhoria de costumes, desde que os pecadores existentes nos povoados não a corrompessem. Um dos remédios seria as raparigas orfãs, "*que todas cazarão*", fossem belas ou feias. Ao tocar neste ponto, traz Nóbrega interessante informação sobre a prosperidade demográfica de Pernambuco, aparentemente em constante progresso até a desastrosa invasão olandesa. Parecia-lhe que a região duartina podia prescindir da vinda urgente de mulheres do reino. "*Nesta capitania, não são necessarias por agora, todas as cazarão as mamelucas com a ajuda do Senhor, e si não cazavam d'antes, era porque consentiam viver com os homens em seus peccados livremente, e por isso não se curavam tanto de cazar, e alguns diziam que não peccavam porque o arcebispo do Funchal lhes dava licença*".

No fim da carta alude o missionário a uma providência da administração colonial, dizendo: "*O governador Tomé de Sousa me pediu um padre para ir com certa gente que Vossa Alteza manda a descobrir ouro*". O maior desejo da côrte portuguesa era que toda a atenção dos povoadores se concentrasse na pesquisa do metal precioso, então, como

hoje em dia, na paz como na guerra, o dispensador máximo da grandesa, força e longevidade das nações.

* * *

Vimo-nos em a contingência de transcrever longos exerptos das cartas de Nóbrega, mais do que dezejávamos, no correr das páginas precedentes. Fomos, no entanto, forçados á reprodução de textos, pelo que nos permitem ajuizar sobre a ação dos jesuitas. Da sua análise infere-se, sem pecha de exagero, que a atividade desenvolvida pelos padres missionários era, ha quatro séculos, a mais adequada ao tempo e ás circunstâncias. A intensa propaganda que iniciaram no continente a favor da liberdade do índio; a sua catequização e o combate á antropofagia; o esforço despendido para impor e prestigiar a família como base fecunda da sociedade; a retirada de índias e mamelucas da esterilizadora prostituição, para se tornarem mães de numerosos e úteis auxiliares dos portuguezes; o cuidado de impedir que brancos e mestiços perturbassem a coletividade nacente, e sem número de outras medidas, colocam os jesuitas entre os elementos civilisadores mais eficases daquelle período de formação. Nos tempos modernos, entidade alguma, leiga ou religiosa, concebeu e realizou tão desveladamente um programa social em povoações de cultura diversa da europea. A ação que exerceu a Companhia de Jesus sobre o homem americano foi das mais completas

imagináveis, porquanto ao tentar apoderar-se do espírito de índios, ia muito além do terreno político, o único sobre o qual podia intervir o funcionário reiuno.

Todo esforço de carater social, que se torna sensível á coletividade, provoca entretanto reações cuja violência está na proporção do seu alcance. A obra dos jesuitas esteve, em várias regiões do Brasil, a pique de malograr-se pela opposição que encontrou nos brancos e mestiços. Na Paraíba e adjacências, por exemplo, salvaram-se as aldeas dos índios doutrinadas pelos padres, tão somente graças á dedicação dos franciscanos que lhes sucederam nas missões. Conflitos e situações parecidas ocorreram em S. Vicente, com os filhos de João Ramalho, ou no Pará, com os ilheos de Severim de Faria. Tiveram os padres de se embrenhar nos sertões meridionaes, para descobrir sítio em que pudessem desenvolver a catequese humanitária, sem povoadores e funcionários leigos ou eclesiásticos, a lhes estorvar os desígnios. Isto mesmo, não lhes foi consentido além de 1750, de sorte que, ao tentar o julgamento dos inacinos, devemos preliminarmente considerar as condições em que se desenvolveu.

O trecho da carta em que o padre António Pires pondera: — “*Esta capitania (de Pernambuco) he terra de muito trafego e onzenas e outros peccados, que á força de virtude se hão de tirar*”, pronunciava as muitas malquerenças, que não tardaram a ata-

lhar a missão dos jesuitas (12). Imperavam os interesses materiaes no ambiente em que viviam os portuguezes, sôfregos por se enriquecerem, que muitas veses não passavam de foragidos e degredados da justiça metropolitana. Diria Cervantes, no *El Celoso Extremeño*, que a América se tornava “*refugio y amparo de los desesperados de España, iglesia de los alzados, salvo conduto de homicidas... añagaza general de mujeres libres*”. Em Pernambuco parece exagerado quadro tão negro. Não era, por certo, a capitania um simples valhacouto de criminosos, e muito menos um mercado de mulheres brancas de qualquer espécie, porque justamente era o que mais faltava. Mas, sem chegar a esse extremo, podia o meio ser avesso aos missionários que vinham altera-lo.

Não mudaram até hoje entre nós, na aparência e no fundo, as encruzilhadas de correntes migratórias. Quem viveu nelas e soube observar onde imperam, verifica iguaes fenómenos repetindo-se, embora separados por séculos. Desde as cousas mais simples, da habitação do homem imigrado com idea de voltar em breve para o país de orijem, até a sua alimentação, ou vestuário, tudo á volta dele assume aspéto provisório, redusido ao mais rústico, mais elementar possível, numa simplificação que influe

(12) Carta de Pernambuco de 5 de Junho de 1557. cf. *Cartas Avulsas*.

forçosamente no aspéto geral do ambiente que o cerca. As residências dos imigrados são desgraciosas; os interiores inconfortáveis; os alimentos sem requinte; a indumentária grosseira, pobre nos dias de trabalho, descurada nos feriados. Nenhuma intenção de melhoria no passadio, porque o imigrante evita desfalcar em gastos improduttivos o precioso dinheiro amealhado ceitil por ceitil. Nenhuma preocupação decorativa, nem sacrificio algum para o bem público ha de praticar, nem tampouco generosidade, ou qualquer dispêndio considerado igualmente inutil, porque o vesu quotidiano lhe creou a tirânica necessidade de entesourar, da qual só fugirá para recrecer com especulações várias o pecúlio que pretende transferir comsigo na hora do regresso.

Naturalmente, a vaidade modifica planos, e faz do avarento pródigo, do deshonesto virtuoso, e assim por deante, transformando o enriquecido a poder de dolorosas privações, em novo rico gosador, dominado pelo desejo de mostrar a todos o seu dinheiro, e receber em troco a homenagem dos aproveitadores, dos espíritos fracos, ou de confrades na mesma situação de euforia em que se encontra. Semelhantes expansões são tão variáveis como imprevisíveis, feitas de acessos de generosidade intermitente com que ninguém pode contar, e daí não se deve abrir grande crédito ás suas probabilidades. O que sobreesae do "*lebensführung*" do imigrante perante os olhos do pesquisador histórico, é uma espécie de re-

gresso ou paralisia intelectual, moral e material, formada em torno de si, a prejudicar, no sentido que dissemos, o meio onde se exerce. Assim sendo, o imigrante é uma necessidade, e como toda necessidade, desagradável de se ver, e dolorosa de se aturar. Em compensação, no correr dos anos, dará o melhor dos seus frutos, quando depois de morto e enterrado, os seus decedentes — que muitas vezes ficaram contra a vontade do progenitor no teatro do seu enriquecimento, e com grande despeito da sua velhice aí se radicaram, — devolvem á coletividade a poder da larga e generosa existência que ostentam, aquilo que os paes lhe sonegaram. Não raro, ouvimos em torno de nós reparos á mesquinhês de transmigrados multimilionários, que ao morrer esquecem a terra dispensadora dos meios materiaes da sua fortuna. Sempre achámos taes reflexões em absoluto improcedentes. Primeiro, porque não se deve esperar outra cousa sinão anseios materiaes, de quem só atravessou o oceano, ou á procura de alimento, ou para saciar ambições, em que entram raramente instintos filantrópicos; e depois, porque se quizermos censura-lo a todo o transe, teríamos de considerar que foi mais condenavel por ter enfeiado a terra que o hospedou, pela sua avaresa, utilitarismo, falta de escrúpulos, ganância e insensibilidade, do que pelo esquecimento demonstrado ao morrer. Bem ou mal, diréta ou indiretamente, voluntária ou involuntariamente, este homem no emtanto, com o seu

trabalho, desbastou, transformou, concorreu para o progresso em torno de si, reproduzindo na terra inculca a técnica e o acervo de experiência que trouxe á guisa de bagagem ao expatriar-se.

Além disto, na capitania duartina, havia uma grande diferença em relação aos outros pontos do litoral ocupados pelos portugueses. Viviam os donatários no meio dos povoadores, e si toleravam a presença de elementos duvidosos, de forma alguma consentiriam que os nacentes povoados formassem covis de bandidos, ou prostíbulo de rameiras, como em alguns domínios de Castela, em que se notava a "*Iglesia de los alzados... añagaza general de mujeres libres...*". Os indivíduos de vida irregular ou de passado inconfessavel foram sempre minoria em Pernambuco. A obrigação de emendarem-se, se quizessem viver entre os brancos, abria claros nas suas fileiras. Não dispunham de outra alternativa sinão mudar de vida ou desaparecer. Em geral, eram errantes, dando-se mal perto de gente laboriosa, onde cada um tinha de cuidar da própria subsistência. O trabalho era para eles maior espantallo do que o perigo de índios, ou o temor de castigos das autoridades. Por essa rasão mudavam continuamente de pouso, fugiam, acoutavam-se em quilombos, como aquele que Pero Coelho foi encontrar no sertão do ínvio Ceará, ou desapareciam mais longe ainda, na América espanhola.

No começo da sua permanência em Pernambuco, os inacinos, protegidos pela governadora, puderam ainda se iludir, tendo a gente branca do lugar por docil e bem inclinada, e vendo nos selvícolas os “*melhores de todas as outras capitânicas*” (13). Remanecia no sítio a política do primeiro donatário, numa orientação conciliatória, semelhante á dos padres quanto ao gentio. Mudaram as cousas com a guerra da Paraíba, quando as contínuas necessidades de braços dos brancos foram violentamente supridas pela utilização dos cativos índios. Julgavam-se os portugueses com todos os direitos sobre os prisioneiros, porquanto antigamente serviam de banquete aos outros selvajens, e agora precisavam apenas trabalhar para quem os aprizionava ou comprava. A esses trabalhadores, também procuravam juntar na mesma época o preto importado, sem que amainasse a procura de uns e outros. Começavam a aparecer bastantes escravos negros no último quartel do século 16, referindo-se o padre António Pires, nas suas cartas, a muitos cativos da Guiné que viera encontrar no terreno da evangelisação. Emtretanto, por mais numerosos que fossem na opinião do jesuita, estavam longe de bastar aos engenhos, custando caríssimo e nem sempre facilmente renováveis, como exigiam os efetivos do eito, volta e meia desfalcados por desastres, esgotamento, mortes e deserções.

(13) Carta de António Pires de Pernambuco a 5 de Julho de 1552. *Cartas Avulsas*.

O emprego do índio em larga escala, enquanto o negro não afluía em número suficiente e barato, era a fonte de discórdias com os povoadores que esperava o missionário. Talvez em Pernambuco fosse menos aguda a controvérsia do que em certos pontos do território brasileiro, entregue a funcionários reuinos, longe das vistas de uma aristocracia cujo substrato era absoluta fidelidade á Igreja, ao clero e á corôa. Mas de qualquer forma existia latente, prestes a se deflagar. Da. Beatrís e seus filhos atendiam os eclesiásticos nas principaes questões de que dependia a catequese e doutrinação, porque satisfaziam os seus deveres de católicos e se beneficiavam com a ação dos apóstolos. Nem por isso, comtudo, salvaram-se os padres de grandes mágoas no primeiro contáto com os lavradores. O aspéto do trabalho na colônia era simplesmente aterrador para quem chegava animado de intenções evangélicas. Os índios eram trazidos em longas fieiras das matas para os ergástulos, onde, não suportando a forma de cativo, morriam em pouco, esgotados pelo trabalho, contagiados pelas moléstias trazidas por brancos e pretos, desesperados pela falta de liberdade, que para um selvícola era o maior tormento imaginavel.

* * *

Em fins de julho de 1551, chegaram a Pernambuco os padres Manoel da Nóbrega e António Pires,

registando-se calorosa recepção por parte dos donatários, a inspirar os elogiosos termos da carta do padre Pires, a que ha pouco nos referimos. Precedera-os a fama da Companhia de Jesus, por onde se vê o vulto que desprendiam de si no reino e nas colónias, e que ia levantar em pouco na côrte celeuma de carater político, e entre os colonos o ódio de especuladores feridos nos seus interesses. Verificaram de chôfre, em Pernambuco, os recém-chegados que perto da "*governança*", composta de alguns fidalgos do melhor quilate, havia muito aventureiro, e outros brancos, que tinham esquecido no caes de embarque os mais elementares preceitos de moral. O fáto, tantas veses ao depois repetido, muito impressionou os recémvindos, que informavam nas suas missivas "*...os sacerdotes que cá havia, todos nos mesmos pecados dos leigos*", e destes, "*homens havia 20 anos que estavam nesta terra sem comungarem*". Ante a situação, podiam se congratular os padres quando elementos tão perniciosos do seu rebanho esqueciam apenas as devoções, porque quando cediam aos impulsos da natureza congênita, mal chegava a ameaça da força para conte-los.

Os padres trataram de não perder tempo e lançaram mãos á obra. Nóbrega pregava em português, ao passo que António Pires, menos letrado, inclinava-se á prática da língua dos indígenas do lugar, que era tupí, utilizando-a junto dos escravos, auxiliado por Maria da Rosa, mulhér do capitão Jerónimo

Leitão, conhecedora do idioma. Os donatários eram boa gente, dizia Nóbrega por carta a el-rei, reconhecendo todavia, mais adeante, que eram velhos e cansados, incapazes de refrear convenientemente os abusos cometidos na capitania, parecendo-lhe preferível que Sua Alteza avocasse a si a jurisdição de toda a costa. As incursões dos franceses e a debilitade dos portuguezes da capitania constituíam outros tantos motivos para os conselhos. Nas condições de Pernambuco, a posse del-rêi estava insegura na parte do Brasil que era, e continua a ser, a mais próxima, vulneravel, e importante como base de operações para o invasor européu, que no passado ambicionasse substituir-se ao lusitano, e no presente ao brasileiro.

Nas vilas de Pernambuco e á volta delas, encontravam-se bastantes índios em liberdade relativa, ou escravos, assim como outros da "*Guiné*". Os da terra se avantajavam em devoção aos importados, segundo escreviam os padres, que era força de expressão, pois o gentio negro ou vermelho não abandonava tão facilmente as suas crenças e superstições. Melhor seria empregar, pois, docilidade em ves de devoção e curiosidade em ves de entusiasmo. A diferença entre escravos consistia apenas na acessibilidade aos missionários, juxtapondo a indiada os santos do catolicismo ao seu paganismo, sem que essas subtilesas fossem talvez perfeitamente percebidas de começo pelos doutrinadores, ainda ás voltas com linguas

desconhecidas. O africano esquivava-se não raro ao ensino que lhe ministravam, a despeito da miserável condição em que se via, impregnado de crenças muito mais evoluidas e completas do que a do companheiro de regime servil. Principalmente os originários de regiões do interior do golfo da Guiné, onde predominava o mussulmano, mostravam-se irredutíveis. Afortunadamente para os missionários, estes diminuíram no fim do século 16, reduzidos á insignificante minoria nas levas remetidas para as colónias de Portugal e Castela. Nessa altura, estava em plena atividade o tráfico do Congo e de Angola, que abastecia o trabalho sulamericano de escravos de complexão moral e espiritual mais adaptavel á organização política e religiosa dos europeus.

Manoel da Nóbrega pouco se demorou em Pernambuco, tendo de voltar para a Baía em 1552. Seguiu-lhe António Pires dois anos depois, o qual, durante esse tempo, ainda foi distraído do seu trabalho pela incumbência que lhe deu o bispo Sardiha, nomeando-o visitador apostólico para toda a capitania. Ficou a casa de Pernambuco deserta, até quando a então governadora, Da. Beatris de Albuquerque, por si e em nome do povo, insistiu em Portugal para que lhe tornassem a mandar inacinos, tanto era bôa a lembrança que deles perdurava. Rezolvendo Luis da Grã prover de jesuitas o Brasil, foram enviados a Olinda os padres Gonçalo de Oliveira, Rui Pereira e João Dício, que chegaram em 1561, no-

vamente recebidos com grandes festejos pelos principaes do lugar. Estava Da. Beatrís num engenho das visinhanças, á cabeceira de uma sobrinha doente, quando soube da notícia, e imediatamente se dirigiu a Olinda chorando de alegria, para saudar os melhores sacerdotes que jamais tinham estado na capitania. O flamengo Dício, malíssimo de saude, quasi nada pôde fazer, voltando á Europa, onde logo faleceu. Os companheiros puzeram-se a trabalhar por tres, consagrando-se Gonçalo de Oliveira, que entendia o tupí, ás classes humildes, enquanto Rui Pereira se dedicava aos colonos. Numa carta deste último, de 1561, ocorre a notícia do alívio da donatária, finalmente livre do pesado encargo da administração. "*E agora*", escreve o padre, "*que vieram os filhos não cabe de alegria por ver que a descarregaram da governança e que tem tempo para se dar a Deus*". Como vemos, perzistiam as melhores relações entre os Albuquerque Coelho e os da Companhia, transluzindo a bôa paz nas informações que os padres mandavam de Olinda.

Em 1563 chegou-lhes o reforço do padre João de Melo, superior, e António de Sá, missionários. Ajudados por Duarte de Albuquerque, reorganizaram a casa. Providos de novo alento continuaram os trabalhos com o mesmo fruto, até a segunda interrupção da vida jesuítica em Pernambuco. As causas de decadência nada tinham que ver com os dirigentes, vindo tão só da falta de padres, sobrecarregados,

os poucos que havia, de trabalho na imensidade da colônia.

No ano do falecimento de Da. Beatrís de Albuquerque, chegou um padre ilustre, a grande cabeça pensante da Companhia no Brasil, o visitador Cristovam de Gouvêa. Não havia nessa quadra praticamente quaesquer desinteligências com a governança. Em 1573 cumpria-se uma ordem importante para a época, com a prescrição de que marítimo algum pudesse sair do porto sem primeiro se confessar, determinação essa executada prontamente pelos padres toda vez que eram solicitados. As famílias principaes é que se mostravam tégpidas na devoção, embora nas festas e jubileus se aproximassem dos sacramentos, mormente as mulheres, mais apegadas á religiosidade. Emtretanto todos se mostravam pressurosos em obsequiar aos inacinos quando se lhes dava oportunidade. Teve ensejo de verificar este sentimento Cristovam de Gouvêa na sua chegada, quando foi homenageado pelo governador e toda a câmara, e também ao ser recebido nos engenhos, por ocasião das visitas apostólicas, recuzando o padres dessas ocasiões os suntuosos aprestos que lhe faziam, para se limitar á rêde em que costumava dormir. O mérito da recusa na latitude de Pernambuco parece relativo, pois "*leitos de damasco carmesim com franjas de ouro e colchas da india*", deviam ser pouco apetitosos ao corpo suarento do missionário, mais dezejoso de orações

e descanso depois da jornada do que de manifestações espetaculosas de novos ricos.

De qualquer forma, Pero Rodrigues podia assegurar no fim do século, que em Pernambuco encontrava-se "*mui devoto povo*", e quer nos parecer difficilmente aconteceria o contrário numa terra onde se fazia sentir a vigilância e o bom exemplo dos principaes. O método jesuítico pôde assim proseguir alviçareiro, sem mais novidades emquanto se limitou a tratar dos brancos. Certa ves, depois das pregações, um usurário desistiu do produto das suas traficâncias, pedindo aos padres que reçarcissem em seu nome aos que prejudicara, mostrando na resolução um resultado muito superior a todos os obtidos entre nós pelos ukases sobre usura, e subseqüentes condenações dos modernos tribunais do Santo Offício. Numa outra ocasião, quando os grandes teatrólogos, que eram os jesuitas, davam a tragédia do *Rico Avaro* e o *Lázaro Pobre*, um creso regional annunciou que anualmente se desfaria de mil crusados em esmolos pelo amor de Deus. Espantosos eram pois os milagres que a sábia e inflamada ação incina provocava no âmago do povo, como vendo os corações mais empedernidos, conseguindo engendrar e gerar fontes de generosidade de onde menos se esperava.

Dezejava Cristovam de Gouvêa que os padres visitassem os engenhos á volta de Olinda, afim de que as propriedades ruraes fossem núcleos de ir-

radiação de fervor religioso entre brancos, e de catequese para os escravos. *A informação do Brasil para Nosso Santo Padre* enumera os serviços dos jesuitas em Pernambuco no fim do século 16, quando pregavam na sua capela, na matriz e nas outras igrejas, para os oito mil portugueses (deve-se compreender entre eles os mamelucos, pelo menos os de origem afidalgada), dois mil índios da terra e dez mil escravos de Guiné. Os *Anaes* e *Anuas* jesuíticos dão o número de batismo por eles realizados: 648 em 1575; 190 em 1583; 200 em 1589. Os casamentos, nos mesmos anos, acenderam às cifras, respetivamente, de 532, 166, 80, "*alguns na lei da natureza*"; diminuição gradativa, que se explica pelo correspondente decréscimo de candidatos ao matrimônio depois das altas porcentagens iniciais, e também pelos consórcios presididos por clérigos regulares na ausência ou impedimento dos jesuitas, cada vez mais ocupados nas visitas aos engenhos, cumpridas depois das grandes calmas da estação.

* * *

Nos principaes engenhos, havia, no último quartel do século, clérigos de missa, "*figura tradicional e decorativa*" a serviço dos brancos, como diz Serafim Leite, que tratavam dos casamentos e confissões dos senhores, mas pouco ou nada atentavam aos escravos, e muito menos aos índios das vizinhanças.

Não entendiam a língua deles, nem lhes sorria qualquer aproximação com o gentio, tentativas custosas quando não arriscadas. Dos clérigos certamente pouca proteção adviria ao aborígene, necessitado de quem o compreendesse e amparasse. Os jesuitas, pelo contrário, pouco tempo depois de chegados, mais se ocupavam de índios que de brancos. Em 1561 o padre Gonçalo de Oliveira consagrava o seu tempo á conversão do gentio, pelo método dos missionários espanhoes, agrupando-os, e acima de tudo, separando-os dos outros elementos da população local. De manhã doutrinava o gentio de vário sexo e idade, que permanecia na vila; á noite, completava o trabalho, ensinando os índios que tinham procurado durante o dia mantimentos para a comunidade. Montava a 900 o número de uns e de outros, localizados a tres léguas de Olinda, onde além das culturas, indústrias e pescarias, ainda conseguiu o padre elevar uma capela dedicada a S. Francisco, padroeiro do povoado.

Outras aldeas recebiam os benefícios da dedicação inacina, como a de S. Miguel, onde viviam o padre Francisco Pinto e o estudante Gaspar Freire. Supõe Serafim Leite, na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, da qual tiramos estas informações, que aquele povoado fôsse a aldea do Mitagaia, principal de índios, de grande prestígio, como veremos em breve. Mas esses esforços eram apenas tentativas de alguns dedicados e não o resultado de pla-

nos da direção superior da ordem. Quando o missionário se afastava da obra, ela minguava e desaparecia por falta de incentivo por parte das autoridades, ou da população. Os jesuitas, como já dissemos, não podiam dispender mais esforços do que faziam, visto a escassês de catequistas. Os poucos disponíveis eram destacados para onde pudessem realizar tarefa mais ampla e duradoura. Em Pernambuco, o gentio ainda existente estava quasi todo esparso ou absorvido pela população, de sorte que aos padres só restava auxiliar o governo nos trabalhos complementares de instrução moral e religiosa ministrada aos habitantes.

* * *

Dos principaes escolhos apparecidos no caminho do missionário, tres avultavam desanimadores na América: a antropofagia dos índios, o utilitarismo dos brancos, e as discórdias do clero. Para obstar que o selvajem devorasse prisioneiros, ou as crianças nascidas do ajuntamento de suas mulheres com inimigos, o meio era a catequese; para impedir as tiranias dos europeus havia o recurso do segregamento da vítima: para as dissensões religiosas serviam, ás vezes, os decretos reaes emanados do longínquo alcácer ibérico, que vinham dirimir contendias com juizo geralmente salomônico, accumulando iniquidades sobre iniquidades, injustiças sobre injustiças, absur-

dos sobre absurdos, premiando freqüentemente maquinações e desordens de ambiciosos sem escrúpulos.

Desde o começo da existência dos jesuitas no Brasil, manifestou-se claramente entre eles a idea de subtrair o índio ao arbítrio dos povoadores. Quando não o alcançavam, com a fundação de aldeas mantidas sob sua direção, tentavam-n'os de outra forma, doutrinando os bárbaros em mãos de brancos, batizando-os e instruindo-os na fé católica como si fossem iguaes aos senhores. Neste sentido, ordem alguma religiosa, existente na colônia, levôu tão longe a sua atividade e o seu espírito de altruismo, não recuando siquer ante o sacrificio dos seus próprios interesses. Pouco se lhe dava contrariar governadores, bispos, donatários, e até o soberano, quando entrava em jogo a obra de evangelisação, tal como era compreendida pelos que a animavam. Este procedimento afastava dos apóstolos as boas graças de gregos e troianos, preparando, muito contra a sua vontade, os perigosos fermentos que mais tarde dolorosamente os golpeariam. Na América, demonstravam querer monopolizar o gentio, atirando ao povoador faminto de braços a carniça africana. Na côrte, procuravam aconselhar o jovem D. Sebastião num outro monopólio girando em torno da política externa. De qualquer forma, os jesuitas, acimados de flexíveis e enredadores pelos seus inimigos, mostravam-se somente culpados de nunca transigirem quando obedeciam aos mandamentos da

Companhia de Jesus. Assim sendo, o antagonismo vindo dos brancos da colónia acirrou-se no rolar do tempo, e começou a entenebreceer progressivamente a existência dos missionários, de par com assaltos do gentio e ameaças dos franceses. “*E assim, tanto que chegaram a Pernambuco*” (os filhos de Duarte Coelho), narra frei Vicente do Salvador, “*e tomou Duarte de Albuquerque Coelho posse da sua capitania, que foi na era de 1560, logo chamou a conselho os homens principaes do governo da terra, e se assentou entre todos que se elegeisse por general da guerra a Jorge de Albuquerque, o qual, accetando o cargo, a começou logo a fazer aos inimigos do cabo de Santo Agostinho... matando e ferindo a muitos...*”.

Divididas as tarefas dos rapases governantes, existindo muito mais recursos que os da malograda expedição de Jerónimo de Albuquerque, a capitania agora seguiria firmemente no seu destino. Um trecho da *Historia Tragico Maritima* informa-nos dos elementos com que Jorge de Albuquerque contava, “*...com trazer em sua companhia muitos soldados, e criados seus, a quem dava de comer, beber, vestir, e calçar a sua custa. E cinco annos que gastou em conquistar a dita Capitania pelas montanhas e desertos, Verões e Invernós, de noite e de dia, passou muitos em tão grande trabalhos, sendo elle, e os seus soldados, e criados feridos muitas vezes, pelejando algumas vezes a pé, e outras a cavallo. E quando se*

nossos Portuguezes, que via que não podia chegar com de dia, no mayor e mais fermoso bosque que achava, se agazalhava ao pé das arvores, com mandar fazer choupanas de rama e palma, em que se agazalhassem os Soldados; e estas ramas e choupanas mandava fazer por muitos escravos, que trazia em sua companhia, que serviam de descobrir, e vigiar o campo, e o lugar onde se agazalhavão juntamente com alguns Soldados, passando tantas fomes, e necessidades, que muitas vezes não tinham que comer mais que cranguejos do mato, e farinhas de pão, e fruta brava do campo. E com estas couzas, e com as palavras que uzava com os Soldados os contentava e consolava; e quando tomava algum Fôrte ou Aldea dos Gentios, fartava os ditos soldados, com muitos porcos, gallinhas, e outro muito mantimento da terra, que achava nas ditas Aldeas e acabava de tomar alguma Aldea, hia logo sobre outra, e a tomava com facilidade, por não terem tempo de se fazerem prestes. E com esta diligencia e brevidade que poz nesta conquista, a pôde conquistar dentro em cinco annos, estando tão povoada de inimigos, que quando chegou a dita Capitania por mandado da Rainha D. Catharina, não ousavão os Portuguezes que moravão na Villa de Olinda, a sahir fora da Villa, mais que huma duas legoas pela terra dentro, e ao longo da Córta tres quatro legoas; e despois que acabou de a conquistar, seguramente pôdem hir

quinze vinte legoas pela terra dentro, e sessenta ao longo da C6sta, por tantas ter a dita Capitania de jurisdic6o".

Desse trecho aprendemos como no tempo se combatia em Pernambuco, e de que modo era possivel aos portuguezes se reabastecerem nas tribus, que dispunham n6o s6 de farinha de guerra, mas de galinhas, porcos e muitas outras cousas, vindas do seu cont6to com brancos, ou melhor, da boa pol6tica de Duarte Coelho o velho. A dos filhos, inevitavelmente teve de divergir, de acordo com as suas intenc6es e os meios de que se aproveitavam. Narra a carta de N6brega como os jovens procederam 6 dizima66o pura e simples do 6ndio, em obedi6ncia ao velho e seguro princ6pio pol6tico, que manda cortar o mal pela ra6s quando se trata de neg6cios de Estado.

O fim da campanha de que nos ocupamos verificou-se, segundo frei Vicente do Salvador, quando Jorge de Albuquerque, "*enfadado mais das guerras civis e dos portuguezes amigos que dest'outras, determinou ir-se outra vez ao reino*". A capitania n6o ficava desamparada, porquanto contava ainda com o donat6rio, o qual, nesta altura, enxotara franceses do Recife. Dera-se ent6o o epis6dio registado pelo nosso grandiloquente Rocha Pita, que citamos com todas as reservas, de certo cors6rio que, para exprimir o desalento de seus compatriotas, grava numa pedra, "*le mund va de pis am pi*". Jorge de Albu-

querque, tão desanimado quanto os franceses, embora por motivos diferentes, teve a má idea de embarcar numa velha nau desarmada, que em alto mar foi surpreendida por um corsário, provavelmente a soldo do rei de França. *A Historia Tragica Maritima* descreve como o fidalgo organizou a resistência a bordo, e antes de cair prisioneiro por pouco expiava no fundo do oceano o pecado de ter reduzido tantos índios á escravidão.

Duarte de Albuquerque Coelho continuou em Olinda até 1572 á frente da administração, atribulado por graves questões cauzadas pelas pessoas preponderantes da vila, seus próprios parentes, habituados ao mando durante a sua menoridade. O padre Antonio de Sá informava: "*houve grandes odios em esta capitania entre os principaes della, como é entre o Capitão e Jeronymo de Albuquerque, seu tio e seu genro Felipe Cavalgante, cousa que nunca pôde acabar o Padre que aqui está, nem o Bispo, nem outras pessoas com se metterem muito nisso. Pela bondade do Senhor acabou o Padre (o jesuita João de Melo) com o Capitão a que se fallassem e fossem amigos, a qual amisade está fixa e vae por deante. A de Cavalgante com o Governador não está ainda assentada por haver muitos negocios entre elles; mas tem o Padre negocios postos em bons termos creio que cedo se acabará*" (14).

(14) Carta de Antonio de Sá, de Pernambuco,

Nem a respeitavel Da. Brites, matrona religiosíssima, espelho de virtudes, conseguia escapar ao mal endêmico das pequenas povoações coalhadas de línguas maldisentes. Na *História* de Serafim Leite, consta a notícia, baseada em narrativas da Companhia, de que a donatária teve molesta contenda com um homem principal em 1576, diferença que só desapareceu com a intervenção de um padre. Persuadiu o interventor a um dos contendores, que se ajoelhasse deante do outro, e colocando uma bengala nas mãos da irada senhora, pediu que castigasse como lhe aprouvesse o indivíduo de quem tinha queixas. Abrandou-se a parte contrária, e daí por deante vizitaram-se e falaram (15).

Acalmados os ânimos dos governadores, elevaram-se distúrbios entre os governados. A carta de António de Sá, linhas avante, narra como, "*Da villa de Iguaraçum (Igarassú) que são daqui a cinco leguas, nos mandaram chamar no tempo que lá tomava a gente daquella villa quasi toda em odio e era tão grande e de algumas pessoas que, ainda depois de estarmos lá, se punham detriminadamente a não tomarem o jubileu (ao menos que nós soubessemos).*

Muitas pessoas, sendo injuriadas, trabalhou o Padre por que perdoassem as injurias e os fez amigos com as pessoas que os injuriavam, no que não se

(15) Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I. 485.

fez pequeno serviço a Deus. Soube o Padre de um desafio entre um homem nobre e uma pessoa das mais ricas da terra. Acodio o Padre a este negocio com grandissima deligencia, fazendo primeiro com o Capitão que lhe pozesse grandes penas e depois disto foi fallar com cada um destes homens e fel-o ambos amigos, e assi cessou o desafio”.

Apenas serenados os partidos, que ameaçavam criar ao norte uma luta como a dos Pires e Camargos ao sul, vinha á tona um caso íntimo da mais desagradavel feição. Estamos no século 16, quando o ciume lusitano, herdado dos árabes, enclauzurava as mulheres, rodeando-as de zelos, espionajens e suspeições, que geravam atrás das paredes série in-términa de complexos tragi-cómicos. Freqüentemente acontecia, tanto no reino como bem longe, transbordar até a sargeta de vilarejos o que se passava intra muros. Numa dessas ocasiões, certo individuo desconfiou do filho bastardo e da mulhér, esposa talvez de segundas núpcias — pensa Serafim Leite — provavelmente muito mais jovem que o esposo. Rezolvera o ciumento matar a ambos, o que não conseguiu porque a suspeitada escapou em tempo, escondendo-se no colégio dos jesuitas, onde os paes pouco depois a foram encontrar. O bastardo, menos esperto, caiu nas mãos do progenitor alucinado, que tencionava ao que parece enterra-lo vivo, salvando-se todavia, não sabemos de que modo. Interveio Olinda em peso, visinhos, compadres, o bis-

po e Luís da Grã, o qual foi bastante eloquente para conseguir que o marido recebesse de novo a mulhér. Quanto ao filho, suposto causador da desordem, partiu para o reino, de onde voltava quatro anos depois, em 1576, reacendendo-se a balbúrdia, desta feita o pae coadjuvado pela madrasta. Não estava mais Luís da Grã na vila para acudir, mas a sabedoria nestas questões não era privilégio de um jesuita, dava antes impressão que pertencia á ordem, tão habil era a Companhia em delegar no terreno das contendas homens capazes de dissolve-las. O mesmo prodígio realizado por Luís da Grã foi repetido pelo padre Tolosa, que, para maior bem de todos, persuadiu ao pae e á madrasta dessem consentimento ao consórcio do rapás com boa moça, doando-lhe pela mesma ocasião terras, onde longe de tentações pudesse manter os seus e levar vida honrada.

* * *

Um historiador dos sucessos do oriente, na fase da egemonia lusitana, dizia que a perda daquela situação privilegiada promanara do “mexerico” (16). No Brasil, não escapariam os brancos ao mesmo veso. Desaguisados entre europeus, jacentes longe

(16) “O mais grave mal de que adoeceu a India, peior do que a corrupção, peior do que a indisciplina, peior do que a venalidade, foi a intriga, o “mexerico” como por lá se dizia”. Conde de Ficalho, *Garcia da Horta e seu tempo*. 72.

de sua terra, exasperados pelas privações, pela convivência de elementos desharmônicos num círculo restrito, seria a causa mais comum do mundo. Nas aldeias portuguesas transplantadas para o calor intertropical, acendrava-se furiosamente a atividade das línguas mexeriqueiras. Um velho rifão dizia "*a manhã de Portugal é comer e falar mal*", que maior ocasião de se expandir encontrava nas pequenas povoações da capitania, turbadas por súbitas acenções sociaes, e conseqüente sôfrego atrevimento, de quem ontem no reino estava na rabiça do arado, e hoje na América dava-se ares de fidalgo. As crises de autoridade se faziam igualmente sentir, onde já naquele tempo se ensaiava o postulado de um malicioso francês do século 19, que dizia: "*No Brasil todos mandam, ninguém obedece e tudo vai bem*". Avaliamos a violência dessas paixões ao verificar que nem mesmo os jesuitas, com toda a sua disciplina, escapavam á pandemia. Alguns dos seus elementos ficavam intoxicados pelo ar que se respirava entre a nesga vagamente desbravada do litoral, e a imensidade do sertão, numa superfície propícia ao desafogo de todas as paixões. As despoliciaadas e visinhas terras de Castela, onde um possível delinqüente, caso temesse inhóspitos desertos, e preferisse viver entre europeus, podia-se refugiar, dando largas a aventuras e intrujices por não ser conhecido, eram poderoso estímulo para todos os exaltados. Da tristeza do exílio, rudesza do desterro e sensação de li-

berdade, rompiam assomos de rebeldia em leigos e eclesiásticos. O padre Francisco Viegas, por exemplo, insurgiu-se contra os superiores, e por isso foi devolvido ao reino por Luís da Grã. Luís Rodrigues deu-lhe igualmente que fazer, mas em Roma S. Francisco de Borja recuzou-se a expulsá-lo da Companhia, por se tratar de padre antigo e cheio de trabalhos nas missões. Outros adoeciam fisicamente, embora conservassem intáta a saúde moral, como Luís de Carvalho, e tinham de ser recambiados. Também se davam atritos entre os mais graduados pastores do rebanho inacino, não sendo preciso lembrar a desunião entre Manoel da Nóbrega e Luís da Grã, dois notáveis varões por muitos títulos, submetidos porém ás inevitáveis contingências humanas, que valeram a Nóbrega a alcunha de “*Vinagre*” e a Luís da Grã a de “*Azeite*”, elementos que podem estar juntos mas nunca se misturam.

Para recrudecer a confusão, sucedia que o novo donatário não estava á altura da tradição deixada por seu pae, dando em muitas circunstâncias mostras de leviano, como se viu no rumoroso caso do indivíduo alcunhado o *Padre do Ouro*. Chamava-se ele António de Gouvea, jesuita apóstata, duas veses processado pela inquisição de Lisboa, que encontraremos dentro em pouco no parágrafo dos incidentes administrativos da capitania. No entanto, muito reverenciava Duarte os jesuitas, procurando satisfazer na medida do possível todos os pedidos de João de

Melo, que estava interessado na reconstrução da casa e do colégio em Olinda (17). Por outro lado, absorviam-lhe o tempo as guerras contra o gentio, de que discordavam, e muito se resentiam os padres. Imprimira a indústria assucareira, nessa altura, grande atividade aos negócios, abrindo aos portugueses novos horisontes. *“Vendo Duarte de Albuquerque a muita gente que acudia”, assegura F. Vicente, “assim de Portugal como das outras capitánias, pera povoarem a sua de Pernambuco e fazerem nella engenhos e fazendas, e que as terras de cabo, que os gentios inimigos tinham occupadas, eram as mais ferteis e melhores, determinou de lhas fazer despejar por guerra”. Estimulava o êxito da primeira expedição o gosto de expropriações manu militari: “E pera isto fez resenha da gente que podia levar e ordenou que com a gente de Igaracú fosse por capitão Fernão Lourenço, que era o mesmo capitão da dita villa; com a gente de Paraty Gonçalo Mendes Leitão irmão do bispo, que então era D. Pedro Leitão, e casado com uma filha de Hyeronimo de Albuquerque; com a gente da vargea da Capiguaribe Christovão Lins, fidalgo allemão. E da gente da villa (de Olinda), mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do reino, ordenou outras tres companhias, e por capitão dos viannenses fos-*

(17) v. Reconstrução e progresso do colégio in Serafim Leite in *Ha. da Companhia de Jesus no Brasil*, I. págs. 451-56-59.

se João Paes, dos de Porto Bento Dias de Santiago e dos de Lisboa Gonçalo Mendes d'Elvas, mercador. Pelas quaes seis companhias iam repartidos vinte mil negros, os mais delles do gentio da matta do páu brasil, contrarios dos do cabo.

Também lhes mandou o capitão da ilha de Tamaracá uma companhia de trinta e cinco soldados brancos e dous mil indios frecheiros e por capitão Pero Lopes Lobo, posto que elle os entregou a Duarte Coelho pera que os repartisse por onde visse serem necessarios, e quiz antes metter-se na companhia dos aventureiros que era a dos mancebos solteiros.

Sobre todos ia por general Duarte de Albuquerque Coelho, acompanhado de D. Philippe de Moura e Philippe Cavalcanti, genros de Hyeronimo de Albuquerque, e de outros homens nobres e honrados que todos quizeram acompanhar; e não ficou mais na villa que Hyeronimo de Albuquerque com alguns velhos que não podiam menear as armas”.

A prestesa com que os habitantes acudiram ao chamado do governador demonstra o entusiasmo despertado pela empresa, que lhes devia trazer terras e dar braços para lavra-la. Compellido o gentio após curta campanha a pedir pazes, Duarte Coelho o moço, “*lhas outorgou com as condições que melhor lhe estiveram e repartiu as terras por pessoas que as começaram logo a lavrar, as quaes, como acha-*

ram tanto mantimento plantado, não faziam mais que comel-o e plantal-o na mesma rama e nas mesmas covas.

E com isto foram fazendo seus cannaviaes e engenhos de assucar com que enriqueceram muito, por a terra ser fertilissima”.

Tal prosperidade vinha da guerra mais injusta, mais impudentemente predatória e espoliadora, que os jesuitas podiam prezenciar. Nela entrava gente de Viana, Lisboa ou do Porto, mercadores e lavradores, judeus e cristãos velhos, todos ansiosos em satisfazer a ambição. Anchieta considerava por isso Pernambuco fora do quadro da conversão do gentio pelos missionários, condenando as dizimações ordenadas por Duarte Coelho de Albuquerque sob a influência do clérigo nigromante.

Surgiram outras refregas, acaso procedentes dos índios, pois tampouco ficariam inermes, como esta a que se refere o cronista: “*E porque as terras do rio de Cerinhaem que ficam defronte da ilha de Santo Aleixo, seis leguas do cabo, eram tambem muito boas e as tinha occupadas outro gentio, contrario do que já estava sugeito e pacifico, e de lá os vinham inquietar e saltea-los*”, mandou o donatário que se aquietassem. Não sendo atendido, organizou duas forças, incumbidas de atacarem simultaneamente por terra e por mar a cerca dos aborígenes, que depois de alguma resistência foi expugnada,

“limpada” e entregue aos povoadores. Duvidamos, todavia, que a operação se inspirasse só no desejo de defender vizinhos pacíficos. Não são novidades invasões mascaradas sob capa de prestar proteção a alguém. A indicação de frei Vicente do Salvador, de que as *“terras também eram muito boas”*, deixa suspeitas acerca do procedimento ulterior dos lusos. *“A fama destas duas victorias “escreve ele” ficou todo o gentio desta costa até o rio de S. Francisco tão atemorizado que se deixavam amarrar dos brancos como si foram seus carneiros e ovelhas. E assim iam em barcos por esses rios e os traziam carregados delles a vender por dous cruzados, ou mil reis cada um, que é o preço de hum carneiro”*. Foi por essas e outras que o padre Cristovam de Gouvea exclamou desalentado, que era preciso obter a excomunhão contra os escravizadores de índolas, pois *“De outra forma não haveria fructo nem remedio”*.

* * *

O índio era vencido pelos brancos com a ajuda de seus desafetos aborígenes, costume que se conservou por muito tempo, mantido pelos civilizados até D. Pedro I, e mesmo além. Davam estes auxiliares grande contingente ás decidas no sertão, ou incursões pelo litoral, onde havia tribus contrárias, e em tempo de paz, viviam como podiam na proximidade dos povoados europeus, em miseráveis palhoças, ro-

deadas de pequenas culturas, que mal chegavam para lhes mitigar a fome. Ali ficavam, pacientes, á espera de expedições a que fossem chamados para figurar como guias, esculcas, guerreiros, e principalmente abastecedores de caça e pesca.

A costa entre Pernambuco e Baía era habitada por Caetés, "*mui atraídoados,*" lhes chama Gabriel Soares, "*sem nenhuma fé nem verdade*", acrescenta, palavras em que reçuma a eterna malquerença entre reinos e gentio. Montearam-n'os os brancos aproveitando-se da guerra que lhes moviam os visinhos Tupinambás, aliados aos Tapuias do sertão, e "*ajuntarão-se huns com os outros pela banda de cima, donde os Tapuias tambem apertavão estes Caités, e derão-lhe nas costas, e de tal feição os apertarão, que os fizerão decer todos para baixo junto do mar, onde os acabarão de desbaratar, e os que não puderão fugir para a serra de Aquitiba não escaparão de mortos ou feridos e cativos; destes cativos hião comendo os vencedores quando querião fazer suas festas, e venderão delles aos moradores de Pernambuco, e aos da Bahia infinidade de escravos a troco de qualquer coisa, ao que hião ordinariamente caravelões ao resgate, e todos vinhão carregados desta gente, a qual Duarte Coelho de Albuquerque por sua parte acabou de desbaratar e desta maneira se consumio este gentio, do qual não ha agora (cerca de 1580) senão o que se lançou muito pela terra dentro, ou se misturou com seus contrarios sendo seus es-*

cravos, e se liarão por ordem de seus casamentos. Por natureza são estes Caítes grandes músicos e amigos de cantar, e bailar, são grandes pescadores de linha e nadadores, também são muito cruéis huns para os outros para se venderem, o pai aos filhos, os irmãos e parentes huns aos outros...

Antes da sua destruição muitos danos cometeram, contra Duarte Coelho e os "*muitos navios e caravelões, que se perderão nesta costa, dos quaes não escapou pessoa nenhuma*", inclusive o bispo Sardinha que foi devorado pelos omnívoros Caetés. Em consequência desses acontecimentos, foi expedida a Carta Régia tão prejudicial aos jesuitas. Proclamava o documento que, a partir da sua publicação, seriam os índios da tribo criminosa, considerados despojos de boa guerra, passíveis, quando capturados, de eterno cativo, sem exceção de sexo ou idade. Esse édito vingador sancionava o desejo dos povoadores, sempre á espreita da oportunidade para grangear mais terras e escravos.

A conquista, moldada em taes processos, arruinava os esforços do missionário, porque semeava ódios onde ele, com risco da própria vida, principia a inspirar confiança. O principal motivo da presença do jesuita na América tornava-se ante a ganância dos povoadores, não só instruir brancos e gentio, como impedir que este fosse aniquilado, embora também pertencesse ás creaturas de Deus.

Aparecia aos olhos de todos que não estavam interessados no contrário, ser o melhor meio de o proteger impedir a sua redução a escravo, porquanto no cativeiro desaparecia com rapidês fulminante, sem muitas veses prestar quaesquer serviços nos seus poucos dias de servidão.

* * *

Aconteceu que paralelamente á caça do aborígene das Américas, havia no outro lado do oceano, na marjem africana, a mais derramada das escravidões, perfeitamente aceita e praticada em milhares de léguas, nas mais diversas terras da costa e do interior. A época concorria igualmente para atenuar a repulsa que deveria haver entre cristãos contra aquella monstruosidade, repulsa que só encontrava eco nos meios eclesiásticos. Aos povos do ocidente, o trabalho escravo era familiar como ao depois se tornou o salário estipulado, o "*lohnarbeit*" entre patrões e proletários. Sem falar na Rússia — ainda em formação, como até hoje pode ser considerada, ou na Turquia, extranha como a primeira ao ambiente europeu — vamos encontrar no século 15 a Alemanha em pleno regime servil em quasi toda a sua extensão, assim como a maioria dos países que lhe ficavam próximos. Quanto ao sul do continente, mais desenvolvido no terreno social-económico, o contáto com a África introdu-

zira mais um colaborador da massa proletária, o negro, que era encontrado em toda parte, nas casas, nas oficinas e nos campos. A invasão mussulmana trouxera ainda consigo um intenso regresso a costumes que datavam dos tempos romanos na mesma região, e lá tinham deixado fundos vestígios.

Nos mosteiros das Espanhas encontravam-se servos africanos, apesar de todas as condenações existentes contra semelhante anomalia. Comprados nos leilões dos traficantes marítimos de Lisboa e Sevilha (18), destinavam-se a substituir os antigos prisioneiros nos pesados trabalhos outróra privativos dos mouros vencidos, que através do tempo tinham fugido, desaparecido, ou se diluido na população. Os jesuitas no seu início acompanharam as outras ordens, admitindo porém número insignificante de pretos, dois ou tres quando muito, na limpeza dos colégios. Infelizmente, ao chegar no último quartel do século 16, quando Paulo Dias de Novaes conquistava Angola, e tinha junto de si jesuitas que deviam dar a posse espiritual dos novos territórios á cristandade, não foi mais possível manter a atitude de abstenção do negro nos negócios e serviço dos religiosos.

A debilidade financeira de Portugal impedia-lhe de sustentar inda as mais úteis organizações do

(18) v. I vol. desta obra cap. *Início do Tráfico Africano para o Brasil*.

seu sistema político, como aquelas que maiores serviços lhe prestavam nas colónias, de onde vinham os principaes réditos do erário público. As repetidas informações dos conquistadores enaltecem os padres, destacando Domingos de Abreu e Brito na sua inspeção aos presídios africanos, a obra que tinham realizado. Aconselhava, pelo que vira, fossem os inacinos também mandados ao Congo para conseguirem aí o mesmo fruto alcançado em Angola, pois *“foram os ditos Padres parte de se conquistarem com a doutrina o que faltava nas armas”*. Um outro fidalgo, veterano de combates africanos, corroborava Abreu ao escrever a el-rei: — *“Não convem outra Religião nos ditos reinos do Congo e Angola, senão a dos Padres da Companhia”*. E assim pensavam todos, ao verificar como os jesuitas tinham penetrado nos sertões congolenses, apesar de completamente engeitados pela metrópole. Os poucos recursos de que dispunham eram conseguidos na África, sob o suspicás olhar dos régios funcionários, receosos de que os jesuitas distraissem alguma parcela dos tributos impostos pelo fisco.

Os negreiros portuguezes estabelecidos no litoral, ou que estavam em relações com os focos de cativos do interior antes do aparecimento dos padres, viam igualmente com maus olhos a sua crescente influência. Contrariava-lhes o acesso que logravam junto dos poderosos do lugar, resentindo indisfarçado despeito ante as dádivas e tri-

butos que recebiam (19). Acrecia ainda conporem-se os presentes de peças, que tinham o privilégio de entrar no Brasil sem pagar alfândega, provocando destarte reclamações na África e murmurações na Europa. O resultado foi S. Francisco de Borja vedar em 1569 o uso de negros nas casas da Companhia, seguido por Jerónimo Cardoso, procurador das missões, ambos desejosos de prevenir a malevolência dos desafétos da Companhia nos enredos tecidos á roda das missões de Angola.

Efetivamente, as aparências se conjugavam contra os inacinos destacados ao sul do golfo de Guiné. Somavam trezentos por ano os cativos que recebiam dos sobas, com o trabalho dos quaes os padres se mantinham, empregando-os na agricultura, ou vendendo-os para a América, ou ainda, caso não prestassem para a exportação, dando-os em soldada a outros sobas, afim de que fossem empregados nas suas lavouras e trouxessem uma parte das colheitas para as missões. Dos negros remetidos além mar, grande parte era para pagar dívidas contraídas no Brasil com a aquisição de víveres, para os evangelisadores se alimentarem na África, assim como os

(19) Os sobas eram muitos e tinham outros debaixo do seu poder, todos dependentes do rei de Angola, perto do qual tinham um intermediário a quem pagavam tributos. Quando Paulo Dias conquistou o litoral da região, os sobas que aí rezidiam pagavam tributo aos jesuitas para que intercedessem por eles junto do governador.

pupilos que os rodeavam. Aquelas circunstâncias pareciam, emtretanto, anómalas aos diretores espirituaes de uma religião, que principiara entre humildes e escravos, e sempre se elevou contra todas as iniquidades. Desde os começos da Igreja, apóstolos e doutores reprovaram a escravidão, e papas como Alexandre III, em fins do século 12, ou Pio II, no século-15, proclamavam que nenhum cristão poderia practica-la, censurando, particularmente o último, o tráfico que se fazia com neófitos africanos. Havia, porém, um motivo a imperar no imenso continente negro, para que o comércio da carne perzistisse a despeito do horror de pontífices e remorsos de soberanos. A peia invencível era o imperativo económico, que fizera da escravidão o alicerce dos impérios ibéricos. Sem negros, Portugal não teria suficientes recursos para acudir ao *déficit* da sua balança comercial, nem a Espanha desfrutaria as ricas Antilhas, que tanto concorriam para o custeio das guerras de Carlos V e Felipe II. Tampouco seria permitido o trabalho de catequese dos jesuitas, num ambiente em que tudo respirava cativo, e que por muitos séculos perzistiria com aspéto invariavel, derramando milhares de infelises das tribus africanas nas colónias americanas.

A exploração humana assumia na África todos os aspéto imagináveis, atingindo não só aos pretos que lá nasciam, como ainda a muitos europeus jacentes na posse dos régulos a dominar as regiões

do tráfico. Um dos pretextos da conquista de Angola fôra o cativo do padre Francisco de Gouveia. Caira o jesuita nas mãos de um déspota angolano, quando se aventurara no seu território levado pelo zelo evangelizador, sem que esforço algum dos portugueses pudesse restituir-lhe a liberdade. Nem promessas, nem ameaças, nem preparativos de invasão lograram impressionar o tirano, até o momento em que Paulo Dias se dirigiu para Angola á testa de uma expedição punitiva. Entre as tropas constavam jesuitas, que o capitão exigira do governo, porquanto conhecendo bem as cousas do lugar, sabia que eram os únicos eclesiásticos capazes de auxiliá-lo na jornada, a um tempo salvadora, vingadora e conquistadora. Chegavam tarde, porém, para executar a primeira parte da empresa. Só conseguiram corresponder-se com o padre Gouveia, que estava muito adoentado e se opoz a qualquer tentativa de libertação violenta, para não pôr em risco a vida de numerosos traficantes portugueses disseminados pela região. O régulo valia-se deles para os seus negócios, e si conservava preso o jesuita, era por uma questão de interesse, porquanto as visitas que o padre recebia, rendiam-lhe muitos presentes, tributos e até oportunidades de transações commerciaes. Pouco depois morria Gouveia, cauzando profundo pesar ao preto, que o conhecera em pequeno, e que fôra pelo padre improfiquamente doutrinado. Fez o desgosto com que ele mandasse bois aos por-

tugueses, para todos juntos, brancos e angolanos, chorarem o infausto successo. Havia, portanto, um fundo prático nas ações dos chamados primitivos, ou de tintura sentimental nos seus átos utilitários, que muito os assemelhava aos bem civilizados. Outro motivo de mortificação para o régulo, que talvêz não contasse com a morte do padre, foi o estímulo á conquista dos invasores trazido pelo desaparecimento do evangelizador.

Os jesuitas, que tinham vindo com Paulo Dias, logo empreenderam exelente trabalho junto aos sobas e ás populações. Considerados pelo gèntio como seus protetores, converteram á fé cristã milhares de pretos, o que veio melhorar grandemente a situação dos portuguezes na África meridional. O êxito cauzou, por outra, um recrudescimento de desconfianças, irritações e prevenções, entre os inacinos e os traficantes e funcionários, pelo afan com que os padres defendiam os interesses dos indígenas. O encargo de "*procuradores do gentio*" acarretava contrariedades sem conta, que por fim levaram os missionários a renunciar aos presentes dos sobas, para se verem livres de quizílias prejudiciaes aos interesses da Companhia, e aos próprios catecûmenos. Os sobas, porém, rebelaram-se, quando vieram a conhecer essa resolução, assumindo attitude ameaçadora, que obrigou os portuguezes a solicitar dos jesuitas que voltassem atrás.

A direção superior da conquista africana apreciara, de começo, os serviços dos apóstolos, e se mostrava solícita em apoiá-los, pelo menos enquanto Paulo Dias foi governador. A seguir, outros capitães mal aconselhados mostraram hostilidade aos missionários. O pretexto da discórdia eram as dadas de terras -presenteadas aos jesuitas, as quaes principiavam em S. Paulo de Loanda e se prolongavam por léguas entre o mar e o interior. Consideravam-n'as os portuguezes "*as melhores que ha nesta terra*", segundo escrevia o padre Pedro de Sousa em princípios do século 17, parecendo a situação da Companhia de Jesus acima do seu caracter e destino com prejuizo dos leigos portuguezes. Assim diziam e rosnavam os que se prezumiam os maiores, quiçá os únicos obreiros da grandesa del-rei na África, deste modo clamorosamente esquecidos dos enormes benefícios proporcionados pela ação dos desafétos. A estes deviam os brancos conservarem o litoral de Angola, apesar da reação de chefes negros, sublevados de modo que parecia levar tudo de vencida. As providências tomadas no lance pelos padres, numa hora de desânimo e confusão, e a eficácia com que reuniram os europeus e estimularam os soldados nos combates, além dos aliados que trouxeram aos brancos, cobrando o apoio do gentio — tinham feito pender o fiel da balança para o lado das armas lusitanas nas batalhas contra o régulo Quiloanje. Não pararam aí os acertos

dos missionários. Em outras ocasiões auxiliaram com igual devotamento as tropas expedicionárias, impedindo que os europeus brigassem entre si, e os soldados desamparassem os officiaes, bem como remediaram as necessidades das praças de pré, confortando-as, material e espiritualmente, curando-lhes as feridas, vestindo-as e calçando-as, lançando mão dos poucos recursos existentes nos colégios para lhes mitigar a fome quando o governo se revelava incapáz de fazê-lo.

Daí a indignação do padre Barreira ante as acusações de D. Francisco de Almeida (o mesmo que depois vamos encontrar no Brasil fugido de Angola, onde revoltara habitantes e soldados), dando-lhe de rosto — como diz o jesuita — com a frase, de que os padres morriam á míngua sobre a mentirosa opulência que lhes emprestavam. Explica-se esta aparente contradição, entre a fama de riquezas dos jesuitas e a sua real pobreza, pelas condições do continente africano. O padre Barreira escrevia ser matéria de riso entre os pretos, perguntar-lhes pela justiça com que adqüiriam os cativos, e tinham uma certa rasão os régulos esclavagistas no seu modo de pensar, porque não faziam mais que obedecer á imperiosa injunção do meio em que viviam. No curto espaço de duas dezenas de anos, venderam-se em Angola 52.052 peças de escravos para Portugal,

Brasil e Índias de Castela (20), pelo que, sensatamente, exclamava o jesuita Pedro de Sousa, tornar-se impossível o sustento das missões si acaso renunciassem os padres á única mercadoria da terra. Era preciso comprar cativos, e porisso lamentava a proibição do Geral “*que mandemos aos pumbos, que era o unico remedio*” (21). Sem cativos, óbvio dizer que as missões acabariam por desaparecer, submetidas a um regime de execução.

Na descrição nua, despida de artifícios do padre Barreira, aparece em toda a sua desolação a paisagem angolana; “*A terra é enferma e consome depressa os estrangeiros...*” Além da inhospitalidade, os campos esterilizavam-se rapidamente nas longas calmarias, em que durante meses não caía uma gota de água em enormes extensões areentas, onde se via de quando em quando restos de vegetação refugada pelos rebanhos. As dadas que os padres tinham recebido de Paulo Dias não prejudicavam aos portugueses; qualquer europeu, se quizesse, poderia obter glebas maiores, pois estavam devolutas, sem pretendentes. Para salvar da morte por inanição algumas cabeças de animaes, era preciso muitos pastos em lugares diversos, “*nesta terra*

(20) De 1575 a 1591. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 4.^a, 347.

(21) Carta de Pedro de Sousa. Serafim Leite II. 2. 263. cf. também sinificação de “pombo” no I vol. desta obra, cap. *Início do Tráfico Africano para o Brasil*.

não chove mais que huma ves no ano, e assim he necessario mudar o gado muitas veses... por causa da grande seca", escrevia Pedro de Sousa. Das muitas léguas pertencentes aos jesuitas, unicamente nas margens do rio Bengo foi possível organizar uma fazenda bem cultivada, graças á paciência dos missionários, que lavraram a gleba ajudados pelos seus escravos. Era, porém, um setor excepcional em toda a costa; o resto, o que estava nas mãos de leigos brancos, e funcionários reyunos, jazia inculto e improdutivo, atestando que só o negro valia alguma cousa naquela terra infelís, de onde nada mais era possível desentranhar.

* * *

O caraterístico da Companhia de Jesus apresenta, como já dissemos, um tão inflexível apêgo aos princípios imutáveis do catolicismo, como dutibilidade em se ater ás circunstâncias mundanas. Entendiam os jesuitas, que no trato dos homens nem sempre são possíveis atitudes semelhantes ás que podemos assumir nos problemas espirituaes. Qualquer tentativa modificadora de procedimento religioso, devia ser concebida dentro da obediência a regras de ha muito consagradas — pensavam os padres — e no caso do cativeiro do gentio, que depois de presença na Europa foram encontrar na América, tanto os jesuitas como Bartolomeu

de Las Casas sentiram-se obrigados a admitir a servidão dos africanos, ainda que fosse para mitigar apenas os sofrimentos dos americanos. Além disso, a atitude dos ocidentaes, em presença da desventura dos primeiros, era diferente da que mostravam ante a dos segundos. A causa da diversidade promanava da reação de uns e outros cativos sob o mesmo regime escravo. Mais razões naturalmente havia, que por ora não podemos esmiuçar, contentando-nos do exame da atitude do missionário em ambos os casos, especialmente quanto ao jesuita, que foi não só o primeiro cronologicamente a exercer missões de catequese no Brasil, como ainda o que maior atividade desenvolveu na América, e obra mais extensa deixou.

A crónica de Manoel da Nóbrega serve de amostra do pensamento dos seus companheiros no áureo período das missões. *“Era acerrimõ defensor da liberdade dos Brasis, sem querer admittir á confissão algum que nisso fosse culpado. Sentia summamente os roubos e assaltos que se faziam nelles: chorava-os bradava sobre isso publicamente”,* e comparando a captura e almoeda dos índios, com a história dos Gabaonistas, exclamava perante um capitão mor: *“Si agora tomassem sete destes ladrões salteadores que têm destruido os pobres Imdeos da Bahia e de toda á costa, Nosso Senhor se aplacaria e seria favoravel para esta empreza que queremos fazer.”* Na pena de um biógrafo eclesiástico, *“Es-*

ta e outras semelhantes reprehensões e desenganos sabiam mal aos culpados e cubiçosos, principalmente porque em nenhuma maneira queria consentir (Nóbrega) em nenhum modo de captivoiro dos Brasis". Dificilmente se conformava ao irremediavel, obrigado pela mentalidade dos povoadores brancos e cerrar momentaneamente os olhos sobre os cativos que provinham de "*justa guerra*". Nesse caso, tinha o padre de se submeter a um édito real, mas é muito provavel que o fizesse com grande mortificação, e não tardou a entrar em cena o outro lado do espirito jesuítico. Do brutal decreto, procuravam os padres tirar primeiro o seu feitio martirisante, postando-se ao lado dos cativos, onde lhe conquistavam a confiança para depois catequiza-lo com maior intensidade, quando o prisioneiro estava prostrado, envilecido, entregue aos doutrinadores, sinão pela esperança da liberdade, pelo menos através do amparo que lhe proporcionavam.

Em todos os accidentes da luta contra a escravização do gentio, dispensava Nóbrega escassa confiança aos leigos envolvidos no seu tráfico, fossem fidalgos ou vilões, simples agricultores ou gente da governança. Sabia de antemão o apóstolo, que um aféto desinteressado só alcançaria o gentio dos missionários, e não se invocasse perante ele Nóbrega a "*Meza de Consciencia e Ordens, porque lá não são informados da verdade. Porque nunca se achou que*

paes no Brasil vendesse filho verdadeiro, porque os amam grandissimamente. Os que dizem que se vendem a si mesmos, fazem-no ou porque não entendem que cousa he vender a liberdade, ou induzidos com mentiras e enganos e ás vezes com muitos açoites (como confessam os mesmos lingoas do Brasil) e assim os pobres, achando-se alcançados, fogem e antes querem ir a morrer por esses mattos e a mãos de inimigos que soffrerem grave captiveiro, porque não têm mais que o nome de liberdade, pois os deixam (os portuguezes) em testamento aos filhos que os sirvam toda a sua vida, e assim os avaliam e vendem como escravos, com titulo de lhes venderem somente o serviço” (22).

O cativo dos índios era antigo na América, como ademais em toda parte, precedendo de muito a chegada dos europeus. Em alguns capítulos de Ivo d’Evreux a respeito de Tupinambás ou Caetés nordestinos, e em outros autores, versando diversas regiões coloniaes, encontramos a cabal demonstração da sua existência. Portanto neste ponto não

(22) *Vida do Padre Manoel da Nóbrega*, ed. Capistrano de Abreu. Imp. Nacional. O final da carta do padre António Pires em 1552 modifica a impressão sobre os portuguezes de Pernambuco, “*E’ gente de muita fraca memoria para as cousas de Deus.*” Inutil dizer que os padres variavam, como todos, de acordo com as relações de momento.

lhes traziam os brancos inovações. Martius, por exemplo, pôde observar numa noite de insônia, na taba onde se hospedara, o ódio de uma velha índia contra os da tribo que a tinham como cativa. Todavia, a escassa servidão porventura existente entre o gentio, abrangia quasi que exclusivamente mulheres. De qualquer modo, não impunha vida insupportavel aos escravos, como acontecia na lida da indústria assucareira. A principal tarefa do cativo, entre os Tupinambás, era, segundo autores coevos, trabalhos caseiros para as mulheres, e abastecer ao senhor de caça e pesca por parte dos homens. Estamos longe, ante essa atividade quasi um passatempo, ou cousa parecida, como é o exercício venatório entre primitivos, da infernal labuta que os infelises escravos tinham de preencher, ao cuidar das fornalhas nos engenhos dos brancos.

* * *

Na administração pública ha centenas de ocorrências em que a iniciativa dos governos dá os mais estranhos resultados. Tinham-se redigido, com a melhor das intenções, na séde geral do Brasil, leis semelhantes ás antigas disposições do reino, pelas quais se concedia, pelo praso de dez anos, isenção de impostos aos que fizessem engenhos. Estabelecia-se ainda como medida complementar, a obrigação para todo aquele que possuísse quatrocentos mil reis, de

se armar com celada ou capacete, rodela ou adarga, arcabús, pique ou lança, afim de concorrer na defesa dos estabelecimentos a serem fundados. Estas medidas, aumentando a força dos habitantes e a sua fome de braços, toldavam ainda mais as tristes condições dos índios. Prevendo o que não tardaria, obtiveram os padres o decreto de 20 de março de 1570, considerado por Varnhagen de tal importância, que julgamos dever reproduzir aquí o seu texto, que é o seguinte: "*D. Sebastião, etc. Faço saber aos que esta lei virem que sendo eu informado dos modos illicitos que se tem nas partes do Brasil em captivar os gentios das ditas partes, e dos grandes inconvenientes que disso nascem, assim para as consciencias das pessoas que os captivam pelos ditos modos, como para o que toca a meu serviço e bem e conservação do estado das ditas partes, e parecendo-me que convinha muito ao serviço de Nosso Senhor prever nisso em maneira que se atalhasse aos inconvenientes, mandei ver o caso na mesa da Consciencia, pelos deputados do despacho della, e por outros lettrados, e conformando-me nisso com sua determinação e parecer: Defendo e mando que d'aqui em diante se não use nas ditas partes do Brasil dos modos que até ora usou em fazer captivos os ditos gentios, nem se possam captivar por modo nem maneira alguma, salvo aquelles que forem tomados em guerra justa que os portuguezes fizeram aos ditos gentios, com autoridade e licença minha, ou do*

meu governador das ditas partes, ou aquelles que costumam saltar os Portuguezes, ou a outros gentios para os comerem; assim como são os que se chamão Aymorés e outros semelhantes. E as pessoas que pelas ditas maneiras licitas captivarem os ditos gentios serão obrigadas, dentro de dois mezes primeiros seguintes, que se começarão do tempo em que os captivarem, fazerem escrever os taes gentios captivos nos livros das provedoriãs das ditas partes, para se poder ver e saber quaes são os que licitamente foram captivos. E não o cumprindo assim no dito tempo de dois meses: Hei por bem que percam a acção dos ditos captivos e senhorio. E por esse mesmo feito sejam forros e livres. E os gentios que por qualquer outro modo e maneira forem captivos nas ditas partes declaram por livres, e que as pessoas que os captivarem não tenham n'elles direito nem senhorio algum”.

Esse decreto, como o notou Varnhagen, devia ter estourado como uma bomba no meio escravocrata da séde do governo e nas capitánias. A celeuma que levantou teve o dom de compelir o poder a voltar atrás, com a expedição de outra Carta Régia onde se anulavam os termos da anterior. Os povoadores não queriam de forma alguma abrir mão dos cativos feitos nas recentes expedições, e o que alegavam era apoiado pelas principaes pessoas da governança. Os jesuitas tampouco esmoreciam, travando-se daí, entre eles e os donos de peças de guerra, tenás luta

de influência junto ás mais altas esferas administrativas da monarquia. Nesse passo, foram os jesuitas poderosamente auxiliados pelos excessos cometidos por aventureiros sem escrúpulos, como o *Padre de Ouro*, que desmoralizavam os argumentos contrários aos inacinos ante o ânimo ardentemente religioso de D. Sebastião, rei devotíssimo, que tudo pospunha aos mandamentos cristãos.

Frei Vicente do Salvador, referindo-se ás estreitas relações existentes entre aquele aventureiro e o donatário, não sabia dizer si vinham de feitiços ou "*pelo que o interessava (ao governo) das peças que se vendiam*", hipótese mais provavel. O indivíduo, a que o frade aludia, personifica o tipo de delinquente perigoso, que de permeio com muita gente boa vinha ter ás Américas. Não era dessas criaturas que se inutilizam pela própria brutalidade e estupidês, mas indivíduo deveras perigoso pela forma como se apoderava da confiança alheia. Examinar-lhe rapidamente o "*prontuário*" é o quanto basta para termos idea da sua temibilidade. A vida que levou, antes de chegar a Pernambuco, fôra um tecido de sucessivos desvarios, desde a partida dos Açores, onde nacera, até ingressar na cleresia, na suposição talvês de que era o melhor meio para satisfazer ambições. Desiludido, ao verificar que a carreira religiosa até no beatério portuguezs constituia uma vida de sacrificios, lançou fora a batina

para se tornar soldado da espécie mercenária, comum nas forças cosmopolitas da Espanha. Saindo do reino, foi combater na Itália, nos exércitos de Alexandre Farnese. Mas não durou muito o seu bélico entusiasmo. Farto de mau passadio, deixou as armas e, de volta á pátria, conseguiu penetrar no noviciado da Companhia de Jesus, o que presuppõe dispor Gouveia de uma certa instrução. Despedido "*dela apenas se conheceu quem era*" — diz o padre Serafim Leite — atraiu António de Gouveia as suspeitas da Inquisição, sendo preso pelo Tribunal do Santo Ofício, que o conservou na masmorra durante quatro anos. Em 1564 fugiu, para ser recapturado e enviado por castigo, como de praxe no caso, ás galés. Não se sabe como conseguiu do infante D. Enrique a comutação da pena em degredo. Não estava o trêfego homem pelo cumprimento do que lhe impunham, e tornou a fugir, passando a vagamundear pela França, Alemanha e Itália, até volver ao reino, e, perdoado, ser-lhe concedido ir aos Açores. Tantas fez na vila natal e nas minas de Aljustrel, que recaiu nas garras da Inquisição, e ao depois foi desterrado para o Brasil, no ano de 1567. Gouveia, vendo-se no meio tão industrioso quanto primitivo de Pernambuco, gizou explorar a ingênua sêde de riquezas dos seus habitantes. Fez-se alquimista, prometendo ouro a quem o quizesse, isto é, a quasi toda a governança, praticando mágicas e prestidigitações para se impor ao público. Narra

frei Vicente do Salvador, que, nas guerras, atirava penas ou folhas aos ares, transformando-as em demônios negros, com que facilmente atemorizava e se apossava dos índios. Conseguido o primeiro intento, que lhe dava o apoio de grandes e poderosos, atirou-se aos mais lucrativos negócios da capitania, metido em pesquisas de minas e expedições predatórias de selvícolas, supondo-se que provocou numa delas a destruição da tribo Viatã (23). “*E isto foi causa*”, conta fr. Vicente do Salvador, ao versar a relutância do donatário, “*em atalhar tão grande tyrannya... pera que el-rei D. Sebastião o mandasse ir pera o reino, donde passou e morreu com elle em Africa... E o padre do Ouro tambem foi preso em um navio pera o reino, o qual arribou ás ilhas, donde desapareceu uma noite sem mais se saber delle*”.

Nem o misterioso personagem teve esse fim, nem Duarte de Albuquerque Coelho foi o único a se aproveitar de suas artimanhas. O bispo Pedro Leitão, tendo encontrado Gouveia anos antes na Baía, restituiu-lhe ocultamente as ordens sacras. Uma carta do prelado, escrita a 2 de agosto de 1569, pergunta-lhe por minas preciosas e pede-lhe escravos, assinando-se o *vosso grande amigo*. Foi, entretanto, obrigado a encarcerá-lo, dois anos mais tarde,

(23) Que se pensa também estivesse numa das capitânicas visinhas, conquistadas pela gente de Pernambuco.

por ordem expedida do reino, oriunda de informações dadas pelos padres. O aventureiro cheio do ódio de apóstata enfureceu-se ainda mais contra os jesuitas, e sentindo-se forte do seu prestígio na população e das relações com o bispo e toda sorte de gente como D. Felipe de Moura, e governantes ainda mais consideráveis, descambou a caluniar a Companhia para rebater as acusações que os padres lhe dirigiam. Tinham estes descoberto a condenação do Santo Ofício, que pesava sobre o adversário, e dela com êxito se aproveitaram. O revide de Gouveia consistiu em acuzar o padre Amaro Gonçalves dos delitos que o mesmo Gouveia costumava cometer. Perdeu-o, comtudo, a péssima fama que o tisnava, vindo-se a conhecer no último ato da sua comédia no Brasil, mais uma importante amizade de que dispunha. Foi preso na rua Nova de Olinda, nas pou-sadas de Enrique Afonso, juís ordinário da capitania.

A medida não se efetuou sem indignação do jovem donatário, pelo que se depreende de notícias coevas. Intimou ao ouvidor eclesiástico Manoel Fernandes Cortiçado, que saísse de Pernambuco, uma vez desempenhada a sua comissão. Provocaram aqueles sucessos a vinda de António de Salema, para syndicar e tomar providências, talvez requeridas por terceiros, segundo pensava Capistrano de Abreu, que supunha ter havido na mesma altura

a prisão de Duarte de Albuquerque Coelho (24). Ambos, protegido e protetor, foram para Lisboa, onde o fidalgo, coberto pela sua estirpe, se juntou ao séquito de D. Sebastião nas vésperas de El Czar el Quebir, ao passo que o feiticeiro, definitivamente perdido na paciência dos inquisidores, permanecia nas garras do Santo Ofício.

Era a desforra dos jesuitas contra os principaes opositores ao decreto de 1570 amparando os índios, vantagem que infelizmente não significava vitória definitiva. A partida de Duarte, e o desaparecimento do seu mau conselheiro, não passavam de simples episódios na luta que os padres intentavam contra os brancos de toda casta, desde os donatários, bispos e juses, até povoadores antigos que mostravam acatamento aos padres, mas com restrições no terreno litigioso.

As dificuldades da campanha protetora eram enormes, independentemente da má vontade popular, tanto pela extensão da terra, como por mil impecilhos repentinos a desabar sobre os missionários quando menos esperavam. Um deles, foram as grandes privações cauzadas pela destruição das roças de cana e mandioca pela seca, contando o padre Fernão Cardim, que certa vez deceram do sertão quatro ou cinco mil índios, "*socorrendo-se aos brancos*", pois a estiajem se fazia sentir mais duramente ainda onde viviam, "*Porem passado aquelle trabalho da*

(24) Varnhagen. *História Geral* I.

fome, os que puderam se tornaram ao sertão, excepto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade". Calamidades vinham, assim, agravar as preocupações dos inacinos, trazendo novas oportunidades aos reinos de cevarem a ganância nos flagelados, além de muitas outras peas que se conjugavam para distrair os apóstolos da sua principal missão.

* * *

Juntamente com a mudança do capitão em Pernambuco, o governo geral sofria completa alteração nas normas que o orientavam, com a renúncia de Mem de Sá. Experimentou-se a inovação, suposta de grande alcance, de dividir o Brasil em dois governos, o do norte e o do sul, para melhor atender ás necessidades de cada região. Luís de Brito de Almeida, nomeado governador para o norte, estabeleceu-se na cidade do Salvador, e aí teve uma entrevista com o do sul, que era António de Salema, o mesmo que prezidira ao inquérito contra o Padre do Ouro. De estabelecido na conferência sobre a administração da colónia, havia resoluções concernentes aos índios, elaboradas de acordo com o parecer do ouvidor geral Fernão da Silva, e o dos padres da Companhia de Jesus.

Era preciso reconsiderar certas disposições da última lei, pois, "*No que toca ao resgate dos escravos, se deve ter tal moderação que não se impida*

de todo o dito resgate, pela necessidade que as fazendas delles tem, nem se permittam resgates manifestamente injustos, e a devassidão que até agora nisso houve". Era um meio termo derivado de imposições económicas, ante as quaes os padres tinham passageiramente de inclinar-se.

Para atender aos diversos casos foram estabelecidos dez artigos a 6 de fevereiro de 1574. O primeiro vedava praticar resgates de pessoas entre os índios mansos ou que estivessem de paz. Segundo, executavam-se os que depois de aldeados se retirassem e andassem ausentes por mais de um ano. Terceiro, seriam conservados cativos os prisioneiros em guerra justa, e os escravos de outro gentio que, tendo mais de vinte e um anos de idade, preferissem o cativo exercido pelos brancos. Quarto, eram ilícitos os resgates feitos sem licença dos governadores ou dos capitães, sendo escolhidos para o seu exame os provedores e mais dois indivíduos eleitos em câmara, no princípio de cada ano. Quinto, os que traziam índios de resgate deviam apresental-os imediatamente na alfândega para fins de registro. Sexto, caso estes índios, depois de registrados, fugissem, seriam em qualquer tempo entregues a seus primeiros senhores, mediante propina de mil reis e indemnização de despesas. Sétimo, os índios resgatados e que não fossem registrados se tornariam fôrros. Oitavo, só era considerada guerra justa as que os governadores ordenassem conforme seus re-

gimentos, ou as que eventualmente fossem obrigados a fazer os capitães, com voto dos officiaes da câmara, jesuitas, vigário do lugar, pessoas de experiência e provedor da fazenda, de cuja resolução se devia lavrar auto. Nono, seriam fôrros os índios tomados sem esta cláusula, e punidos os infratores destes artigos. Sendo peões, açoutados publicamente, com barço e pregão, pagando quarenta cruzados de multa; sendo de maior categoria, dois anos de degredo além da multa, resalvadas as outras penas em que pudessem incorrer segundo as ordenações, leis e regimentos do reino.

Um contemporâneo assim se exprimiu sobre o resultado: *“Mas já agora nam ha desordem na terra, nem resgates como soia. Porque depois que os Padres virem a sem razam que com elles se uzava, e o pouco serviço de Deos que daqui se seguia, proveram neste negocio e vedaram, como digo, muitos saltos que faziam os mesmos Portugueses por esta costa, os quaes carregavam muito suas consciencias com captivarem muitos índios contra direito, e moverem-lhes guerras injustas”*.

Não sabemos, comtudo, si as medidas entraram em vigor antes ou depois do caso mencionado num códice versando queixas de João Fernandes Coelho, *“...porque mandava (Luís de Brito de Almeida) caravellões com gente e seus capitães a resgatar gentio ao certam da capitania de Pernãobuco, pelo não aver da banda da Bahia”*.

O pretexto alegado era constar a presença de franceses no rio de S. Francisco, quando na realidade pesquisavam, os que assim diziam, indícios de minas e arrebanhavam escravos. Mas o governador, "...vendo que la e ca lhe tomavão as peças para o senhor Duarte Coelho veyo a desistir" (25).

* * *

Durante a estada em Olinda de Cristovam de Gouveia, faleceu Da. Beatrís de Albuquerque Coelho, 30 anos depois de seu marido. Devota, admiradora dos jesuitas, mais acessível aos seus pedidos que quaesquer dos outros governantes, significava o desenlace perda sensível para os amigos dos inacinos. Fôra consolada e assistida durante a doença, e na hora da morte, pelo padre visitador, e depois do seu passamento celebraram-lhe solenes exéquias os jesuitas agradecidos na igreja do colégio. O governo ficara entregue, após a partida do donatário e do irmão, e morte de Jerónimo de Albuquerque, ao licenciado Simão Rodrigues Cardoso, no posto de lóco-tenente, onde se manteve desde 1580 até 1592. As condições da capitania melhoravam sempre com o desenvolvimento da população e das suas condi-

(25) João Fernandes Coelho era procurador do seu parente Duarte de Albuquerque Coelho nas reclamações que este apresentava contra a entrada de Sebastião Álvares no rio de S. Francisco a mando de Luís de Brito de Almeida.

ções económicas, rezando logo adiante o código a que fizemos alusão, “...e os moradores da terra nam deixam por isso de ir muito avante com suas fazendas”, numa prosperidade geral verificada nas duas margens do S. Francisco, nada ficando a dever a gente de Pernambuco aos que eram favorecidos pelo governo geral no outro lado do rio.

Com o auspicioso progresso da terra, puderam os habitantes de Pernambuco exercer decisiva ação nas capitánias comarcãs ainda por desbravar, nas alagoas do sul, e em toda a costa leste-oeste até se abeirarem das longinquas guianas.

ITAMARACÁ

Na história do nordeste cada povoação de reinos, índios e mamelucos, que se formava, era base de operações para novas conquistas na orla costeira. Simultaneamente, o núcleo recém criado defendia o território das visinhanças e preparava a marcha para mais adiante, onde aventureiros e povoadores de outras nacionalidades punham em risco o domínio del-rei de Portugal. Concorreram, destarte, Pernambuco e Itamaracá para a entrada na Paraíba, daí subindo os lusos-brasileiros ao Rio Grande, de onde se lhes tornou possível invadir o Ceará, e em seguida expelir os franceses do Maranhão. Finalmente, da ilha de S. Luís, feita sentinela avançada do território português, vigiaram a embocadura do Amasonas, impedindo que nela se estabelecessem ingleses e olandeses. Nessa marcha incessante, eram bem minguados os recursos de que dispunham, e infinitas as necessidades da conquista. Precizaram os súditos americanos de D. João III e D. Sebastião, e mais tarde dos Felipes, de suprir o que lhes faltava a poder de abnegação e constância que iam até as raias do eroísmo.

Desde os alvares do Brasil o caraterístico dos empreendimentos intentados pelos seus habitantes tem sido invariavelmente o mesmo. Todas as nossas iniciativas foram realizadas com meios desproporcionados á grandesa da obra encetada, enfrentando obstáculos oriundos do clima, da insalubridade de certas regiões, de fenómenos meteorológicos, da configuração do terreno, ou da herança do passado. Exclamava deante de tantas dificuldades um moderno missionário espiritual, o padre Givélet, de Sion, depois de longas excursões no interior do país: "*C'est étonnant ce que le brésilien a pu faire sans argent, presque sans moyens...*".

Os pernambucanos do período anterior ao grande surto assucareiro do nordeste, pertenciam ao grêmio dos que por ambição, fidelidade ao rei, e mais ainda, por espírito de aventura, conquistaram larga superfície para a dos seus decendentes, valendo-se apenas da corajem, do arcabús e da espada.

┌ O quinhão representado pela ilha de Itamaracá e as terras litorâneas que lhe ficavam fronteiras, faziam parte integrante da donataria outorgada por D. João III a Pero Lopes de Sousa. (Tal presente, no entanto, não trouxe grandes riquezas ao beneficiado pela régia munificência. Demorou o progresso da povoação insulana, fosse pela relativa inferioridade das suas terras em confronto com as duartinas, fosse pela anarquia administrativa consequente á falta de direção, que aí se registou com

a morte do donatário.} Por vezes lucrava Itamaracá com a vizinhança de Pernambuco, em outras sentia-se prejudicada pelo desenvolvimento dos estabelecimentos vizinhos, muito mais ativos e prósperos, de sorte que, por vários motivos, não mantiveram olindenses, igarassuenses e itamaraquenses, relações absolutamente amistosas, como era de se esperar em núcleos europeus isolados na imensidade americana.}

Cruzara Pero Lopes aquelas parajens á caça de franceses nas caravelas da expedição de 1530. Pela mesma rasão militar, inspirada pela defesa contra interlopos, levantou um fortim na ilha, que, passados tres anos, se tornou a célula mater da sua propriedade. A seguir volveu ao reino, sem nunca mais pôr os pés nos bens ultramarinos, absorvido pela dura tarefa de proteger as águas da metrópole infestadas de piratas, dia a dia mais audaciosos.

A sua vida é pouco conhecida pelo desaparecimento das obras inéditas de Afonso de Torres, Diogo Gomes de Figueiredo e padre Rousado, que, segundo escritores portugueses, relatavam curiosas notícias sobre os irmãos Pero Lopes e Martim Afonso de Sousa. }Do que se sabe da existência do primeiro, decorrida no serviço marítimo del-rei, }era homem duro para si e para os outros, marinheiro desde a adolescência, da mesma cepa e fibra dos grandes descobridores coevos.} Através das cartas de D. João III ao conde da Castanheira, vemos que

foi simultaneamente encarregado com Duarte Coelho de velar nos mares pela segurança da navegação portuguesa, vigiando a rota das Flandres, enquanto o futuro donatário de Pernambuco patrulhava os Açores. [A crônica do oriente pinta-o com matises sombrios, a aterrorizar não só inimigos como também os subordinados.] Nos mares asiáticos repetiu a crueldade de que dera mostras no Brasil contra franceses. Entre as narrativas versando os seus maus bofes, constam os argumentos diciplinadores que empregava contra a maruja, ecoando na Índia a bárbara medida por ele ordenada contra velhos abusos das tripulações, sobre as quaes era de regra os superiores fecharem os olhos. Tendo-lhe constatado, de uma feita, “gasalhados” (26) em um navio, deu-lhe repentina busca, ordenando fossem atiradas ao mar as mercadorias que ultrapassavam do limite permitido. Na pesquisa são descobertos escravos em ves de pimenta, o que vinha mudar por completo a natureza das providências. Implacavel, manda, no entanto, Pero Lopes, que os desgraçados sejam atirados á agua como ordenara que se procedesse com os gêneros inanimados. De semelhante ferocidade, escaparam somente dois pobres diabos, recolhidos por pescadores, afirma o autor das “Len-

(26) Quantidade de pimenta ou outro gênero das feitorias exóticas que a tripulação podia levar consigo á guisa de recompensa ou ajuda de custo. v. o capítulo sobre naus portuguesas no I vol. desta obra.

das”, acontecimento que despertou a maior indignação em toda a Índia, qualificando o cronista á ordem do fidalgo, de igual “á maldade de Nero”. Continuando, diz o autor que pouco tardou o castigo divino. De volta á Europa, provido dos recursos que fôra buscar no oriente para a sua donataria, desapareceu Pero Lopes no oceano, não deixando melhor lembrança que a fama de verdugo.

[Cazara-se antes disso com Da. Isabel de Gamba, filha do rico feitor da *Casa da Índia*, Tomé Lopes Caiado. Dela houve filhos varões que não constituíram família (27), e filhas] das quaes uma se cazou duas veses, mas sem decendência. Naquelle tempo começava-se com verde idade o serviço delrei. Pero Lopes nacera pouco depois do descobrimento do Brasil (28), Martim Afonso, seu irmão, tinha 29 anos quando o escolheram para comandar a expedição do Prata, e Vasco da Gama 28 ao transpor o Cabo das Tormentas. [Antes de morrer, por volta de 1542 ou 43, Pero Lopes tomara parte em combates navaes no Brasil contra corsários, na África com as tropas de Carlos V, e desapareceu na Ásia quando tornava vitorioso da última incumbência que

(27) O filho segundo Martim Afonso de Sousa, o Moço, que sucedeu ao irmão Pero Lopes, foi terceiro donatário de Santo Amaro, morrendo em combate na Índia por volta de 1558 em Baharem.

(28) De 1506 a 1512. v. *Ha. da Col. Port. do Brasil*, III. 394.

lhe tinham dado, em que se mostrara bom militar e mau justiceiro.

* * *

O subalterno, a quem Pero Lopes confiara o forte de Itamaracá, chamava-se Manoel ou Francisco de Braga. Antigo morador da povoação sita em frente de Igarassú, trouxe consigo alguns outros povoadores para o novo estabelecimento. Ali viviam em boa harmonia com o selvícola, quando Duarte Coelho os vizitou em 1535, e os viu tranqüilos entre as suas índias e mamelucos. Dizia nessa ocasião o donatário de Pernambuco, que o principal (F. de Braga) sabia *“falar a lingua do gentio e era tão conhecido entre elles, não faziam senão o que elle queria e lhes mandava”*. A capitania, batizada nos mapas antigos, primeiro, com o nome de Acençaõ, tinha a aparência de *“una pequena isla de hasta tres leguas de largo y una de ancho habitada de yndios y algo esteril”*, como descrevia Alonso de Santa Cruz no *Yslario*. Mudou depois o nome por cauza do fortim, passando a se chamar Itamaracá, palavra tupí que significa Sino de Pedra, segundo a etimologia preconizada por Varnhagen. De côres poéticas a reveste o viajante quinhentista Anthony Knivet, ajuntando que *“Etamiriquá na lingua índia é um sino, sugerido pelo mar que o vento forte arremessa de encontro aos recifes, num rumor que lembrou para a ilha o nome de “terra de sino”!* Fr.

Vicente do Salvador completa as descrições, “*ao redor della vem desembocar cinco rios... Araripe, Tapirema, Tujucopapo e Gueena*”, recortando o litoral pernambucano do outro lado das muitas barras que a ilha ajudava a formar. “*Em esta ilha de Tamarcá tinham os Francezes feito uma fortaleza... onde se recolhia a gente de seus navios quando vinham a carregar de pau brasil, que os gentios lhes cortavam e acarretavam aos hombros a troco de ferramenta e outros resgates de pouca valia que lhes lavam, como tambem lhes traziam a troco dos mesmos muito algodão e fiado e redes feitas em que dormem, bugios, papagaios, pimenta e outras cousas que a terra dá, que pera os Francezes era de muito ganho*”.

Frei Vicente, ao falar do progresso da povoação, aludiu á desavença surgida entre Francisco de Braga e o seu visinho Duarte Coelho. A imprudência do povoador custou-lhe uma cutilada no rosto que se supõe lhe mandou dar o donatário, “*e o capitão, vendo que não podia vingar, se embarcou para as Indias de Castella, levando tudo o que pôde*”. Pelo que sabemos do veterano, a história deve estar mal contada, embora no tempo fossem comuns taes desafogos de contendias. Infelizmente não temos dados que nos possam elucidar, afora as lacônicas rasões do frade, incompletas e imperfeitas.

As crónicas antigas ressentem-se desse veso, confundindo pessoas e acontecimentos, mudando a

feição das cousas ao sabor da fantasia do cronista. Em as notícias de fr. Vicente temos a partida de Francisco de Braga a coincidir com a morte de Duarte Coelho, ocorrência que o dispensava de auzentar-se, pois a morte do inimigo vingava-o de maneira mais absoluta de todas as afrontas. Poderia acontecer também que o passamento acontecesse depois da partida do ofendido, ficando os itamaraquenses privados de chefe, na hora em que se viam desnorteados pelo temor de levante de índios, ou brusca aparição de franceses. Para acudir á situação, mandou Da. Isabel de Gamboa que seguisse em demanda de Itamaracá um dos antigos tenentes do marido, o velho e fiel João Gonçalves, que já estivera na região. Mal sucedido na viagem, desgarrou e foi ter a São Domingos, afastando-se das outras naus que chegaram ao destino. Á vista da sua demora, um tal Pedro Vogado perfez o carregamento das tres embarcações com pau brasil, e as expediu para o reino, afim de avizar a donatária dos contratempos ocorridos, e rezarci-la das despesas da expedição.

Da. Isabel, em ves de firmar a escolha do chefe da capitania em quem tão devotadamente lhe cuidava dos interesses, indicou outro funcionário, com grande desacerto, pois o nomeado era "*...mais para governar uma barca*", no dizer de frei Vicente, que idôneo para o cargo. Anunciavam-se nesse andar tempos bem difíceis para a capitania. Duarte Coelho

queixara-se a el-rei das incursões de traficantes de pau brasil estabelecidos em Itamaracá. A eles ainda era preciso juntar os degredados saídos das prisões do reino, que lhe fugiam, apoderavam-se de barcos e se acoutavam na ilha, e daí juntavam as suas malfeitorias ás dos corsários franceses e índios das vizinhanças. Os privilégios de homísio, de que gozavam os donatários, eram o Césamo protetor da última calamidade que se formara, abrindo-lhe um refúgio providencial. O remédio, na opinião de Duarte Coelho, seria que todos os fidalgos, contemplados com terras no Brasil, "*...venhão a pouar e rezedyr nellas... ou ja que não vem que ponhão em suas terras pessoas autas e sofycientes e ouvydores que entendam e saibam o que hão de fazer*", alusão do veterano ás capitánias lindeiras, das quaes a mais próxima era a de Da. Isabel de Gamboa.

Teria sido esta a causa do ódio entre o severo Duarte Coelho e Francisco de Braga? Não é possível afirma-lo á vista dos múltiplos motivos de malquerença surgindo naquela turbulenta convisinhança. O fáto é que as povoações estavam tão próximas que por assim dizer se avistavam, e no emtanto dependiam de donos diversos, com outra orientação e interesses, a impedir bom entendimento. Só deante do perigo se diluiam os agravos permitindo passageira colaboração. Em 1548 o socorro de Itamaracá salvou os habitantes do Igarassú, graças á energia de Miguel Álvares de Paiva, eleito capitão pelos seus

companheiros, que livrou aos portugueses de se perderem, *“porque nunca se quiz sahir da ilha, antes teve mãos nos outros que se fossem nem mandassem suas mulheres e filhos, como alguns queriam com medo dos gentios”*.

A oportuna chegada de João Gonçalves das Antilhas completou as medidas de defesa que os itamaraquenses improvisavam, impondo-se logo o oficial, pois *“os gentios lhe tinham muito respeito, por crerem que assim lhe tinha Pero Lopes de Sousa, quando cá esteve e assim não lhe chamavam sinão o capitão velho e pae de Pero Lopes. E na verdade elle o parecia no zelo com que o servia e procurava o augmento desta sua capitania, não consentindo que aos indios se fizesse algum aggravo, mas cariciando a todos, com que elles andavam tão contentes e domesticos que de sua livre vontade se offereciam a servir os brancos e lhes cultivavam as terras de graça, ou pouco mais de nada”*.

Era quasi um prodígio o aspéto insular, mesmo dentro das suas primitivas condições. Digna de causar espanto aparece esta exeção na história do litoral, com a estranha docilidade dos índios, e mais ainda, o seu súbito amôr ao trabalho nos moldes europeus, num louvavel entusiasmo pela enxada. Mas outro trecho de frei Vicente esclarece melhor os motivos da colaboração, *“...principalmente hum anno que houve muita fome na Parahiba, donde só pelo comer os (índios) se vinham metter por suas*

casas a servi-los (aos portugueses). E assim não havia branco, por pobre que fosse, nesta capitania, que não tivesse vinte ou trinta negros destes, de que serviam como de cativos, e os ricos tinham aldeas inteiras.

Pois que direi dos resgates que faziam? donde por huma foice, por huma faca ou pente traziam cargas de galinhas, bugios, papagaios, mel, cera, fio de algodão, e quanto os pobres tinham”.

Não ha bem, todavia, que sempre dure, e, morto o capitão velho, “*vieram outros a destruir quanto estava feito*”, os quaes pelas vexações infligidas aos índios, perderam o seu auxílio. A um deles talvez se referisse Jerónimo de Albuquerque, na carta a el-rei de 1555, quando disse: “*Luiz de Seixas que servia de capitam na ilha de Tamaragua era levantado com divisas deixando a ditta capitania desamparada em tempo de guerra e levando comsigo hum Bartolomeu Rodrigues homisiado por morte de hum homem e pessoa muito prejudicial ao povo e assim outros degregados e omiziados...*”. O tempo de guerra, a que alude o fidalgo, era uma luta iniciada havia dois anos pelos portugueses contra os selvajens das circunvisinhanças da ilha e do litoral.

Comtudo, a obra de João Gonçalves rezistiu a excessos de amigos e inimigos, crescendo bastante a população itamaraquense para que pudesse intervir na guerra da Paraíba, e conquista da costa nordestina. A vila da Conceição, por ele fundada, pro-

gredira com o lucro dado pelos engenhos, que se iam elevando na parte do continente da donataria, como o de Felipe Cavalcanti em Araribe ou Araripe, passado depois da sua morte ao filho António. A contribuição dos habitantes de Itamaracá ás lutas de conquista e povoamento da costa limítrofe, parece destino reservado ás ilhas, como fizeram a Madeira e os Açores em relação ao Brasil no período colonial. Este concurso e a má administração insulana vedaram que o número de brancos e escravos somasse, em princípios do século 17 grande cifra, ao passo que os seus beneficiados aparentavam prosperidade demográfica muito maior. Em 1630, quando principiaram as hostilidades com os olandeses, a população da ilha continuava diminuta. Pertencia a capitania ao Marquês de Cascaes (29), na posse de quem estava, ao ser descrita por Brito Freire nestes termos: "*Via-se na mayor eminencia della, a Villa da Conceição, habitada de cento e trinta vizinhos, e guarnecida de sessenta soldados á ordem do capitão Mor Salvador Pinheiro. Havia poucos moradores, porem os engenhos de assucar eram vinte e tres*".

La Popellinière, no seu livro dos *Tres Mundos*, pretendia que a parte continental de capitania estivesse outróra nas mãos de seus patrícios, daí remanecendo numa angra ao norte de Goiana o nome

(29) O conde de Monsanto houve a capitania de Itamaracá na falta de herdeiros dirétos de Pero Lopes de Sousa, continuando daí a posse em colateraes.

de *Porto dos Francezes*. Não é impossível que tal acontecesse, pelo atrativo que exerceu a região sobre corsários bretões e normandos, compreendida como estava onde se colhia o melhor pau brasil. Sobre os estabelecimentos que esses interlopos aí problemáticamente levantaram já dissemos várias vezes a nossa opinião, e porisso não vem ao caso repeti-la; interessa mais passarmos a outro viajante, para ver como se apresentava a ilha alguns anos depois. Cita João de Laet ao predecessor francês, reconhecendo, porém, a obscuridade das informações de La Popellinière, pois historiador algum de seu conhecimento confirmava a existência de feitorias no local. Acerca do fortim português, situado sobre outeiro de difícil acesso, comentava Laet, que fôra embalde assediado nas primeiras tentativas de invasão da Companhia das Indias Ocidentaes. E quando conseguiu a sua posse em 1633, havia na antiga capitania de Pero Lopes “*vinte e dois engenhos*”, espalhados pelo litoral, ao longo dos rios “Guaná”, “Aracipe” e “Paratibe”, tres nomes dos quaes só o último escapou de ser estropiado. As povoações litorâneas de Goiana, Tejucopapo, Capiberibe-mirim e Paratibe, dependiam da vila da Conceição na ilha, que era a primeira sede do governo. Descreve-a igualmente um contemporâneo de Laet, o olandês Nieuhoff, como apresentando aspéto agradável, com muito pau brasil, algodão, cana de assucar, gêneros alimentícios, madeiras para lenha, construção de

casas e navios, e no começo do século 17, já dispunha de numerosos coqueiros, importados da Índia, sob os quaes serpenteavam regatos, a lhes favorecer melhor que na Índia ou África, a condição primeira de uma boa vegetação: pés molhados e cabeça ardente. Prejudicavam-n'a, porém, turvando o seu aspéto edênico, incontavel quantidade de bichos de toda espécie. Os lavradores precisavam proteger as culturas de cana com cercas e tapumes, num trabalho afanoso, que não tardava a desiludir os que tinham confundido Itamaracá com o paraíso. Sofriam ainda as culturas, tanto no litoral como no território insulano, o assalto de formigas das mais variadas, que em cerradas cóortes nada respeitavam, espalhando a desolação na sua passagem.

A abundância de águas, rios, brejos e lagoas que havia nas redondezas, serviu mais tarde de complemento á defesa do forte de Orange, construído pelos olandeses com a ciência hidrográfica e militar de que dispunham, afim de resguardar Itamaracá do revide lusitano. Pensava Nieuhoff, quando escrevia o livro, que o acesso da ilha estava bem defendido, tanto mais que o outro porto existente ao norte, em Catuama, não se prestava a receber navios de grande calado. Os acontecimentos demonstraram quanto ele se enganava, a despeito da ciência, grandes despesas, auxílio da natureza e do gentio da terra, de que os olandeses lançaram mão. Foram obrigados, mesmo as-

sim, a despejar o terreno tão duramente conquistado, ante a irresistível sublevação dos decedentes dos primeiros povoadores brancos da ilha, numa lição histórica a demonstrar como são falíveis as ocupações militares, que repouzam apenas sobre o domínio das pessoas e cousas, e não das consciências.

ILHA DE FERNANDO DE NORONHA

Os termos da Carta Régia que doava a Fernando de Loronha a ilha denominada São João, fizeram crer que fôra descoberta por esse mercador. O édito proclamava que ele a havia “*nouamente descoberta*”, ou seja, na acepção antiga que, fôra o seu descobridor, “*novamente*” significando agora. A curiosa maneira antiga de “*anunciar*”, ou “*dar novas*”, “*com novidade*”, ou “*novamente*”, provocou dores de cabeça em estudiosos como Pereira da Costa ou Visconde de Santarem, e muito outros, desorientados por aquela ambigüidade de redação, de onde aventaram que Fernão de Loronha não fôra o primeiro a saber da ilha. O descobrimento, segundo pensavam, dera-se em 1500 e 1503, embora conjecturasse Varnhagen (notava Pereira da Costa), que houvera lugar na festa de S. João a 24 de julho de 1503. A *História da Colonisação do Brasil* estuda e rezolve a pendência, graças á enorme vantagem levada pelo historiógrafo que lida diretamente com documentos de arquivos, sobre o que faz suposições de gabinete. A causa primeira da denominação deve provir do costume portugêz, corrente na era

das grandes navegações, que dava aos pontos descobertos o nome do santo do dia. Portanto, tinha razão Varnhagen, que pôde encontrar nos arquivos muitos documentos ao depois destruídos pela traça ou imperícia dos conservadores. Sobre a data, não ha dúvidas. Onde aparecem emtretanto incertesas, é si Fernão de Loronha veio óu não ao Brasil. O mais provavel, a nosso ver, é ter sido a ilha principal encontrada por capitães a serviço do mercador, enquanto estava ocupado na Europa pela direção dos consórcios que formava em Lisboa para explorar o comércio de gêneros exóticos.

A sua atividade comercial foi vultosa, registada muito antes do encontro do Brasil, nas grandes transações marítimas em que tomou parte com príncipes, comerciantes italianos e capitalistas de vário credo. Não admira, pois, que Fernão de Loronha fosse o primeiro arrendatário do monopólio do pau brasil, meses após o descobrimento do novo florão da corôa portuguesa. O privilégio outorgado nesse momento prolongou-se até por 1505 e da atividade que desenvolveu, relacionada com a terra de Santa Cruz, veio-lhe como recompensa a doação da ilha, com obrigação de "*nella lançar gado e a romper e aproveitar segundo lhe mais aprouver*", pagando o quarto e dízimo, exetuado sobre drogas, tintas e especiaria, que pertenciam de todo a el-rei (30).

(30) Cf. *Ha. da Col. Port. do Brasil* II. 324

Diremos ainda, acerca dos indícios da fortuna do mercador, através da prestigiosa situação dos seus decendentes, que, mercê da opulência, puderam misturar-se com os da ilustre estirpe de Noronha, confundindo os dois apelidos a ponto de prevalecer este último na designação atual do arquipélago.

A Fernão de Loronha sucedeu na donataria seu filho Diogo, e, ao depois, o neto Fernão, que obteve do pobre rei desaparecido em El Csar el Quebir a posse da ilha, confirmada a 20 de maio de 1559, por Carta de Doação, quasi nos mesmos termos da outorgada ao avô por D. Manoel I, mas acrescentando disposições quanto aos índios, posto que não os houvesse na ilha. E caso não se relacionasse o apêndice com algum quinhão a completar no litoral a donataria, o cuidado expressa o desejo, então reinante, de obstar nas novas terras a escravização do gentio. Nesta quadra, a ilha maior (a única considerada pelo uso) aparece sucessivamente nos mapas portugueses sob o nome de Quaresma, S. Lourenço, S. João, para depois fixar-se definitivamente em Fernando de Noronha.

Em 1503 lá esteve Américo Vespúcio, quando de volta de Serra Leoa se espantou ao ver surgir no meio do oceano um alto pico, sobre língua de terra medindo duas léguas de comprimento sobre uma de largo, "*e que nunca foi habitada por gente alguma*". Fundava o navarca a suposição no fáto de não lhe

ter percebido em toda extensão qualquer presença humana. Distava a ilha apenas sessenta milhas náuticas da costa, de sorte que era de se admirar não lhe aparecerem índios guiados pelos passaros e detritos flutuantes. A extensão separando-a do continente é o dobro do pequeno estreito de Behring, por onde teriam chegado á América os antepassados dos primeiros americanos. Outros aportariam diretamente em barcos através do oceano, hipótese não de todo descabida pelo desenvolvimento da navegação entre muitas populações oceânicas, assim como pela diferença somatológica, e também de civilização, existente entre Incas ou Aztecas, e o resto do gentio espalhado pelas Américas.

O problema aí fica, á disposição dos futuros historiadores, que por certo hão de resolver-lo, porém temos de voltar á ilha. Na escala contemplara o florentino uma paisagem que o impressionou muito favoravelmente, tendo aproveitado "*...um belo porto, onde por certo havia lugar para todas as naus. Esta ilha é deshabitada, tem muitas aguas doces e correntes, infinitas árvores e inumeráveis aves marítimas e terrestres, tão desprevenidas que se deixavam apanhar á mão, e assim caçámos tantas que carregamos um batel. Não vimos outro animal sinão ratos muito grandes, lagartos com duas caudas e algumas serpentes*".

A capitania ficou abandonada pela família de Fernão de Loronha, apesar de todas as maravilhas

que nela vislumbrara o imaginoso nauta. O donatário-mercador se inculcava como fidalgo inglês, ostentando no brasão as armas que lhe conferira o rei da Inglaterra, ornadas por metade de uma rosa. Pretendiam tradições da casa que o nome era alemão, Lothringen, vertido em português para Loteringea ou Lorena. Talvez fossem esses Lorenas, ou Loronhas, por deturpação popular, realmente comerciantes alemães, saídos das cidades do Santo Império que mercadejavam com a Europa, e mandavam para toda parte ativos caixeiros viajantes. Ao se estabelecer em Portugal, mandou vir Fernão de Loronha para Lisboa o pae, não sabemos si da Inglaterra ou da Alemanha, ou de outro lugar. Falecendo o progenitor, foi sepultado no mosteiro de S. Francisco, o que não significa obrigatoriamente tratar-se de um cristão de quatro costados. A opulência tudo vence, e consegue cousas até mais estranhas do que um jazigo em terra benta, concedido a indivíduos suspeitos de crença heterodoxa. Investigações realizadas na época demonstraram que muitos israelitas, tidos por conversos, e cuja fé era mais que duvidosa, foram sepultados em igrejas. Mas concluir que Fernão de Loronha devesse ser cristão novo, apenas porque Leonardo da Casa de Massér o confundiu com os judeus, a que o donatário de S. João se associara, é demasiadamente arriscado (31). Na

(31) v. *Prim. Pov. do Brasil*. 2.^a ed. 42.

armação de nau Bretoa o mesmo ex-sócio de cristãos novos passou a colaborar com um grupo de católicos italianos, como atesta Pietro Rondinelli, de onde uma cousa demonstra tanto como a outra.

{ A invasão olandesa não modificou entre os portugueses o direito á posse da ilha, que após a partida dos flamengos continuou na família do primeiro donatário, na pessoa do decendente João Pereira Pestana, filho de outro de igual nome, neto de Fernão Pereira Pestana de Loronha, contemplado por D. Sebastião I. Todos eles pouco fizeram pela ilha, como se pode verificar das narrativas dos viajantes antigos. } Passado meio século depois de Vesúcio, Ulderico Schmidel e seus companheiros da armada de D. Pedro de Mendoza, encontraram-n'a deserta. Precisamos esperar outro meio século para termos notícias de habitantes. Em 1602 Melchior do Amaral descreve a ilha que "*...está em tres graus e dois terços do polo Antártico, dista da costa do Brasil oitenta léguas, e alguns querem que cento; é pequena, áspera e pedragosa, tem alguns regatos de agua muito salobra e ruim, e alguns arvoredos silvestres e tem uns de fruto, e muitos de algodão, e não ha nela hervas algumas de comer; tem bom gado vacum; cabras e porcos, tudo bravo e nem um doméstico; tem muitos passaros marinhos e muitas rolas, mais pequenas que as que arribam a Espanha. Estavam trese ou quatorze escravos pretos, machos e fêmeas, e com elles um homem português por fei-*

tor". O tal indivíduo mostrou-se pouco serviçal para com os companheiros do narrador, que precisaram procurar sustento por sua própria iniciativa. Atiraram-se aos "...chamados rabi-forcados, (fragatas) de feição de minhotos, que se mantem de peixe, e eram porisso de malissima carne", que no princípio se deixaram matar com a maior facilidade, para depois se tornarem ariscos e difíceis de apanhar. A terra parecia esteril, mas com a mudança de estação começou a produzir beldroegas. Havia também "ratos" de pernas curtas que davam "saltos como pulgas", provavelmente ágeis preás, semelhantes aos habitantes dos brejos continentaes. Esses animaes, que poderíamos descrever como de aspéto entre a cobaia e o coelho, mataram a fome aos navegantes, assim como "caramujos", tartarugas e os ovos que deixavam nas praias. "Destas tartarugas" diz Amaral, "tomaram algumas tão grandes que não podiam dois homens fazer mais que levar um quarto de uma", e deviam ser mesmo de bom porte, descontado o exagero do narrador, porque alcançariam longa idade naquele meio semi-deserto, propício á conservação de chelônios seculares.

Cláudio d'Abbeville escalou no sítio a caminho do Maranhão, e lá encontrou alguns indícios da presença de um branco. Era o portuguez de Estácio do Amaral, porém, no seu verdadeiro aspéto de deliquente, motivo pelo qual se mostrava tão esquivo perante os marujos da nau *Santiago*. Praticava qualquer

delito em Pernambuco, sendo desterrado para a ilha em companhia de mais dezoito índios, homens, mulheres e creanças, todos “escravos”, de quem se esperava algum melhoramento no sítio. Os franceses tomaram conta daquele núcleo de povoadores mixtos, batizando-os, cazando-os, e como eles muito prezassem o seu convívio, levaram-n’os consigo para onde La Ravardière pretendia formar uma colónia francesa.

A ilha já estava muito mais provida de alimentos em condições de abastecer navios que aí tocassem, do que no tempo de Melchior Estácio do Amaral. Notou fr. Cláudio a mesma quantidade de preás, pombos (as rolas do viajante predecessor), pássaros do tamanho de “*ganços ou capões da Europa*” (que deviam ser as fragatas de péssimo gosto), e animaes importados, pouco antes desconhecidos na ilha, como bois, galinhas domésticas maiores que as de França, e outros antigos no lugar, taes como as cabras monteses, avistadas por Estácio do Amaral, além de “*Mellons, Gyromons Patates, poids verds, febves, & autres fruicts excellens, avec une grande quantité de Mais, & de Cotton*”, enumera Cláudio d’Abbeville.

O acaso favoreceu os expedicionários, que iniciaram tão auspiciosamente a empresa quanto desairosamente a terminaram. Até os índios apanhados na ilha lhes serviram ao chegar ao Maranhão. Entendiam-se com o gentio, porque estes eram parentes

e amigos dos que vinham de Pernambuco, uns desterrados para Fernando de Noronha em companhia do delinqüente branco — velho costume colonizador português — os outros emigrados pelo litoral acima, para fugir da escravidão. Dizia Alexandre de Moura, fidalgo comandante das forças lusobrasileiras empregadas contra os franceses, que os da ilha tinham sido raptados á força por La Ravardière. De qualquer modo, grandes serviços prestaram, em que provavelmente não entraria só a coação, pois no geral os índios, quando bem tratados pelos franceses, pressurosamente a eles se juntavam contra os portugueses. Era o jogo dos entendimentos políticos que se reproduz em toda parte, entre os que têm semelhanças de ambição ou de temores. Destarte, puderam desembarcar no Maranhão os companheiros de frei Cláudio d'Abbeville, providos de intérpretes e intermediários, que lhe pouparam o melindroso trabalho da aproximação do gentío.

Com a partida daqueles brancos da ilha, tornou a voltar o ermo atrás deles como no tempo de Vesúcio. Melhor diríamos, si não fosse o uso, “nas ilhas”, porque Fernando de Noronha é um arquipélago formado pelos mais altos picos de uma cordilheira submersa, descrito ha quasi um século por Beaurepaire Rohan, a qual, *partindo do Rio Grande do Norte, segue a direção média do N. E, e cuja crista se manifesta parcialmente nos baxios de S. Roque e na ilha das Rocas, que lhe fica a 20 legoas a oeste,*

formando dest'arte sytesma com a costa oriental da America Meridional" (32).

Permaneceram desertas a ilha maior e a da Rata, sem cultivadores nem defensores, até 1629, quando os olandeses as ocuparam, primeiro sinal das hostilidades dirigidas contra Pernambuco. Uma expedição de portugueses conseguiu ainda neste ano molestar os adversários, mas em 1625 o êxito decisivo dos batavos tornou-os donos por dezenove anos da antiga capitania de Fernando de Loronha. Descreveu-a João de Laet, sob a dominação dos seus patrícios "*a ilha ficara deshabitada (depois da partida de Cláudio d'Abbeville) entrando a ser cultivada pelos nossos belgas, os quaes já faz alguns anos trouxeram alguns habitantes e um pouco de negros*".

Garantiram a posse da ilha á moda portugueza, isto é, com os recursos da colônia formando uma base naval muito mais util para o invasor moderno do que para o antigo dos séculos 16 e 17. Hoje Fernando de Noronha pode dar á aviação inimiga o acesso de todo o litoral fronteiro, assim como inversamente colabora no sistema de sua proteção contra investidas aereas e marítimas vindas do oceano. Será no futuro a Helgoland brasileira, junto da qual várias veses passámos bem perto, ora de um, ora do outro lado do arquipélago, pela manhã ou ao anoite-

(32) Henrique de Beaurepaire Rohan. *A Ilha de Fernando de Noronha*,

tecer, entrevedo as ilhas envoltas em névoa quando se apagavam ou se acendiam as luses da colónia de presidiários, localizada na massa granítica indistinta nas trevas. A despeito do que diz o cap. Webster sobre a bondade do clima e atrativos do sítio, resentíamos pela realidade ou por sugestão, uma atmosfera abafadiça, quasi irrespiravel, parecendo-nos a rasão pela qual através dos séculos aquelas ilhotas nunca passaram de cárcere, até quando possam melhorar de finalidade, transformando-se em fortalezas.

O destino não se mostrou muito generoso em dons para com a capitania do mercador que D. Manoel I pretendia recompensar. 'Prezenteou-lhe com rochedos, providos sem dúvida' de terras aráveis e produtivas, que podem sustentar uma guarnição militar, mas que são de todo insufficientes para rezarcir qualquer sacrificio neles despendidos numa exploração financeira. Aparenta ainda o arquipélago qualquer cousa de mal assombrado, que, desde o principio do desbravamento, suggeriu aos governos a idéa de aproveitá-lo para castigo de criminosos. O seu isolamento era uma garantia de segurança para a reclusão dos inimigos da sociedade. O pico maior e os melancólicos penhascos circumvisinhos impressionavam tanto mais desfavoravelmente o antigo navegante de vela, quando lhe apareciam rebarbativos depois das alegres praias nordestinas, cujas alvinitentes dunas pareciam de longe a espuma do mar quebrando-se mansamente na orla costeira.

PARAIBA

Iniciado o povoamento de Pernambuco e Itamaracá, nem bem os portugueses e os mamelucos que iam aparecendo tiveram tempo de crescer em número, e já os corsários da Bretanha e Normandia obrigavam-n'os a desenvolver desmedida atividade na Paraíba. Esta nova capitania, situada em direção ao norte além do quinhão litorâneo de Pero Lopes, pertencia á corôa. Dispunha de uma franja costeira fértil, o "brejo" segundo a denominam os paraibanos, recortada de rios e ribeirões, em cujas margens se arredondavam densas florestas do melhor pau brasil que se podia encontrar. Naquele sítio, importantíssimo para o estabelecimento dos europeus, de forma alguma podiam os portugueses consentir no tráfico praticado pelos rivaes franseses. A situação geográfica da Paraíba fazia com que se tornasse o traço de união entre as povoações de cabo de S. Agostinho e a costa leste-oeste. Esse traço resumindo-se em uma estreita faixa habitavel, compreendida entre o mar e o ínvio sertão, bastava, emtretanto, pela sua fertilidade, para assegurar a passagem, o abastecimento e o esforço das expedições que seguiam para o norte. O interior da capitania

apresentava na vertente interna das serras marítimas o desolado aspéto de uma região flagelada pelas secas. Arriscar na era quinhentista uma caminhada pela terra a dentro, só era admitido como proesa ocasional, levada a cabo por um pequeno grupo de pessoas, individualmente providas de alguma farinha de guerra, com que tinham de se alimentar onde a caça era rara, a vegetação queimada, e o leito dos rios enxutos durante a estiajem. A falta de água podia matar de sêde o temerário que a desafiara. Conservam as crónicas do tempo a triste odissea de Pedro Coelho de Sousa e sua desventurada família, na tentativa que fizeram para se estabelecerem no Ceará. Além desse, muitos outros casos parecidos, ou mais lúgubres ainda, ficaram sepultos nos areaes do norte, acontecimentos pouco animadores para excursões sertanejas. De sorte que, a Paraíba caindo nas mãos de estrangeiros, interceptava (e provavelmente ainda hoje constituiria o mesmo escolho) o acesso do território norte do Brasil ás populações pernambucanas e seus visinhos. A perspetiva alarmou os coloniaes, e o governo metropolitano, no tempo dos Felipes, concedeu finalmente em auxiliar a gente de Olinda, Igarassú e Itamaracá, quando começava a dar mostras de exgotamento na interminavel luta contra franceses e gentio.

O norte da costa adjacente ás abandonadas terras de Pero Lopes, entrava, por determinação do governo metropolitano, para o rol das propriedades

reiunas. O seu desbravamento, comtudo, não foi realizado por colonos remetidos por el-rei, mas pelos habitantes das donatarias confinantes. As glebas aproveitáveis eram poucas, formando a extremidade da faixa florestal, que da embocadura do rio S. Francisco acompanhava a costa, e ia morrer estreita e falha nas marjens do Rio Grande do Norte. Em compensação o calor, a fertilidade da mata e a umidade produzida pela abundante irrigação do delta paraibano, tornavam aquele trecho ótimo para a cultura da cana de assucar. Quando os olandeses lá chegaram, descreveram-n'o com entusiasmo, julgando Commelyn, nada de mais expressivo para dar uma idea da região, que o relatório do conselheiro de Estado da Olanda, Servais Carpentier. Dizia ser, a Paraiba, das menores capitaniãs setentrionaes dos portuguezes, merecendo sem favor o segundo lugar depois de Pernambuco, pelo vulto do rendimento que dava aos cofres públicos, graças á cultura das suas várzeas, magestade de suas florestas, e segurança do porto que a servia: *“Traz o nome do rio que a divide em duas partes, sita á altura de 6 a 7 graus da linha equinoxial. Ao sul, do lado do mar, é limitada pela capitania de Itamaracá, da qual é distinguida por um marco (33), e no interior passa por tras desta capitania e vai ter a Pernambuco, compreendendo uma boa parte da grande mata do Brasil (mata em portu-*

(33) Commelyn 166.

guês no texto) *limitada ao norte pela capitania do Rio Grande, etc... etc...*". O termo limite é reconhecido por arbitrário pelo conselheiro, pois a extensão do território reiuno ia até onde podia alcançar a lavoura dos povoadores. Ficava, em suma, no mesmo sítio em que hoje permanece depois de quatro séculos de contínua exploração.

Carpentier é bastante fiel na descrição que vamos reproduzir, pois evoca o território como se apresentava no começo do estabelecimento dos europeus: "*O fundo desta capitania é montanhoso, cortado de vales como o das outras capitanias. Perto do rio Paraíba ha terrenos dadivosos, de terra pegajosa onde se planta cana de assucar. Os morros e vales também são aproveitáveis para culturas porém impróprios para a cana, sendo mais indicados para a mandioca, o fumo e outras plantações que vicejam facil e fartamente. Acontece de notavel que nessa região só as terras cobertas de matas são cultiváveis, matas que se apresentam cerradas a ponto de se tornarem intransponíveis, o que sempre foi o seu caraterístico. Daí os portugueses apregoarem na sua língua "Terra que bem se cobre a si, bem me cobrerá a mim (34)", e estas preferiam para se fixar. As partes desguarnecidas de mata eram despresadas porque "não tinham serventia alguma".*

(34) Em português no texto original.

Proseguindo, Carpentier considerava que alí se viam frequentemente extensões de seis ou sete léguas de comprimento, cobertas de vegetação seca refugada pelo gado de sorte que, *“la meschante terre ne sert à quoi que se soit”*. A boa, porém, recompensava cem vezes qualquer esforço nela despendido, rodeadas de outras, que, embora menos ferases, eram suscetíveis de serem melhoradas pelo trabalho e indústria dos homens.

A escolha da produção tinha, por conseguinte, de obedecer á qualidade do solo. Em certas manchas de terras, dava melhor a mandioca, mais adiante milho, ou arrô, numa entusiástica enumeração, que vamos dar agora no original francês : *“patates, melons, limons, citrouilles, choux saurgarts, concombres, & un peu d’anasses. Pour les fruicts d’arbres il y en croist une grande abondance, & de toute sortés il y à des oranges douces et sures, des bananas, pacovas, de 2 sortes de guaiavos, mangaves, des artichoux de 3 sortes, & des marconia pareillement, des noix de palmes, des cajoux en une si grande quantité qu’on ne les peut pas manger: tous les bois en sont pleins. . . Du temps que tout le pays estoit en paix, l’on y voyoit beaucoup de bestes à cornes. . . Les habitans ne tuent les vaches que quand elles sont vieilles, & les beufs lors qu’ils ne peuvent plus travailler. Il y à des brebis, des boucs, des chevres, en petite quantité, pour les pourceaux il y à en abondance. Les bois sont fort peuplés de bestes fauves,*

aussi les habitans se nourrissent le plus souvent de venaison, comme cerfs, biches, chevreaux, lievres, lapins & plusieurs autres que nous n'avons pas en ces quartiers. . . Dans les deserts & les lieux qui ne sont pas habités, on y entend & on y voit plusieurs oiseaux, les uns pour le plaisir, les autres pour la nourriture. Ceux de plaisir sont l'araras, en trois sortes de perroquets, & plusieurs ravissans pour la beauté de leur plumage, & d'autres très faciles à instruire à parler. L'on va à la chasse aux perroquets, & l'on mange ceux que l'on tire; il y en a souvent une si grande quantité qui volent, que l'air en est quelques fois tout couvert. Pour l'ordinaire cependant on y mange des perdrix, faisans, tourterelles, herons, beccasses, poules d'eau & autres; la guerre à presque exterminé les cocqs & poules d'Indes, mais on espère qu'ils foisonneront bientôt. L'on y void encore une espece de canards qui sont gros comme nos oyes. La mer & les rivieres sont fort fertiles en poissons, & il y en a une si grande quantité, que l'on se sert presque d'autres choses. Il y a aussi d'autres especes de coquillages, comme ommards de mer & de terre, qui sont dans les bois en si grande quantité, que les Indiens s'en nourrissent en les meslans avec leur farine. De façon que les habitans en temps de paix ont abondamment toutes sortes de nourriture, soit viande, soit poisson, soit pain, soit fruicts, soit boisson & peuvent aisement s'entretenir".

Esta descrição, que julgamos dever reproduzir com todos os seus pormenores para não perder o interesse informativo, assemelha-se á de Barleus acerca do mesmo sítio, porém mais extensa e pitoresca que a do poeta. Explica-nos a mágua dos índios, que da Paraíba e cercanias foram ter ao Maranhão e lá se queixaram a Cláudio d'Abbeville, cheios de saudades do Eden perdido. Barleus refere-se ligeiramente aos que ficaram na Paraíba, "...de estatura inferior á dos europeus, rezistem pouco ao trabalho. Habitam os paraibanos sete povoações. A principal é Pinda-Una, que conta 1500 almas, emquanto as outras somente 300. Cada uma destas aldeias consta de cinco ou seis casas oblongas, que se distinguem por pequeninas e numerosas portas, pelas quaes se entra e sae. Os índios andam nus, a não ser que uma pequena tanga cubra as partes virís dos homens e uma camisa de linho resguarde as mulheres. Gostam de estar junto das esposas e aparentam ciumes. Mostram-se bastante desleixados no criar os filhos, e incapases de tudo que é elevado, não lhes podem ministrar diciplina e boa moral, ficando presos á miseravel condição da sua natureza. Nutrem ódio ferós aos portuguezes, que lh'o o retribuem, considerando-os reus de perfídia, de ingratição e de falta de carater."

Emtretanto, na falta de outros trabalhadores, iam com eles se arranjando portuguezes e olandeses no cultivo da cana de assucar. Dizia a propósito Bar-

leus, que lhe vinha água á boca só de pensar na doçura do líqüido que escorria das moendas dos engenhos, num arroubo digno de ser ouvido pelos grandes deste mundo. Não obstante a narrativa do governo militar de Maurício de Nássau vir inçada de termos militares, encontrava o poeta meios para gabar a admiravel lavoura, e a não menos admiravel indústria que lhe rematava o produto, espantando-se de que, “*não se dome com tão brando alimento a barbárie, e que perdure a asperesa e ferócia dos costumes naqueles que se nutrem com esse nectar e ambrósia.*”

* * *

Narrava a história antiga que no ponto chamado Tracunhaem, nos limites das capitánias de Pernambuco e Paraíba, vivia um destemido povoador de nome Diogo Dias. Tendo alcançado dez mil braças de terra em sesmaria (35) de Jerónimo de Albuquerque, na várzea de Goiana, estabeleceu-se com os que se atreveram a acompanhá-lo, na margem esquerda do rio Capiberibe mirim, nos domínios duartinos, “*defronte do lugar em que se acha hoje*

(35) Sesmarias segundo as Ordenações Manuelinas e Filipinas eram “*as dadas de terras que foram ou são de alguns senhorios*” distribuidos pelo Estado a quem lh’as requeria, vindo o nome do governo de D. Fernando em que eram concedidas mediante o pagamento de uma sexta parte do produto que davam.

edificada a cidade daquelle nome", anotou Maximiliano Machado. A sua atividade foi mal recebida pelos índios da região, e pior ainda pelos franceses a traficar pelo rio da Paraíba e arredores. Instigados pelos interlopos, assaltou o gentio o esboço de fazenda dos lusos, trucidando aos habitantes. Escaparam casualmente um filho de Diogo Dias que estava em Portugal, e outro que se achava a passeio em Olinda.

A notícia da carnificina aterrou a gente de Itamaracá e Pernambuco. O governador Luís de Brito e Almeida pretendeu logo castigar os agressores, mas uma tempestade impediu que chegasse por via marítima a Paraíba. Do outro lado do oceano, o donatário nada podia a favor dos povoadores, absorvido como estava nos preparativos para a guerra de Marrocos em que devia acompanhar el-rei. Dos acontecimentos desfavoráveis aos lusos aproveitavam-se os franceses que infestavam os rios da região nordestina. Escrevia fr. Vicente do Salvador, descrevendo o maior de todos eles depois do S. Francisco: "*O rio da Parahyba, que nas cartas de marear se chama de S. Domingos... tem de largo huma legoa. Pelo rio acima huma legoa tem huma ilha formosa de arvoredo de huma legoa de comprido e hum terço de largo, defronte da qual está o surgidouro das naos, capaz de grande quantidade dellas e abrigado de todos os ventos, e chega ainda a maré pelo rio acima cinco legoas, por onde podem navegar grandes cara-*

velões. Tem huma varzea de mais de quatorze legoas de comprido e de largo duas mil braças, toda retilhada de esteiros e rios caudaes de agoa doce, que já hoje (em começo do século 17 quando fr. Vicente escrevia) está toda povoada de canas de assucar e engenhos, pera os quaes dão os mangues do salgado lenha para se cozer o assucar e pera a cinza de de-coada em que se limpa”.

Mas antes de chegar a tanto progresso, estava a Paraíba ocupada por índios, duplamente avessos aos primeiros povoadores lusitanos, não só pela sua selvajeria, como pelo contínuo trato com normandos e bretões, que aí vinham ter por conta própria ou fretados por ingleses. “*Em este rio entravam mais de vinte naus francesas todos os annos*”, informa o frade, “*a carregar de pau brasil, com ajuda que lhes davam os gentios potiguares, que senhoreavam toda aquella terra da Paraíba até o Maranhão, algumas quatrocentas legoas*”.

As operações militares provocadas pela matança de Diogo Dias, e que ficaram conhecidas por “*guerra dos potiguares, governando o Brasil Luis de Brito*”, serviram para obstar aquella invasão. Continuando, diz fr. Vicente que principiou, “*em a era de 1574, e della se seguiram tantas que duraram vinte e cinco annos*”. Inquietava vivamente o governo portuguez a morte do povoador, drama que podia muito bem ter sido instigado pelos franceses para

suprimir um estorvo ao seu tráfico. Apesar das preocupações do momento, lembrou-se D. Sebastião I de ordenar que fosse gente de Pernambuco a combater os índios, e substituí-los por povoadores portugueses, os quaes deviam, com seus estabelecimentos e alianças com o gentio amigo, levantar definitivo obstáculo á intervenção de ousados agentes dos mercadores de Southampton, La Rochelle e St. Malo (36).

Estando ocupado Luís de Brito de Almeida, assumiu o comando da expedição em seu lugar o corregedor Fernão da Silva, que reuniu forças a pé e a cavalo de Olinda, Igarassú e Itamaracá, entrando sem resistência no território dos Potiguaras, "*Os quaes, como o viram ir tão poderoso, não ousaram espera-lo, nem elle os correu mais que até a bocca do dito rio (da Paraíba), onde tomou delle posse em nome de el-rei com muita solemnidade de actos que mandou fazer muito bem notados e com este feito se tornou mui satisfeito a Pernambuco... Porém os Potiguares, que nem uma cousa entendem de actos nem termos judiciaes nem se lhes da delles, como não viram pelouros nem quem lh'os tirasse, se tornaram a senhorear da terra como de antes*".

O filho remanecente de Diogo Dias, Boaventura e um tal Miguel de Barros, de Pernambuco, homem

(36) v. *Primeiros Pov. do Brasil*, 2. ed. 54.

de recursos em dinheiro e escravos da terra, combinaram uma sociedade para levantar engenho em Goiana. Assaltados pelos índios, foram mortos depois de vender caro a vida. Mais tarde, no mesmo sítio, em tempos mais calmos, João Cavalcanti, filho de António e neto de Felipe o florentino, pôde reencetar a obra e leva-la a bom termo (37).

* * *

Neste momento ocorreu na história de Portugal o doloroso episódio de El Csar el Quebir, de tão funestas conseqüências para a gente portuguesa. Caira o exercício do poder nas mãos de um rapás, em que muitos vislumbraram um anormal empolgado por sonhos extravagantes. A causa da severidade daqueles autores vinha de que o consideravam, talvez com impropriedade, soberano absoluto, dono da consciência, vida e bens dos súditos. Ora, um governante nessas condições deve obter sempre êxito, porquanto no primeiro insucesso que o golpear, recairá sobre os seus ombros o inteiro peso do desastre a que se expoz, arrastando ainda atrás de si o povo inocente. No emtanto, si D. Sebastião desprezou os conselhos

(37) Por escritura de venda feita por Boaventura Dias de cinco mil braças de terra a 18 de Junho de 1577, a João Cavalcanti, morador no termo de Araribe, passada na vila da Conceição de Itamaracá. O cartório onde se efetuou a transação foi removido ao depois para Goiana.

da avó, do tio castelhano e dos companheiros de D. João III, só lhe foi possível a cartada militar em Marrocos, graças ao delirante entusiasmo que a empresa levantou entre a nobresa lusitana.

Ricos ou remediados, empenharam os fidalgos o que possuíam para acompanhar el-rei onde todos esperavam cobrir-se de glórias e riquezas. Era o velho espírito guerreiro peninsular que resurgia em Portugal; porém num tempo diverso de Pelágio e D. Enrique, a luta não mais contra califas cordoveses ou granadinos, mas nas areias africanas, fataes em caso de insucesso, porque aos combatentes cristãos não se deparava o abrigo das serras ibéricas. No caso que vencessem, tampouco encontrariam em o norte da África, com que cevar os sonhos ambiciosos, pois em nada se parecia com as terras admiravelmente cultivadas, que representavam na Espanha a diferença entre a soberba civilização mosárabe, e a rude existência dos semi-bárbaros visigodos.

Começara D. Sebastião I a reinar na altura em que se desenhava crise aguda na política exterior portuguesa. Sucedera á cautelosa regência da avó D. Catarina de Áustria, no reinado do qual apparecera a lusa monarquia como remanso venturoso na Europa do século 16, dilacerada por guerras, empeçonhada por convulsões religiosas. A singular tranqüillidade em que os portuguezes puderam se

expandir pelo mundo, aproveitando os conflitos das outras nações, ia por sua vez desaparecer no contágio geral. Na Espanha, fôra menos felís do que a irmã, o burocrata coroado que era Felipe II, o qual tinha de arrostar os mais complicados problemas do seu colossal império, sem nunca jamais ver-lhes a solução. Dos muitos que o molestavam, um se destacava pelos seus vários aspétos sociaes, religiosos e políticos.

A península ibérica saía de longos embates com maometanos, conservando ainda em Castela uma numerosa e não assimilada população árabe, que para mal dos pecados de Felipe II era composta dos seus melhores agricultores. Essas "*minorias*", que pareciam quasi "*maiorias*", mantinham relações com os correligionários de além Mediterrâneo. Do outro lado, no próximo oriente, os turcos adversários dos católicos chegavam ao auge do poderio no reinado de Solimão o Magnífico. Apresentavam os maometanos no século 16 o mesmo aspéto que os totalitários do século 20, infundindo pavor no mundo cristão, assombrado pela sua força e audácia (38). As po-

(38) Nas grandes negociações diplomáticas europeas dos séculos 15 e 16, vê-se a cada momento a preocupação inspirada pelos turcos e aderentes. "*Estavam de acordo os governos europeus de que os otomanos eram o flagelo comum da cristandade: "O perigo Turco é a principal de todas as fórmulas de chancelaria, aquilo que se chama técnicamente*

pulações de orijem latina próximas dos barbarescos viviam angustiadas, inclusive o Vigário de Cristo, freqüentemente alarmado pelas incursões de piratas desafiando-o na ourela dos Estados pontifícios. Nem os portuguezes no Atlântico se consideravam a salvo das suas algaras devastadoras. Muitas das populações de pescadores dos Algarves e adjacências sofriam assaltos em que as casas e igrejas eram saqueadas, e os habitantes remetidos como escravos para Argel e Tunes. No fim do reinado de D. João III, as duas preocupações dominantes da corôa eram na política externa — os franceses e o perigo marroquino.

Daquele momento ficou-nos uma frase popular que exprime as agruras do passo asiágo. A expressão — “*Mouros na costa*” — lembra até hoje o sobressalto padecido pelos aldeões com a repentina apa-

“*materia christiana, res christiana*”, e nunca se poderia encarecer bastante a oportunidade dos seus dizeres, que vêm a ser o A. B. C. do diplomata. A linguagem dos reis e embaixadores são variantes em torno do mesmo tema: “*Necessidade de união contra o Turco ameaçador; progresso dos Turcos; ezessos dos Turcos... Constantinopla... Jerusalem...*”. Luís IX rei de França censura o papa recorrendo ao avantésma, e preparava uma cruzada “*dont il se souciait fort peu*”, contra os infieis, porquanto a maior honra dos monarcas cristianíssimos era serem cruzados natos”. M. de Maulde La Clavière. *La Diplomatie au Temps de Machiavel*. I. 71.

rição de piratas argelinos, a perfazer no litoral o que os franceses iniciavam em alto mar.

Pouco antes de El Csar el Quebir, os portugueses tinham repellido em Masagão o cerco posto pelos moabitas. Em 1563, ajudaram os lusos a D. Garcia de Toledo na decida contra Pinhão de Beles, que foi tomado. Em abril de 1504, mandou el-rei fosse Lourenço Pires de Távora a socorrer Tânger, acometida pelo xerife Mulei Abdala, que se retirou derrotado como já o fôra em Masagão. Continuava assim na África a velha porfia espanhola entre mouros e cristãos. A luta se encruava, para mais, com ódios religiosos, ambições de conquistas dos cristãos, e reconquista por parte dos mouros, além de questões internas e intrigas de toda a espécie.

Felipe II era dos mais prejudicados pela visinhança, que lhe sucitava grandes dificuldades nas províncias habitadas por mussulmanos. Rasões tinha de inquietação, muito maiores que as do sobrinho, porque precisava rezolver o mais depressa possível o caso das minorias árabes, ao passo que a D. Sebastião mais valia contemporizar, embora se mantivesse vigilante, como tinham feito D. João III e Da. Catarina. A pessoa do espanhol era a antítese do rei português, tão avisado, Felipe II, astuto e mulherengo, quanto o sobrinho era exaltado, casto e inexperiente. Ambos os monarcas deviam, emtretanto, colaborar na complicada questão da

mourisma, com interesses e aspirações nem sempre armônicos. Desde muito, permitia o Escurial que da Espanha se fizesse ativo contrabando de armas para a África do Norte, á vista dos proventos que o ilícito comércio trazia ao depauperado tesouro espanhol. Daí sobrevinha a burlesca situação: enquanto os portugueses se preparavam sob o sinal da cruz a invadir a terra infiel, recebiam os mussulmanos armamento temperado nas antigas forjas árabes de Toledo, que tinham caído na posse del-rei Católico.

A grande atenuante do erro de D. Sebastião, em se aventurar no litoral africano, reside na hostilidade moabita contra as bases navaes marroquinas da navegação portuguesa. Para termos idea, basta ler as reflexões a respeito de D. João III ao vedor da fazenda conde da Castanheira, que damos em nota no fim do volume por ser matéria algum tanto fora do nosso assunto (39). Compreende-se, pois, que ao impulsivo jovem se afigurasse magnífica oportunidade, aproveitar-se das discórdias que surgiram entre as hostes do tradicional inimigo, para vibrar-lhe o golpe decisivo.

As mesmas faltas de solidariedade que havia, entre os cristãos, se repetiam do outro lado do estreito de Gibraltar entre os maometanos. Uma série de incidentes políticos provocados pelos Beni-

(39) cf. in nota I no fim do volume.

Sad, senhores do Magreb el Acsa — que ia se tornar o Marrocos para os europeus — retalhavam as tribus da região. De Sus, no começo do século 16, os Beni se apoderaram da zona submetida á influênciada dinastia bérbere de Fes. Com a vitória, acendrou-se-lhe a ambição, passando a pregar a Guerra Santa cõtra os portugueses. As praças de Safi e Asemur foram tomadas a partir de 1541. Em 1553 tornam-se donos do território Vatassida, aterrorizando os presídios ainda em mãos dos europeus, dando impressão de que cousa alguma lhes resistiria. Mas, desses mesmos sucessos, naceram rivalidades entre os decendentes de Mohamed el Mahdi, que obrigaram o seu neto Mutauaquele a procurar refúgio entre os portugueses. Supoz D. Sebastião I ter chegado o momento de intervir na África, como de ha muito almejava. Tanto mais sedutora lhe parecia a empresa, á vista do árabe lhe assegurar bastarem quatro mil soldados para restabelece-lo no poder, onde seria fiel aliado de Portugal.

Os dizeres de Mutauaquele eram absurdos, e suas promessas duvidosas. Elevaram-se as pessoas de bom senso contra os planos do rei, mas a nenhuma delas quiz ouvir, continuando nos aprestos da jornada. Ajuntou o confiante mancebo, após muitas dificuldades, um pequeno exército, e cometeu erros sobre erros, desde a organização da campanha até os planos de guerra. Logo no início das hostilidades, reforçou as tropas de Tânger, adelgaçando

ainda mais os minguados efetivos que o deviam acompanhar. A seguir, empreendeu marcha prejudicial para as tropas europeas, num deserto quasi sem água, sob calor sufocante, rodeado da chusma de inimigos, que a agressão cristã tivera o condão de ajuntar em torno do usurpador Abd el Malec.

Na batalha travada em El Csar el Quebir, distinguuiu-se honradamente Jorge de Albuquerque Coelho, irmão do donatário de Pernambuco. Experiente de cinco anos de guerrilhas na América, em que a surpresa entrava tanto quanto a coragem nos embates corpo a corpo, percebeu o fidalgo a certa altura a confusão produzida pela inércia do rei, completamente apalermado ante os resultados da sua imprudência. Bradou o jovem fidalgo: "*Que não espere que a artelharía dos mouros cause maior desordem*", conseguindo sacudir as forças desnorteadas pela carência de chefe. Os aventureiros do exército português (tropa de choque mercenária) arrojam-se ao adversário. D. Sebastião desperta e dá ordem geral de atacar, cumprida com ímpeto pelos que os acompanhavam (a versão de que nos inspiramos é unicamente portuguesa). Alguns combatentes árabes fraquejam. No esforço de conte-los sucumbe exausto Abd el Malec, que estava doentíssimo, nas vascas da morte, sustentado apenas por um resto de selvagem energia. O passamento é occulto ao exército magrebino. Um renegado português, Reduão, homem de confiança do xerife, con-

tinua a dar ordens em seu nome, e com o estratagemma assegura a vitória dos moabitás. Na confusão, que invade a tropa lusitana, encontra-se o rei com Jorge de Albuquerque Coelho, muito ferido de uma bala na virilha direita, e tres ou quatro cutiladas nas pernas. Pede-lhe o soberano o cavallo, “*si o fidalgo ainda estava vivo e são*”, restringia, para aceitar o ginete, porquanto na desordem crescente o único meio de um ferido poder se salvar era a velocidade da montaria. Jorge de Albuquerque, rebento do velho adail que arriscara a vidã em cem refregas pelo seu rei e senhor, com a ajuda dos soldados que o tomam nos braços, consegue entregar o cavallo a D. Sebastião. De nada adeantou, porém, o sacrificio, porque logo caía morto o pobre moço, na derradeira solução que lhe restava depois de arriscar em terra inimiga a corôa dos seus antepassados.

Jorge de Albuquerque e seu irmão foram presos pelos mouros, resgatados no fim da guerra e remetidos para Portugal. O donatário de Pernambuco não pôde rezistir aos ferimentos que também recebera, vindo a falecer deixando a Jorge a direção da capitania (40). Sofriam os Albuquerque Coelho o mesmo destino da nobresa do reino, ceifada em

(40) “*Jorge de Albuquerque Coelho... comprou na Cidade de Evora hum cavallo ruço, e era cousa tão boa, que por isso foy muy gavado a El Rey, o qual o dezejou muito, e para o poder alcançar se fizeram grandes diligencias, sem lhe dar a entender quem o pertencia...*”, e como D. Sebas-

África, e arruinada em Portugal, pelas despesas feitas antes da batalha, e resgate que teve de pagar pelos sobreviventes depois da derrota. Ainda Jorge podia se considerar felís em comparação com o destino dos companheiros de infortunio, porque os seus bens estavam do outro lado do oceano, onde o surto da lavoura assucareira começara a lhe opulentar a casa.

O triunfo obtido sobre os cristãos cobriu de glória a nova dinastia xerifiana. Ahmed, filho de Ab el Malec, medíocre soldado, tornou-se El Mansur, o vitorioso, e a seguir El Dahabi, o Dourado, de tantos que tinham sido os despojos dos portugueses. Entusiasmado pelo epílogo da luta, forte de rico tesouro de guerra produto do resgate da nobresa lusitana, resplandecente de prestígio entre os mouros, como antes dele xerife algum alcançara,

tião não o conseguisse por esse modo, pediu-o diretamente ao fidalgo. Recuzou Jorge alegando, "*Que com aquella cavallo havia de acudir a El Rey em occasião de muita necessidade*". Consideram os cronistas do tempo, e Jaboação que os transcreve perfilha a notícia, ser muito possível a providência, porque fôra o fidalgo pessoa muito virtuosa, "*e há quem lhe da o titulo de Santo*", diz Jaboação, impressionado pelo episódio da batalha de El Csar el Quebir, em que Jorge de Albuquerque Coelho cede o ginete a D. Sebastião.

Varnhagen menciona a tradição existente entre portugueses antigos, de que nos curativos applicados a Jorge durante sete meses depois da luta, tiraram-lhe 20 ossos. Ca-

Ahmed enviou uma expedição de renegados (convertidos ao maometismo, os famosos andaluses do exército xerifiano, e outros cristãos que nem sequer se davam o trabalho de mudar de crença) para lhe conquistarem o sonhado manancial de riquezas que supunha ser o Sudão. Mal sucedidos na primeira tentativa, os mercenários obtiveram êxito na segunda, desta feita graças a um caudilho espanhol. Daí creceu de ves o poderio de El Dahabi e os recursos de que dispunha. Canalizavam-se para as arcas marroquinas os réditos do antigo império Sonrhai, avolumadas pelas da imensa região de Tânger á Nigéria e Tombocotum, abrangendo as salinas de Tandeni, os empórios de escravos negros e a região do pó de ouro, que tinham atraído os portugueses no século 15. A indústria do assucar veio, entre outras, também engrossar o caudal, juntamente com o ativo comércio das cidades de Marrocos. Nessa prospe-

zara-se duas vezes com parentas suas, da casa de Menezes, a primeira com Da. Maria em 1583, a segunda com Da. Ana de quem houve o seu sucessor Duarte de Albuquerque Coelho, e o eroe de Pernambuco contra os olandeses Matias de Albuquerque. O seu resgate e as dívidas deixadas pelo irmão morgado foram pagas em grande parte com dinheiro vindo da capitania. A 12 de Junho de 1589 escrevia pedindo munições para Pernambuco, e queixa-se de não lhe receber as rendas. A situação do nordeste não era boa por causa da guerra dos índios, mas dessa data em diante melhorou muito. cf. *Jaboatão Orbe Seraphico* II. 178. *Varnhagen História Geral do Brasil* I. 499.

ridade, os soberanos da Europa disputam-lhe a aliança, e solicitam empréstimos, que a pleora do tesouro permite conceder, e em todas as praças os ducados xerifianos são considerados excelente moeda.

No reinado do venturoso Ahmed, surgiram nas cidades marroquinas numerosos edifícios, com exes-
so de ornatos, "*d'un luxe qui sent le parvenu*", escreve Henri Hauser. Importaram-se mármore e artífices da Italia, protegeram-se sábios, e provida de bom ou de mau gosto alargou-se a cultura marroquina, juntando El Dahabi mais um título á sua coleção, o mais belo de todos, o de Sábio dos Califas e Califa dos Sábios.



A notícia do desastre português começou a influir assim que chegou á colónia. Estava preparada uma decida guerreira, para "*a conquista da povoação do rio da Paraíba*", sob comando do ouvidor geral Cosme de Macedo, e do provedor mor Cristovam de Barros (41), o "*sagaz e prudente e bem afortunado nas guerras*" de que fala fr. Vicente do Salvador. Porém á vista dos acontecimentos, ficou

(41) Filho bastardo do primeiro provedor mor del-rei no Brasil, António Cardoso de Barros devorado pelos Caetés em companhia do bispo Sardinha.

suspensa, não obstante a despesa feita, indo apenas de Pernambuco para aquele lado o capitão João Tavares com alguma gente. A região visada fôra concedida a Aires da Cunha e João de Barros, começando os seus limites na Baía da Traição e indo até o Ceará. O insucesso desses donatários, cuja expedição colonizadora fracassara por completo, como adiante veremos, deixara abandonados litoral e sertão, onde franceses costumavam comerciar com tribus que os povoavam.

Contentou-se João Tavares em levantar uma tranqueira no sítio, depois conhecido por Porto da Casaria, demorando em paz com o gentio. Taes medidas, si eram bem avisadas por um lado: levando em conta as poucas forças de que dispunham os expedicionários: por outro lado, eram de todo insuficientes para o verdadeiro fim dos portuguezes. Reclamaram os povoadores contra a apatia dos poderes públicos, incapases de conquistarem as terras e os escravos de que necessitavam para levantar engenhos. Para contenta-los, foi nomeado comandante dos portuguezes Frutuoso Barbosa, conhecedor daquelas parajens, dezejoso de arrenda-las por conta própria. Recebeu de Portugal dilatados poderes de D. Enrique, e promessa de auxílios, afim de efetivar a posse do governo sobre rios e várzeas, e permitir que os primeiros sesmeiros construíssem os estabelecimentos necessários para afugentar fran-

ceses, e remover mais obstáculos perturbando a fronteira.

As duas expedições que Frutuoso organizou malograram-se; a primeira não chegou em 1579 a entrar em campanha; a segunda é que foi avante, em 1582, auxiliada por Simão Cardoso, capitão mor de Pernambuco, que seguia por terra enquanto Frutuoso subia rio acima em caravelões (42). A meio do caminho, encontrou a expedição sete ou oito naus francesas, descuidadas, algumas a monte, os tripulantes e índios das redondezas atarefados em carregar-las de pau brasil. Houve combates em que depois de algum êxito morreu o filho de Barbosa e fracassou a tentativa. Desanimados regressaram os portugueses. *“E assim ficou tudo como dantes, os inimigos mais soberbos e as capitaniás visinhas em risco de se despovoarem”*, comenta fr. Vicente do Salvador.

Manifestavam-se então as conseqüências mais importantes do desastre de El Csar el Quebir. A corôa de Portugal passara do moribundo D. Enrique para Felipe de Castela. Conservaram os portugue-

(42) A expedição de 1579, á custa de Frutuoso Barbosa, foi atirada por temporaes ás Índias de Castela e de lá tornou ao reino. A de 1582 decorria do Regimento que a Frutuoso outorgou Felipe II, e dos socorros concedidos pelo governo consistindo numa armada de quatro velas, soldados, artigos para resgates e munições. v. Varnhagen *Ha. Geral II. 49* in nota. Max Machado 48. Galanti 340.

ses um simulacro de autonomia, mas a direção dependia de “*el rey papelero*”, como chamavam os espanhoes ao filho de Carlos V. Do monarca luso que a vida eclesiástica vedara deixar decedentes, último representante legítimo da dinastia de Avís, cujo benéfico governo desgraçadamente para Portugal fôra demasiadamente curto, resvalara a corôa nas mãos do Habsburgo contencioso, espreitado por inumeráveis inimigos, sedentos em partilhar entre si o colosso de pés de barro que era o império espanhol. Nos acontecimentos posteriores á união das duas monarquias, ficara convencionado que as operações militares deveriam ser realizadas com os recursos associados de Portugal e Espanha, e assim como os portugueses dariam o seu concurso na Europa contra a Inglaterra, na luta entre Felipe II e Isabel Tudor, os espanhoes acudiram os luso-brasileiros no combate aos franceses. Na circunstância, mal sabiam os habitantes da grande colonia sul americana, que iam ensaiar campanhas contra adversários muito mais poderosos, em vésperas de assolarem os mares do Brasil com inúmeras naus de guerra.

Uma armada castelhana, comandada por Diogo Flores Valdês, dirigia-se ao estreito de Magalhães com a missão de policiar os mares sul americanos, elevar fortins e lançar as bases de povoações na costa. Tencionava o governo espanhol proteger desse modo as suas colónias no Pacífico, contra

assaltos parecidos com os de Francis Drake em 1579. Golpeada por uma série de temporaes, a armada, das mais importantes que até então os governos ibéricos tinham mandado á América (43), teve de voltar do estreito de Magalhães, arribando á Baía, onde fundeou em 1584.

Padeciam na ocasião os povoadores visinhos da Paraíba grandes apertos. Muitos engenhos haviam sido saqueados e queimados pelo gentio, que matara brancos e destruíra lavouras, deixando a capitania de Itamaracá quasi abandonada. Pediram os seus habitantes socorros ao governador Manuel Teles Barreto, que se entendeu na Baía com Diogo Valdez, ficando rezolvido a ida de uma expedição contra os Potiguaras. Zarpou o espanhol da Baía, com sete naus da armada, e mais duas portuguezas que se lhe ajuntaram. As forças de terra reunidas em Pernambuco, que deviam subir pela costa para atacar o gentio, tiveram por comandante um desvelado funcionário, o ouvidor geral Martim Leitão, auxiliado pelo governador D. Felipe de Moura e por Frutuoso Barbosa. No rio da Paraíba depararam-se-lhes cinco navios franceses, que foram queimados.

(43) Saira de San Lúcar a 25 de setembro de 1581. Compunha-se de 23 naus de alto bordo, cinco mil homens de mar e guerra, tendo António Paulo Corso como piloto geral e Pedro Sarmiento para governador dos fortes a serem erigidos.

Em terra, os índios não ofereceram maior resistência, escondendo-se na mata á espera de ocasião favoravel para atacar os inimigos. Vencidos os adversários apparecem entre os vencedores sintomas de desinteligência. No Regimento dado a Frutuoso indicava-se o sítio chamado do Cabedelo para aí levantar um forte na margem direita da fós do rio. Valdez, no emtanto, escolheu a esquerda, defronte da ponta ocidental da ilha da Restinga, onde elevou o forte batizado S. Felipe.

Necessitando volver á Espanha, certo de que resolvera a situação, partiu Diogo Flores de Valdez e deixou a Francisco Castejon, ou Castrejon, o encargo de terminar as fortificações, e o comando de cento e dez espanhoes. Desgostou esta nomeação a Frutuoso Barbosa, que se julgava com mais títulos ao cargo. Por sua ves, contrariava a Castrejon a preferência dada pelos portugueses ao seu competidor quando se tratava de obter socorros em Pernambuco, e á medida que se alargava a desunião entre os súditos das duas corôas, avolumava-se o perigo índio fomentado pelo branco inimigo. Uma tentativa infelís de portugueses, surpreendidos por uma cilada em Leritiba ou Reritiba (44), e a chegada de naus francesas á Baía da Traição, peorou de muito as condições dos espanhoes. Sob a chefia de interlopos, aliaram-se os velhos adversários Tabajaras e

(44) Lugar onde ha muitas ostras em Tupí.

Potiguaras, num vasto conagraçamento de guerreiros chamados á luta contra os brancos, desde o litoral até a serra de Copaoba.

Sitiado no fortim, perdeu o arrogante Castejon a sua jactância, e não teve outro remédio sinão implorar socorro das capitânicas visinhas, no que foi apoiado por Frutuoso Barbosa, temeroso de ver perdidos os esforços, que ele e muitos povoadores tinham despendido na conquista da várzea paraibana. Mandaram-lhes alguns homens brancos comandados por Pero Lopes Lobo, capitão de Itamaracá, e Gaspar Dias de Moraes, veterano das guerras nas Flandres onde combatera nos exércitos espanhoes. Repelidos os índios, tomadas as naus francesas, pôde a guarnição do forte respirar até 1585, quando se formou outro levantamento de Potiguaras. Era ainda a consequência dos manejos franceses, pois os reforços que receberam eram encabeçados pelo famoso Piragibe, ou Braço de Peixe, amigo dos corsários, seguido dos inúmeros Tabajaras que lhe obedeciam.

Reuniram-se os homens "*bons*" de Olinda (subentenda-se os ricos ou os indivíduos com algum tirocínio militar) e após discutirem sobre as medidas que se faziam necessárias, começaram com grande diligência a organização da campanha. As despesas foram endossadas pelos principaes, "...*porque no Brasil tudo se compra fiado*", informa fr. Vicente do Salvador. A expedição era che-

fiada por Martim Leitão, tendo a secunda-lo o cunhado Francisco Barreto, e os diversos corpos de combatentes chefiados por Gaspar Dias de Moraes, que estivera na Paraíba na campanha anterior; um tal micer Hippylytho, "*antigo e mui prático capitão da terra*", citado por fr. Vicente, provavelmente italiano; Ambrósio Fernandes Brandão, o suposto Brandônio dos *Diálogos*, e Fernão Soares, estes dois últimos eleitos capitães dos mercadores. Pedro Cardigo, Simão Falcão e Jorge Camelo, eram os capitães das Companhias de Ordenanças; Manoel Leitão caminhava na vanguarda; João Paes capitão do Cabo de Santo Agostinho, "*muito rico, que fez nesta jornada por cima de todos*", assumira o comando da retaguarda; João Velho Rego, capitão de Igarassú e Pedro Lopes capitão de Itamaracá, tinham sido companheiros de Gaspar Dias de Moraes na outra guerra antes de figurarem com ele na presente; Cristovam Paes d'Altero, Antonio Cavalcanti, Baltasar de Barros, terminavam o rol como capitães dos Guiões de Cavalos. "*La mais hum filho do capitão Antonio de Carvalho com a sua bandeira por elle ficar doente, que em todas as jornadas fez muito bem*", acrescenta fr. Vicente do Salvador.

A expedição bateu o Piragibe em Tiberí, por repelir o índio os acenos de paz, que lhe faziam em nome de Martim Leitão o língua Simão Falcão e os jesuitas Jerónimo Machado e Simão Tavares. Desconfiava que os portugueses não lhe perdoassem a

carnificina de Gaspar Dias de Ataíde e Francisco Caldas, indo Martim Leitão encontra-los “fortificados nua forte cerca, sem se quererem render, nem os nossos os poderem entrar: eis que hu padre nosso “conta Fernão Guerreiro na sua relação impressa em 1605, “que sabia bem a língoa, & era muy animoso, confiado em Deos, salta por cima da cerca dos imigos, & metesse cõ elles, arriscãdose... ser logo comido: & abrindo os braços, lhe começa a pregar na língua paz, paz, sejamos amigos, & outras palavras brandas & amorosas, as quaes teueram tanta força com elles, & elles ao padre em o vêdo tão respecto, que, depostos os arcos, se cruzarão diante delle, & renderam, & entregaram a terra, onde logo se fez pouação, & se começarão a fazer engenhos, & foi crescendo de modo, que ha ja oje oito ou noue, de que sua magestade tem muy boa renda, & os Franceses forão dalli lançados, & o grosso trato, que tinhã do pao (brasil), ficou todo de sua magestade; & aos Indios poseram logo os padres em aldeas, & os começaram a cultivar & doutrinar”.

O relato do sábio jesuita, em ortografia prefonética, traz ainda o sabor milagreiro dos escritos quinhentistas, em que talvez fossem elaborados, bem antes da publicação das Ánuas. Todavia, devemos reconhecer o indubitavel alcance da doutrinação do missionário, quando no trato com as tribus, juntava ao conhecimento da língua o da psiquê do gentio, completando a ação das forças armadas. Causa

comtudo pena, não ser o esforço correspondido na maneira e finalidade pelos povoadores. Aproveitavam-se os reinos da evangelisação, para ao depois inutiliza-la com a caça de escravos, destruindo em horas o que custara anos de sacrifício e de inteligente labor.

Antes de proseguir nas vicissitudes das relações entre missionários, índios e portugueses, temos ainda de voltar á campanha destinada a socorrer Castejon, e ás que lhe seguiram, sobre as quaes pouco ou nada fala Fernão Guerreiro. A expedição vencedora dos franceses, a que nos referimos, encontrou os espanhoes tão maltratados pelas hostilidades de inimigos brancos e índolas, como pelos "*ruins ares*" do sítio onde fôra erigido o reduto. A primeira fase do intento dos expedicionários estava cumprida; faltava a segunda, mais complicada, rezidindo na fundação de um povoado de maiores recursos para os portugueses, que o simples casario dos soldados de Castejon, mal protegido pelo forte de S. Felipe. Não tendo sido possível haver acordo entre os súditos de vária orijem del-rei, que passara a cumular na sua magestade os títulos de Portugal e de Espanha, e irrompendo surto de disenteria entre as forças, deu-se a retirada obedecida de muito má vontade pelo ouvidor Martim Leitão, "*o qual não se quietava nem contentava, dizendo não ter feito nada, pois não ficava levantada povoação*

na Paraíba”, (fr. Vicente do Salvador). Em consequência sucedeu no forte Pero Lopes a Frutuoso Barbosa.

A despeito da aparente vitória, ou melhor, ocupação militar da Paraíba, ardiam intrigas, com os “*mexericos*”, a provocar malquerenças entre o provedor Martim Carvalho e os do forte, até que estes irritados e enfraquecidos pelas anteriores desinteligências de Pero Lopes e Castejon, abandonaram as posições. Perdera-se o trabalho de todas as decidas anteriores. De nada serviu a prisão de Castejon sob o pretexto de incúria e insubordinação, e remete-lo para o reino — onde por sinal foi posto em liberdade sem que nada lhe acontecesse — a conquista da Paraíba parecia completamente malograda.

Valeu aos portuguezes a versatilidade do índio. Tabajaras e Potiguaras hostilizavam-se com mais fúria que espanhoês e lusitanos. Não desprezou Martim Leitão a ajuda da providência, entrando logo em entendimento com o Braço de Peixe, empregando manhas, gabos, promessas, “*vestidos finos e outros mimos*”, segundo fr. Vicente do Salvador, que aduz o seguinte comentário, bem expressivo sobre o estado de espirito da colônia de 1530 a 1630, “...e com grandes defesas que não houvesse algum genero de resgate, de que o ouvidor como experimentado, era muito inimigo, e com razão, que isto é o que danna o Brasil, maiormente quando é dos indios, pois com titulos de resgate os cativam”.

Como muitas vezes acontece em empreendimentos semelhantes, a prudência e devotamento de um homem era mais util que numeroso exército. O trecho adiante da narrativa de fr. Vicente consagra Martim Leitão como primeira figura da conquista da Paraíba: "*Pera se aperfeiçoarem estas pazes pareceu necessaria não se perder tempo, antes ir-se logo fazer um forte, recuperar a artilharia de outro e assentar a povoação. Pera o que por todos foi assentado que ninguém podia fazer todas estas cousas sinão o ouvidor geral Martim Leitão, ao qual pediram e requereram todos, e elle aceitou por serviço de Deus e de el-rei e por bem destas capitánias*".

Partindo com amigos e creados (45), pedreiros e carpinteiros, e os missionários que o tinham seguido já da outra vez no Tiberí: "...e todo o recado necessario pera fazer o forte", chegou a Paraíba, onde com muito segredo começou a escolher o sítio mais próprio. Auxiliaram-n'o entre outros Frutuoso Barbosa, Manuel Fernandes, Duarte Gomes da Silveira e João Queixada ou Quesada, talvez o mameluco morador em Paraíba de que fala a Visi-

(45) Duarte Gomes da Silveira; António Lopes de Oliveira, de Olivença; António de Barros Rego; Francisco Pereira; João Tavares; Heitor Fernandes; Francisco Madeira; Miguel Ribeiro; João Nunes; Simão de Andrade; João António Pamplona; André Magro de Oliveira; Gomes Martins e Christovam Lins.

tação do Santo Ofício (46). A respeito da jornada diz fr. Vicente: “Ao outro dia o ouvidor geral, ouvindo missa antes de sahir o sol (que caminhando e andando nestas jornadas sempre a ouvia), foi logo a pé ver alguns sitios, e á tarde a cavallo até o ribeiro do Jaguaripe, pera o cabo Branco e outras partes, com que se recolheu á noite resolutu ser aquelle em que estavam o melhor, onde agóra está a cidade, planicie de mais de meia legoa, muito chã, de todas as partes cercada de agua, senhor do porto, que com um falcão se passa alem, e tão alcantilado que da prôa dos navios de sessenta toneis se salta em terra, donde sahe um formoso torno de agua doce para provimento das embarcações, que a natureza alli poz com maravilhosa arte”.

O lugar tinha para mais a vantagem de possuir cal em abundância, facilitando o trabalho da alvenaria. Adeantados o forte e as casas da povoação, a vila foi denominada Filipea por causa do primitivo forte de S. Felipe, ponto de partida da cidade da Paraíba, hoje tão absurdamente e provincianamente rebatizada, leviandade aberrante á vista dos parai-banos abrirem no passado louvabilíssima exeção entre brasileiros, reverenciando apelidos tradicio-

(46) Maria de Azevedo declarou em 1593 perante a mesa do Santo Ofício ser filha de “Joam Queixada ho Portugues cristão velho mamaluco filho de homem branco e brasilia” (índia).

naes, como atestam as ruas e logradouros da antiga cidade. Ninguém pode evitar esta lembrança quando percorre a nomenclatura até pouco tempo ainda em uso, como o “*sítio do vigário*”, a “*ilha do Peixe*” e ao depois “*Retumba*”, a “*Rua Nova*”, e fora da capital o “*Varadouro*”, e o “*Cabedello*”, as igrejas antigas, os conventos, e tantos outros teatros de glórias locais. Mas voltando á futura Paraíba, assentada a artilharia e demais pertences da defesa, ficou no forte Cristovam Lins para terminar a obra, enquanto Martim Leitão ordenava a Duarte Gomes combate aos índios refugiados na serra, e ele mesmo partia em campanha contra os franceses do litoral antes do ânimo do gentio aliado aos lusos “*se não esfriar como já começava*”. Em janeiro de 1586 encontrava-se o capitão de volta (47), recebendo duas notícias: uma, as felicitações do rei: outra, menos alviziareira, consistindo no aviso da nomeação do espanhol Francisco Morales, feito comandante do recém-edificado presídio.

O castelhano tomou posse do cargo, recolheu o resto de soldados de Castejon e os juntou aos que trazia consigo. O forte parecia desta vez bem guardado, quando surgiram dificuldades internas a de-

(47) Nesse momento os portugueses vieram a saber de que “*ser já passado todo o gentio inimigo da outra banda*”, que significava a intensificação do êxodo dos índios para a costa leste-oeste em demanda do Maranhão.

bilitar-lhe a defesa. Deixara Martim Leitão um lóco tenente na chefia dos portuguezes, que se mostrou pouco disposto a obedecer a um odiado rival. As dificuldades conseqüentes, não impediram todavia o rápido desenvolvimento da lavoura europea, nas férteis glebas das visinhanças. Fr. Vicente descreve como progrediram, *“Ficando a capitania da Paraíba na forma que dissemos... entregue ao capitão João Tavares, começou logo a fazer um engenho não longe do el-rei, com que corria um Diogo Correia Nunes, e pelo conseguinte os moradores muito contentes começaram logo a plantar as canas que nelles se havia de moer e a fazer suas roças (que assim chamam cá as granjas ou quintas dos mantimentos, frutas e mais cousas que a terra dá)”*. Prosperariam os lavradores do modo mais auspicioso, apesar das desinteligências das suas forças armadas, si não fosse a volta dos interlopos a alvo-roçarem a capitania. Tornou-se necessário. pedir socorro, pois os franceses se tornavam ameaçadores a bordo de sete naus, e a indiada levantava-se em tumulto estimulada pela presença dos velhos aliados. Além desses perigos, veio agrava-los mais um, gerado pela discórdia entre espanhoes e portuguezes: o capitão Morales desistiu de combater o inimigo, ou por escassês de abastecimentos, ou por qualquer outro motivo, retirando-se para a Espanha. Teve novamente Martim Leitão de acudir a Paraíba, improvisando de momento uma expedição de algumas

forças, pois não convinha de modo algum deixar que os índios amigos fossem dispersados pelo gentio adverso, sob comando dos franceses.

Nas tropas que marcharam contra os corsários aparecidos na Baía da Traição, havia de tudo: — portugueses, espanhoes, pernambucanos, itamaraquenses, brancos e mamelucos, igualmente animados do maior entusiasmo. Na campanha deram-se vários lances notáveis. O sargento Diogo Árias recebeu nada menos de quatorze frechadas, merecendo o epíteto de “*espantoso soldado*” de fr. Vicente do Salvador. Não menos digno de encômios se mostrou o alcaide de Pernambuco, Bartolomeu Alvares, “*mui valente e esforçado soldado que era africano*” (isto é, veterano de lutas em África), assim como muitos dos seus companheiros. A luta era deveras árdua entre o pequeno número de luso-hispanos-brasileiros, ás voltas com a legião de índios ativamente auxiliados pelos franceses. O espírito inventivo de Martim Leitão procurou, na conjuntura, compensar com meios novos de guerra a escassês da sua tropa, insufficiente para combater o inimigo abrigado em obstáculos naturaes que lhe serviam de trincheira. A defesa assim esteada requeria dos atacantes grande massa de soldados, e cauzava elevadas perdas, afetando perigosamente os minguados efetivos dos portugueses. Ordenou, pois, que se fizesse cousa parecida a carros de assalto, em que os combatentes pudessem atacar o adversário dentro de

uma cerca movel, carregada a braços (48), contra a qual eram inóguas as nuvens de flechas desferidas pelos adversários. Graças a esse engenho de guerra, aumentou a iniciativa de Martim Leitão, que abriu caminho com a maior segurança, transpondo caixaras e tranqueiras, queimando-as e afugentando os defensores.

O principal objetivo do luso pro consul, na sua última guerra na Paraíba, era a serra do Tejuco-papo, ou Tyjucopapo, onde estava o grosso do gentio amigo dos interlopos, ocupado em cortar a madeira que devia ser embarcada nas naus. Atingido o intento, acovardados os principaes caciques adversos, marchou o ouvidor com os veteranos portugueses contra os corsários da Baía da Traição, que se apressaram em se fazer á vela, a despeito de estarem com os porões vãos, tendo antes queimado o pau brasil que estava na praia. A desistência dos franceses permitiu aos vencedores dispensarem a maior parte de suas tropas, ficando Martim Leitão na Paraíba com Pedro de Albuquerque e Francisco Pereira.

Faltava levantar um forte no passo do Tiberí de Cima, para proteger o aliado Assento de

(48) Com as táboas "*de algumas caixas que se acharam*", fizeram os portugueses, "*dez pavezes, detraz dos quaes os medrosos pudessem ir seguros*". Fr. Vicente do Salvador *Hist. do Brasil*. 318.

Pássaro (49). Em janeiro de 1587 foi o ouvidor inspecionar o melhor ponto indicado pelos conhecedores da zona, construindo aí um reduto batizado de S. Sebastião. A escolha do nome seria mera coincidência com o santo do calendário, si não houve intenção oculta, congeturavel no momento em que surgiam em Portugal lendas e falsos D. Sebastões, brados do sentimento popular aguçado na América, onde não faltavam ocasiões para separar ainda mais espanhoes de portugueses. Os trabalhos constavam de um fosso de cem palmos de vão, paredes de taipa de cinco palmos de espessura e nove de alto, e de um engenho de assucar para el-rei, com as respectivas casas para os diretores e gente de trabalho, á volta de uma torre de vigia. Este foi o primeiro baluarte que se fez na Paraiba, também atribuido a

(49) Era costume entre os tupís de os chefes apelidarem em festas, acontecimentos auspiciosos ou solenidade gentia, com estranhas alcunhas aos guerreiros, fosse por mo-tejo, fosse por outro qualquer motivo. Também tomavam os índios sponte sua alcunhas repulsivas ou terríveis para amedrontar adversários, ou alusivas a proesas por eles praticadas, daí os Assentos de Pássaro, (ou do Pássaro, como escreve Jaboatão); O Porquinho; Braço de Peixe; Cabelo de velha; Tibiriçá, ou Tebiriçá, etc... v. João Francisco Lisboa *Jornal de Timon*. II. 177, onde respigou nomes esqui-páticos de índios como Japyguassú, Tatuguassú, Jacupema, Tecoare-Ubuy (rio de Sangue); Paca-rabehu (Paca prenhe, ou barriga d'Agua), Caranguejo Branco, etc... encontrados também em Diogo de Campos Moreno e Ferdinand Denis.

João Tavares, auxiliado por vários povoadores que dezejavam aí se estabelecer uma ves terminada a campanha contra os franceses. Efetivamente, de volta á recente povoação de Na. Sra. das Neves, que servia de base de operações para os portugueses "*Martim Leitão, Ouvidor Geral e João Tavares Capitão Governador de Paraíba*", doavam em 1586 a João Afonso morador em Pernambuco uma légua de terras a começar da boca do rio Una para o sul "*passando o rio da Parahyba*", em recompensa de ter João Afonso comparecido nas expedições de Fernão da Silva, do licenciado Simão Rodrigues Cardoso e D. Felipe de Moura, com "*armas, cavallo, escravos e gente branca a sua custa*". Em 1587, João Tavares expedia Carta de Dada e Sesmaria a favor de "*Francisco Glz. Morador nesta Cidade*", em que este Francisco Gonçalves, de profissão serralheiro, recebia mil braças de terra, "*em jogaribe em coadra alem do Ryo da banda do sul e assim a varge da banda do Varadouro com as agoas vertentes da parte e junctamente com a ilha aonde hé a Aldea do Braço do Peixe, contestando com agoa salgada*". Em 1589 Frutuoso Barbosa novamente governador e capitão da Paraíba, doava a "*Gaspar Glz.*", filho de Gaspar Manoel Machado, que "*viera com seu Pay a esta Capitania e fora dos primeiros Moradores que a ella vieram e em todas as guerras que nella se fizeram e rebates*", sete braças de chão para edi-

ficar casas “do cabo da Rua Nova indo para as Aldeyas da banda de Loeste”. Expedidas as doações, nada mais pôde Martim Leitão fazer porque lhe chegou aviso de que fôra demitido pelo governo de Madrid.

O outro conquistador da Paraíba, Frutuoso Barbosa, pensava ficar senhor da capitania depois de tantos anos de luta, em que perdera um filho e muitos cabedaes. A administração do rei “papeleiro” era demorada e complicada, refletindo-se sobre os negócios de Portugal e suas colónias; todavia, mesmo assim, foi o português em parte afortunado na pretensão, tendo o seu representante junto á côrte, o espanhol D. Pedro de La Cueva, conseguido a ambicionada mercê para o constituinte. Tornava Frutuoso a obter a governança na Paraíba, emquanto D. Pedro era mandado para o fortim, que Diogo Nunes Correia elevara nas “*fronteiras*”, escreve fr. Vicente. A despeito desse primeiro entendimento, as duas autoridades do lugar entraram em conflito pouco tempo depois, “*deixando os inimigos (os índios açulados pelos franceses) andar livremente salteando as roças e fazendas dos brancos e as aldeas dos indeos amigos, em tal modo que já não ousavam ir a pescar nem mariscar, porque a qualquer hora que iam achavam inimigos que os matavam*” (50).

(50) Fr. Vicente do Salvador *Ha. do Brasil* 344.

Teve de acudir mais uma vez o esforçado Pedro Lopes Lobo, capitão da ilha de Itamaracá, alinhando em combate os recursos que pôde reunir, em que entravam os espanhoes de D. Pedro de la Cueva, alguns portugueses sob comando de Diogo Nunes Correia, mais os índios do Braço de Peixe e do Assento de Pássaro, dirigidos por fr. António da Cruz e fr. Gaspar, beneditinos chegados havia pouco. Um outro português, Diogo de Paiva, ficara no forte no lugar de D. Pedro. Narra fr. Vicente como, *“se partio Pero Lopes Lobo a correr todas aquellas fronteiras, mandando sempre suas espias e corredores deante, até darem em uma aldea grande, donde fizeram grande matança por os acharem descuidados e cativaram perto de novecentas pessoas, as mais dellas femeas e moços”*. Continuando na empresa que se anunciava frutuosa para os povoadores *“...assim... queimaram mais de vinte aldeias, que eram as que faziam mal á gente da Paraíba”*, costumando Pero Lopes, *“que andava já tão versado nestas guerras”*, diz fr. Vicente, ser o primeiro a dar o exemplo de valor. Observava a tropa com que convivia, exortava-a quando necessário, colocava-se á testa dos esquadrões de combate na hora de marchar, exclamando de uma feita deante do inimigo entrincheirado, *“Siga-me quem quizer, e quem não quizer fique, que eu só basto!... e, abraçando a adaga e a espada na mão partiu para a cerca. Com que tomaram todos os mais tanto animo... que*

(nela) entraram”. Não era apenas a coragem que influia no resultado, igualmente a tática da guerra agreste — de tanto alcance mais tarde na campanha contra os olandeses — também ajudava a vencer. Índios e moços de Itamaracá tinham penetrado por outro ponto no recinto da tranqueira, lançando a confusão e o pânico entre os que se preparavam para enfrentar Pedro Lopes e seus companheiros. Os despojos arrecadados na vitória revelaram as causas na enérgica resistência dos vencidos. Estava a indiada provida de abundantes mantimentos, “*muitas armas, arcos e frechas*”, e principalmente, “*rodela e algumas espadas francezas e arcabuzes*”, empregados contra os portugueses por quinze corsários brancos. Antes da queda do reduto, lograram, estes, fugir em direção das naus que os tinham trazido, perseguidos até o ancoradouro pelos adversários.

Depois de uma ronda que o levou até a Baía da Traição, Pedro Lopes voltou a Paraíba, como informa Vicente do Salvador, esforçando-se por intermédio dos capuchos das missões de reconciliar Frutuoso Barbosa com D. Pedro de la Cueva, antes de volver a Itamaracá. Eram medidas subsidiárias ás que acabava de realizar, indispensáveis á segurança de todos. Sem embargo do que significavam, visível aos olhos do mais boçal povoador ou soldado, reacendiam-se as discórdias assim que Pero Lopes deixava o solo da capitania. A causa do conflito foi

julgar Frutuoso que era preciso elevar um forte na várzea do Inhobí, tendo o capitão espanhol se negado a auxilia-lo, alegando não dispor de ordens do reino para tal fim (51). Discutiram, brigaram, enfureceram-se e em consequência, desamparou D. Pedro de la Cueva a capitania, tendo sido a ajuda que recuzara substituída pela do guardião dos capuchos fr. António do Campo Maior. Acudiu pressuroso o frade á construção do forte, com os índios domesticados de que dispunha, mas não em tempo de evitar que, desanimado por tantas dificuldades, Frutuoso Barbosa abandonasse também a Paraíba, deixando a governança ao pernambucano André de Albuquerque.

Tornava-se regra atirar os espinhos da conquista ás mãos dos povoadores nascidos na terra, quando não havia mais reinos dispostos a atura-los. O que lhes aliviava a tarefa eram os missionários, conse-

(51) Tendo-se recusado Pedro de la Cueva auxiliar Frutuoso na construção do forte do Inhobí, este "*pedio ao Padre Guardião (Fr. Antonio de Campo-Mayor em 1591) o acompanhasse e ajudasse, o que elle fez, assistindo com o seu Lingua, e Gentio, até se acabar o dito Forte, como bem se provará pelo Capitão, que era o do Forte, Pedro Coelho de Souza, João Antonio, Juiz, e Balthazar de Macedo, Lingua, Antonio Lopes Brandão, Senhor de huma das fazendas situadas á sombra do dito Forte, sem por isso os Índios levarem estipendio algum, mais que serem incitados pelos ditos Religiosos*". Jaboação. *Orbe Serafico*, vol. II. 73. 74.

lheiros, espirituaes, políticos, e até militares tanto nas horas de bonança como nas perigosas. Em 1589 chegavam á Paraíba a pedido do povo e da governança os religiosos menores de Santo António de Portugal, como se intitulavam os franciscanos destacados no reino. Mas para não rompermos o fio da guerra contra Potiguaras e corsários, vamos tornar momentaneamente aos acontecimentos bélicos, num passo em que tudo parecia comprometido para os povoadores.

Mudou a situação quando foi nomeado em 1592 Feliciano Coelho de Carvalho, que vinha por ordem do governo, e com o seu bafejo, assumir o poder na capitania. Era antigo soldado, pugnás e sem muitos escrúpulos, e por isso mesmo, dispunha do apoio de todos os povoadores de senso utilitário (52). A ele se refere com grande resentimento Fernão Guerreiro nas *Anuas*. Diz o jesuita: “... & em pago da boa obra que os padres alli fizeram (doutrinaem o índio antes da chegada dos capuchos, atraindo muitos chefes de tabas para os portugueses, de modo a desviar o comércio de pau brasil das mãos dos interlopos, etc. . .) veyo outro capitam de nouo, que sem nehua cauza, nem culpa, que nos padres ouesse, mais que os defenderem aos Indios, & o rezistirem às sem razões, & injustiças, que lhe faziam, os lan-

(52) Os gabos que lhe fazem na carta do senado da Paraíba a el-rei em 1610 não deixam dúvidas. v. Nota II.

çou dalli fora com muytas afrontas". A ingenuidade do cronista nos aparece com toda candura neste trecho, ao admirar-se da má vontade do capitão. Tudo teria sido perdoado aos religiosos, menos exatamente a proteção que davam ao selvícola destinado ao trabalho dos engenhos.

Chegara Feliciano á Paraíba com Pero Lopes, e seu não menos dedicado filho Martim Lopes Lobo, seguidos de brancos e mamelucos, formados em companhias "*com suas caixas e bandeiras*", relata fr. Vicente, além do gentio Tabajara, amigo dos povoadores pernambucanos, que tinha consentido em acompanhar Feliciano como mercenário. A campanha de escaramuças e assaltos ás tabas inimigas proseguiu com fortuna vária para os atacantes, que em dado momento encontraram pela frente numerosos franceses. Comandava-os o sieur Riffault, o Rifolhes dos portuguezes, de que falam Cláudio d'Abbeville e a carta de Feliciano Coelho, interceptada no mar por corsários ingleses (53). Vamos deixar de parte durante alguns instantes a narrativa desses combates, para ver outro aspéto da Paraíba, por sinal que estreitamente ligado aos acontecimentos guerreiros deste período.

* * *

(53) Capistrano de Abreu in *Prolegomenos da Ha. do Brasil* de fr. Vicente do Salvador.

Os padres da Companhia de Jesus assistiram á fundação da cidade de Na. Sra. das Neves, ou Paraiba, numa data que perdura incerta entre 5 de agosto e 4 de novembro de 1585. No catálogo jesuítico de 1586, ainda não se faz referênciã a estabelecimentos na capitania, constando apenas a menção de que os padres Simão Travassos, Jerónimo Machado e Baltasar Lopes andavam por lá “*em missões*”. Era o momento, como dissemos, em que os jesuitas participavam da forma mais destacada nas primeiras expedições contra o gentio paraibano. No catálogo de 89 ocorre o nome da Paraiba, em que figuram os padres Pedro de Toledo e Baltasar Lopes alí destacados, no tempo em que encetavam a conversão do gentio pelo Barbatana, ou Braço de Peixe, como lhe chama fr. Vicente do Salvador.

Foi escolhida para séde da missão “*a proximidade das aldeias Tabajaras*”, escreve Irineu Pinto, “*que se achavam situadas na zona chamada hoje Passeio Geral e Riacho*”, onde também elevaram os padres uma pequena capela dedicada a S. Gonçalo, no limite sul da antiga cidade. Alí reuniram os jesuitas cerca de 1100 índios (Residência da Paraiba, Relatório da Marçal Beliarte na *Anua* de 1591), sob a direção, entre outros, dos padres Simão Travassos e Jerónimo Veloso, que veiu depois, sendo que o primeiro desenvolveu grande atividade, confessando trezentas pessoas e celebrando mais de 54 batismos e 29 casamentos no correr do ano de 1592. Termi-

naram nessa altura os trabalhos jesuíticos por motivo de vários incidentes que tiveram com os povoadores e religiosos de outra ordem.

Em 1589 chegaram á Paraíba os franciscanos, os quaes dirigidos por fr. Melchior de Santa Catarina, logo se empenharam em trabalhos de catequese, nos auxílios aos portuguezes nas lutas contra o genio adverso, e no combate aos franceses da Baía da Traição. Destacaram-se nessa atividade fr. António do Campo Maior, fr. Francisco de S. Boaventura (chegado do reino em 1590) e mais cinco religiosos, além de noviços que se destinavam a professar. Era, porém, desacertada a convivência de duas ordens com os mesmos desígnios no pequeno âmbito da capitania, onde os seus poderes e zona de ação estavam mal repartidos. Iam os catecûmenos queixar-se de uns a outros religiosos, quando punidos por qualquer falta, e agora podiam os povoadores escolher entre as missões a que menor transtorno lhes causava no uso e disposição dos selvícolas, provocando com taes preferências um intempestivo antagonismo na obra geral de catequese. Sucedia, pois, no seculo 16, o mesmo que hoje, por exemplo, acontece nos sertões do vale do Araguaia, entre dominicanos e missões protestantes.

O ensino do índio, já de si trabalhoso, era dificultado ainda por uma série de obstáculos difíceis de vencer. O primeiro contáto dos missionários com

o aborígene foi inspirado por experiências levadas a cabo muito longe do nosso território. Desde 1535, vinha Bartolomeu de Las Casas desenvolvendo a mais habil e esclarecida atividade evangélica na Guatemala. O frade amigo dos índios elaborara, para fins de catequese, uma espécie de ladainha em verso, narrando a criação do mundo, assim como a vida, os feitos e a morte de Jesus Cristo. Um outro dominicano poz em solfa o poema, que foi ensinado a quatro mercadores indígenas, para que o recitassem nas feiras de Rabinal, e assim difundissem entre a multidão os principaes nomes e fastos do cristianismo (54). O processo lembrou a Karl Sapper, que estudou o assunto, as canções ouvidas na sua mocidade, recitadas por cantores ambulantes alemães. O geógrafo acrescenta, porém: "*Es wird nicht berichtet, dass sie den Vortrag durch Bilder veranschaulichten, etwa in der Art, wie noch in meiner Jugend Bänkelsänger bei uns ihre "Moritaten" auf den Marktplätzen zu illustrieren pflegten*" (55). O resultado da iniciativa dominicana cedo se espalhou pelos Quiché, acabando por contagiar o dominador da região. Tornou-se, daí, mais facil a in-

(54) José Milla. *Historia de la America Central*. I. 270.

(55) Karl Sapper. "*Die Dominikanerprovinz Vera Paz in Guatemala als Vorbild der südamerikanischen Missionsstaaten*" in *Ibero-Amerikanisches Archiv*. J. XIII. H. 3. 10. 1939.

fluência dos missionários, e mais completa, porquanto ordenou o potentado que se juntassem os arraiaes e vilarejos esparsos ás Reduções católicas. Destarte, os dominicanos instruíam e protegiam eficazmente os índios, pela separação que elevavam entre os pupilos e os espanhoes.

É provavel que Inácio de Loiola conhecesse os trabalhos da outra ordem na América Central. Em 1517 tivera Las Casas uma pública discussão com Juan de Quevedo, em presença do imperador Carlos V, a respeito do plano que ideara para a catequese dos indígenas. Pouco depois publicava, em consequência da controvérsia, o livro *De Unico Vocationis Modo*, infelizmente perdido, mas que no momento obteve a maior das repercussões. O projéto, que fizera, de conquista espiritual de acordo com os governos das metrópoles, não podia ser ignorado de D. João III, nem tampouco dos jesuitas. Nada se passava num reino ibérico de que o outro não fosse informado. Daí a indicação dos padres da Companhia de Jesus para que se praticasse nos domínios portuguezes o mesmo que os dominicanos faziam nas Índias de Castela.

* * *

Admitindo-se que os jesuitas aproveitassem as indicações dos precusores em matéria de catequese do gentio, resta saber como seriam recebidos pelo

Tupí do litoral nordestino. O nosso índio diferia por completo das populações centro americanas, apresentando dificuldades bem maiores na sua redução ao cristianismo do que os Quiché e visinhos do planalto guatemalense. Na Paraiba não havia entre o aborígene — extremamente primitivo, de carater nómade — nem feiras onde fosse possível recitar poemas, nem príncipes com bastante autoridade para constranger as populações a ingressarem nas aldeas dos missionários (56).

O recurso de agrupar rebanhos de catecúmenos procedia, não de anteriores experiências em outras zonas coloniaes, mas de similitudes de condição a se repetirem no ensino de tantos neófitos por tão poucos mestres. Os religiosos no Brasil precisavam cristianizar o gentío e prende-lo á terra. Não era só da catequese que deviam cuidar: necessitavam ainda fazer do selvícola errante um agricultor sedentário nos moldes europeus (57). Sem dúvida alguns traços do carater do nosso índio facilitariam o trabalho preliminar da conversão. A antiga credulidade nos dizeres dos feiticeiros que o tornava

(56) Sapper notou que em virtude dessa diferença, as alterações na cultura indígena foram muito mais profundas no Paraguai do que nas missões da América Central onde os dominicanos encontraram e prezervaram a civilização Quiché.

(57) Fr. Antonio de Remesal. *História General de las Indias Occidentales y particular de la Gobernacion de Chiapas y Guatemala.*

acessível, e a intensidade admirativa que logo tributava aos missionários de quem recebia benefícios e temia os conhecimentos, aplainavam o terreno para os primeiros passos da catequese. Presumimos que, aos seus olhos, deviam aparentar os religiosos um mixto de cacique e pagé.

Por outra, também lhes devia acarretar bastante desprestígio, não cultuarem a força e a crueldade como os selvícolas estavam habituados a ver nos atos dos poderosos. Os índios que se convertiam, adotando inda fosse as formas exteriores da mansuetude cristã, eram acuzados pelos outros de fracos e efeminados. Tampouco, não se rodearem os padres de mulheres, a exemplo dos grandes chefes aborígenes e... de muitos povoadores brancos, não lhes traria muita consideração. Devia parecer aos índios estranho que os missionários recusassem as raparigas, que lhes ofereciam nas tabas, pois entre eles quanto maior era o número das esposas, maior era também o dos servos. Tal recusa se tornava, além disso, tanto mais incompreensível quanto partia de brancos, que demonstravam absorvente preocupação de mulheres, com uma capacidade erótica desconhecida pelos selvajens.

É preciso levar em conta, entre as circunstâncias que podiam influir no começo da obra evangelizadora, para a submissão de dezenas de selvícolas a um único padre ou frade, o poder das armas portuguesas. Os missionários das expedições iniciais da

Paraíba, acompanhavam-n'as como intérpretes e conselheiros dos expedicionários. Procuravam os religiosos inteirar-se o mais cedo possível do idioma falado na região onde deviam missionar, estudo no qual simultaneamente adquirem conhecimentos da mentalidade e dos costumes do gentio. Graças a esse cuidado, que se tornava uma verdadeira arma, arvoravam-se em muito mais que simples "*línguas*", passando a representar o elemento político junto a guerreiros da casta de Martim Leitão, no correr das operações de conquista.

Concedemos que, nesse estágio preparatório, os evangelisadores, a despeito do apoio prestado pelos êxitos militares dos portugueses, e pelas novidades que traziam ás tabas no terreno material, necessitassem para serem compreendidos pelo índio, de empregar comparações entre credices gentias e os fastos dos santos do paraíso. O processo, que no final de contas não passaria de momentâneo, rezidindo unicamente numa questão técnica, sofreu a crítica de alguns protestantes ou anticlericaes, que nele viram intencional confusão criada pelos doutrinadores para melhor se apossarem das almas sujeitas ao seu pastoreio. No lance, só é possível repetir as acusações que os dominicanos fizeram no século 16 aos da Companhia, alegando que os seus missionários adulteravam os princípios da fé junto a chineses e outros povos do extremo oriente, acusações que hoje se tornaram elogios ao método dos je-

suitas, pela prudência com que se haviam junto de mentalidades completamente diversas da europea. Devemos incluir no gênero, a interpretação dada pelos padres ás chuvas que desabaram á chegada de Luís da Grã entre os índios do Rio Real, na Baía, após longa estiajem (58), e mais sucessos parecidos. O acontecimento podia provir ademais, tanto da necessidade de impressionar os índios, quanto da sinceridade de padres e frades numa época de intensa paixão religiosa (59).

(58) A chegada no Ceará de Francisco Pinto, companheiro de Luis da Grã no Rio Real, deu ensejo a um caso semelhante: *“Nesta occasião succedeu haver naquella costa e sertão hua seca extraordinaria, e recorrendo os Indios ao Padre Pinto lhe pedirão que lhes alcançasse de Deus chuva para suas sementeiras... Ficou o Padre perplexo com esta petição; a sua humildade, e pouco conseito, que fazia da sua virtude o retrahirão desta supplica reconhecendo-se por indigno deste favor do Ceo. Por outra parte via que este milagre arriegaria mais na fee aquellas tenras plantas (os índios)... e Couza Maravilhosa! Acabou o Padre Pinto a sua supplica, e ao mesmo instante se desfizerão as nuvens em agoa. Evendo este milagre os índios ficarão admirados do poder do Padre ao qual não nominavão, nem nomiarão dahi por diante por outro nome que o de Amanijara que quer dizer Senhor das Chuvas”. Comemorando... tricentenário do Ceará. 70.*

(59) Escrevia Washburn na sua *História do Paraguai* interrompida pela guerra deste país com a tríplice aliança: *“Los primeros padres que vinieron al Paraguay no tenían inconveniente en engañar a los indios por el fraude para aceptar el cristianismo; empleaban el engaño tan libremente como sus compañeros que rodeaban las cortes de Europa,*

Os indígenas tinham uma certa repugnância em divulgar a estranhos as suas crendices. Pelas relações antigas, oriundas de jesuitas ou franciscanos, soube-se da existência entre os Tupí de muitos espíritos nos lugares de onde tiravam o sustento, mato, rio, praia, e mais tudo que lhes parecia inexplicavel, como diz o padre Serafim Leite. O espírito principal registado na literatura a respeito, era um duende chamado Tupan, encontrado em muitos pontos da costa e sertão. Seria, na forma mais simples, o espí-

defraudaban y robaban á los principes y potentados para el beneficio de su santa obra... Los primeros padres, tanto los Franciscanos como los Jesuitas, reclamaban la possession de poderes milagrosos. Los Jesuitas pretendian ser descendientes de Santo Tomás... Los indios sencillos aceptaban como verdad las palabras de las padres, como que eran secundados por lo que parecian hechos milagrosos". Carlos A. Washburn, *História del Paraguay*, Buenos Ayres, 1892, Vol. I. 74. Grande parte do que escrevia o diplomata americano acreditado em Assunção, bazeava-se em Azara, também inspirador de outros autores como Blas Garay e os demais que sucessivamente se copiavam uns aos outros, por ordem cronológica. Versam todos a ambição dos jesuitas no fim da sua atividade no Rio da Prata. Dos rumores a que deram curso vêm as versões sobre a estátua existente na igreja de Trinidad, que pode mover um braço quando acionado por um dispositivo oculto. Servia a imagem, e mais alegações do mesmo jaês, como prova das maquiavêlicas artimanhas inacinas. A simples leitura, porém, de um trecho como o de Washburn acima reproduzido, dá idea do espírito com que foram escritas as acusações, e qual o valor que lhe podemos dar.

rito de um pagé maldoso, morto em outros tempos pelos da sua tribo, como muitas veses acontecia, que passava a manter entre as nuvens relações com o trovão. Outras veses seria o próprio trovão. Encontraram ainda os missionários a tradição do dilúvio universal, com alguma analogia com o dos ebreus, e outra muito confusa sobre certo individuo de nome Sumé, de que os jesuitas fizeram S. Tomé a palmilhar o Brasil por cuja terra deixara vestígios da sua passagem. A influência dos Tupí pode ter atingido outras populações com as quaes conviveram, ou tiveram algum contáto, como entre outras os Caraiba. Apregoavam estes, segundo informam escritos de beneditinos, a existência de Macunaima, espécie do Pedro Malasartes português, ou do Till Eulenspiegel dos povos germânicos, porém mais péfido e cruel, considerado deflorador de virjens, destruidor de camboas, arapucas, roças e palhoças, e autor de mil travessuras, para maior gáudio dos zombeteiros e escândalo dos moralistas da tribo. Entre os Carajá, que sempre viveram longe do litoral, mas que outrora talvez conhecessem os Caraiba, ou grupos relacionados com eles, ou ainda por mera similitude expontânea comum em etnologia, aparece igualmente a crença de um ente análogo. De modo geral, emtretanto a teogonia e as superstições dos índios, taes como nos foram transmitidas por Cláudio d'Abbeville, Ivo d'Evreux, e mais eclesiásticos que as versaram, são muito rudimentares,

como ainda hoje se nota no aborígene porventura resguardado de vizinhança com brancos.

Os índios adultos, instruídos pelos missionários, demonstravam curiosidade pelo que lhes diziam a respeito de religião. Alguns continuavam a manifestar interesse mesmo depois de algumas semanas de lições, outros passavam a opor desanimadora indiferença, desde o começo, e outros, enfadando-se com a insistência dos mestres, votavam invencível aversão ao ensino. Daí, voltarem-se os religiosos para as mulheres, muito mais dóceis, ou para os corumins, que pareciam problema menos árduo de enfrentar. Efetivamente, não era pequena a faina de inculcar convicções ao índio, quasi delinqüente de tão livre na sua vida despreocupada, com a qual pouco se harmonizaria uma crença exclusivista, intolerante como todas de origem ebráica, sem complacência para o que chamava "*grosseiras abusões do gentio*". Além disso, a mentalidade das crianças, crecidas ao leu, nas tabas, sem castigos nem compressões, não fazendo outra coisa sinão assimilar insensivelmente os atos dos adultos, complicava a maneira de doutrina-las. Nesse ponto, precisaram igualmente os mestres improvisar métodos psicológicos que os aproximassem dos discípulos.

Alguns etnólogos modernos levantaram dúvidas sobre a eficácia desse ensino, ante os incontáveis desenganos sofridos pelos catequisadores com o pro-

cedimento ulterior dos seus alunos. Muitos destes recaiam no paganismo assim que se afastavam dos mestres, revelando aspétos curiosos da psiquê primitiva, ou seja, a faculdade de conservar crenças antigas junto das que indivíduos de civilizações superiores lhes incutiam. Foram precisos anos de contínua doutrinação e convívio com povoadores europeus, para diluir mitos antigos na credulidade do caboclo. Ainda assim, no decendente mestiço do aborígene, remanecem teimosamente superstições como Juruparí, Mãe de Água, Caipora, Boi Tátá ou Mula sem Cabeça, resultado da mistura de lendas indígenas com europeias e africanas, ou a popular tradição do Sací Pererê, em que se podem vislumbrar laivos de Macunaima.

Na catequese levada a efeito no Brasil, verificam-se tantos casos favoráveis quanto desfavoráveis aos missionários. Se alguns selvícolas se esqueciam facilmente do ensino, outros demonstravam relutância em voltar ao grosseiro temor dos espíritos, justificando mais uma vez o conceito de que não se deve generalizar no que diz respeito ao índio. Um dos episódios mais notáveis entre as conversões operadas pelos padres, é o de Camarão, o famoso caudilho do nordeste. Na ausência dos missionários, ele continuava a doutrinar a taba, "*porque vendo q. alguns Índios da sua Nassão já christãos se hião esfriando*", intervinha para impedir o arrefecimento da fé. Um dos motivos do zelo poderia ser o tal receio de que

falámos, que, no caso, era o medo dos espíritos infernaes (60).

Quando falhassem, porém, os missionários na conversão imediata e absoluta do gentio, sobrar-lhesia mérito por terem amainado a hostilidade das numerosas hordas de selvajens, no momento em que os portugueses eram poucos, engeitados pela metrópole, prestes a desanimar ante os trabalhos da conquista. Dos aldeamentos religiosos saíram muitos dos aliados, guias e mestres em cousas brasílicas dos primeiros povoadores. Deram ainda grande parte dos braços que a tenacidade da catequese fez colaborar no sistema político colonial, incluindo a india-da avessa aos civilisadores no grêmio da população sob a regência da corôa portuguesa.

(60) O chefe Diabo Ligeiro depois de receber a insígnia de comando do padre Pinto (cerimônia no gênero da que os seus parentes Tupís da Paraíba faziam ao recebe-la dos feiticeiros no momento de partir para a guerra. cf. *Jabotão Orbe Seraphico* II 62. (que os franciscanos substituíram pelo sinal da cruz pintado sobre as suas rodellas de combate) saiu pela aldea a pregar que fossem todos á igreja nos dias santos, sinão tudo que plantassem naqueles dias havia de secar, e as mulheres teriam de apagar o fogo das lareiras para que não ardessem as casas; “*e não cressem as cousas de seus antepassados, mas que só cressem as cousas q’ os padres lhe ensinassem... E noutra pregação... acabou cõ hu colloquio dizendo e vos Sr. Deus tende cuidado de minha alma pera q’ não se perca, p’ q’ tenho muita repugnancia em hir ao inferno a ser queimado com os demonios*”. *Comemoração do Tricentenário do Ceará* 115,

À medida que se desenvolviam normalmente os trabalhos nas missões, também aumentava a submissão dos catecúmenos perante os mestres. No complexo que presidia á obediência haveria comovente confiança, e também alguma dissimulação, assim como abandono e suspeitas, generosidade e interesse, amor e mêdo, mostrando não raro os selvajens as mesmas qualidades dos brancos e muitos dos seus defeitos, mais algumas complicações. Para os primeiros doutrinadores, os pupilos tinham mentalidade aparentemente mais simples que a dos campônios europeus; outros mestres não tardavam em verificar que a suposição era illusória e que na realidade ela se revelava muito mais tortuosa. Uma cousa tinham de considerar os doutrinadores acima de todas as outras, quando entravam em relação com os rapases das tabas: era a emotividade do índio, que só foi encontrar igual na colônia mais tarde, na do mulato, esta menos nobre, mais sexual, posto que igualmente exacerbada. Vencida a resistênciã oposta de começo pelo gentio, adqüiriam os padres enorme acendente sobre eles. Narra o prof. Herbert Baldus que durante a sua permanência entre os Tapirapés, vivendo por muitas semanas na mesma palhoça, e da mesma maneira que os da tribo, tornou-se em pouco em extremo respeitado e temido dos índios, embora os tratasse benignamente. Certa ves zangou-se com o cacique, porque maltratara em excesso a esposa, externando com algumas palavras o seu desconten-

tamento. Foi o quanto bastou para semear apreensão em toda tribo, e fazer com que o chefe lhe desse muitos presentes, afim de lhe abrandar a suposta cólera.

Na tarefa de amansar e doutrinar o gentio quinhentista e seiscentista, concorreram jesuitas, franciscanos, beneditinos e carmelitas. Parece-nos que os primeiros foram os mais proficientes, desenvolvendo técnica ao depois imitada por todos os outros. O contáto se fazia inicialmente com os cativos de guerra, que os padres resgatavam, curavam e animavam, procurando a sua amizade. Gratos aos lenitivos recebidos, os antigos prisioneiros se encarregavam de divulgar a bondade dos sacerdotes, e as vantajens que adviriam para as tribus em estabelecer com eles relações. Outras veses, trabalhavam os doutrinadores conhecimento com os chefes indígenas, valendo-se das circunstâncias, que já apontámos, quando franciscanos ou jesuitas desempenhavam junto das expedições armadas portuguezas a parte do diplomata, que na esteira dos exércitos lança depois da guerra os fundamentos da paz.

Os jesuitas sempre foram considerados hábeis observadores políticos, amplamente advertidos pela experiência que os negócios eclesiásticos e as intrigas das côrtes europeas podiam dispensar. Não seria portanto neste terreno que encontrariam as maiores dificuldades. Mas havia outros casos, que são os mais notáveis e dignificantés do seu aposto-

lado, em que se viam desprotegidos, á frente de alguns catecûmenos, deante de numerosa aglomeração de selvajens cujas intenções ignoravam, e sem poder esperar socorro dos brancos distantes. A trágica expedição dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, de que logo nos occuparemos ao chegar ao capítulo do Ceará, mostra-nos até onde ia a abnegação de seu apostolado.

Recorriam nessas ocasiões a presentes, mandando á taba desconhecida emissários, portadores de objétoes que sabiam úteis ou agradáveis aos indios (61). Ao confabular com eles, procuravam de preferênciã as mulheres ou as crianças da tribo, menos perigosas no primeiro choque da aproximação e mais fáceis de persuadir. Dizem cronistas da ordem que, no Paraguai, deciam os jesuitas os rios tocando música, afim de atrair pela

(61) O padre Francisco Pinto, segundo narra Luis Figueira na sua jornada do Ceará á Paraiba, mandou em certa ocasião presentes a um chefe por intermédio de "*hua india parenta de alguns dos nossos (indios que os acompanhavam), escrava sua avia muitos annos, recebeu o principal o que lhe mandavamos e principalmente fez muita festa a hua buceta de frãdes que lhe mandamos chea de fumo; todos os vestidos que levava (o padre Pinto) lhe pedirão, e todos deu*", e hum jovem tendo vestido os calções de um jesuita vieram as mulheres da tribo a chorar e lamentar que aquele feitico dos brancos o mataria. Mas o mancebo era valente e não morreu, aumentando muito a reputação dos padres entre o gentio por esse motivo,

melodia o aborígene escondido nas marjens (62). No Brasil, o principal meio empregado deve ter sido as curas efetuadas pelos padres, todos mais ou menos improvisados médicos, expediente que lhes grangeou o interesse do gentio, além do prestígio a que faziam jús, suplantando os pagés, adivinhos e curandeiros (63). Os aldeamentos serviam de chamarís ás cabildas esparsas pela redondezas. Pacientemente, com o máximo cuidado em não espantar o gentio, nem impossibilitar, ou pelo menos, atrazar o estabelecimento de relações amistosas, proseguiam os missionários do rancho de palmas em que habitavam, no meio dos primeiros catecûmenos, na sua tarefa de trazer almas para a Igreja, assim como operários á civilização europea da colónia.

O recurso de se impor aos índios pela confiança, jogando com o tempo sem olhar a sacrifícios, nem a reveses, é reproduzido hoje em dia pelos etnólogos modernos quando partem em expedições sertanejas. O maior conhecedor atual dos nossos

(62) "*São todos estes incrivelmente inclinados a câtar e dâçar*" escreve Luís Figueira referindo-se aos Potiguaras do nordeste. Aconselha, a propósito, o etnólogo Herbert Baldus, que viveu entre os Tapirapés, parentes, talvez decendentes dos Potiguaras, empregar discos fonográficos amplia-dos por alto falantes quando é preciso descobrir índios oculos, "*encantando a selva com a Ave Maria de Schubert*", ou um samba bem ritmado.

(63) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* II, 21,

índios emprega uma técnica que imita até certo ponto a do missionário quinhentista. Principia Curt Nimendajú construindo uma espécie de pequeno reduto na proximidade da tribo que pretende estudar; a seguir, dispõe dádivas ao alcance dos inimigos, para que depois de arrefecido o susto e a hostilidade causados pelo intruso, pouco a pouco se tornem amigos. Naturalmente, a tática contemporizadora depende das circunstâncias, variando segundo os acidentes da aventura e o ânimo da tribo, mas de modo geral reproduz o método jesuítico (64).

Levado a bom termo o conhecimento do grupo de índios vizados pelo catequista, deparava-se a segunda parte da tarefa. Recorreram os inacinos, para simplificar o trabalho junto aos pequenos índios, á convivência de rapases recolhidos nas ruas de Lisboa. O recurso deu bom resultado nos meios populosos da colônia, onde os padres puderam desenvolver por mais tempo o seu magistério. Nos outros pontos do litoral, como na Paraíba, a efêmera duração das missões pertencentes á Companhia de Jesus impediu o seu emprego, de sorte que estavam ainda os catequistas na fase inicial, quando uma ordem do governo metropolitano deu por terminada a sua atividade entre o gentio.

(64) v. Herbert Baldus *Instruções gerais para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil*. in Arquivo Municipal de S. Paulo. LXIV. 1940,

O fáto dos jesuitas não conseguirem, naquele lapso, tornar os índios perfeitos católicos, não pode ser considerado indício da incapacidade do ensino que ministravam. As mesmas dificuldades encontradas na tentativa de criar entre os selvajens uma consciência verdadeiramente cristã, antepuzeram-se aos outros missionários coevos, e até aos pastores protestantes olandeses do século 17, tal como hoje se depararam ás missões salesianas e evangélicas do Araguaia. Além do mais, não eram só índios e mamelucos que se furtavam á doutrinação; muito náufrago, degredado, ou desertor se mostrava igualmente adverso ao ensinamento dos padres, nada ficando a dever ao aborígene na rebeldia contra a diciplina moral e o espírito de voluntária renúncia, que os religiosos pretendiam impor.

* * *

Nas pégadas dos apóstolos da Companhia de Jesus iam os franciscanos, através dos domínios ibéricos, na Paraiba ou no Paraguai, numa emulação em que transluzia certa rivalidade. Os padres haviam encetado a conversão do gentio pela taba do Braço de Peixe, que seria provavelmente a mencionada pela *Anua* de 1590 a 91. No texto dos documentos, lê-se haver 1100 índios aldeados, dos quaes tinham sido batizados 150 por Simão Travassos, Jerónimo Machado, Baltazar Lopes e Jerónimo Veloso.

A atividade da Companhia no lugar era das mais promissoras, até o momento em que teve o sestro de acirrar o zelo dos povoadores. Fosse porque a aldea estivesse nas melhores terras da zona pacificada, fosse pela cubiça sugerida pelo espetáculo de tantos índios a trabalhar docilmente sob a direção de apenas dois jesuitas (65), ou por qualquer outra razão, levantaram-se o povo, o governo e o clero regular contra a permanência dos inacinos na Paraíba.

O dissídio com Feliciano Coelho tivera causa em violências cometidas pelos portugueses contra índios afeiçoados aos missionários. Tendo os padres se dirigido na Baía a D. Francisco de Sousa, governador geral do Brasil, este lhes concedeu despacho favoravel, medida que pouco adeantou, enfurecendo os adversários das missões. Escrevia nessa altura Feliciano Coelho ao rei que, si o governo não tomasse providências contra a intromissão dos catequistas na Paraíba, em pouco "...nos degolaremos uns aos outros". Queria assim, a fatalidade das regiões novas da América, que a escravisação dos antigos senhores da terra fosse condição essencial para que vingasse o surto civilizador.

O espaço conquistado no momento da partida dos padres compreendia a fós do Paraíba, ladeada

(65) Não devia mesmo haver mais no fim das missões da Companhia, tantas eram as dificuldades em substituir os padres que se retiravam doentes.

por quatorze rios regando vales e várzeas — a fértil “*zona do brejo*”, onde medrava a cana de assucar — mais quarenta quilómetros rio acima, e algum conhecimento dos vales do Mamanguape, ao norte, e Cupiçura, ao sul. Das primeiras providências de Feliciano Coelho de Carvalho, depois de nomeado, foi transferir a aldeia do Piragibe, do Tiberí para Gargaú, onde Duarte Gomes da Silveira se estabeleceu com engenho, e precisava de gente. Contra a medida se elevaram os padres, pois a mudança dos catecúmenos tornava custosas as comunicações com os mesmos, visto os índios do Braço de Peixe ficarem divididos em duas povoações, além dos rios Paraíba e Iguaraguai. O protesto ainda mais azeudou a contenda, e por terem os padres se recusado a acompanhar António Coelho, nas entradas contra Potiguaras, alegando que os seus superiores vedavam que tomasse parte em guerras, entrou o conflito para a fase irreparavel. Por outro lado, aumentava a colaboração dos franciscanos, que substituíram os concorrentes naquela decida, por dois religiosos menores fr. Baltasar de Santo António e fr. Manoel de Portoalegre. Na confusão que sucedeu ao depois, provocada por repetidos ataques de índios, em revide ás operações portuguezas, multiplicaram-se os captivos nas roças dos brancos. Nesse momento, a attitude de Feliciano mereceu do cronista Fernão Guerreiro comentários desprovidos de amenidade,

dizendo que ele se comportava “*á feição dos caçadores de escravos*”.

Na opinião do pesquisador fr. Clemente da Silva Nigra, da ordem de S. Bento, a causa da indisposição dos inacinos com as autoridades da colônia, viria da intensa propaganda feita no reino junto á administração filipina por Gabriel Soares, em seu proveito e no dos povoadores nas mesmas condições que ele, ou seja, prejudicados pelo ensino jesuítico na obtenção de braços para a lavoura. Os seus argumentos consistiam em descrever o estorvo cauzado ao progresso das capitânicas pelos padres, e na insinceridade dos seus métodos de catequese, em que recorriam a expedientes pouco dignos (mistificações, falsificações, etc. . .) para se apoderarem do gentio. A intriga surtiu efeito, passando as missões jesuíticas a sofrer tenás oposição por parte do primeiro governador, nomeado depois da unificação das duas monarquias. Não podendo mais resistir no governo de Manoel Teles Barreto, cogitaram os jesuitas em abandonar o Brasil, sem que durante algum tempo pudessem saber o motivo da perseguição que sofriam nem a orijem. Para maior infelicidade, as queixas dos frades vieram reforçar as do capitão, quando sob outro governador geral os padres gozavam de algum alívio. Tendo fugido catecûmenos de uma aldeia para outra, passando da égide do hábito de S. Francisco para a dá roupeta inacina, houve reclamações em Portugal, de onde

o cardeal regente Alberto de Habsburg, mal impressionado pelo aspéto das cousas, principalmente pelas ameaças de Feliciano, resolveu em 1592, dirimir a contenda, ordenando que os padres se retirassem e deixassem aos rivais a tarefa evangelizadora.

Podiam agora os franciscanos dar medida da sua capacidade na doutrinação do gentio. Os métodos, que empregavam, pareciam-se com o dos jesuitas. Já dissemos no princípio deste item, que a teoria da catequese obrigava as aproximações do gentio a assemelharem-se entre si; todavia, na sua applicação, surgiam marcadas diferenças.

Estabeleceram-se os frades, em 1589, perto do povoado da cidade de Na. Sra. das Neves da Paraíba, começando a catequese pelas aldeas de Almaga ou Almagre, e pela da Praya. A tarefa franciscana daí passou a se exercer junto do principal Guiragibe, ou Assento de Pássaro, que depois tomou o nome de Francisco, (foi tratado por Dom) no Tiberí de cima, e tabas situadas no Mangue. A primeira, que era a do Guirajibe, também de S. Francisco, ficava ao sul do Tiberí; a segunda, de Almagra, Almagre, ou Terra Vermelha, na enseada de Tamaú, meia légua ao norte da atual povoação desse nome; as de de Joanne e Mangue, á mesma distância, na fronteira do sul, diz Jaboação, e a do Braço de Peixe, onde estavam os jesuitas, á sombra do fortim de S. Sebastião. A capela de S. Francisco, na aldea do mesmo nome, ficou pronta no mesmo

ano de 1589, graças aos cuidados do guardião fr. António do Campo Maior, do imediato fr. Francisco dos Santos, e mais companheiros. Nas outras aldeas também se elevaram residências e capelas, estendendo-se a doutrinação pela região sul das tabas de Jacoca e Alhandra até o rio Urutaguai.

Os missionários, "*Pregavam constantemente, confessavam, ensinavam a ler, e cultivavam os terrenos proximos aos aldeamentos. Os indios offereciam-lhes os filhos e rogavam-lhes que os doutrinassem promettendo, depois da guerra, fazerem-se tambem christãos*", escreve o frade cronista. A intensidade afetiva, que antigos e modernos notaram nos selvícolas, principalmente entre os de orijem Tupí, encontrava nas missões terreno propício para florescer. Narra, a propósito, o sábio Herbert Baldus, um episódio acontecido quando se despediu dos Tapirapé. Foi acompanhado nessa ocasião, até longa distância, por um pagé pesaroso e a esposa, que soluçava de forma a partir o coração de quem a ouvia, "*Zum Herzzerbrechen*", diz o etnólogo. O desejo de ser assimilado pela civilização de brancos superiores fazia com que os rapases das tribus facilmente se apegassem aos mestres. Ouviam e obedeciam aos catequisadores auxiliando a Frutuoso Barbosa nas obras do fortim do Cabedelo, e proteção da várzea de Inhobí. Julgava o governador, que transferindo o antigo forte de João Tavares, situado na ilha da Cambôa, para a barra do rio, aumentaria de

muito a segurança contra as naus francesas. Faltavam, porém, recursos, porisso “*se concertou com o Braço de Peixe*”, amigo dos jesuitas e dos franciscanos, conta Jaboaão, “*pagando-lhe seu trabalho*”, mas, “*visto não haver fazenda del Rei*”, foi preciso que o guardião fr. António do Campo Maior se apresentasse á frente dos seus catecúmenos, para levar a cabo a obra necessária “*do bem commum, augmento da terra, serviço grande de Deus, e delRei*”.

Celebrou o mesmo frade uma missa em ação de graças, ao findarem os trabalhos, á qual assistiram o capitão Frutuoso Barbosa, mais “*Pedro Coelho de Souza, Capitão que então era da Galé delRey, e Vereador na Cidade, e João Antonio Pamplona, Juiz, e Sebastião de Araujo, tambem Juiz, e Gaspar Manoel Machado, Vereador, e Antonio Annes, Procurador do Concelho*”, em presença dos soldados do forte, e dos índios amigos. A seguir, deram os frades igual ajuda na construção de outro forte no Inhobí, onde o espanhol Pedro de la Cueva “*Capitão de Infantaria, e Presidio das Fronteiras*”, se recuzava a colaborar, alegando não ter ordens a respeito. Finalmente acompanharam a António Coelho quando os padres da Companhia negaram auxilia-lo contra o “*Gentio Potyguar*”. Aquí estamos outra ves no terreno das lutas entre as duas ordens, hostilidades que deram em consequência a expulsão dos jesuitas. Tornando ao método que os franciscanos emprega-

vam nas missões, quando terminada a colaboração com os portugueses, prezenciamos notavel atividade, que si lhes deu no princípio grandes satisfações, lhes trouxe ao depois amargos desgostos.

A tarefa era multiforme. Envidavam os frades esforços para que os moços soubessem "*ajudar á missa, e mais cousas necessarias ao homem Chris-tão*", assim como defender as missões contra o gentio que as atacava, arvorando nessas ocasiões a cruz de Cristo nas rodelas, "*para se differençarem dos inimigos*". Com eles acudiam-se mutuamente os aldeamentos, quando se viam alvo das investidas dos Potiguara, como aconteceu á "*Aldea da Fronteira. . . da qual era principal D. Francisco, Assento de Passaro*", noticia Jaboatão com toda a seriedade. Infelizmente, para lidar com os catecûmenos, era preciso não raro recorrer a castigos, ponto melindroso em se tratando de índios. Um colonizador francês nas Antilhas dizia, comparando-os ao africano: "*Regarder de travers un indien c'est le battre, le battre c'est le tuer; battre un nègre c'est le nourrir*", querendo com o prolóquio frizar a diferença entre ambos os escravos.

Os missionários tinham que sofrer inevitavelmente as consequências das idéias reinantes na Europa a esse respeito e naquele tempo. Por mais brandos que quizessem ser nas aldeas cristãs, guiavam-se pelos castigos em uso nos seus paises de origem, embora não fossem as horríveis mutilações,

a fogueira, os tratos, e demais sevícias, com que, desde séculos, se procurava punir delinquentes. Nas missões havia, para manter boa ordem, o tronco, a palmatória e os açoites, inevitáveis os dois últimos em todo estabelecimento de ensino da época. Narra Jaboaão que a rapasiada educada pelos religiosos se tornava censora dos paes, *“reprehendendo-os, lhes quebravão as vazilhas, derramando-lhes o vinho”*, o cauí ou cauim das borracheiras indígenas, a maior preocupação de certos missionários. Já notamos nos volumes precedentes (66), que era bem fraco o teor alcoólico dessa bebida; não obstante, os filhos dos selvajens, caso os paes se *“soltassem em palavras”*, no ato da destruição, traziam-n’os para o tronco, *“onde, sem outro castigo, estavam huma noite, com que ficavão... corrigidos... pela afronta que padecião”*. Aos moços que se portavam mal, *“se castigava com uma duzia de palmatoadas, sem porisso nunca haver escandalo entre elles, antes depois de recebido o castigo, se deitavão aos pés dos Religiosos, pedindo perdão da culpa”*.

Ao lado da maneira forte, colocavam os missionários — de qualquer ordem a que pertencessem, tendo em vista o desenvolvimento geral da arte nos conventos e colégios, perfazendo com as côrtes, os cenáculos inteletuaes da era quinhentista — o ensino da música para lhes abrandar o gênio, lenda pro-

(66) J. F. de Almeida Prado. *Primeiros Povoadores do Brasil*, e tomo I desta obra.

vavelmente inventada por alguém que não conhecia músicos (67). De permeio com os trabalhos sucediam-se milagres, que ajudavam os missionários a combater as superstições dos pagés, e o resultado era ouvir-se á noite, pelas casas onde moravam os mancebos índios, recitar a doutrina, ou cantar as devotas composições que os frades lhes ensinavam. Outras prescripções havia, taes como a de andarem todos os rapases vestidos no tórrido clima nordestino, imposição bastante desnecessária dada a algidês sexual do gentio. O cuidado, por certo não seria capás de melhorar a moralidade nas tabas. Escandalizavam-se os franciscanos, e o mencionaram nos seus escritos, com o procedimento das cunhãs, que

(67) *“Para tudo tinhão bastante, e exemplar incentivo no que vião naquelles Religiosos seus Mestres, e Directores. Erão continuos nas funções do Choro; gostavão os Indios de os ouvir cantar os Divinos louvores, e com poucas liçoens entoavão juntamente com os Religiosos as Missas Solemnes, Ladainhas, e outras similhantes funções Sagradas, e logo houve entre elles muitos, e muy destros no canto do Orgão, e hum chamado Francisco, era bastantemente contrapontista, e punhão as letras á solfa em a nossa lingua, que aprendião com facilidade, e tambem na sua, convertendo nesta muitas das suas Gentilicas cantilenas em encomios Divinos, e era certamente muito para dar graças a Deos vêr em tão pouco tempo a hum Indiozinho com desta harmonia entoar louvores ao Senhor na sua barbara linguagem, que sendo suave aos ouvidos, só Deos se sabia entender com ella, e só elle a podia entender”.* Jaboação, trecho relativo ao Seminário de Na. Sra. das Neves da Paraíba. *Orbe Serafico* II. 151.

representavam bem ou mal vestidas, junto da rapaziada, o papel de Eva quando no paraíso ouvia os conselhos da serpente.

No capítulo dos castigos mostravam-se mais cautelosos os jesuitas. Pelo menos é o que nos parece através das crônicas antigas de uma e outra ordem, examinadas com imparcialidade. Entre os exemplos do superior conhecimento, que tinham os inacinos da psicologia do gentio, citaremos o seguinte: de uma feita cometeu um rapás grave falta em matéria de castidade, que pelas referências, embora pouco explícitas sobre o caso, se supõe relativa á homosexualidade. Era um dos maiores crimes da época, o delicto, "*nefando que brada aos céus*", e o delinqüente foi condenado a ser enterrado vivo. Aberta a cova, e quando tudo estava pronto para o sepultamento, intervém compadecido um padre, suplicando que se perdoe o criminoso e obtem por fim satisfação, ardil em que se nota a famosa subtileza dos jesuitas. Muitos outros casos semelhantes, de maior ou menor importância, referentes a pessoas isoladas ou para impressionar coletivamente aos pupilos, deviam ter sido correntes nas aldeas dos inacinos, mestres de psicologia educacional.

Mas tanto nas dos padres, como nos estabelecimentos congêneres de outras ordens, sobrevinham contratempos desanimadores. Seria admirável o espetáculo das conversões, si não se registassem as taes defeções de que falámos a princípio, relativas

á forma como os primitivos ouvem, recitam e se esquecem das doutrinas que se lhes procura incutir. O mal procedia, principalmente, de não ser possível obrigar populações inteiras a obedecer aos missionários com os poucos recursos de que estes dispunham. Lamentava-se Jaboatão, ao verificar como os adultos aldeados abandonavam o cristianismo, assim que viam os apóstolos manietados pela má vontade de Feliciano Coelho. Logo *“se puzerão a monte, uzando de seus ritos, e costumes; e como vião que os Religiosos não os podião castigar, forão cada ves peyor, e apoz de si levando seus filhos... e assim ficarão... com suas superstições, como quando antigamente vivião em o Sertão, amancebados com sette, e oyto mulheres das portas a dentro”*.

No simples extráto acima, da crónica de Jaboatão, percebemos quantos equívocos devia haver entre os frades e o aborígene. Confundiam os religiosos a necessidade do índio dispor de vários servos nos misteres caseiros e mesmo para o cuidado das roças, ajuntando mulheres em torno de si, com a depravação de que davam exemplo os maometanos nos seus harens. A seguir, o fáto de apelarem para castigos, afim de manter a indiada debaixo da sua tutela, dá que pensar aos que examinam a psiquê indígena perante a catequese. Está fora de dúvida que, sem o emprego da força, como fizeram em larga escala os jesuitas no Paraguai, a conversão do gentio seria ainda mais incompleta e incomparavel-

mente mais longa, no sentido de se conseguir a indispensavel obediência dos catecúmenos. Mas para chegar a condições favoráveis, era preciso antes de tudo evitar a visinhança de povoadores brancos e a presença de funcionários reyunos, que pensavam como Feliciano Coelho.

Acrescia, além desses inconvenientes e dificuldades antepostas ás missões, a escassês de recursos, que sempre flagelou os missionários e foi uma das principaes causas do grande desastre final dos jesuitas, quando estes quizeram libertar-se de apuros financeiros, grangeando a independência no comércio dos gêneros produzidos pelos seus pupilos. O mesmo mal perseguiu a franciscanos, carmelitas ou beneditinos, os quais si não fosse a contribuição trazida pela generosidade de pessoas devotas, por certo não teriam conseguido nem a terça parte da obra que chegaram a realizar.

Entrando os frades na posse do trabalho jesuítico, tomaram conhecimento mais íntimo dos seus processos, e com certesa os assimilaram até certo ponto. É o que se depreende do modo pelo qual imitaram os predecessores e da attitude que assumiram perante os portuguezes e os administradores da terra. Tal procedimento não é de se admirar, porquanto, sendo idêntico o zelo e a abnegação entre franciscanos e jesuitas nas missões, compreende-se que fosse imediatamente adotado qualquer método de doutrinar util á obra almejada. Daí, as conse-

quências algum tanto paradoxaes, de terem servido os frades de pretexto, nas suas contendas com os inacinos, para a expulsão destes, e passados alguns meses, incidirem perante o inimigo dos primeiros na mesma malquerença.

O mérito dos continuadores da Companhia de Jesus, ao se adaptarem a novos moldes, embora de modo incompleto, não foi pequeno, si levarmos em conta a diferença de mentalidade existente entre a orientação que os norteavam. Ao passo que santo Inácio recomendava aos padres evitarem o masoquismo das penitências e mortificações, que debilitavam as suas energias, os frades haviam por bem e maravilhoso proceder como os fanáticos penitentes da Idade Média. Relata-nos Jaboatão, a respeito de fr. Melchior de Santa Catarina, o espírito que animava a ordem no Brasil, *“Sendo a cama ordinaria dos Religiosos desta Provincia a mais pobre, e desalinhada que a de nenhuma outra, como consta aos mesmos, que destas se agazalhão em os nossos Conventos, pois não constão que de hum leito de taboas duras, huma esteira de palha aspera, huma manta e cobertor de lã, e hum travesseiro do mesmo; ao venerando Padre fr. Melchior ainda lhe parecia muy brando, e regalado este, e assim achando huma estreita, nodoza taboa, desprezada por inutil, e applicada já para alimento do fogo, a acarretou para a cella muy contente, e lançada a hum canto, sobre este, que mais tinha propriedade de potro*

para atormentar, que conveniencias de leito para o descanso, tomava só por noite duas para reclinar o corpo, sempre mal acomodado, por qualquer parte, porque por todas o estavam despertando os trinta e sette cravos da Cruz, as agudas pontas dos cilícios, e os asperos fios dos seus calções, que de tal maneira o tyrannizava cada hum de per si, e ás vezes todos juntos, que lhe era necessario para tomar algum leve repouso, portar-se immovel, com o tronco, e sem se menear; porque qualquer leve movimento, lhe repetia hum muy sensivel, e doloroso martyrio”.

Vê-se, pelo exposto, que Santo Inácio tinha rasão, pois, “*Não era menor o (martírio de fr, Melchior) sobrevinha nas continuas jornadas, e caminhos, percorrendo por varias partes de Pernambuco na doutrina, e conversão do Gentio, fazendo estas viagens sempre a pé, e sem o necessario commodo, e como estava gastado de penitencias, e mal humorado inchavão-lhe os pés, e pernas... Tremião-lhe as mãos, e ainda o corpo, e com este modo de padecer, passava com grande alegria”.* Quem demonstrava tanto rigor para si, tampouco pouparia os outros, num acetismo desaconselhavel na conversão de um gentio emotivo, desconfiado pelo procedimento dos outros brancos, e facil de contrariar pelo apêgo que tinha á liberdade. Podemos ainda hoje distinguir alguns traços do indígena aldeado, através do seu decendente nosso contemporâneo. Sensivel em extremo aos bons e maus tratos; capás da

maior dedicação para quem o afaga, ou pelo ser que ele admira; alucinado pelo desejo de vingança contra quem o ofende, ou fere o objéto do seu culto, o proletário rural do nordeste possui muitos caraterísticos dos antigos Caetés, Tabajaras ou Potiguaaras, mencionados nas crônicas antigas.

O trabalho das missões pela forma por que era entendido no método jesuítico-franciscano, podia medrar apenas em tempo de paz, ficando logo gravemente prejudicado pela ação de adversários externos e internos. Os governantes, mais os portugueses, franceses e índios, porfiavam em turbar o socego da capitania, uns para repelir intrusos, ou se libertarem de opressores, outros para alargarem o seu território e aumentar o número de escravos. No interior, a ameaça constituída pela serra da Copoaba, onde se acoutara o gentio hostil aos lusos, obrigou Feliciano a cogitar de uma campanha de grandes proporções para empossar-se da região, e livrar-se da incômoda vizinhança de tantos guerreiros. Quiz o capitão conhecer os recursos de que eventualmente poderia dispor, e proceder ao alistamento da gente de guerra, índios e mestiços, livres e aldeados. Para conseguir o fim, os seus agentes recencearam as missões, com grande indignação dos frades. O principal agravo que os religiosos sofreram no momento proveiu dos recrutadores, os quais, no desempenho da sua função, insinuaram que os catecûmenos estavam dispensados de obedecer aos

mestres, porquanto só o governador dispunha do direito de castigar quem quer que fosse. Na hora em que se acendia a luta, surgiu mais um inimigo dos frades: o mameluco. Narra Jaboação, que os mestiços "*mexericavam*" o quanto podiam para indispor-los com o capitão governador, além de praticarem toda sorte de aleivosias contra os frades. Entretanto, no espaço que decorreu entre os primeiros incidentes e a expulsão, continuaram os missionários a prestar valioso concurso aos portugueses, tendo o superior fr. António da Ilha cedido aos expedicionários em marcha contra a indiada de Copoaba um língua e alguns religiosos. Na circunstância, muito contribuiu o que esses abnegados lograram realizar para que o capitão Manaya (68) obtivesse uma inesperada vitória no passo mais crítico da luta. Não foi possível, todavia, impedir que, num outro sétor, atacassem os Potiguaras a aldea do Guiragibe e a destruíssem. Os franceses tinham

(68) Seria o mesmo que foi denunciado em 1594 no Santo Officio? Declarou Gaspar Pereira de Castro, que estando em 1590 em "*Pojuca na fazenda de Miguel Fernandes*", falou com António Gonçalves Manaya, "*que ora está na Parahyba... nas terras de Pero Dias da Fonseca no Cabo*", o qual Manaya disse que se devia quebrar a cabeça dos jesuitas porque queriam obriga-lo, assim como a outros, que lançassem por fôrras as peças que elles tinham trazido do sertão. *Primeira Visitação do Santo Officio em Pernambuco*. 198.

aparecido, além disso, com treze naus na fós da Paraíba, pondo cerco ao mal artilhado forte do Cabedelo. Acudiu Feliciano Coelho, homem ás veses prepotente, e de má inspiração quanto aos missionários, mas resoluto e destemido, e graças á prestesa com que interveio, puderam ser repelidos os atacantes franceses e Potiguaras, instigados pelos antigos náufragos de Rifault. Os rivaes dos lusos moravam nas tabas amigas, e eram paes dos numerosos mamelucos que apareciam constantemente nesta época por onde andavam rochelenses e maluinos. De volta ás aldeas, muitas contrariedades vieram pôr em prova o ânimo dos missionários. Eram provocadas em grande parte por questões relativas ao problema sexual, escrevendo a respeito os cronistas que os índios eram vingativos, "*e muito contra o seu humor podem soffrer algumas affrontas, especialmente o adulterio*". Não sabemos como foi que lhes sobreveio tal zelo. Repetem, porém, com insistência, os noticiaristas antigos, que, embora o gentio oferecesse raparigas ás pessoas que pretendiam homenagear, e simplificassem ao extremo os preliminares das uniões matrimoniaes, emtretanto faziam praça de grande ciume em matéria de fidelidade feminina. A mulhér, que vivia publicamente com um indivíduo da tribu, arriscava a vida si prevaricasse, mantendo as mesmas relações com outro homem. Tinham-se habituado de começo, nas aldeas e aglomerações paraibanas, onde estavam em, contáto, brancos, índios

e mestiços, a atribuir aos religiosos suprema autoridade nesses casos. “*Eu o direy aos Padres*”, era a frase habitual na conjuntura, asseverando os cronistas, dispor de “*tanta força este ameaço*”, que bastava para conter as más intenções dos delinqüentes, ou candidatos a delinquir. Tal compressão exacerbava os mestiços, por natureza insubmissos, cuja situação social estava entre a do senhor branco e a do indígena escravo. A hostilidade que sentiam contra os mestres ainda recreceu quando apareceram á luz os dissídios entre os frades e Feliciano Coelho, perdendo então os mamelucos o respeito e temor que tinham aos missionários. Não se arreceiaram em afronta-los e justamente no terreno mais melindroso dos trabalhos de conversão. Custara muito aos religiosos impor o casamento e o respeito deste, recusando o batismo ao aborigene relapso, e infligindo castigos aos que abandonavam a esposa para procurar outra (69). Assim sendo, estabelecido este modo de pensar no ambiente, o que antes eram vícios de ignorância, “*tornavam-se de malícia e heresia*” para os catequistas. Os mestiços, que, ao receberem a contribuição do sangue branco dos paes, adqüiriam

(69) E’ possível que taes medidas contribuissem para aumentar o ciúme do índio catequisado, mostrando-lhe com mais intensidade o dano que lhe cauzavam com o desenca-minhamento das esposas.

também uma atividade genésica desconhecida ao índio (70), passavam a molestar, de modo turbulento e escandaloso, a placidês da vida missionária. Rivalizavam com os reinos no terreno sexual, com agravantes, “*que como as Índias, como parentes seus, querião morar com elles, a volta disso inquietavam as Índias*”, narra Jaboatão, “*amancebando-se com ellas, e pretendendo tiral-as a seus maridos*”.

No dizer do frade, este foi o maior motivo da desinteligência dos religiosos menores com o capitão, pois Feliciano sempre recuzara consentir que ótimos colaboradores da conquista, como eram os mamelucos, fossem castigados pelos mestres, que tencionavam reduzi-los a um rebanho de carneiros. Grande parte eram filhos de portugueses, mas devia haver de permeio numerosos decendentes dos interlopos franceses, que desde 1503 ou 1505 resgataavam pau brasil na região (71). Tratava-se de gente de guerra e de rapina — si não for pleonasma reunir os dois elementos — muito próprios para combater índios ou brancos rivaes del-rei, e para ar-

(70) Jaboatão alude igualmente a negros e mulatos, mas naquele momento devia ser uma grande antecipação na Paraíba a presença de africanos, além de um ou outro escravo a trabalhar em engenhos, sem tempo de ter filhos nascidos na terra. A sua presença já é problemática quando a região começava a ser conquistada. A frase viria do modo de designar índios.

(71) v. J. F. de Almeida Prado. *Primeiros Povoadores do Brasil*.

rebanhar escravos destinados á lavoura dos povoadores. Mas na volta das campanhas tornavam-se incômodos nas visinhanças das aldeas. Irrequietos e contrários á diciplina moral dos catequisadores, provocavam toda sorte de incidentes, e perseguiram as mulheres dos índios aldeados. Os frades tinham um meio prático para o caso, aplicado com bom resultado nas questões do gênero supervenientes entre os seus pupilos. Quando o marido indignado pretendia sob o impulso da cólera rudemente castigar a companheira, o recurso era prendê-la, até que o ofendido serenasse e enveredasse para a reconciliação. Havia casos em que o índio mostrava rebeldia, obstinando-se na sua ira ou azedume, então se lhe applicava o remédio infalivel: *“alguns açoites com que se evitavam novos damnos”*. O expediente, bom em si, era prejudicado pelos mamelucos protegidos por Feliciano Coelho. Certos do apoio de todos que deles precisavam, tanto no governo como entre os povoadores, opunham-se ao castigo das suas cûmplices desacatando aos religiosos. O governador, de par com os povoadores interessados na rápida conquista da região, decidiu que os frades não tinham direito de punir, nem de cristianizar quem não o dezesasse, suprimindo com este golpe o que proclamava D. João III, ao instituir as capitánias em a nova colonia: *“para nellas . . . se exaltar a nossa santa fé catholica, com trazer e provocar a ella os naturaes da dita terra infieis e idolatras”*.

Ainda por algum tempo conseguiram os franciscanos se manter, limitando o ensino aos meninos, graças á proteção de D. Francisco de Almeida, governador geral do Brasil. “*E como o bem da capitania consistia na conservação das Fronteiras*” escreve Jaboatão, “*o Padre fr. Melchior mandou se fizesse Igreja em as Fronteiras... aonde rezidiram sempre Religiosos, assistindo, e vizitando as duas, que por serem pequenas, e incapazes de sustentar Religiosos, ficaram sujeitas ás Vizitas dos Religiosos moradores*”, que zelavam pela escravaria e pelos senhores nos dois engenhos iniciaes que prosperavam, “...os quaes...se fizerão á sombra dos Indeos doutrinados, sem a qual ajuda delles era impossivel fazer-se”.

Os degraus da catequese, a instrução dos filhos dos brancos, e o socorro espiritual a seus paes, foram grandemente dificultados pelas expedições em que os frades tomavam parte. As aleivosias de que os religiosos eram vítimas não impedia, emtretanto, que a sua prudência os levasse a auxiliar o governador nas medidas de segurança comum: “*determinando... Feliciano... fazer guerra ao Genticio das partes do Rio Grande, que perturbavam com suas costumadas invazões os progressos e augmentos destas da Parahyba*”, acompanharam-n’o fr. António da Ilha mais um língua da mesma ordem. Era a terceira ves que socorriam ao seu desaféto, agora preocupado com a presença de franceses na capitania

visinha do Rio Grande. Andaram os frades, naquela quadra, “*com nótaveis trabalhos, e descommodos de caminhos dilatados, Sertoens asperos, e desertos, com perigos de vida nos encontros, e assaltos... até voltarem depois de alguns mezes, com repetidas molestias, á cidade da Parahyba*”. A expedição não foi adiante por causa da epidemia que se alastrou entre os expedicionários, tornando os religiosos á sua casa no momento da chegada de representantes de outras ordens.

O exesso de zelo dos franciscanos a favor dos índios indispunha-os contra os povoadores, que em 1595 chamaram os beneditinos á capitania. Elevouse, cinco anos mais tarde, o mosteiro de S. Bento na povoação de Na. Sa. das Neves da Paraiba, sobre os terrenos confiscados ao vigário João Vas Sarlem ou Salem. Requereu, ao mesmo tempo, fr. Anastácio, em nome dos tres ou quatro religiosos que iam habitá-lo, a pensão de cem mil reis anuaes, para terem meios de acudir ás missões que os franciscanos ameaçavam desamparar com a sua partida. Os recursos eram escassos “*por estar a terra pobre por as continuas guerras que esta Capitania athé agora teve*”, situação que só poderia ser vencida com o auxílio público. O mosteiro e a igreja, construidos em 1600, ficaram sob a invocação da Virgem de Monserate, porque, informa fr. Agostinho de Santa Maria, os seus custódios eram originários do principado da Catalunha. Supõe-se que a vinda dos religiosos

fosse sugerida pelo representante dos povoadores na Europa, o senhor de engenho Gabriel Soares, que escolhera os beneditinos como os mais próprios para se entenderem com os habitantes da colônia. Ordem aristocrática por excelência, composta de eruditos — de onde a expressão "*Paciência beneditina*" quando se quer exprimir trabalho de exaustiva erudição — engolfados nas suas livrarias, não tinham a combatividade dos franciscanos, dominicanos ou jesuitas, que mais se assemelhavam, pelo ardor belicoso, a agremiações militares.

Algum tempo depois apareceram os carmelitas, que fundaram na séde governativa da Paraíba a ermida de Na. Sa. do Rosário. São pouco conhecidas as notícias sobre a sua vida apostólica, porquanto, durante as peripécias da guerra olandesa, foram enterrados os livros da ordem, que se encontraram depois por completo inutilizados.

Não conseguiam, todavia, os recém-vindos, apagar os méritos dos predecessores. Os conflitos, que os franciscanos tinham tido com Feliciano Coelho e o povo, muito prejudicavam os trabalhos da catequese. Não era possível improvizar, de um dia para outro, missionários com experiência própria e suficiente autoridade para lidar com os catecúmenos. A perda sucessiva dos dois grupos de evangelizadores, mais inteirados da técnica missionária, cauzava abalos á absorção pacífica do gentio na coletividade colonial. Golpeará duramente Feliciano aos francis-

canos, desacatando-os, recuzando-lhes auxílio, reprovando-lhes a severidade, perante os europeus, mamelucos e índios. Como primitivos, que eram, costumavam os habitantes das aldeas religiosas respeitar apenas a destresa do mais afoito nas guerras, desdenhando os pobres eclesiásticos, sem força, sem mulheres, sem numerosa filharada e parentela que pudesse apoia-los, mormente quando despojados da arma dos açoites e de outros meios de resistência ao governador e aos seus protegidos mamelucos. Dissipara-se a força moral que tantos benefícios trouxera aos primeiros tempos da entrada de brancos na terra, escrevendo Jaboatão, "*Fundava... Feliciano Coelho seu odio em que os Religiosos lhe usurpavam a jurisdicção do seu governo*", mandava daí quebrar o tronco das aldeas franciscanas, e dizer que não houvesse mais castigo por ordem dos doutrinadores. Outro ponto, muito mais grave, foi proclamar, como já foi dito, que só aceitaria o cristianismo quem quizesse, cazando-se o gentio entre si, livre de consagrar ou não pelos religiosos o seu ajuntamento com as índias! Dissera ainda Feliciano Coelho, o "*capital inimigo do habito de N. P. São Francisco*", como lhe chamavam os religiosos menores, que os guerreiros índios "*são soldados, e que para soldados não ha mistér ser santos*"!

O reverso da medalha não tardou para os povoadores ás voltas com franceses e Potiguaras. Perdidos os índios amigos para a Igreja, também o

foram para el-rei: “em modo que nada fazem senão o que lhes vem a bem. Vio-se isto muito claro na volta da guerra, que o Capitão foy dar em este anno de 1598, ao qual os Indios deixarão, e se vierão; e posto que o Capitão os mandava esperar, elles se retirarão... o que dantes não fazião, antes se punhão em a retaguarda, trazendo os brancos diante. Em fim, que perdida a obediencia, perderão o medo, e vergonha, e com isso a charidade para com os brancos Christãos” (72). °

As aldeas dos franciscanos chegaram a treze no fim do século 16, denominadas, apud Jaboatão, Almaga, Praia, Assento do Pássaro, Joanne, Mangue, Braço de Peixe, Santo Agostinho e Jacoca. Supunha Max. Machado que os dois últimos nomes não se fundiram em um só, como quer o cronista dos religiosos menores. A aldea de Na. Sa. de Assumpção era a de Jacoca, e a de Na. Sa. da Conceição a de Ipococa, a seis léguas de distância uma da outra, situada a primeira nas marjens do rio Guaramame, a quatro léguas da cidade da Paraíba (73), e a segunda no rio de Ipococa, a dez léguas da mesma sede, e acrescenta o historiador: “Nem... passaram as freguesias com os mesmos titulos de suas respectivas Padroeiras: a de Na. Sa. da Assumpção (mais tarde, freguesia e villa d’Alhandra) em 1758,

(72) Jaboatão. *Orbe Serafico* I. 2. 67.

(73) Ou cinco cf. Jaboatão *Orbe Serafico* I. 2. 297.

muito antes de Jaboaão emprehender o seu interessante trabalho”.

Frei Melchior de Santa Catarina foi quem mais animou as missões empreendidas pela sua ordem no Brasil do século 16, tendo deixado em pleno viço dezoito centros de catequese, em nove anos de governo decorridos na Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. De 1586 até 1619, intercalou-se o período de crise em que os frades sofreram toda sorte de vexações dos governantes, e, como dizem os seus cronistas, dos *“Religiosos de outra Família, de que se seguirão aos nossos subditos”*. Daí solicitaram que fossem desobrigados do encargo de doutrinar na Paraíba, passando a maior parte as aldeas, *aos seus Ordinarios, que como Pastores universaes... cuidassem das suas ovelhas”*, diz Jaboaão. *Mas foi tão violenta para os Indeos esta transmutação”*, continua o cronista, *“pelo amor, que aos nossos tinhão, como a seus Pays de espirito, e particularidades defensores da sua liberdade, (sobre que se fundavão todos os enfados dos grandes, e particularmente, que os querião para as suas conveniencias, e serviços, como o mesmo Gentio conhecia, e experimentava) que desampararão muitas das Doutrinas, e Aldêas, e determinarão fazer em todas”*. Por onde vemos que, depois dos jesuitas, pagaram os franciscanos o mesmo tributo ao sistema colonial, numa região dependente de uma corôa incapás de lhes mandar colonos ou mercenários, como fizeram os olandeses

trinta anos depois. Restava, á guisa de recurso, o escravo índio, o único elemento no princípio da conquista, em condições de valer ao punhado de povoadores que tentava valorizar a terra.

Houve momentos em que também escassearam missionários, precisando os religiosos concentrar os seus pupilos em menos aldeas, seguindo o exemplo dos mais antigos catequistas da Paraíba. E assim como os franciscanos sucederam aos apóstolos da Companhia de Jesus, os beneditinos tomaram o lugar dos frades menores de Santo António no principal estabelecimento que tinham fundado (74).

* * *

(74) Jaboatão, que nos parece autoridade fidedigna, não tem certeza si os beneditinos sucederam imediatamente aos franciscanos, ou si os padres seculares tomaram posse das aldeas logo depois dos frades menores as desampararem. No livro de tombo do convento de S. Bento na cidade da Paraíba existe a seguinte petição: "*Quanto ao que o dito Padre (João Vaz Salem, ou Sarlen) para ajuda da sustentação dos tres ou coatro Religiosos que em sua petição diz, lhes parece a elles todos bem que se lhe dê as ordinarias que Sua Magestade por sua provisão dava aos P. P. Capuchos para bem da Sachristia e assim mais cem mil reis para a sustentação dos ditos... visto não terem outro remedio por estar a terra pobre por as continuas guerras que esta Capitania até agora teve por se hirem daqui os P. P. de S. Francisco e desampararem seus Mosteiros e Igrejas, largando o serviço de Sua Magestade e a Doutrina dos Indios, e por muita falta que avia de Padres e por a terra*

As dificuldades opostas á catequese apressaram de certo modo a ipertrofia do sistema colonial português no Brasil. A intromissão dos povoadores nas aldeas, onde se conservavam os restos da cultura Tupí, graças ao isolamento do indigena, inutilizava os esforços do administrador missionário, e impunha definitivamente o regimen da escravidão, que a consciência superior do clero e da realesa podia lamentar, mas não se atrevia a suprimir. Afastados politicamente o catequista pouco docil e o seu pupilo indigena, foram substituidos na sociedade em organização pelo mestiço, daí por deante o principal colaborador dos reinos.

Rústico como o aborígene, inteligente quanto os europeus, tinha para mais a virtude de amar a sua terra. O sentimento que nutria pela região natal devia assemelhar-se ao do índio, que embora nômade nos limites do seu território, sabia defende-lo tenasmente e descrever-lhe os encantos, segundo nos

estar sem doutrina aos Indios escreveo o dito Capitão (Feliciano Coelho de Carvalho) aos Padres da Companhia (de S. Bento) viessem administrar a doutrina ao dito Gentio". O requerimento era assinado por Manoel de Almeida, escrivão da Câmara, Jaime Diaz, Marçal Vaz, Antonio da Costa de Almeida, Gaspar Diaz, Pedro Coelho de Souza, Duarte Gomes da Silveira, Antonio de Valladares, Francisco Barbosa, João de Mattos Cardozo, Sebastiam do Rego, Belchior Fernandes de Tomas, João de Padilha, Francisco Roiz, Manoel Barros, todos ansiosos "*na conservação de tanto gentio... e doutrina dos moradores e seus filhos.*"

diz o cacique entrevistado por Cláudio d'Abbeville. O imigrante demonstrava no geral, tendência em ver no Brasil apenas qualidades alimentares (75). Quanto ao negro: toda a América lhe aparecia como imenso ergástulo, em que figurava como semovente ao lado de bestas de carga.

O declínio das missões, a falta de resistência da cultura Tupí (vimos nos volumes anteriores que era muito mais elementar que a do Perú e da América Central), e a miscigenação com europeus, (obrigatória durante anos pela falta de mulheres brancas), teria proporcionado, em alguns decênios, uma população adequada por excelência ao clima e condições nordestinas. Apresentava, porém, um vício insanável nos longos anos requeridos para se formar, e a sêde de braços da lavoura não consentia em tanta demora. Por este motivo, os povoadores importaram escravos negros, que trouxeram doses massissas do seu sangue ao proletário do litoral nordestino, complicando ao mesmo tempo o problema que aos poucos se encaminhava para a melhor das soluções.

(75) Os imigrantes de baixa orijem, *de rustica progenie*, afeiçoavam-se á terra e principalmente á obra que realizavam quando bem sucedidos nos seus esforços, mas grande parte só considerava a colônia como campo de especulação económica, ou seja, como meio de matar a fome ou satisfazer ambições.

Esta série de fenómenos, derivante do predomínio utilitário do povoador, impediu que se formassem entre nós áreas estanques raciaes, como ocorreu nas regiões da América Central dirigidas pelos dominicanos. Comenta o geógrafo Sapper, a propósito do resultado que deram as leis espanholas protetoras das Reduciones eclesiásticas, as quaes vedavam a entrada de povoadores e traficantes na zona reservada ás aldeas dirigidas pelos evangelisadores: *“Ausserdem hatte das genannte Verbot auch den ausserordentlich wichtigen Erfolg, das keine Vermischung der Rassen erfolgte, die Indianer also — mit gewiss nur sehr spärlichen Ausnahmen — ihre Rassenreinheit und einen Teil ihrer alten Kultur bewahten. Zudem waren sie gegen Übergriffe und Übervorteilungen spanischer Landbesitzer und Kaufleute gesichert — ein Moment, das einleuchtend genug war, um die Aufnahme der gleichen Bestimmungen in die “Recopilacion” zu bewirken und damit im 17. Jahrhundert in Südamerika gleichartige Einrichtungen anzubahnen”*. A diferença nos permitiu fruir algumas vantajens sobre certas nações do nosso continente, como a de não padecermos da mesma uniformidade somática abrangendo o campônio e o chefe do Estado. Ainda hoje apresentam os brasileiros um governo branco geral, estadual e municipal, regendo massas de vários matisés, segundo a latitude em que se encontram. O benefício daí proveniente não é insignificante hoje em dia,

considerando-se o espírito que paira sobre o mundo, e em particular na América, onde o prestígio das nações é aquilatado pelo grau da sua europeização, ou seja, pela alvura do povo, ou pelo menos, dos seus dirigentes.

Vemos, neste estranho rebalsar de sucessos, curiosas contradições em que as maiores barbaridades criam situações benéficas, enquanto os mais nobres empreendimentos podem constituir embaraços ao progresso de uma empresa colonial. Muitas das tribulações dos missionários vinham, no caso que estamos estudando, do progresso a se alastrar como mancha oleosa em torno da cidade da Paraíba. Depois do engenho del-rei no Tiberí, outros se levantaram em meio de grandes lavouras de cana, recebendo o “capitão” Ambrósio Fernandes Brandão, tido como o autor do curioso livro *Dialogos das Grandesas do Brasil*, a ilha do rio Paraíba conhecida no século 19 pelo nome do seu proprietário Francis Jordan Stuart (76). Os serviços que prestara na conquista da capitania o pretense cristão novo, faziam jús á mercê, e pelo mesmo motivo receberam

(76) Acerca da ilha da Cambôa (porque reza a petição de Ambrósio Fernandes Brandão in Lyra Tavares *Ap. tos Ha. Territorial da Parahyba* 35, havia nas visinhanças uma rêde de pescar ou camboa, “depois da ponta de terra firme que está entre os dois rios”, que eram o Francez e o Gargaú). v. Francisco Barroso in *Revista Philippéa e Rev. Inst.º Histórico Parahybano*. Parahyba.

os índios da aldea de Jacoca (a Na. Sa. da Assunção dos franciscanos), as terras delimitadas pelo Senado da Câmara, a saber, da barra do Gramame da banda do sul, correndo para cima do rio Jacoca até dar no caminho que ia da dita aldea para Tiberí, e daí correndo rumo direito ao rio Sabauna e deste ponto á barra do rio Abiaí, ficando-lhe toda a dita terra por costa e sertão de barra a barra (77). Governava esses índios, no princípio do século 17, um cacique de grande reputação, aliado dos portugueses, o Pau Seco, que ia ser o braço direito da conquista da costa leste oeste. A respeito de outros índios, que tinham sido aldeados por missionários, escrevia Fernão Guerreiro que, pouco depois da morte do chefe acima referido, orçava o seu número entre 15 e 16 almas apenas em cada redução, estando em começo a catequese dos tapuias Carirí que moravam mais para o interior, separados por guerras e diferenças de cultura dos Tupís do litoral.

Prosperavam os beneditinos em compras e doações, vivendo mansamente junto dos habitantes da

(77) A 20 de dezembro de 1614 o capitão mor João Rabello de Lima dõa por sesmaria aos índios da aldea de Jacoca, "*attendendo que elles foram os procuradores e conquistadores dellas (terras) no tempo das guerras que tiveram com os Potiguares, ajudando sempre aos brancos á conquista e povoação desta capitania*". cf. Irineu Pinto *Datas e Notas para a História da Parahyba*. O nome Jacoca, Joacoca ou Joacaca, é derivado segundo Teodoro Sampaio de joá coga, "*roça onde se colhe joá*".

séde paraibana, absorvidos na missão que os lusos lhes tinham designado.

No momento, deviam ser os religiosos mais aconselháveis para o lugar, zeladores do sentimento católico do povo, sem concorrer, pelo antagonismo da sua orientação, para agravar a desordem cauzada por leigos e eclesiásticos. Por sinal que, nada mais lhes pediam os povoadores e a governança, evidenciando-se a simpatia em que eram tidos nas numerosas doações que a miude se juntavam ao seu patrimônio. Em 1604, graças á inesperada generosidade do anêmico erário público, compraram trezentas braças de terra a Gaspar Cardoso, e, a seguir, o sítio Tabiá Grande, pertencente a Lourença Rodrigues e André Gonçalves. No mesmo ano adquirem de João Padilha uma légua de terra no lugar chamado Água de Jorge Camelo (78), e, pouco depois, recebiam carta de sesmaria de noventa braças de terra, por trás da Rua Nova, na parte do sul da cidade da Paraiba. Em 1610 compram a ilha da Restinga, que Manuel Homem da Silva herdara de sua sogra Da. Isabel Caldeira. Em 1611 o capitão mor Francisco Coelho de Carvalho, filho de Feliciano, o "*inimigo capital*" dos frades menores, doa aos beneditinos os "*chãos em que estão edificadas as*

(78) Assim denominado por causa do senhor de engenho do Igarassú que auxiliara a conquista da Paraiba e lá possuía terras. v. *Prim. Visi. de Pernambuco*, pags. 136. 138. 168. 179. 219. 248.

suas casas na Rua Nova” (Irineu Pinto), e, em 1612, mais duas léguas em quadro, entre o rio Tiumanduba e o Siouiba, no Candú, ao pé da serra, junto das quaes, em 1624, Duarte Gomes da Silveira doa mais duas, também em quadro. Antes disso, em 1614, Paulo Gonçalves havia presenteado aos frades de S. Bento cincoenta braças de terra no Varadouro. A soma das mercês não montaria a grande coisa em dinheiro, dado o valor relativo do terreno numa região nova, ainda desprovida de melhoramentos; por conseguinte, não bastariam esses bens para guindar os contemplados ao galarim do luxo, ou a custosas comodidades. Mas a assiduidade dos fieis, que legavam aos pastores preferidos o que possuíam de melhor na capitania nacente, não lhes assegurava só o conforto material como ainda o moral, para maior consolo dos frades inteletuaes ante os muitos desgostos curtidos em uma longínqua posseção lusa, entre povoadores interesseiros e aborígenes primitivos.

Contava a Paraíba, em princípios do século 17, mais de setecentos moradores brancos, diz Varnhagen, junto de oito aldeas a cargo de beneditinos e franciscanos, além das que estavam com os seculares. Os dez engenhos em atividade alicerçavam a obra, remetendo por ano uns vinte barcos de assucar a Pernambuco, que rendiam no dízimo cerca de quatro contos. Sobrepujava em proporção a safra paraibana a pernambucana graças ao concurso dos

índios que labutavam nas roças e moendas, como vemos na carta do senado a el-rei (79). Os dois traços mais impressionantes do sistema colonial português estão assim juxtapostos, um século após o descobrimento da rica zona litorânea paraibana, que, a despeito da sua longa submissão, contava apenas cerca de setecentos brancos, inclusive os mamelucos da governança. Este núcleo insignificante chegava, todavia, a produzir uma exportação de valor elevado para a época e o lugar.) Aí temos, reunidos, a debilidade colonizadora — no sentido do povoamento de brancos — da metrópole, e o seu talento em auferir das colônias o máximo de proveito possível. Custa imaginar-se exploração mais parasitária, e incapás de povoar convenientemente aquelas terras, que nos deixou ainda como herança, o insolúvel problema do negro, quisto inassimilável no meio da população, que quer e precisa ser branca,

(79) *E para que V. Magde. esteja inteirado do muito que importa a vida dos gentios que não podera ser boa se juntamente cõ os religiosos não intervier a autoridade dos Capitães, como corre ate agora: e pode ver nesta cappta. que avendo nella não mais de dez moendas de engenhos de asucçar andão os dizimos de V. Magde. em nove mil cruzados e avendo na capitania de Pernãbuco noventa não tem chegado a quarenta e sete mil cruzados entrando nelles, o muito, que rende, o mais que he hora de açuques. o que tudo procede da mais largueza que tem os ditos engenhos".* Carta do senado da câmara da Paraiba a El-Rei, 17 de abril de 1610.

sob pena de arcar com tremenda inferioridade no concerto das nações livres.

A poder do escravo índio, e depois com a contribuição do braço negro — as duas providências da colônia — o reinol, amparado pelo mameluco, utilizava-se da rêde fluvial para mandar barcaças cheias de mercadorias, até os “*Passos*” perto das embocaduras dos rios. Estes armazens foram levantados no Varadouro para obstar a evasão da renda dos dízimos, que sucedia muitas vezes na remessa dirêta de assucares para Pernambuco. Aí recolhiam a produção dos engenhos, para ser contada, pesada e marcada pelos arrendatários do fisco, os “*rendeiros do dizimo*”, como figuram nos registos coloniaes. Até pouco tempo, conservava-se na Paraíba o nome de Passo no lugar onde havia o de Manoel de Almeida, que era o principal armazem do gênero á chegada dos olandeses. Outro menor, situado ao norte do Varadouro, pertencia ao irmão do precedente, Paulo de Almeida, ambos juramentados, com livros de entradas e saidas, recebendo cada produtor um recibo e uma amostra da sua produção, com que negociava a partida. O comprador servia-se do recibo para embarcar a mercadoria, depois de pagar armazenação, o peso e a marca, ao todo 640 reis por caixa de assucar.

┌ No ano de 1609, estendeu a capitania da Paraíba a sua jurisdição, embora em carater provisório, sobre a de Itamaracá, pelo *Regimento* de dezeseis

capítulos dado ao capitão-mor Francisco Coelho de Carvalho (80). Registava-se com essa medida o fenómeno cada ves mais freqüente, marcado pelo dom de absorção das zonas mais férteis sobre as visinhas menos dadivosas. O progresso da capitania, porém, não só aumentava os problemas dos povoadores das terras limítrofes, como os dos missionários. A intensa labuta de negócios acirrava competições e levantava antagonismos,] perceptíveis através dos requerimentos salvos da destruição dos arquivos. Em 1610 representava a Câmara do Senado contra o aldeamento dos índios, julgando-se com direito a ser atendida em nome do povo, isto é, dos povoadores com falta de braços, á vista do sangue que tinha derramado na conquista e despesas feitas, “*sem ajuda alguma da fazenda de Vossa Magestade*”. Repetiam requerimentos individuaes as mesmas palavras, como refrão a exprimir o pensamento da grande maioria da população branca e mestiça.

Sobre as condições da capitania o relatório de Servais Carpentier, descreve como se apresentavam por volta de 1620: “*La principale occupation des habitans c'est l'agriculture... cela est cause que chacun demeure dessus les terres de son labour, ou*

(80) Supõe Varnhagen que o *Regimento* tenha vindo das informações que mandava Diogo de Campos Moreno, do litoral ameaçado por inimigos europeus. cf. *História Geral* II. 130. 131.

ils ont plusieurs engins pour moudre sur l'eau... Le pays est fort plein de bois, & si plein que l'on n'y trouve pas presque de village, si ce n'est que l'on veuille prendre les moulins a sucre pour des villages: car il se rencontre que dedans les noirs & les blancs, il y à soixante, octante, & quelquefois cent personnes qui les habitent. Sur la riviere de Pariba (sic) il y à une petite Ville, de la grandeur de Gertruydebergh en Hollande, que les Portugais appelloient Nossa Senora das Nieves, (sic e resic) & Phillippea...”, paisajem amena que tinha emtretanto matises agrestes nas glebas onde, “l'on void aussi assez souvent des campagnes de six ou sept lieües de long, toutes couvertes d'herbes seiches & brusleés, qui ne peuvent servir mesme de pasture pour le bestail. De sorte que la meschante terre ne sert a quoy que se soit”, que limitavam a zona aproveitavel da capitania.

Os escravos dos engenhos eram índios ou negros, uns e outros arrebanhados diretamente pelos portugueses nas guerras do litoral brasileiro e nos sertões africanos, ou resgatados do gentio amigo quando se aprontavam para come-los (81). Segundo Carpentier, as levas de pretos que então começavam a aparecer na lavoura paraibana vinham de Angola e Cabo Verde, custando alto preço. Tornavam-se preciosos como animaes de luxo, que era

(81) v. I vol. desta obra cap. *Início do Tráfico Africano para o Brasil.*

preciso tratar com todo o desvelo. Os índios eram potiguaras, de físico bastante mesquinho, muito menores que europeus ou africanos, rendendo pouco no trabalho, incapazes de labor metódico, e menos ainda, de lhe suportar a canceira. Os livres estavam localizados, depois das brigas entre os franciscanos e o capitão, em sete aldeas, das quaes a principal era Pindauna, contendo pelo menos 1500 almas. As outras possuíam trezentas ou menos, o que as distanciava das informações de alguns cronistas, e nos parecem pela modéstia mais próximas da realidade.

Na aparência comum assemelhavam-se a cortiços de abelhas, *“en 4, 5, 6, & plusieurs longs logis, qui ont plusieurs entrées & plusieurs portes pour y entrer, lesquels sont couverts de feuilles de palmiers sauvages, & les costés en sont tout aussi garnis & revestus. Les hommes vont presque tous nuds, ils couvrent seulement les parties naturelles d'un petit linge. Pour leurs femmes, elles portent des chemises que leurs maris achettent des Portugais... Le plus curieux & le plus riche de leur mesnage, est un bransle de cotton, que est très adroitement fait, dans lequel ils couchent la nuict, & le jour ils s'y brandillent & s'y jouët... Ils sont presque tous mariés & fort jaloux de leurs femmes... Les Portugais les tiennent pour une nation infidelle, legere & ingrate à laquelle on ne doit guere permettre de choses, chasque Aldea à son capitaine & les Portugais outre celuy là, leur en donnent encore un*

autre, pour les mieux tenir asidus au travail l'espace de 25 jours, durant lesquels ils sont tenus de faire 5 varas de grosse toile. Et ce capitaine tiroit tous les mois un teston de chasque Brasilien, de ceux qui les employoient & les mettoient en oeuvre, lequel bien souvent ne s'en contentoit pas, pour cet effect il retenoit la toile du pauvre Brasilien". Julgava Servais Carpentier, que taes abusos facilitariam bandear aquele gentio contra os seus exploradores. Acontecia, no emtanto, que si os lusos eram gananciosos, e pretendiam impor ao índio normas de trabalho como entendiam, inspiradas pela vida rural da metrópole, o olandês que lhe succedeu era cem veses peor.

Os guinéenses, congolenses e angolenses importados davam maior satisfação na lavoura assucreira, mas era preciso vigia-los dia e noite, porque sendo igualmente selvajens, e muito maiores, eram também mais perigosos, assim convinha "*leur tenir une grande rigueur*". Citava ainda o olandês anexins esclavagistas sobre a forma ideal de tratar negros naquela época, com "*muita comida, muito trabalho e muita pancada*". A robustês do africano, por veses gigantesco, pois vinha para a América de par com muito rebotalho, o que havia de melhor nos empórios da "*costa*", gerava inúmeros prolóquios semelhantes, ademais inventados pelos próprios régulos e mercadores de escravos, conterrâneos dos cativos. É de supor-se encontrarem eco favoravel

na mentalidade do senhor de engenho, de que o látigo era tão eficaz no rendimento do trabalho quanto abundante na alimentação. O povoador paraibano, ou o das Antilhas castelhanas e francesas, "*y croyait dur comme fer*", embora a experiência demonstrasse de quando em quando o contrário, como sucedeu na Martinica e em S. Domingos, na hora em que sublevações vingavam a escravaria em rios de sangue.

Existiam segundo Carpentier, nas duas margens do Paraíba, 18 engenhos, de que adiante veremos alguns nomes de proprietários. O maior comércio consistia portanto no de assucar, a seguir no de escravos, que era o seu complemento inevitável e por ele estimulado, e muito depois vinha o de pau de tinturaria, de fumo (com que se resgatavam cativos na África), de couros, de algodão e mais alguns insignificantes miudesas. Os recursos que todos reunidos proporcionavam, fizeram os povoadores paraibanos juntarem-se aos de Pernambuco e Itamaracá, na conquista dos setores da costa onde costumavam aportar franceses. Das embocaduras dos rios, pouco antes defendidos pelos Potiguaras, subiram forças em demanda dos ancoradouros dos marinheiros de Honfleur, Dieppe, La Rochelle e St. Malô. No requerimento de sesmaria de Rafael Carvalho, ocorre o caminho por onde Duarte Gomes da Silveira e André de Miranda, passaram para chegar a Copaoba, nos sítios onde a indiada cortava pau brasil para os interlopos. Vedados os meios de

abastecimento, ameaçados pelos portugueses, que lhes apareciam quando menos se esperava, não tiveram normandos e bretões outro recurso sinão mudar-se para mais longe, vendo as portas da Paraíba fechadas ao seu comércio. Tornara-se nessa altura muito mais facil reunir gente, assim como eficases os seus esforços, vendo-se na mesma empresa pos-suidos de entusiasmo, missionários, governantes, povoadores, índios amigos e mestiços, agora animados pelo surto crecente do assucar nas capitánias mais antigas.

Sucedeu depois de alguns capitães no governo da Paraíba o fidalgo Francisco de Sousa Pereira, no mês de março de 1600. Teve um governo isento de perturbações graves por parte do gentio, que fôra domesticado ou afastado para longe, registando-se sob a sua gestão rápidos progressos. No período bonançoso, que abrange este governo e os immediatos até a invasão olandesa, Duarte Gomes da Silveira espalhou gado na marjem setentrional do rio Paraíba, onde construiu o engenho (depois chamada "Velho") da Na. Sa. da Ajuda (82). Seguiu-lhe o

(82) *"Duarte Gomes da Silveira diz que queria fazer um engenho em umas terras que tinha ao longo da ribeira chamada Una, e porque ali tinha pouca terra para logradouro pedia a mercê de uma legoa de terra em quadro no modo que melhor a podesse tomar na testada das ditas terras da banda de leste da dita terra para pastos e logradouros, a qual terra se começaria pelos rumos e confrontações*

exemplo, Manuel Peres Correia que levantou o do Espírito Santo; Jorje Lopes Brandão o de Gargaú (83); o seu irmão o de Inhobí; o seu sobrinho, Francisco Camelo Valcácer, o dos Reis, á marjem direita do principal rio da capitania; António de Valadares de Tapuá; Pero Cadena, o de S. João

que lhe parecesse, de modo que sempre ficasse servindo uma legoa como tinha dito; e que havendo algumas sobras de terras entre a sua terra e a que havia de tomar Antonio de Valadares na sua testada, lhe ficassem todas as que fossem incorporadas nas ditas terras, demarcando-se sempre com a Parahyba. Foi feita a concessão pelo capitão-mór João de Brito Correia". João de Lyra Tavares, Apontamentos para a História Territorial da Parahyba. 39.

(83) *"Ambrosio Fernandes Brandão, capitão de infantaria, morador nesta capitania e dos primeiros conquistadores, diz que indo muitas vezes por capitão de infantaria nas guerras aos gentios Petigoar e Francezes, e que sendo possuidor de dois engenhos de fazer assucar moentes e correntes, queria fazer outro engenho na ribeira do Gargaú; e porque lhe era necessario mais terras do que as que tinha, assim para lenhas como para logradouro dos ditos engenhos, requeria a concessão de duas ilhotas, que estão entre o rio que chamão do Francez e o rio Gargaú que são as primeiras que vão para o rio da Parahyba, depois da ponta da terra firme, que está entre os ditos rios, onde era costume estar uma rede de pescar. Foi feita a concessão pelo capitão-mór João Rabello de Lima. João de Lyra Tavares. Ob. cit. 35. O primeiro dos engenhos acima nominados ficou para Jorge Lopes Brandão, parente de Ambrósio, e o de Inhobi para o seu irmão. Si os Brandões eram judeus temos exemplo de como uma poderosa família da "Nação" se dispersava e desaparecia no Brasil de forma quasi incrível de*

Batista na ribeira do Acaú (84). Ao lado desses agricultores Francisco Gomes de Oliveira e António de Sampaio, criavam gado na ribeira de Camarata, visinhos de Afonso Neto, Pedro Hará Ravasco, António Barbalho, Sebastião da Cunha, Lucas Gonçalves (85), todos em sesmarias doadas pelos governadores.

tão rápida e completa, não tanto por perseguições mas pelo desinteresse pela terra, assim que as suas condições deixavam de ser altamente remuneradoras. Comparemos agora o seu destino com o de uma família cristã velha como a de Duarte Gomes da Silveira, que embora sem filhos varões (o único morreu na guerra contra os olandeses) merece bem o qualificativo de "radicada" na região pela maneira como filhos, genros e decendentes continuaram na Paraíba através todas as vicissitudes, nos bons e maus dias, em tempo de paz ou na guerra.

(84) *Pedro Cadena, senhorio do engenho da invocação de S. João Baptista, diz que tinha no termo desta cidade sito na ribeira do Acaú o seu engenho, e para beneficio, largueza e manejo do mesmo engenho lhe era necessario uma sorte de terras, donde podesse tirar madeiras para caixarias e outras ordinarias... e assim pedia quatro legoas de terras em quadro em um rio por nome de Groahuhem... nas fraldas do Cupaóba da banda do norte... Foi feita a concessão pelo capitão-mór João de Brito Correia".* João de Lyra Tavares. ob. cit. 39.

(85) Quando não havia terras de um lado tentava-se obtelas de outro. "*Manoel de Lima diz que estava nesta capitania a 28 annos, servindo a S. M. em todos os rebates e occasiões de guerra, tudo a sua custa, e agora havia mister legoa e meia de terra na testada de Domingos Carneiro*

Os representantes del-rei também montavam engenhos por conta da fazenda. Neste gênero de serviços surgiam suspeitas quanto á lisura dos empreiteiros, dando farto alimento ao “mexerico” colonial. Prevaleceu-se Feliciano Coelho de Carvalho das circunstâncias para acuzar o governador geral Luís de Sousa de proceder deshonestamente na aplicação dos dinheiros públicos auferindo gordos proventos nos trabalhos realizados na Baía, acusação que se verificou falsa.

Frutuoso Barbosa também construiu engenho por conta da fazenda real na Paraíba, no Passo de Tiberí, que, sem ter as proporções do famoso construído em Sergipe do Conde, o mais rico de todos os pertencentes á corôa na colônia, obedecia ás mesmas finalidades, aumentando as rendas públicas e acoçoando a iniciativa privada. Os religiosos contribuíam para a atividade geral com grandes roças de cana, em que empregavam os seus índios. O engenho de Barreiras do governo, *“Tinha um só partido de canas, os outros pertenciam aos frades de S. Bento, os quaes como lavradores, e segundo o uso,*

Sanches... e não havendo várzea a tomaria elle supplicante adiante onde se achasse. Foi feita a concessão pelo Capitão-mór João de Brito Correia. Lyra Tavares ob. cit. 39. O trecho final em que Manoel de Lima diz que ficaria com a várzea que se encontrasse disponível, é uma forma de como então se distribuíam terras no Brasil em zonas devolutas e desconhecidas.

pagavam com tres quintas partes, ao proprietario pelo fabrico, em assucar apurado" (Max. Machado).

† De tal forma se tinha desenvolvido a indústria assucareira que, ao chegar a funesta guerra olandesa, estavam as duas marjens aproveitáveis do Paraíba coalhadas de engenhos, na maior das prosperidades, apesar de transcorrido pouco tempo depois que se pacificara a região.) Contava-se do lado sul, ou na marjem direita, o de Barreiras, do governo, movido a água; o de S. João, de Gaspar Acioli de Vasconcelos, que o comprara de Pedro Cadena; o dos Reis Magos, de Francisco Camelo Valcacer, movido a água; o do Espírito Santo, do capitão Manoel Pires Correa, movido a água; o da viuva Rocha e filhos, movido a bois. Do lado norte, ou na marjem esquerda, o de Garagaú, de Jorge Lopes Brandão, movido a água; o de Inhobí, herdado por Luís Brandão de Ambrósio Fernandes, movido a água; o Engenho do Meio, do governo, fundado pelo mesmo Ambrósio; movido a água; o Velho, do capitão Duarte Gomes da Silveira, movido a água; o Novo, também do precedente, movido a água; o de João Souto, movido a água; o de António Pinto de Mendonça, movido a bois; o de João de Araujo Freitas, movido a bois; e o de Fernando Álvares Romão, movido a bois. O engenho Novo de Duarte Gomes da Silveira faltava acabar; os outros estavam em pleno rendimento.

O seu proprietário, Duarte Gomes, era dos povoadores mais antigos e consideráveis da capitania. Nacera em Olinda cerca de 1555, filho de Pedro Alvares da Silveira e Da. Maria Gomes Bezerra. Na segunda entrada de Martim Leitão na Paraíba em 1585, que tanto contribuiu para a pacificação do litoral, seguiu como comandante de uma das forças, lugar tenente do ouvidor geral, encarregado da expedição á serra da Copaoba. Ainda não estava de todo assentada a posse del-rei, e Duarte se estabelecia em 1590 na várzea onde elevou o mais importante engenho da região. Grato ao seu esforço, atestava Frutuoso Barbosa em carta elogiosa: *“Certifico em como é verdade que Duarte Gomes da Silveira, Fronteiro (86) nesta conquista da Paraíba, está servindo ao dito Senhor (el-rei Felipe I de Portugal) ... annos a esta parte em todas as guerras desta conquista, precedendo ao dito serviço tão bem como o de hum cavalleiro bom... sempre a sua custa a despeza com cavallo, armas, escravos e homens brancos de que se serve... sendo dos primeiros que em todas as ocasiões se achava prestes, assim pera a guerras de mar contra os corsarios, como por terra contra potiguares e gentio... e... foi sempre o mais occupado morador nas cousas*

(86) Equivalente a comandante de uma praça de guerra nos limites do território reiuno. A carta era de fevereiro de 1590.

do serviço de S. Magestade e em compor seus capitães...”.

No começo da guerra olandesa, auxiliou eficazmente aos portugueses na construção do forte de Santo António, planejado pelo engenheiro Diogo Paes, na embocadura do Paraíba, afim de servir de complemento ás obras do Cabedelo, forte moderníssimo e notavel para a época. Depois da vitória dos olandeses, mudou de orientação, o que pode ser levado á conta de prejuisos materiaes e moraes que sofreu das operações militares: “...*havia despendido consideravel fazenda; e lhe matarão hum Filho unico*”, informa Brito Freyre. Rico de engenhos e escravos, ezitou em hostilizar o invasor, tornando-se suspeito ao partido dos seus patrícios. Por um lado, via o abandono do Brasil pela metrópole; por outro, sentia-se cativo das boas intenções de um habil capitão e melhor político como Artichofski (87). “*Homem rico, coração de lebre*” diz um ditado alemão, alusivo aos opulentos que só pensam em salvar os bens de fortuna, e Duarte Gomes teve a fraquesa de justifica-lo celebrando uma convenção com o mercenário, que devia garantir as

(87) Os nomes poloneses são muito difíceis de pronunciar. Grafava-se tambem Arcijenski, Arcizewski, Arciszewski, etc... A propósito aconselhava uma revista francesa referindo-se a um esportista dessa nacionalidade, que se pronunciasse o seu nome “*Ça gaze, gin et whisky*”, e dava certo.

peçoas, haveres e liberdade de consciência dos paraibanos.

Este apêgo a tres cousas, hoje geralmente consideradas sem valor, trouxe-lhe grande odiosidade dos seus conterrâneos. Aprizionado no correr das lutas por António de Albuquerque, foi libertado pelos olandeses, o que ainda mais o comprometeu. Embalde pouco depois protestasse contra o desrespeito do ajuste feito com Artichofski, continuou de mal a peor com os paraibanos, e como as suas reclamações fossem consideradas subversivas, também se indispoz com os sucessores menos avisados do polonês a serviço da Olanda. A consequência foi o velho povoador ser encarcerado no forte do Cabedelo, á sombra do qual edificara a sua fortuna através de combates contra índios e franceses.

Nos *Diálogos* ha uma referênciã ao pernambucano, embora não se lhe cite o nome. Diz o suposto autor Ambrósio Fernandes Brandão, "*sabeis em quanto é rica (a Paraíba) que com só uma cousa vos representarei sua riqueza, a qual he que ha hum homem nobre particular neste Brasil, o qual com não possuir mais de hum só engenho de fazer assucar, ouzou prometter a todas as peçoas que fizessem casas na cidade, que então de novo se fabricava (sempre na acepção de "primeira ves" ou "novamente"), sendo de pedra e cal de sobrado a vinte mil reis por cada morada de casas, e a dez mil reis, se fossem terreas; e assim o cumprio por muito*

tempo, com se haverem alevantado muitas moradas, sem disso se lhe conseguir algum proveito mais do dezejo que tinha de ver augmentar a cidade. E trouxe mais... de fazer a casa da Santa Misericordia da propria cidade, cousa de grandiosissimo custo pela grandesa e nobresa do edificio do templo que tem já quasi acabado". Supõe-se que Ambrósio escreveu em começos do século 17, para terminar por volta de 1618, período que abranje o melhor da atividade de Duarte Gomes.

Vinte anos depois, Elias Erckmans, na sua descrição da Paraíba (88), confirma tudo que vae acima, e informa que Duarte Gomes da Silveira iniciara: "*magnifico predio ao lado occidental do convento de São Bento para lhe servir de casa; mas não está acabado, e se acha quasi que em caixão, mostrando quão grande seria si estivesse concluido*". Agravara-se muito a situação do senhor de engenho no domínio olandês, quando caiu sob a antipatia do diretor Ippo Eyssens. Segundo Rodolfo Garcia a causa vinha da sua recusa em lhe conceder a mão de uma das suas sobrinhas (89). Viveu, comtudo, Duarte Gomes bastante para prezenciar a retirada do conde de Nássau, marcando o declínio da empresa olandesa no Brasil.

(88) Revista do Instituto Histórico Arch. Pernambucano. XXXI. 246.

(89) *Dialogos das Grandesas*. 168.

No tempo em que Ambrósio Brandão escrevia o seu livro, Duarte Gomes da Silveira era o expoente mais representativo do proprietário de engenho nacido na terra, conhecedor de seus recursos, e da técnica existente para o seu aproveitamento. No correr deste trabalho, encontraremos muitas vezes a singular contradição de estarem quasi todos os senhores de engenho em más condições financeiras a despeito das extraordinárias possibilidades económicas da lavoura assucareira. Em parte foi ao mal que se atribue o levante dos lavradores contra os olandeses, mais que quaesquer dos outros apontados nos compêndios de história. Muitas cousas explicam os motivos da insolvabilidade dos que dispunham de terras exelentes, facil mercado, e preços remuneradores para a sua produção. A falta de recursos com que se apresentavam os candidatos á posse de engenhos, os altos juros dos empréstimos que contraiam (de onde se originava a grande fortuna de um onzeneiro como João Nunes, o cristão novo que se locupletou com dívidas de Felipe Cavalcanti ou Cristovam Lins), o número de filhos a dividir as heranças, os prejuisos supervenientes da irregularidade das estações e mais transtornos da lavoura, e acima de tudo, porque os estrangeiros não dispunham dos conhecimentos de um Duarte Gomes, devem ser vistos como os principaes. Si acrecentarmos, ainda, todos os prejuisos da conquista, quando as varzeas paraibanas não estavam por completo

pacificadas, percebemos a rasão das aperturas do lavrador. Em nada, porém, reduziam as proporções do surto agrícola nordestino no fim do século 16, movimento tão vultoso, que deu para remediar a falta de povoadores, o preço dos negros, a ausência de numerário (os pagamentos se faziam em espécie por absoluta escassês de dinheiro corrente), de crédito, de auxílio da metrópole, despertando finalmente a cobiça do sagás mercador flamengo.

Para terminarmos a história de Duarte Gomes da Silveira, diremos que, nos anos felises, anteriores á invasão olandesa, constituiria o primeiro morgado da Paraiba, sem no emtanto deixar de concorrer com onze contos para as obras da Misericórdia, enorme quantia para o tempo e região. Outras despesas suntuárias que fazia na mesma época, já foram mencionadas, como a construção da sua casa, citada por Elias Erckmans. Uma delas foi elevar jasígo para si e sua mulhér Da. Fulgência Tavares na capela do Salvador, com os seus retratos de cada lado da imajem de Cristo. Não nos diz Brito Freyre, si alí foi a sua última morada, pois numa quadra de lutas, nas quaes entrava fanatismo religioso, os templos eram comumente incendiados. Informa apenas que, os "*Olandeses receosos da inconstancia deste Home, o detiverão em apertadas prisões, muitos annos, sospeitando voltaria para os Nossos, com a propria facilidade, que se passou para elles*". Nas palavras do cronista deve-

mos suspeitar que reçumava a má vontade dos portugueses a Duarte Gomes, feito bode espiatório dos reveses e sofrimentos dos lavradores paraibanos. Talvês, como todo homem rico, se acomodasse com demasiada facilidade a um regime odioso para salvar os bens, mas é igualmente possível que os seus conterrâneos o carregassem de todas as culpas, porquanto sempre nesses momentos asiâgos cozem alguém na pele do simbólico animal, que seria naquela hora o grande proprietário conhecido e invejado, condições mais que suficientes para aponta-lo á ira dos vencidos.

* * *

Das guerras e trabalhos de Feliciano Coelho de Carvalho "*que foi o capitão que em mais largo e arriscado tempo servio a V. Mgde. nesta cappta e a domou e pos em paz*", escreviam os paraibanos a el-rei, remaneceu lembrança que em 1609, fez jús á nomeação do seu filho Francisco para capitão mor. Sucedia a André de Albuquerque o mesmo que mais tarde iremos encontrar no Maranhão, filho de Jerônimo de Albuquerque e Maria Arcoverde, nomeado em 1603 para substituir Francisco de Sousa Pereira, que por sua ves sucedera a Feliciano Coelho. Voltava assim a administração, após uma curta seqüência de capitães mores, ás mãos de um governador

formado na escola do acérrimo inimigo dos primeiros missionários. No *Regimento*, que na ocasião lhe outorgaram, recomendava-se, entre outras cousas, a civilização dos índios, o aumento da lavoura, e informações sobre terras ainda desconhecidas. A legislação aplicada á capitania, apud o documento, muito reduzia os poderes do capitão governador. Dispunha, é verdade, o funcionário, de alçada no civil, nos bens de raís até 16 mil reis, e nos móveis, até vinte. No crime, os seus poderes eram um pouco mais latos, pela conveniência de pronta intervenção da autoridade, indo a alçada sobre peões e escravos — o vulgus paecus da colónia — até dois anos de degredo e açoites, podendo impor a quaesquer habitantes multas até a importância de dez crusados. Era-lhe ainda lícito prover ofícios interinos da justiça e fazenda por seis meses, e outras medidas semelhantes, para assegurar a continuidade das funções sociaes, redução do sistema judiciário e administrativo em vigor na metrópole. Mas no resto, devia ou remeter os processos á justiça metropolitana, ou se ater ás decisões do senado popular.

Havia na série duas instruções, que merecem ser destacadas, pelo que significam e revelam. Muito se recomendava a Francisco Coelho de Carvalho, não se intromettesse nas atribuições dos officiaes da fazenda, organ primordial da corôa, contentando-se unicamente em admoesta-los si houvesse mistér, e também *mantivesse a liberdade das eleições da*

câmara. Taes medidas lançam luz sobre o regime monárquico, que alguns autores consideraram tirânico, e hoje nos parece bem menos absoluto, a despeito do seu nome. A ação desenvolvida pelo soberano, visível através de documentos no gênero das instruções aos capitães mores, leva-nos a considerá-la mais como poder moderador, do que, propriamente, dono arbitrário das vidas, bens e liberdades do povo. Em torno do rei havia mestres e confesores que vigiavam os seus passos, censurando-lhe as ações, atemorizando-o com a existência de um poder maior, cujas penas são eternas. A seguir, vinham os príncipes de sangue, os ministros, o clero, os conselheiros, a nobresa (por veses bem irrequieta) e o povo, todos apegados a privilégios, costumes e tradições. Muito diversa é, pois, a condição de um organismo político onde os poderes se equilibram e se respeitam, da tirania em que o responsavel, para se manter, é obrigado a cortejar os elementos detentores da força no sistema de que depende, sejam homens de armas ambiciosos, ou cegas multidões movidas pelas mais confusas ideologias. Vemos assim, no primeiro regime, as funções decorrerem incomparavelmente mais normaes, fruindo da mesma capacidade de realização de qualquer outro, sem os antolhos de sacrificar organismos vitaes á luta incessante que a conservação do poder exige. Falamos de modo geral, como muitas veses somos

obrigados, porquanto em todas as formas de governo surgem influências individuaes, oriundas da psiquê do governante, ou dos seus conselheiros, em que boas intenções se podem transformar em calamidades. No entanto, está fóra de dúvidas que numa região onde tudo espera a indústria do homem, como ainda hoje é o Brasil, o melhor governo será o que menos estorvos cauzar á iniciativa privada. O progresso da humanidade foi realizado pela coordenação de milhares de esforços, na maior parte de anónimos, e que deram resultados desconhecidos, mas que serviram para abrir caminho a outras tentativas e completar outras experiências. Para nos certificarmos desta verdade, modelo algum oferece melhores exemplos que a evolução da sociedade lusobrasílica sob o governò colonial. Podemos acompanhar, nas esquemáticas condições económicas e sociaes dos seus vários órgãos, os efeitos das medidas administrativas vindas da metrópole, decalcadas nas suas instituições, ou inspiradas na tradição e experiência política, modificadas pelo meio, que não só alterava o que recebia, como também influa de torna viagem na estrutura do reino, na sua economia, nas suas finanças, na orientação do seu governo, na vida do seu povo. Sendo extremamente rudimentares as condições sociaes da colónia, mormente no fim do século 16, presta-se tanto o nordeste como outras partes do Brasil á verificação de como pode um governo melhorar ou prejudicar os verdadeiros

fatores da riqueza e felicidade das coletividades humanas. Mais tarde, quando o estudo do passado do Brasil estiver ao alcance de todos, quando não mais fôr preciso, como atualmente, desperdiçar paciência e tempo no exame de documentos ainda incompletos e esparsos sem ordem de classificação, será muito mais facil analisar os sucessos do passado e deles extrair a lição que proporcionam, não só para a nossa história como para as de todos os países novos.

Outras disposições figuravam no *Regimento* reduzindo as atribuições do governador, taes como absoluta proibição de tocar no poder judiciário, no qual a ninguém era permitido intervir, etc... mas vamos deixar leis, decreto, alvarás, ou bandos, da administração colonial e da pormenorizada jurisprudência ibérica, filha diletíssima da romana, para o último volume desta série, em que trataremos de cada cousa por sua ves e lugar. Agora, examinaremos outro ponto dos mais importantes para a existência da região nordestina.

O trabalho dos administradores, e mais responsáveis pelo desenvolvimento das capitânicas, foi facilitado quasi tanto pelas dissensões entre índios quanto pelo ensino dos missionários. Os tupís aldeados, por exemplo, eram de ha muito adversários dos tapuias do sertão, de quem ainda mais inimigos ficaram depois de se aliarem aos portugueses. Formavam o maior contingente de guerreiros, com que

as decididas dos brancos contra o gentio salteador, contavam em todas as ocasiões. Seriam até mais detestados pelos adversos selvícolas, que os povoadores reinos. Ao chegar em 1630, o gentio das aldeas podia ser considerado como fazendo parte da população portuguesa, ou pelo menos, compreendido no círculo político das capitanias, em vista do interesse dos seus chefes em aceitar a influência dos brancos. Era, também, o índio semi civilizado o grande fornecedor de braços, que ele ia captivar nas cabildas inimigas, nos mais distantes rincões da colônia, para trazer aos reinos. Daí a boa aceitação que auferia perto das lavouras da cana, ás quaes levava abundância de servos. Via-se em consequência dessa situação, ao lado do engenho de António Valadares, a aldea de Tapuá, que lhe dera o seu nome, a dez léguas ao poente da cidade da Paraíba. E não era a única nas mesmas condições. A noroeste da cidade ficava a de Jaraguassú, numa distância de tres léguas, nas cabeceiras do ribeirão Pitimbú, tendo por capitão Francisco Araduy. Jacuípe situava-se a quatro léguas a sudoeste, e tinha por capitão João Javaraty. Yapan, ou Igapan, ficava a cinco léguas ao norte de Santo António, no pontal de Lucena, tendo por capitão Francisco Paravaya. Jacoca, de que já tratámos, ficava quatro léguas ao sul, no caminho de Goiana, tendo por capitão Diogo Botelho. Pindauna, seis léguas ao sul, á margem do

rio Gramame, era comandada pelo capitão o cacique Manipapú.

Estas aldeas foram vizitadas pelo apóstata jesuita Manoel de Moraes, que depois de 1630 se bandeou para os olandeses. Eduardo Prado tencionava escrever a história desse espírito inquieto; não sabemos si ambicioso ou revoltado, ou si as duas cousas juntas. Infelizmente, não se encontraram da biografia impressa, mais que as primeiras folhas de rosto entre os papeis do inspirador d'*As Cidades e as Serras*. O padre, natural da vila de S. Paulo, repudiou o catolicismo, foi para a Olanda, onde se cazou e rezidiu em Amsterdam. Quando de volta ao Brasil, durante a dominação flamenga, prestou úteis serviços aos invasores da sua pátria, procurando por conta dos amigos a amisade dos chefes indígenas que conhecia. Alguns corresponderam ao apelo do antigo mestre, outros se esquivaram, entre eles o principal da aldea de Pindauna, assim como Diogo Botelho, capitão da aldea de Jacoca, que ignoramos fosse português, índio cristão ou si mais provavelmente mameluco.

Pelo que podemos conhecer do gentio, parece-nos que recebia olandeses como acolhera os seus predecessores brancos, franceses e portuguezes, com a mesma veia afetiva quando estavam de boas avenças. Os relatos dos missionários protestantes são acordes em reproduzir a curiosidade do índio, a sua

confiança, ou a sua dissimulação e reserva, que se assemelham aos sentimentos descritos pelos católicos. Isto nos leva a crer, consistirem as diferenças notadas entre tupís e tapuias nas suas relações com os europeus, em meros acidentes, segundo o acaso que aproximava os habitantes das tabas com o primeiro ou último invasor da Paraíba (90). Preferências por afinidades de índole não devem ter intervindo na situação, nem talvez existissem; o mais certo será procurar a causa principal das alianças,

(90) Fazemos estas reflexões dentro da documentação existente da época. Os modernos etnólogos pensam que houve mais acessibilidade ao branco e á sua civilização, por parte dos Tupí, do que dos genericamente chamados Tapuia. Estes sempre demonstraram — pelo que foi dado verificar em nossos dias — uma resistência muito maior, tenás e coniente aos alienígenas que o outro grupo. O Tupí antigo quando travava amistoso conhecimento com missionários, ou povoadores, mostrava-se em geral desejoso de entrar na comunhão dos brancos para adquirir os seus conhecimentos e civilização. Seria talvez pelo fâto deste índio pertencer a uma cultura mais desenvolvida, de carater agrícola, mais sedentária que os tapuias caçadores nomades, que lhe permitia assimilar melhor os benefícios de uma civilização mais adeantada. Mas assim como tupís se aproximavam de brancos, também tapuias o fizeram, e viceversa, e pelas informações da história, muitos desses, de diferentes grupos, línguas e latitudes, conviveram e se misturaram com brancos, de sorte que resolvemos manter os dizeres acima, baseados nas informações de textos antigos, em que pese a opinião de autores modernos.

nos accidentes das lutas locais. Os entendimentos dos tapuias de além Paraíba, a oeste do Rio Grande, e rio Cunhari, com missionários flamengos, provinham das suas lutas contra aborígenes rivais aldeados pelos católicos. O índio admitia relações, por assim dizer, quasi automaticamente, desde que o branco fosse inimigo do seu inimigo, e o movimento operado por essas alianças, primeiro pelos portugueses contra franceses, depois de olandeses contra portugueses, apressou o devassamento e conquista do litoral do Rio Grande.

RIO GRANDE DO NORTE

Depois do abandono da região pelo donatário João de Barros, tornaram-se valhacouto dos corsários as embocaduras dos rios que desaguam ao norte da Paraíba, vindo alí reunir-se também os índios tangidos das várzeas do sul, dominadas pelos portugueses. Os limites antigos da capitania compreendiam o trecho da costa entre a baía da Traição e a fós do rio Mossoró. Certos autores discordam desta opinião, querendo que fosse até o Jaguaribe, servindo de fundo a linha arbitrariamente traçada em Tordesilhas, modelo dos sofismas criados pelas chancelarias diplomáticas. A incertesa das confrontações provinha da inutilidade da terra, sem valia por falta de lavradores, e das mudanças introduzidas pelos funcionários da corôa, que fixavam os seus pontos de referência segundo as alternativas da conquista. Emtretanto, apesar da dificuldade de povoar o vasto território regado pelo Rio Grande e pelo rio de Cunhaú, não se julgou conveniente admitir alí estabelecimentos de estrangeiros, que podiam tornar-se perigosos á segurança da colônia.

As Cartas Régias de 1596 a 1597 ordenavam que os habitantes dos núcleos de povoadores, existentes nas fronteiras da Paraíba e Itamaracá, dessem combate aos corsários. O auxílio do governo consistia em permitir que se distraísse dos réditos reaes o necessário para o custeio da campanha. Cumprindo a determinação, os homens principaes da colônia, os vereadores, o governador geral Francisco de Sousa, o capitão de Pernambuco, Manoel Mascarenhas Homem, e Feliciano Coelho, seu colega da Paraíba, iniciaram, em 1597, os aprestos da jornada. Diligenciaram em arrecadar quintos do asucar, cizas dos escravos de Guiné, dinheiro de uma nau da Índia arribada á Baía, o numerário do cofre de defuntos e ausentes, e outros recursos de que puderam lançar mão. Alguns particulares também contribuíram, alcançando a dez mil crusados a quantia emprestada por um deles. Isto feito, chamaram ás armas os homens válidos de Itamaracá, Paraíba, Olinda, e alguns que encontraram dispostos na Baía, a contar desde simples moradores desses sítios, até os mais consideráveis proprietários, escoltados da sua clientela, todos armados e municidados, como ordenavam as Cartas Régias.

Dividia-se a expedição em duas partes. A primeira delas compunha-se de tres companhias de gente a pé, e outra a cavalo, comandadas por Jerônimo, Jorge e Matias de Albuquerque, António Leitão Mirim, e Manuel Leitão, aos quais se junta-

ram Feliciano Coelho com os da Paraíba, comandados por Miguel Álvares Lobo, que devia vir por terra á testa de mais de setecentos ou oitocentos índios do Piragibe, Metaraobí e Pau Seco. A segunda ia por mar em seis navios e cinco caravelões, sob o comando de Francisco de Barros Rego, António da Costa Valente, Francisco Domingos Santiago, levando como auxiliares, engenheiros e intérpretes, os jesuitas Gaspar de São João Peres, "*habil arquiteto*", dizem os cronistas, o padre Lemos, também da Companhia de Jesus, o franciscano fr. João de S. Miguel, fr. Bernardino das Neves, conhecedor da língua dos índios da região (provavelmente o Tupí, que era o mais espalhado pelo litoral), e o filho do capitão João Tavares.

Dispondo de tantos recursos, onde por exceção entravam subsídios diréto do governo, era de se esperar uma profícua campanha e, como resultado, a conquista do Rio Grande. Interveio, porém, o imprevisto das batalhas, a transtornar o plano dos conquistadores. Declarou-se entre os de terra violenta epidemia de bexigas, que obrigou Feliciano Coelho, e a maior parte dos expedicionários, a volver dizimados sem combate ao ponto da partida. O surto da moléstia era dos que infelizmente começavam a se tornar endêmicos na colónia. Frei Agostinho de Santa Maria menciona, no *Santuário Mariano*, um milagre de Na. Sa. do Carmo na Paraíba,

por volta daquela época, quando “*a capitania se vio opprimida de cruel contagio, de que morrerão muytos milhares de pessoas* (91). A perda de tantas vidas era dano irreparavel para a colônia, considerando-se os poucos brancos que nela havia. Representava, também, grande impecilho á marcha das missões. Eram os catequistas acuzados pelos pagés de provocarem a calamidade com a sua presença, a qual se mostrava particularmente mortífera para os selvícolas e os pretos, que não estando tão imunizados como os europeus, de ha muito afeitos “*ás bexigas*”, sofriam verdadeira devastação.

As forças que iam por mar juntou-se um pouco mais tarde Jerónimo de Albuquerque, o moço, que foi encontra-las num caravelão, em princípios de 1598, na boca do Potegí ou Rio Grande. O lugar escolhido pelos expedicionários para levantar um forte, encabeçava um renque de recifes, meia légua acima da barra, dominando dilatado espaço que, “*por natureza olha ambas as costas deste Estado*”, descreve a *RAZÃO DE ESTADO DO BRASIL*, “*assim a do norte a sul, como a de leste a oeste, até o Maranham, donde se acaba a nossa conquista, pelo*

(91) *Rev. Trim. do Inst.º Hist.º Geo. Bras.* LXXVII. *Razão do Estado do Brazil.* 25-27. Veja-se também a interessante carta do senado de Paraiba que damos em a nota II no fim do volume.

qual respeito foi este porto o mais demandado, e mais defendido dos corsarios que outro algum do Brasil; porquanto vinhão aqui do resgate da Mina a sarar das enfermidades de guiné e concertando suas náos, e fornecendo de mantimentos, agoa e lenha que lhes davão os Indeos nesta parte, apor-tavão depois onde lhe parecia, o que hoje não podem fazer... por razão desta fortaleza, a qual tambem importa para favorecer nosso navio no tempo do sul, que desgarrados não podem tomar Pernambuco nem Paraíba”.

Ó padre Gaspar de S. João Peres, ou Samperes, traçou o risco do forte dos Tres Reis Magos, “do qual dizem que não havia outro melhor em todo o Brasil” (92). Mais tarde, aproveitaram ainda o seu plano no Maranhão, depois da partida dos franceses, quando se tornou necessário reforçar a defesa daquela capitania. Estava o jesuita arquitéto na tradição da Companhia, que sempre fôra rica de engenheiros, matemáticos, astrónomos e mecânicos. A soma de conhecimentos que pelo estudo, e principalmente pelo convívio, armazenavam os noviços inacinos naquele cenáculo de elite, permitiam-lhes as mais variadas realizações, nos campos mais diversos e inesperados. O episódio sucedido entre os jesuitas de Pequim e o imperador da China Quien Long é elucidativo. Certa ves caíra sob os olhos do mo-

(92) V. *Rev. Inst. Hist. do Ceará*, 1908. 196.

marca uma estampa a representar repuxos de água. Logo ordenou o chinês aos padres, que lhe construissem um repuxo igual no jardim do palácio, desejo que pôz os sacerdotes em grande embaraço, tanto mais quanto, no momento, não convinha contrariar o imperador. Procuraram distrai-lo da idea, pintando quadros com repuxos, ou inventando novos ornatos nos jardins imperiaes, mas embalde cansavam a imaginação: o filho do Ceu queria um verdadeiro, um “*chui fa*” cristalino e rumorejante, em que pudesse molhar as mãos e espairecer a vista. Não sabiam os padres como solucionar o problema, porque contavam com hábeis mecânicos e exelentes relojoeiros, mas nenhum conhecia os princípios de idráulica indispensáveis para reprezar água e dispor encanamentos. Todavia, como Quien Long não renunciava ao “*chui fa*”, e a sua impaciência era prejudicial á conversão dos chins, o padre Bento estudou dia e noite o caso, até conseguir satisfazer-lhe o intempestivo desejo.

[O forte dos Reis Magos, planejado pelos jesuitas do Brasil, ficou sendo o marco inicial da conquista e povoamento pelos portuguezes naquele extremo setor da costa.] Dispunha, no emtanto, de modesto armamento, algumas meias coronadas de bronze calibre 18, mais uma dúzia de canhões de ferro, e o dobro talvês de colubrinas, com que pretendiam os conquistadores dominar o litoral e o interior. Antes da sua construção, quando os lusos

se alojavam ainda numa tranqueira provisória, elevada para proteger os trabalhos em começo, assaltaram-n'os cinquenta franceses acompanhados de numeroso gentio. A circunstância podia tornar-se perigosa para os trabalhadores destacados no Recife, onde devia elevar-se o forte. Faltava água, que os sitiados tinham de buscar em cacimbas, situadas entre a ribeira e o acampamento (93). Davam na região este nome a "*huas covas, que como piquenos poços abrem junto do mar, para tirarem agoa doce, que com tão vizinha da salgada, fica ainda demasiadamente salobra*", conta Brito Freyre (94). Mas não havia outra alternativa, e entre água de ruim sabor e a morte, preferiam os defensores a primeira. Os padecimentos cauzados pelo assédio, agravados pelas condições do lugar, faziam-lhes correr o risco de se renderem pela sêde. Os índios atacantes eram infindáveis em numero, diz fr. Vicente do Salvador, dirigidos por franceses vindos do porto dos Búsios, os mesmos que tinham sido batidos na Paraíba, e sedentos de vingança, refluíam para onde

(93) Brito Freyre. A Ribeira ficava além do canal formado pela maré entre o forte e as dunas de areia do continente. Com o tempo o canal se aprofundou enchendo-se de água salgada, costumando as donas de casa da capital dizerem "*Tainhas... só as do rego do forte!*"

(94) Durante muito tempo houve no Rio Grande a lenda de que S. Tomé fazia aparecer olhos de água e cacimbas. v. fr. Vicente do Salvador. v. também Varnhagen, *Ha. Geral* I, etc...

sabiam encontrar conterrâneos seus de ha muito radicados no lugar, os que, no dizer do frade cronista, “*eram outros... que ali estavam cazados com potiguares...*”.

Neste aperto, surgiu no Rio Grande a urca de Francisco Dias de Paiva, com os armamentos e munições enviados de Portugal, o que deu ensejo aos da tranqueira de suportarem a situação por mais algum tempo, até a chegada do nosso conhecido Feliciano Coelho de Carvalho com a gente da Paraíba, refeita dos estragos da epidemia. Esses belicosos povoadores poderiam aparentar todos os defeitos possíveis, mas por certo não se lhes negará a virtude da perzistência. Efetivamente, repelidos os franceses e os potiguaras, retirou-se a coluna de socorro, deixando á testa dos trabalhos de fortificação, Jerónimo de Albuquerque, que, livre de inimigos, ia terminar o baluarte.

A crónica de fr. Vicente do Salvador alude ao precedente de franceses “*cazados*” com índias potiguaras. Gabriel Soares corrobora o fátó, informando que o povoador pernambucano, Diogo Paes, ao aportar no Rio Grande, encontrara um castelhano entre os índios, de beiços furados, vivendo no lugar, “*o qual se embarcou em uma nao para França porque servia de lingua aos Franceses*”, para lhes facilitar a traficância naquelas parajens. Suspeitara Varnhagen, que se tratasse de Pero Gallego, o cau-

zador das tribulações de Estevam Froes (95). Por aí vemos como normandos e bretões deviam também sua infiltração na costa leste-oeste a um desertor, náufrago ou degredado espanhol, que representava junto a franceses e potiguaras a mesma parte que os portugueses João Ramalhão e Caramarú desempenharam junto aos seus patrícios. Mais uma vez, verificamos a importância que tiveram os elementos europeus isolados, perdidos no meio das tribus, a servir de agentes de ligação para os navegadores brancos, que depois deles, apareceram nas mesmas praias. Si, ao invés de um espanhol, fosse português o semigentilizado náufrago, aconteceria o contrário, cabendo o auxilio aos lusos, poupando-se muitas lutas, despesas e sangue derramado.

[O capitão-mor mestiço imitou no Rio Grande, para que a paz não fosse perturbada, a política que vira dar bom resultado em Pernambuco. Envidou esforços para se entender com os caciques índios do lugar, conseguindo por intermédio do principal Ilha Grande aproximar-se dos chefes Pau Seco e Sorobabé. A seguir, distribuiu terras a povoadores, presumivelmente protegidos pela guarnição do forte, que dispunha nessa altura de duzentas praças, alguns officiaes e um vigário. O sacerdote Gaspar Gonçalves da Rocha, jacente em tão duro exílio, recebera

(95) v. Almeida Prado. *Primeiros Povoadores do Brasil*, 2.^a ed. 48, 66, 130 155.

algumas terras em recompensa dos serviços que prestara. As sesmarias doadas situavam-se perto da embocadura dos rios Curimataú, Potengi e Jundiá, próximas ao litoral ou na direção sul, que era o trecho mais conhecido, por estar na trilha das expedições que vinham da Paraíba. Ao norte, na parte menos fértil e conhecida, os estabelecimentos dos portugueses não distavam além de duas ou três léguas do forte dos Reis Magos.

“*A terra desta Capitania*”, descreve a *Razão do Estado do Brasil*, referindo-se aos territórios que os portugueses conheciam e ocupavam, “*geralmente he terras fracas mais para gado e criações que para Canaveaes e Roças, e ás vezes falta nellas chuvas*”. Uma particularidade do litoral, emtretanto, proporcionava fácil e abundante alimentação aos que tinham o cuidado de não se afastarem do mar. O canal de S. Roque forma uma linha de quarenta quilómetros paralela á costa, onde as águas são plácidas ao lado do oceano encapelado. Aí se encontram enormes cardumes de peixes, presa cômoda para as jangadas que os vão buscar, lembrando os meios de pesca, apesar de extremamente primitivos, os milagres das escrituras. Esfregam os jangadeiros os miudos de peixe na jangada, de forma que o cheiro atrai outros, que não tardam a aparecer aos milhares, em tamanha quantidade de peixes voadores que a embarcação corre risco de sossobrar.

A franja marítima é baixa e úmida, orlada de alva areia, extremamente fina, característica das praias nordestinas, que mudam de conformação segundo os ventos e a força das águas que escorrem do interior. Nas secas, diminuem essas águas, tornando-se regatos, ou desaparecem de todo, entrando o mar pelos seus alveos até longe, a substituir a água dôce na missão de umedecer as marjens. Nace nos pântanos, assim formados, vegetação cerrada, inextricavel, composta de mangues, em que havia exemplares de mais de cinco metros de circunferência, e de grande altura, provavelmente milenários. Nos pontos em que a água marítima pode espalhar-se na areia limpa, formam-se excelentes salinas naturaes, que davam aos portuguezes sem dispêndio um dos condimentos mais necessários á sua alimentação.

Seguia-se, em direção ao interior, terreno ondulado, onde os europeus lavraram o solo nos vales mais férteis, junto das matas que eram os últimos elos da cadeia de florestas litorâneas brasileiras (96). Com as roças abasteciam a população, farta de se alimentar exclusivamente de peixe, e ainda podiam mandar as sobras para as povoações do cabo de Santo Agostinho. Por essa época começou a disseminação do gado na zona do Seridó, em pouco

(96) v. Primeiro volume desta obra. cap.^o *A Terra e o Indio*.

assumindo tal vulto que na guerra olandesa foi uma das causas da invasão da capitania, pois dos seus rebanhos dependia a alimentação de Pernambuco. Ai termina a franja litorânea e os vales aráveis para começar o deserto sertanejo, cortado de serras pedregosas, bem semelhantes, no aspéto e composição, á área esteril já conhecida dos povoadores na Paraíba.

* * *

Perto do forte alojavam-se, em algumas palhoças, índios, mamelucos e soldados, a formar um lugarejo conhecido por povoação dos Reis.} Aquele "mocambo", estorvando a defesa em tempo de guerra, e a ordem no tempo de paz, levou Jerónimo de Albuquerque a cogitar da sua mudança para outro sítio. A 25 de dezembro de 1597, o governador escolheu um terreno cerca de meia légua das fortificações, para nele transferir os habitantes, afim de formar uma povoação, que recebeu o nome de Natal por causa da data, pois nenhuma era mais cara á guarnição do longínquo presidio.

Os governadores seguintes mantiveram a cidade graças ao aumento da população e importância do Rio Grande. } Sucederá a Jerónimo de Albuquerque o capitão mor João Rodrigues Colaço, em data que não é bem conhecida; supõe-se que o seu governo abrangeu de 1599 a 1603. Narra fr. Vicente do Sal-Salvador como se houve o novo capitão no ar-

raial nacente, e o episódio entre jocoso e significativo do degredado, que para ali foi mandado e despiu a “pele de cobra”. Fr. Vicente, descrevendo como prosperou a povoação sob o novo chefe, informa: “a qual governa tambem o capitão do forte, que el-rei costuma mandar cada tres annos... Logo em seu principio veiu alli ter um homem degradado pelo bispo de Leyria, o qual, ou zombando, ou pelo entender assim, poz na sentença: “Vá degradado por tres annos para o Brasil, donde tornará rico e honrado”. E assim foi que o homem se casou com uma mulher que tambem veiu do reino alli ter, não por dote algum que lhe dessem com ella, sinão por não haver alli outra e de tal maneira souberam grangear a vida que nos tres annos adquiriram dous ou tres mil cruzados, com que foram pera sua terra em companhia do capitão-mór do Rio Grande João Rodrigues Collaço, e de sua mulher D. Beatriz de Menezes, comendo todos a uma mesa, passeando elle hombro com hombro com o capitão assentando-se a mulher do capitão, e a tomarem por comadre”. O as vi em Pernambuco, onde foram tomar navio pera se embarcarem. E toda esta honra lhe faziam porque, como em aquelle tempo não havia ainda outra mulher branca no Rio Grande, acertou de parir a mulher do capitão, e a tomarem por comadre”. O degredo imposto pelo bispo de Leiria era desses que, mesmo naquele tempo de moralidade muito diversa da nossa (muito mais estreita e severa em questões

que hoje nos parecem insignificantes), não desacreditava o atingido, nem lhe vedava a permanência entre gente honrada. Cauza espécie, porém, o seu rápido enriquecimento, pois fr. Vicente afirmava que não se podiam fazer mais de dois engenhos na região (e já estavam feitos quando escrevia), "*porque as canas de assucar requerem terras massapés e de barro e estas são de areia solta, e assim podemos dizer ser a peor do Brasil*".

Ignoramos quanto tempo durou o governo de João Rodrigues, que deve ter vigorado de 1599 a 1603. Neste ano voltou Jerónimo de Albuquerque ao Rio Grande com patente de capitão mor, cargo a que fazia jús pela experiência que tinha do litoral. Concedeu aos jesuitas, que tinham sido os seus mestres em Pernambuco, "*no sitio demarcado da cidade*", o terreno necessário para elevar uma casa de residência. Continuou, quanto ao resto, na orientação do predecessor, distribuindo sesmarias, explorando a costa, cuidando do povoamento, e... beneficiando-se largamente, de acôrdo com o princípio universal, de que, para ser bem servido é preciso servir-se a si mesmo, doando a seus filhos duas léguas em Canguaretama, e cinco mil braças quadradas na várzea de Cunhaú, ao sul de Macau (97).

(97) A doação de 20 de agosto 1605 estava em nome de António e Matias de Albuquerque. A lista dos beneficiados que vem a seguir ocorre in *Rev. do Inst. Hist. do Ceará* 1909. 112.

A medida era por demais generosa, chegando pelos novidadeiros aos ouvidos del-rei, que a apreciou mediocrementemente. Em 1612 ordenava o soberano: "*E porque me constou ser mui exorbitante em quantidade de terras a repartição que dellas fez Jeronymo de Albuquerque a seus filhos, e demais não terem nellas feito bemfeitorias, se repartirão as ditas terras*". A segunda parte do decreto era menos justa, pois o engenho e a várzea de Cunhaú já davam bom rendimento, com safras anuaes de seis a sete mil arrobas de assucar. A ordem, comtudo, devia ser cumprida, e as terras foram divididas pelo meio.

O outro engenho daquela época, do qual ha lembrança, é o do Ferreiro Torto, que não prosperou, todavia, pelo pouco rendimento da lavoura, situada num ponto quasi esteril. O resto da produção dos escassos povoadores, destacados no Rio Grande, limitou-se por muito tempo ao preparo de farinha de mandioca, criação de gado, ou melhor, pastoreio do que soltavam nos campos do interior, milho e peixe seco, que exportavam para Pernambuco e Paraíba nos barcos semi lotados de assucar. A *Rasão do Estado*, ao aludir ás produções que lá havia enumera: "*...algum páo Brasil fino, mas mui raro a respeito de lho arrancarem os Francezes até as Raizes, quando alli continuavão, tem jacarandá mais delgado que o da Bahia; tem pau Amarello para tintas e outras madeiras... Todo*

genero de criação multiplica muito, e nos mattos ha muita caça e em toda costa grandes pescarias e muito ambar". Tudo somado, dava em realidade pouca cousa, sendo irregulares as matas que havia próximas do forte, logo desbastadas e na iminência de desaparecerem pelas necessidades dos habitantes.

As salinas ficavam mais longe, o que encarecia e dificultava a sua exploração. Consta que Jerônimo de Albuquerque, também descobrira minas de ferro por volta de 1608, mas pouco mais se soube. Avaliamos a pobreza da população pela morosidade das obras do necessaríssimo hospital da Misericórdia, elemento de assistência social que vinha a ser das maiores preocupações dos povoados nacentes. Só depois de 1611 é que os habitantes de Natal gozaram de administração eletiva e justiça própria, continuando os capitães a dirigir a defesa, o policiamento e a distribuição das terras (98).

A fortaleza dos Reis Magos, começada com muito afan, não tivera melhor sorte. Na *Razão do Estado do Brazil*. descrevem-se as suas precárias condições em 1611: "*Toda esta fortaleza do Rio Grande está por acabar; não chega por agüas partes ao cordão, e assim tem menos de dezoito palmos*

(98) cf. Rocha Pombo. *Ha. do Rio Grande do Norte* 78. 79.

d'alto, faltando-lhe todos parapeitos e antulhos das quattrinas, todas as casas de Vivenda e almazens, não tem poço, nem Sisterna, nem fonte, antes com muito trabalho, todos os dias, se provem de muito longe, em vasilhas de agoa ou de cacimbas da praia; não tem restrello nem contra portão, e até as portas da mesma fortaleza estão consumidas do tempo; finalmente é a mais miseravel vivenda que se pode achar no Mundo, por não estar acabada, pelo que os Soldados fogem della como da morte” (99).

Era lamentavel o quadro oferecido pelo fruto do engenho do padre Samperes, no momento em que os olandeses punham a vista no território por ele defendido. Aproximava-se a hora em que os intrusos se aproveitariam da fraquesa dos defensores para tomarem conta daquela vasta região. Realizado o intento, deram os vencedores um balanço nas armas encontradas, em que havia peças gastas, “*de muito serviço, e estão bem a ponto*”, mais alguns canhões de ferro, tão “*maltratados do ar do mar, da quentura, e humidade, que todas se desfazem em folhas de ferrujem, e criam gretas e abelheiros dentro*” (100). A guarnição se reduzira a uns 80 homens, sem “*nenhum murrão, peito, nem rodella, nem outra cousa tocante a defesa*”. Era realmente cla-

(99) *Razão do Estado do Brazil.*

(100) *Ib.*

morosa a desídia, de quem devia velar pela segurança da terra. O reino filipino só aparentava no Rio Grande fraquezas em ves de forças. Na frontaria do baluarte, que dava para o litoral, as dunas de areia cresciam de ano para ano, até se tornarem, pela altura, grave inconveniente á guarnição. E, quando os olandeses sitiaram os Reis Magos, aconselhados por Calabar que bem conhecia o estado do forte, aproveitaram-se das elevações das proximidades, para impedir que os adversos pudessem subir á plataforma para se defender.

Os planos da Companhia das Índias Ocidentaes não vizavam somente as possibilidades económicas da região. As produções do Rio Grande pouco ou nada interessariam aos olandeses, que precisavam, comtudo, da capitania situada no caminho do Maranhão e Pará. Sem aquele ponto do apoio, não poderiam os flamengos estender-se em direção do lendário reino do El Dorado, nem tampouco descançar enquanto ficassem expostos a um ataque de flanco por parte de portugueses donos do resto do litoral. No século 17, como ainda hoje, os pontos estratégicos eram os mesmos, cuja posse representa a chave da nossa orla costeira.

Consoante a este modo de pensar, intensificaram preliminarmente os flamengos a guerra de curso contra a navegação luso espanhola, assolando as suas rotas commerciaes, penetrando nos ancoradouros coloniaes, preparando em toda parte vasto

plano de ataque. De 1609 até 1623, cerca de setenta embarcações foram por eles aprisionadas em alto mar e nos portos, causando incalculáveis prejuízos ao governo de Felipe III. Consistia a sua tática em tolher primeiro ao espanhol os seus recursos de guerra, para depois assaltar-lhe diretamente as possessões de ultramar. Ao mesmo tempo, no decurso das medidas preliminares, angariavam informações e conhecimentos sobre os territórios que ambicionavam. João de Laet descreve uma expedição de olandeses, acompanhados de indígenas, no Cunhaú, pouco antes da queda do Rio Grande em seu poder por largos anos. Nada rendeu em despojos de guerra além de alguns limões para os doentes, mas trouxe precioso suplemento de notícias para os expedicionários. Em 1630 já podia o brabantino Adriano Verdonck enumerar os recursos e o aspéto do sítio. Encontrara cinco ou seis aldeias, que reunidas poderiam totalizar mais ou menos 750 índios frescheiros em contáto com os brancos, sendo a maior a de Mopitú, a sete milhas ao sul de Natal. A séde da capitania alinhava apenas umas quarenta choças, feitas de barro e palha, em que cooperavam a técnica de construção portuguesa e a indígena.

Tinham os moradores pedido alguns anos antes o "*modo de governança*", que lhes foi outorgado em 1611 por D. Diogo de Meneses, *o qual com parecer da Relação elejeo o Juiz, hum vereador escrivão da Camara, procurador do Conselho, e Procurador dos*

Indios, e assim vivem hoje, de que tem dado avizo a Sua Magestade" (101). Os que moravam permanentemente na capitania, e eram um pouco mais abastados, rezidiam nas suas fazendas, comparecendo apenas aos domingos e dias festivos á missa da matrís. Começada "*desde os tempos da Conquista*", terminaram as obras do templo em 1619 (102), destruido a seguir pelos olandeses na luta iniciada em 1630, e reconstruido pelos riograndenses em 1694. *Á séde do governo, Natal, e os dois engenhos em produção, formavam os tres núcleos de povoadores brancos da capitania.*] O engenho do Ferreiro Torto, na marjem direita do Potengí, onde hoje está a cidade de Macaiba, pertencia no começo da guerra a Francisco Coelho. Este povoador deixou-se surpreender pelos feroses tapuias, aliados dos olandeses, e a despeito de ter alguma defesa pronta, foi trucidado com sua mulhér, cinco filhos e sessenta pessoas que estavam refugiadas no engenho. Antes de morrer, sofreram os infelises os tratos mais ultrajantes da indiada bestial, instigada por europeus ainda mais desalmados. Em Cunhaú ocorreu

(101) *Razão do Estado do Brazil* ou *Rev. Inst. H. G. do Ceará* 1908. 193.

(102) *Livro das Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal de 1659 a 1662. Livro dos Acontecimentos Notaveis de 1755 por Deante.* cf. Vicente de Lemos. *Capitães Mores e Governadores do Rio Grande do Norte.* I. 13.

fáto semelhante, tendo sido aprisionado pelos flamengos o seu defensor, o capitão Álvaro Fragoso. Segundo Diogo Lopes Santiago (103) sucumbiram no engenho a fio de espada cerca de sessenta pessoas.

Na capitania, onde tão poucos eram os povoadores, os morticínios desfalcavam-n'a quasi completamente de elementos brancos. A demora que houve na reconstrução da matrís, centro daquele povo católico, dá medida do lamentavel estado a que ficou reduzido o Rio Grande ao saír da longa e encarniçada campanha. Nas informações de Verdonck, limitavam-se os portuguezes no tempo da occupação batava a 120 ou 130 lavradores, recenseados num raio de seis ou sete milhas em torno de Natal. Perfaziam, portanto, pouco mais das vítimas das matanças do Ferreiro Torto e do Cunhaú.

Em 1628, Kilian de Resenlaer tomava nota, em Amsterdam, das declarações de Gaspar Paraupaba e companheiros, índios tupís trazidos do Brasil, sobre a feitoria do Rio Grande ou "*Poting, une grande rivière avec un chateau sur le côté est. tout près du rivage... Un village de 8 maisons et une église, habité par les gens du moulin à sucre, à savoir 5*

(103) Os aliados dos olandeses eram os tapuias, comandados por Janduí, inimigos dos lusos e de seus aliados selvícolas. O seu território ficava no interior do Rio Grande e Ceará. v. A. Tavares de Lyra. *Domínio Hollandez no Brasil* 38 em nota.

Portugais et quelques noirs" (104). Não podia ser mais miserável a condição do lugar, que nada melhorou sob a dominação olandesa, lapso em que ficou entregue aos tapuias de Janduy, ou Jan de Wy como diziam os flamengos. Em 1630, a capitania arrecadava 3:518\$581 crusados. A despesa seria equivalente, maior parcela empregada no soldo das forças armadas, tal qual em certas repúblicas modernas. Os vencimentos do capitão mor e do vigário montavam anualmente a 200\$ para cada um. Registraram escritores antigos já existir pelas redondezas elevado número de rebanhos, que em 1630 totalizariam 20.000 bois (105).

O conde de Nássau, na sua carta de janeiro de 1638, escrevia que nessa data o Rio Grande do Norte só era devassado em doze milhas de profundidade. Poucas tinham sido as incursões realizadas tanto pelo litoral como no interior, sendo das mais conhecidas a do capitão olandês Uzeel em 1620, tida por alguns autores como a primeira do gênero, e a do capitão Alberto Smient, levada a efeito em 1631, especialmente para colher dados sobre a zona rio-grandense e cearense. Houve também a de Glimmer e Garcia de Ávila, o velho, que teriam chegado até a capitania numa curta decida em 1628, excursões provavelmente realizadas ao longo das margens

(104) Provavelmente índios.

(105) *Revista do Inst. H. Geo. do Ceará* 1923. 10.

do rio Seridó, pois se referem ás matas encontradas pelo trajéto. Maurício de Nássau trata depois disto das quatro freguesias existentes no Rio Grande, das quaes cita apenas tres, parecendo ignorar o nome da quarta. As aldeas de índios "*mal governadas e inquietas*", careciam de diciplina, e os missionários empregados em outras partes da colónia não bastavam para a tarefa que se lhes deparava, e muito menos podiam ser distraidos para regiões de pouca importância.

Com a chegada dos olandeses creceu o interesse pela capitania. Não era mais um mero acesso para o Maranhão e o Amasonas, porém o centro reabastecedor do inimigo, cuja tropa mercenária e os numerosos traficantes que lhe chegavam no coice, eram avessos a privações. Em Pernambuco, a monocultura assucareira criava aspétos semelhantes ao que aparece nas minas geraes, um século mais tarde, quando era preciso tudo importar porque alí nada se produzia além da cata do ouro. Durante a paz podiam os habitantes dos engenhos equilibrar mais ou menos as suas necessidades, procurando os negros a sua própria subsistência nas terras que lhe cediam para tal fim. O desenvolvimento da exportação pernambucana fazia com que aumentassem paralelamente as importações. Esse fenómeno económico, comum onde ha prosperidade, era constituido em grande parte por gêneros alimentícios,

que muitas veses afluíam até da capitania de S. Vicente, situado no trópico!

Estourando a guerra olandesa, peorou muito a situação com o desagregamento da pequena lavoura, e perda de rebanhos, principalmente os da região das alagoas, junto ao rio de S. Francisco. Em pouco, começava o inimigo a sentir os efeitos da escassês de alimentos, rezolvendo o conselho político olandês apoderar-se do Rio Grande, porque sem o gado dos seus vales e várzeas, *“era impossível assegurar a alimentação da população em constante aumento de Pernambuco”*.

Tornou-se assim mistér uma calamidade, para que os governos pouzassem os olhos na capitania abandonada.

CEARÁ E MARANHÃO

As doações de D. João III dividiam o litoral ao norte de Itamaracá, em quatro lotes, da Baía da Traição até o Amasonas. As primeiras cem léguas abrangiam parte da Paraíba e o Rio Grande do Norte, doadas a João de Barros e Aires da Cunha; as quarenta seguintes, situadas no Ceará, a António Cardoso de Barros; as setenta e cinco léguas, sucedendo-lhe para o norte, onde hoje estão os Estados de Piauí e Maranhão, a Fernão Álvares de Andrade, e desse limite até as margens do rio mar (106), localizava-se o segundo quinhão de cin-

(106) “A grande extensão litorânea ao norte da capitania de Itamaracá (delimitada pela baía da Traição), fôra dividida em quatro lotes. As primeiras cem léguas, além da baía da Traição, e que compreendiam a Parahyba e o Rio Grande do Norte, haviam sido adjudicadas a João de Barros e Aires da Cunha. Seguiam-se as quarenta léguas doadas a António Cardoso de Barros, no actual Estado do Ceará, mais as setenta e cinco de Fernão Álvares de Andrade, abrangendo parte do Piauí e do Maranhão, contando-se desde a extrêma desta capitania mais cincoenta léguas que constituíam o segundo lote da parceria de João de Barros e Aires da Cunha”...Ha. da Col. Port. do Brasil. III. 253.

coenta léguas de costa doado a João de Barros e Aires da Cunha.

Nesses donatários encontramos a fina flor dos nomes portuguezes do momento. João de Barros era o prestigioso cronista das glórias lusitanas, que soube descrever com superior estilo e engenho. De todos os historiadores do tempo foi o mais ilustre e cumulado de mercês, e como patriota procurou disfarçar o que havia de demasiado ganancioso e material na posse de idólatras, realizada por uma nação católica como a lusitana. Beneficiário desta conquista, recebeu na maior colônia uma donataria, após ter ocupado entre outros cargos o de tesoureiro e feitor das casas da Índia e da Mina, que eram os principaes postos da administração pública. Fernão Álvares de Andrade, seu condômino no Brasil, fôra secretário e tesoureiro mor de D. João III, figurando o seu nome em todas as cartas que versam os negócios do reino. Aires da Cunha era veterano da craveira de Duarte Coelho, e como ele comandara a armada dos Açores, tornando-se rico e poderoso com os cabedaes que amealhara na Índia. Todos estavam em estreito contáto com a realesa, interessados em as suas especulações commerciaes, coloniaes e marítimas, motivo que suggerira ao soberano chama-los para sócios no desbravamento do Brasil (107).

(107) Foral de João de Barros in Rev. Inst. H. do Ceará 1909. 10. 1.

Em meados do século 16, espalhara-se a lenda de que, do litoral nordestino, era possível alcançar as jazidas de metaes preciosos no interior da América do Sul. A partir daquele período, os administradores castelhanos e portugueses vivem obcecados pela descoberta de minas. Repentinamente a atenção de Portugal volta-se para a grande colônia depois de trinta anos de abandono. Tanto em Évora junto de D. João III, como em Madrid na côrte do imperador, havia intensa expetativa em torno de explorações, recebendo os embaixadores ordens de colher as novidades porventura existentes a respeito nos governos onde eram acreditados. O agente espanhol em Portugal comunicava que o donatário de Pernambuco *"tenia ciertos lenguas de la tierra que le certificaban que en una sierra y provincia que estaba cabo del rio Maranhão avia mucha cantidad de oro e que por otro rio que estaba mas cerca decian estos lenguas que podian yr a dar aquella sierra"*. O monarca espanhol, inquietado pelas tentativas de penetração dos visinhos na América, mandava redobrar a espionagem nos meios portugueses que se ocupavam de negócios coloniaes. Da atividade dos seus espiões recebia pormenorizados relatórios, expediente ao qual os castelhanos não eram os únicos a recorrer, pois o mesmo faziam repúblicas e principados italianos. Os do embaixador Luís Sarmiento vinham de mais longe, enviados diretamente do Brasil, graças á perícia com que o agente castelhano

organizara aquele serviço. A época de que tratamos, versavam as notícias a expedição que João de Barros, Aires da Cunha, e Fernão Álvares de Andrade tinham em curso.

A empresa era resultante do consórcio dos tres donatários setentrionaes do Brasil, cujas capitánias ficavam na visinhança immediata das posseções de Castela. Os seus organisadores não poupavam despesas, e tão aparatosa ia a sua armada, em novembro de 1535, que despertou grande inquietação nos castelhanos. Desconfiava-se em Madrid de outros desígnios que os apregoados, composta a expedição de cinco naus grandes, e cinco caravelas menores (108), comandadas por Aires da Cunha em pessoa. Iam sob este comando, acima de novecentos homens e cento e tantos cavalos, assim como os pe-trechos necessários para a jornada. Constou durante muito tempo (inclusive nas lições de Varnhagen) que o interesse de João de Barros pela donataria o levara a juntar dois filhos seus á expedição. Posteriormente verificou-se que vieram em outra empresa, de que trataremos em seu tempo e lugar.

A de 1535 tocou primeiro em Pernambuco, onde foi recebida por Duarte Coelho e sua família. Além de informações sobre ouro, cedeu o donatário os

(108) João de Barros escrevia "*cento e treze cavalos, em dez baixeis de guerra*". Galvão aumenta para 130 o número de ginetes, e o documento citado J. T. Medina, diz mil e quinhentos homens e cento e vinte cavalos.

línguas tidos por conhecedores da região (não devemos esquecer que estamos numa época de conhecimentos geográficos extremamente empíricos, como se verifica na própria demarcação das capitánias, e que as distâncias eram as mais arbitrárias possíveis, reinando em toda parte a “*légua de beijo*” do caboclo), e demais auxílios que precisava. O estaleiro recifense, onde se faziam os bergantins das cartas duartinas, poz á disposição dos viajantes um barco para precede-los no trajéto pela costa. A expedição ia empreender “*verdadeira viagem de cabotagem*”, numa direção desconhecida, como notou Malheiro Dias. Os poucos dados existentes acerca daquele trecho proviriam na maior parte da tentativa das caravelas *Rosa e Princesa*, comandadas por Pero Lopes de Sousa na armada de Martim Afonso em 1530. Seriam bastante vagos e incompletos, de pouca valia ante a necessidade absoluta de informações positivas e abundantes, sobre percurso inçado de dificuldades como é a costa leste-oeste para a navegação de vela.

No trajéto encontraram os expedicionários no Genipabú (Ceará Mirim) alguns náufragos de volta do rio da Prata da esquadra de D. Pedro de Mendoza, primeiro fundador de Buenos Aires. Os índios do lugar eram os potiguaras, outrora moradores em Pernambuco, e que por isso se mostraram hostís á expedição. Foi preciso procurar outros selvícolas,

com quem era possível entrar em entendimento, para receber viveres e socorros. Proseguiu a derrota, além das tribus mal intencionadas, perlustrando a costa que fôra percorrida um pouco antes de 1500 por Hojeda e Vespúcio. Estava ponteadada de recifes semi submersos, atrás dos quaes se elevavam dunas de areia movediça, e alguma vegetação da espécie litorânea. Pouco depois do cabo S. Roque, desgarrou a embarcação cedida por Duarte Coelho, cujos tripulantes foram casualmente recolhidos por uma nau espanhola, que navegava sob os ventos que vão do norte do Brasil ás Antilhas. Este não foi, todavia, o único contratempo da expedição, porque antes de chegar ao rio Maranhão sosobrou a nau capitânia.

O nome do famoso curso de água, que agora se nos depara, era antigamente confundido com o atual Amasonas. Depois, separaram as cartas antigas os dois rios, ficando o nome com o mais velho. A origem do apelido que abrangeu no tempo a terra dos poetas quizeram alguns que se orijinasse do espanto dos espanhoes, exclamando "*O mar ó non*" quando se viram deante do imenso lençol de água dôce. Teriamos assim mais uma invencionice no molde de "*Ó linda!*" ou "*Monte vi eu!*", e outras versões sobre toponímicos que ficaram na geografia continental. Atualmente, historiadores e filólogos estão mais inclinados a admitir outras orijens, e no caso do rio uma crisma castelhana é mais admissivel, pois

o patronímico Marañon existe ha séculos entre a população espanhola (109).

Chegando na sua vizinhança, as embarcações restantes entraram num grande estuário, desembarcando gente na ilha então chamada da Trindade (110) e depois das Vacas, e finalmente rebatizada de S. Luís pelos franceses, em honra do rei de França. As informações enviadas do Brasil por Aires da Cunha e companheiros, que o embaixador de Carlos V conseguiu ver a despeito do sigilo que cercava a expedição, narravam o bom acolhimento que os expedicionários receberam do gentio, o qual não tinha conhecimento algum dos tupís inimigos dos portugueses.

Aproveitando-se da oportunidade, os expedicionários, segundo o relatório espanhol, "*empeçaron a hedificar un lugar y castillo y pusieron nombre aquel lugar nazaren. Scrive que los mismos de aquella ysla le certifican que ochenta leguas de alli por el dicho rio del Marañon arriba ay infinito oro*". Nesta pesquisa ficaram os tripulantes pelo espaço de tres anos, navegando rio acima "*duzentas e cincoenta legoas*", segundo Gandavo, retificado pelos coevos

(109) v. Serafim Leite. *Páginas de História do Brasil* cap.º *Uma Grande Bandeira Paulista Ignorada* 103.

(110) Assim designada no mapa de Diogo Ribeiro de alguns anos anterior á expedição, e no de Turim de 1513.

espanhoes, que reduzem as léguas a cento e cincoenta. Vencidos pelo desânimo, ganho na inutil procura de ouro e prata, rezolveram tornar a Portugal. Continuou um fado impiedoso a golpea-los, primeiro com o assalto de índios á povoação de Nazaré, depois com o desgarrre de tres embarcações, levadas pelos ventos ás Antilhas, onde chegaram em 1539, trazendo a bordo, apud Oviedo, cento e cincoenta portuguezes e índios, todos "*muy perdidos, y necessitados*".

Emquanto estiveram na ilha do Maranhão, viveram de boas avenças com os indígenas do lugar, "*resgatando mantimentos e outras cousas que lhes eram necessarias*" escreve fr. Vicente do Salvador, acrescentando que "*chegou o trato e amizade a tanto que alguns houveram filhos das tapuyas, como se descobriu depois que cresceram, não só porque barbaram e barbam ainda hoje todos os seus descendentes, como seus pais e avós, sinão pelo amor que têm aos portuguezes, em tanto maneira que nunca jamais quizeram paz com outros gentios, nem com os francezes, dizendo que aquelles não eram verdadeiros perós (que assim chamam aos portuguezes, parece que em respeito de algum que se chamava Pedro) e todavia, quando na éra de 614 entraram os nossos no Maranhão, logo os vieram vêr e fazer. Pazes com elles*".

Na *Decada Primeira* lamenta João de Barros o prejuizo que lhe deu a expedição, porém não desa-

nimou. Quinze anos depois (111), mandava outra em que iam os seus dois filhos João e Jerónimo. Pelo documento da Torre do Tombo, que reproduzimos, o insucesso da empresa é atribuído á hostilidade do gentio. Teriam chegado nesse meio tempo os Potiguaras fugidos da Paraíba para as terras do infelís donatário? Ou não estariam ainda bastante crecidos os “barbados” amigos dos portugueses? Talvês o mais certo será admitir que tantos abusos praticaram os brancos, quando quizeram

(111) “*João de Barros feitor das casas da India e Mina me enviou dizer que elle Rey meu senhor e avo que santa gloria aja lhe fez merce de huma capitania na costa do Brazil nas terras de Sãota Cruz honde se chamam os Pitagares para honde fez hua armada averaa vinte anos em que despeneo muito da sua fazenda e averaa cinco que mandou outra em que forão dous filhos seus a povoar a dita terra o que não houve effeito por os gentios della estarem escandalizados asy dos moradores das outras capitancias como de pessoas deste reyno que vão a dita capitania fazer saltos e roubos cativando os jintios da terra e fazendo lhe outros insultos de maneira que querendo seus filhos tomar hum porto na dita sua capitania pera se proverem do necessario por os ditos jintios estarem escandalizados e de pouco tempo estavam salteados de jente portuguesa lhe matarão hum lingoa com outro homem e lhe feryrão outros e trabalharão pellos matarem a todos por se vingarem dos malles e danos que tinhão recebidos de navios com que no dito porto lhe tinhão feitos saltos”. Arquivo da Tôrre do Tombo, cod. 2664, cf. Boletim da 2.^a Classe da Academia de Ciências, vol. XI (1917) 293.*

obrigar o gentio a trabalhar nas roças, que terminaram por revolta-los.

Antes das incursões realizadas por terra pelos habitantes do Rio Grande e Pernambuco naquele litoral, houve contáto de tripulantes de naus portuguesas e espanholas com as tribus que ocupavam. Não sabemos quaes foram, mas conjecturamos que, ao invés de presentear os índios com pequenas dádivas "*qui entretienent l'amitié*" para fins de relações ulteriores, provocaram desconfianças e malquerenças pelos "*malles e danos que tinhão recebido de navios com que no dito porto lhe tinhão feito saltos*", como dizem alguns documentos relativos ás empresas de João de Barros. O alvará de 5 de março de 1561 alude ao estado de espírito dos indígenas a perturbar o trabalho dos filhos do primeiro donatário. Desta feita, era por causa dos moradores das outras capitanias, que allí "*vão... fazer saltos e roubos cativando os jintios da terra*". Um outro documento da época prova que o capitão João Gonçalves, da Ilha de Itamaracá, dera licença para que fossem buscar escravos na capitania de João de Barros, especialmente na altura do porto dos Búsios. Não admira que os portugueses encontrassem, depois disto, grandes dificuldades por ser o índio um inimigo em ves de colaborador. Intentou António Pinheiro em nome de João de Barros, uma ação judiciária contra João Gonçalves, em consequência dos prejuisos que a devastação das tribus maranhenses

acarretavam; mas depois do mal irreparavel que adeantava ganhar um pleito mandando sustar o abuso? Continuou tudo como dantes: o território doado entregue a Potiguaras inimigos figadaes dos portuguezes, que se aliaram por vingança aos franceses quando estes lá chegaram.

Os da segunda expedição, não podendo vencer os ataques da indiada, tiveram, como da outra vez, de se refugiar nas índias de Castela. Um curioso subsídio nos indica onde estiveram. Na folha em questão, o filho do donatário, João de Barros Júnior, receoso de sobrecarregar a sua consciência, confessava uma falta que praticara. Nada tendo que fazer emquanto esteve na ilha Margarida, na costa da Venezuela, distraia-se jogando cartas com o cura da povoação, que lhe ganhou para cima de duzentos crusados. Jogara sob palavra, porque *“tinha pae e mais e mais não lhos tinha para lhos pagar”*. E, a poder da confissão pensava aliviar-se do logro que applicara ao cura. Agora, como fez para saldar a dívida, e si o conseguiu, não nos diz, nem por emquanto nos interessa saber.

* * *

Atemorizado pelo que sucedera aos condôminos, António Cardoso de Barros renunciou aos seus direitos sobre o Ceará, e, em compensação, recebeu um cargo público na Baía junto ao governador ge-

ral Tomé de Sousa. O mesmo teve que fazer mais tarde João de Barros, que, dispondo "*de condição larga*", nos dizeres do cronista Galvão, socorreu a família do co-donatário Aires da Cunha, morto e arruinado na empresa, endossando-lhe as dívidas, de sorte a ficar sobrecarregado dos compromissos da expedição de 1535, assim como da seguinte encabeçada por seus filhos. João de Barros silenciou não só acerca dos sucessos em que estivera envolvido, como da caridade que praticara, fáto que no-lo apresenta sob aspéto ainda mais nobre, como seja a reunião do talento a um coração generoso. Sabe-dor dos apertos em que ficara, perdoou-lhe D. Sebastião I as dívidas que tinha para com a fazenda pública, e concedeu auxílios á viuva. No reinado de Felipe II, o rei espanhol galardoou com mercês ao filho Jerónimo de Barros, provavelmente aconselhado pelos hábeis informantes que tinha perto de si no governo de Portugal, — si é que a proverbial argúcia do filho de Carlos V necessitasse de conselheiros. Bem sabia ele qual era o melhor caminho para ganhar o aféto dos vaidosos súditos, lisonjeando-lhes o amor pátrio na pessoa do mais illustre dos seus historiadores.

Decorrido algum tempo depois do fracasso do primeiro donatário e o de seus filhos, o espanhol Diego Nuñez, que estivera muitos anos no Perú, associou-se ao português João de Sande, para reque-

rer o privilégio da exploração da capitania abandonada. Ao que parece, conseguiram o intento, chegando a armar quatro embarcações destinadas ao transporte de gente e material. Mas nisto ficaram as notícias. Depois veio Luís de Melo da Silva, filho do alcaide mor de Elvas, que se lembrou de experimentar fortuna no litoral leste-oeste brasileiro. Correu a costa em uma caravela, indo ter no fim do percurso á ilha Margarida, onde encontrou soldados da expedição de Orellana. Foi-lhe funesto o acaso, porquanto as práticas que manteve com esses exploradores do Amasonas encheram-lhe a imaginação de promessas absurdas. Diziam acerca daquele rio encantado, segundo fr. Vicente, "*que como testemunha de vista muito lha gabaram e prometteram muitos haveres de ouro e prata pela terra a dentro*". Na fé das informações, requereu Luís de Melo uma capitania no trecho litorâneo jacente sem dono, e como o governo pouco se detinha com limites geográficos, concederam-lh'a sem dificuldade. Voltou o novo donatário a percorrer o litoral, por volta de 1554, á frente de tres naus e duas carayelas. Ao chegar á barra do Maranhão, naufragou com a sua gente, que quasi toda se afogou, logrando salvar-se o capitão armador, com mais alguns tripulantes, em duas embarcações, que separadamente foram ter ás Antilhas. Entre os náufragos estava o pae de fr. Vicente do Salvador, que da ilha de S. Domingos

voltou ao Maranhão, e de lá á Baía, onde se estabeleceu constituindo família.

Luís de Melo seguiu outra rota, indo de S. Domingos diretamente para o reino, para ver si obtinha recursos para tornar á sua pesquisa de ouro na América. Aí vemos mais um aspéto da autarquia colonial lusitana, em que o donatário do Maranhão ganhava na Índia meios de explorar territórios ignotos do Brasil, tal como antes dele tinham feito Duarte Coelho, Aires da Cunha, e muitos outros. Poderíamos também incluir entre os contemplados pelo oriente as famílias de Pero Lopes e Martim Afonso de Sousa, ambos enriquecidos pelo mesmo processo, e dispondo pela mesma forma de recursos para as suas donatarias. Luís de Melo, depois de provido do necessário, ia de volta para o reino cheio de projetos e esperanças, quando a nau S. Francisco, em que embarcara, naufragou nas cercanias da ilha de S. Lourenço, perdendo-se sem deixar vestígios com passageiros e tripulantes.

Emquanto isso, na Amasônia, a lenda das pérolas vinha se juntar á do ouro. No capítulo VI dos *Tratados* refere-se Gabriel Soares a uma lagoa perliífera, de que obtivera informações pelo gentio do lugar. Alude também ao caso do náufrago Nicolau de Resende, que teve de seguir por terra, através do atual Piauí e Ceará, do sítio onde se dera o sinistro até encontrar povoadores brancos nos baixios do Maranhão. Trouxe da caminhada descrições de

muitas lagoas provenientes das águas que as dunas preizam, sombreadas de palmeiras como úmidos oasis no deserto. Deixou infelizmente de informar acerca de metaes e outras descobertas preciosas. O naufrágio dera-se por 1570, não havendo mais lembrança da passagem de europeus pela região, que pudesse influir no povoamento de brancos no Ceará.

Os repetidos desastres registados na costa impressionavam os navegantes quanto aos acidentes da navegação ocorridos naquele ponto. Os ventos e as correntes tornavam mais difícil a navegação na costa leste-oeste de Pernambuco para o Amasonas, do que do Maranhão diretamente a Lisboa. Por terra, o trajeto na mesma direção era mais prático, porque não havia obstáculo algum intransponível no caminho, e tampouco era preciso esperar durante longos meses estação favorável, como sucedia na rota marítima. O trilho, que ligava as várias capitâneas distribuídas por D. João III, não era outro sinão o dos índios quando fugiam de Pernambuco ou Paraíba em demanda de regiões onde ficassem mais longe dos escravajistas portugueses.

Mesmo aí, no entanto, entravam ás vezes em contáto com homens de outras raças. Existem vagas informações sobre uma obscura escumalha, de "outlaws" de vários matizes, igualmente refugiados na zona cearense, cuja existência parece indubitável. A *Relação* de Luís Figueira cita um rapás ma-

meluco encontrado acima do Jaguaribe, que “*tinha hido cõ outros brancos e por la se ficou cõ outro, e avia tres annos q’ se não confessavão nem ouvirão missa*”. Formavam quilombos espalhados pelas várzeas e praias do litoral, ou na serra da Ibiapaba. A imensidade do Brasil protegia aqueles núcleos de revoltados, uns contra a disciplina de bordo, outros contra a justiça del-rei, ou as penas e trabalhos da escravidão, precedendo ao mocambo de Palmares a tranqueira de homisiados no Ceará. Poderia mesmo ser uma ramificação do célebre reduto nordestino, formado mais cedo do que se supõe, rezidindo no Ceará desde 1590 ou 94, obstinados adversários da ocupação portuguesa, sob o comando de um francês Mombille, aliado dos caciques Diabo Grande e Mel Redondo.

* * *

Pedro Coelho de Sousa, fidalgo açorita, capitão de galés, seduzido pela fama de riquezas do Ceará, tentou sem êxito reconhecimentos marítimos ao longo da costa, comprometendo muitos cabedaes na empresa. O começo do governo geral de Diogo Botelho. em 1602 trouxe-lhe novo alento, sob forma de auxílios ou á guisa de indemnisação pelos prejuizos sofridos. O mesmo Pedro Coelho já se fizera notar no serviço da Paraíba, quando aí perdera parte de seus bens como associado de seu cunhado Frutuoso Barbosa.

Em 1603, organizou uma expedição terrestre em que iam sessenta soldados á portuguesa, ou melhor, armados como os brancos da colônia quando acudiam ao brado de armas, acompanhados de duzentos índios frecheiros (112). Entre os principaes da empresa estavam Manuel de Miranda, Simão Nunes, João Cide, João Vaz Tataperica, e o língua Pedro Cangatan. Seguiam ainda o jovem Martim Soares Moreno, confiado a Pedro Coelho pelo seu tio Diogo de Campos Moreno, da governança de Pernambuco, que se destinava a aprender a língua do gentio com que deviam tratar. Entre os aliados indígenas, estavam os chefes Mandiocapuba ou Mandiopuba, o Batantam, o tabajara Caragatim e o potiguar Caraquinguirá. Não garantimos muito a fidelidade dos nomes, que devem ter sido alterados pela incertesa no registo de sons a mudar de informante para informante, cada qual com a sua maneira de emitir sons muito peculiares.

Anteriormente, tinham seguido por via marítima tres caravelões com mantimentos e petrechos de guerra, para aguardar os viandantes no rio Jaguari-be. O guia era um francês, conhecido pela alcunha de Oitumirí ou Tuimirim, familiarizado com a língua dos selvícolas e os recantos da costa. Escrevia

(112) cf. in nota III no fim do volume, o *Regimento* de Pedro Coelho como amostra da politica colonial seguida pela metrópole, paz com os índios, precauções etc... e pesquisa de ouro. Rev. do Ceará 1920. 231.

depois da campanha Diogo de Campos Moreno, que, sem ele, "*Pero Coelho não fizera nada*". Havia pois de tudo na bandeira, potiguaras, tabajaras, espanhoes, franceses, brancos crioulos, mamelucos e até portugueses, alguns dos quaes "*tangos maos e homiziados*" como diz Diogo Botelho, a formar significativo conjunto daquela época de aventuras e aventureiros.

Era também eterogênea a maltã que iam enfrentar. Em tres cercas levantadas na serra de Ibiapaba, estavam franceses, índios, mestiços de vária orijem, mamelucos franco-brasílicos de Pernambuco, Paraiba e Rio Grande, e ainda mamelucos e mulatos, "*crioulos da Bahia, maiores diabos que o principal com quem andavam*", narra fr. Vicente do Salvador. Travaram-se combates entre uns e outros, levando a melhor os expedicionários, que fundaram por essa ocasião um arraial nas marjens do rio Arabé. Dispondo de uma base de operações, organizaram decidas contra a gente do cacique Ubauna, que foi abatido, aprisionado, resgatado pelos seus, e atemorizado pelos portugueses (113). Igual fim tiveram Diabo Grande e Mel Redondo, constrangidos a pedir paz aos invasores, ficando o arraial cheio de cativos.

(113) Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil*.

A caça de índios deve ter sido o verdadeiro motivo da expedição. Conta fr. Vicente do Salvador: *Querendo Pero Coelho de Sousa ver si podia recuperar a perda em parte que com seu cunhado Frutuoso Barbosa recebera na Parahyba, e entendendo que, pois el-rei lha tomara por elles não poderem conquistal-a, podia correr com a conquista de outros rios e terras adiante, especialmente na serra de Boa-paba, que era mais povoada de gentio...*”. Dili-genciava, pois, Pero Coelho, por suprir-se de braços para o estabelecimento projetado no Ceará. As terras adjacentes foram batizadas Nova Lisboa, to-davia não sem lutas e dificuldades, que Martim Soares Moreno deixou menção: *depois de seis mezes de guerra onde eu recebi muitas feridas... e vendo que nos não podiamos sustentar, nos retiramos a Seara para que com mais socorro fossemos á conquista do Maranhão tão dezejada dos Reis passados*” (114).

O padre Figueira deixou descrição do estado em que ficou a Ibiapaba depois da campanha: *nesta grãde serra avia ha duos ou tres annos mais de se-tenta aldeas de gentio q' nos contarão por seus no-mes, e depois de os brancos la irem e os receberam no principio com guerra se forão todos para o ma-ranhão, cõ medo dizendo q' se os brancos tinhão destruydo todos os moradores do Jagoaribe sendo recebidos delles com paz muito melhor as destruy-*

(114) Martim Soares Moreno, *Relação do Ceará* 191.

rião a elles". No Maranhão não foram mais felizes, porque tiveram guerra com os franceses que lá se encontravam misturados com índios bem antes de la Ravardière, acabando os imigrantes dizimados por combates, fomes e contágios trazidos pelos europeus, e nas mãos de ferozes tapuias que os comiam ou escravizavam.

Manter-se no interior em todo caso era custoso, para os portuguezes pela falta de recursos na quadra em que recrecia a hostilidade do gentio. Revelavam-se os tapuias mais ferozes que os tupís, a sugerir a António Bezerra esta reflexão sobre o seu atual decendente: "*Cabra de cachos na testa, não precisa perguntar, é o cangaceiro afeito ao assassinio*". Tentou mesmo assim Pero Coelho proseguir avante, mas não o conseguiu pela insubordinação dos soldados, nus, famintos, revoltados, projetando alguns mata-lo. Alimentavam-se de "*cobras e lagartos*", segundo a narrativa de Martim Soares, e durante muito tempo perduraram as privações porque os combates e alertas não davam tréguas para a plantação de mantimentos. Precizou Pero Coelho de retroceder á Paraíba, mandando Simão Nunes substitui-lo, com quarenta e cinco soldados, emquanto ia buscar a família e reforços. Chegado ao destino, enviou ao protetor Diogo Botelho dez franceses que trouxera consigo, e numerosos índios cativos das refregas na serra de Ibiapaba. Respondeu o governador ao presente com promessas de auxílio, e

depois de receber informações sobre a origem do gentio, julgou preferível entregá-los aos padres da Companhia para fins de catequese (115).

O trabalho nos engenhos no fim do século 16 e começos do 17 entrara numa fase de maior rendimento com a introdução do braço negro. O escravo africano substituíra com grande vantagem o índio, completamente rebelde a um regime de trabalho que lhe parecia insuportável. Deixara-se apenas a seu cargo a tarefa mais consentânea com a sua índole primitiva, encarregado, como ficava, de caçar e pescar, vivendo numa relativa liberdade com a mulher e filhos nas aldeias missionárias. Passara de cativo a uma condição semelhante á dos "agregados" portugueses nos engenhos, protegidos, parentes pobres, conterrâneos á procura de meios de vida na América, vivendo ao redor da Casa Grande. As levas de negros em grande escala trouxeram-lhes nova prebenda, igualmente adequada ás inclinações do

(115) Fr. Vicente do Salvador diz catequese, ao passo que o documento da coleção do benemérito barão de Studart (Rev. Inst. Hist. Geo. do Ceará 1920. 233) diz devolução á terra de origem. E' possível que ambas as cousas tenham sucedido. Na carta del-rei a Diogo Botelho de 22 de setembro de 1605 ocorre este trecho: "... se achou (o parecer dos letrados que fôra consultado) que o dito captiveiro não era legitimo nem conforme ás leis que sobre isso são passadas, nem era conveniente para o bom proseguimento daquella conquista escandalisar os indios dessas partes com captiveiros, que elles tanto temem e aborrecem".

índio. Fr. Vicente do Salvador aponta-nos o recurso, de que os senhores lançavam mão, para manter em ordem a multidão de africanos: “...*estes índios... acodem das doutrinas em que os religiosos os tem juntos e principalmente contra os negros de Guiné, escravos dos portuguezes, que cada dia se lhes rebellam e andam salteando pelos caminhos e si o não fazem peor é com medo dos ditos índios, que com um capitão portuguez os buscam e os trazem presos a seus senhores*”.

A ação económica, além da moral, desenvolvida pelos missionários, fazia com que os índios ficassem reunidos sob a sua direção, adaptados ao convívio dos brancos. Entre outras cousas, tornavam-se os guarda costas dos senhores de engenhos, evitando a troca da colaboração os inconvenientes que surgiriam si fossem abandonados sem guia: “*por serem pobressimos e desapropriados e inconstantes... se espalham onde não podem acudir ao rebate dos inimigos*”. Esta incumbência policial não era nova, assumindo o indígena grande relevância antes da participação do mulato, que veio em parte substituí-lo junto ao branco, principalmente na lida com os pretos. Todos os cativos índios com que os portuguezes traficavam, tinham sido vencidos, amarrados, comboiados e atirados nos ergástulos da lavoura com a ajuda de índios contrários, os quaes como sempre quando não os vendiam, comiam-n’os.

Desde que chegaram os primeiros negros, aumentou o problema da segurança dos poucos senhores, meia dúzia de brancos, trazendo dezenas de escravos asselvajados sob o látigo do trabalho compulsório. Daí, escrevia, em 1597, o jesuíta Pedro Rodrigues: “*os primeiros inimigos (dos colonos) são os negros de Guiné álevantados, que estão em algumas serras, donde veem a fazer saltos, e dão muito trabalko, e pode vir tempo em que se atrevam a cometter e destruir fazendas como fazem seus parentes da Ilha de S. Tomé*”. A rebeldia dos escravos naquela possessão tornara-se ameaçadora por não haver índios no interior que pudessem combater contra os escravos fugidos. O resultado foi a sangüinolenta tragédia ocorrida na ilha, numa antecipação dos levantes de S. Domingos, em que os brancos foram assassinados, os engenhos destruídos, as lavouras perdidas (116). Teve o regime escravocrata no Brasil maior estabilidade que em outras regiões do mundo onde existiu, a despeito de episódios isolados a confirmar a regra, como foi o de Palmares. Só podemos explicar essa diferença pela contribuição do índio, destruidor mor de quilombos, erigido daí por diante em “*capitão do mato*”, ele-

(116) v. no I vol. desta obra a “*guerra dos Angolares*”, que tanto dano cauzou á ilha de S. Tomé cap. *Início do tráfico Africano para o Brasil*.

mento da maior importância na segurança dos engenhos, juntamente com os mestiços especializados no mistér.

O aperfeiçoamento trazido pela experiência aos processos escravagistas não consistia apenas na mudança do íncola semi-domesticado de escravo em vigilante; decorria ainda da ação dos missionários sobre as multidões da sensala. De par com o temor do índio, as exortações dos padres aos senhores, para que não maltratassem os negros, e a sua assistência, consolando, doutrinando, ganhando a confiança do miseravel rebanho, impedia que os escravos fugissem para os remotos quilombos. O reerguimento do seu ânimo; a doutrinação salvando-os da miséria moral em que se perderiam, si os deixassem espojar-se na depravação das prisões, e mais efeitos da religião, faziam com que, ao invés dos africanos se revoltarem no regime a que eram submetidos, perdendo os poucos rudimentos de sociabilidade que traziam da África, pelo contrário, amañavam-se, cristianizavam-se e assimilavam-se á vida agrícola dos engenhos. O cuidado dos catequistas conseguia o duplo milagre de abrandar o senhor e inculcar incrível docilidade em criaturas á beira da revolta. O segredo estava na penetração insensível, quasi por assim dizer por livre vontade, dos princípios cristãos na mente do escravo, a despeito do fetichismo que o impregnara desde a infância e que tão cedo não o largaria, nem tampouco a muitos

dos seus decedentes. Estes aspétos da vida colonial assumem extraordinária importância numa época em que tudo dependia da escravidão.

Era, portanto, com fundados motivos, que o governador se opunha á escravização do gentio vindo do Ceará. Quanto aos outros pedidos de Pero Coelho, não se negou auxilia-lo na medida dos recursos de que dispunha. Deviam ser escassos, porque o povoador gastou ano e meio antes de poder voltar ao ponto de partida. Tanta demora ocasionou os mais deploráveis efeitos. Fatigados da espera, sem roupas nem mantimentos, Simão Nunes e os soldados retrocederam do "*forte de taipa*" sobre o Jaguaribe, de onde, em caso de assalto por parte de franceses e índios, lhes seria mais facil escapar. Lá os encontrou Pero Coelho e a sua família, amargurados pelo abandono, ansiosos pela terminação dos seus sofrimentos. Nesse estado de ânimo valearam-se da primeira oportunidade para abandonar o chefe, que ficou reduzido apenas a dezoito soldados "*mancos e por isso não foram com os outros*"...

Principiara o fadário do capitão, que imaginava ter esvasiado até as feses o cálice das provações. Os tormentos curtidos daí por deante por Pero Coelho e os seus foram comparados ao de Sepulveda na sua caminhada pela África, depois do naufrágio do galão grande *S. João* nas costas de Natal. Fr. Vicente do Salvador descreve as tribulações da desventurada família nos areaes cearenses: "*Logo*

nesta primeira jornada começaram a sentir o trabalho, porque, tanto que a calma começou a cair, não havia quem pudesse pôr o pé na areia de quente, começava já o choro das crianças, os gemidos da mulher e lastima dos soldados, e o capitão fazendo o seu officio, animando e dando coragem a todos". Desabara sobre a região o terrível flagelo da seca. Despiam-se as árvores das folhas, fenecia a vegetação miuda, secavam os regatos, e dos ribeirões só restava uma ou outra poça de água salobra, amarga como a do mar. Morriam sucessivamente os soldados, já combalidos ao iniciarem a jornada, sem forças para rezistir ás privações do caminho, torturados pela sêde, esmagados de cansaço. A primeira vítima *"foi um carpinteiro, com o qual os que já não podiam andar disseram ao capitão que os deixasse ficar, que com morrer acabariam seus trabalhos... mas o capitão os animou, dizendo que fossem por diante... Alli se poz D. Thomazia... a dizer tantas lastimas que parece se lhe desfazia o coração, vendo que tinha todos seus filhos ao redor de si, e pegando della do menor ao maior diziam que até alli bastava caminhar, que também queriam morrer"*. Mais avante, encontraram salinas onde sucumbiu o filho mais velho do capitão, *"que era o lume de seus olhos"*. Os outros do rancho *estavam tão fracos que os ventos os derribava"*. Estariam perdidos si o vigário do Rio Grande, alarmado pelos

dizêres dos soldados fugidos antes do capitão, não tivesse partido a socorre-los, adeantando-se a sua procura com índios, víveres e rêdes de transporte.

Do Rio Grande se foi Pero Coelho a Paraiba, e dali a Madrid, para ver si obtinha alguma recompensa aos seus serviços. Encontrou dois obstáculos ás pretensões: a má vontade que existe contra todo empreendimento infelís, e o descabro das finanças espanholas. O tesouro de Felipe III estava completamente vasio; a administração atacada de progressiva paralisia, sendo que as dívidas emperravam todas as peças da máquina governamental. Entretanto, Pero Coelho, levado pela miséria, tentou o impossivel, sem lograr o menor êxito ou consolo, porque *“depois de gastar na côrte alguns annos sem haver despacho, se veio a viver em Lisboa, sem tornar mais á sua casa”*.

No percurso pelas dunas do litoral, tinham os retirantes visto a embarcação dos jesuitas que o governador mandava a Pero Coelho. Chegava tarde para salvar da ruina o povoador, mas vinha dar início a nova tragédia no mesmo sítio. Interessado na conversão do gentio cearense, que tantas despesas e vidas pouparia, entendera-se Diogo Botelho com o provincial Fernão Cardim para que mandasse dois padres á serra de Ibiapaba. A técnica dos jesuitas

parecia-lhe muito preferivel á violência empregada por Pero Coelho (117).

* * *

Em 1607, os padres Francisco Pinto e Luís Figueira embarcaram no Recife, num patacho que ia carregar sal em Mossoró. Eram dos mais dedicados missionários da Companhia de Jesus. O primeiro desvelara-se na catequese dos índios do Rio Real, quando companheiro de Luís da Grã na Baía, percorrendo a pé, semi-nu e descalço, as brenhas agrestes habitadas pelos catecúmenos. O prestígio que alcançou junto do selvícola trouxe-lhe a alcunha de Senhor das Chuvas, pois teria milagrosamente acabado com uma das prolongadas sêcas que esterilizam a região. Da sua atividade no nordeste, mais tarde, decorreu para os portuguezes a vantagem de verem poupado pelo gentio o gado das proximidades do rio Jaguaribe. O segundo, mais moço, chegara a menos tempo no Brasil; comtudo já estivera em entradas nos sertões da Baía e Pernambuco, esforçando-se por aprender a língua dos selvajens, de que

(117) Os dados colhidos acerca da jornada de Pero Coelho davam a entender ao governador que, "*se havia feito somente para captivar e vender Indios*", a ponto de leiloarem "*athe aquelles, que fielmente os haviam ajudado (a Coelho e companheiros) e acompanhado na guerra*". Comemoração do Tricent. do Ceará 24, 55, 57 e seguintes.

deixou valiosos trabalhos impressos, a um tempo evangelizador, explorador e gramático Tupí.

Levavam na viagem para o Ceará sessenta índios dos quaes alguns tinham sido prisioneiros de Pero Coelho, para serem devolvidos por ordem régia (isto é do governador) as suas aldeas. Reza-vam as instruções dos superiores eclesiásticos aos missionários, “...pareceo bem ao padre pr.^o a q não levasse cõsigo Portugueses”, provavelmente para evitar semelhança com as expedições anteriores, cujo carater predatório tinha enfurecido o gentio, devendo a “*ida deles... (realizar-se) sem suspeita de engano*”!

Os recambiados estavam providos de alguns elementos de doutrina, e instruidos no sentido de facilitar a aproximação dos religiosos com os seus parentes. Onde falhava o empreendimento guerreiro do conquistador, era chamado o missionário para concertar a empresa comprometida. Do jogo alternado dessas duas forças de conquista, a material e a espiritual, ganhavam os portugueses pontos de apoio para a dominação litorânea. A posse do sertão era considerada secundária, porquanto não sendo exploravel, ficava á marjem dos acontecimentos do resto da colónia.

Os meios que os viajantes iam empregar entre os aborígenes do Ceará e Maranhão eram os mesmos que a prática do índio ensinara aos jesuitas. Antes de se aproximarem da aldea vizada, infor-

mavam-se dos habitantes, dos seus hábitos e disposição, si “eram de corso e vagabundos” (118). Faziam-se acompanhar, quando davam início à caminhada, de parentes ou amigos dos da taba, que levavam, “velorios, facas, machados, fouces, e alguns vestidos de côr bonita por nov.^{do} e distinção para os principaes, q’ athé nestes Barbaros . . . são as dadivas a maior iman p.^a os attrahir”.

(118) “Procurava este zeloso Missr.^o informar-se dos indios da sua Ald.^a das Naçoens q’ havia por aquelles ser-toens, averiguava o seu genio docil ou bravo, o seu modo de vida mais ou menos politico, se vivião em comunid.^o ou dispersos como feras, se têmão povoação estavel ou erão de corso e vagabundos, etc. . . . Informado de tudo ou se preparava logo e punha a cam.^o ou (era o q’ julgava mais acertado) praticava e instruia bem alguns Indios mais capazes e parentes ou visinhos daquella Nação para o q’ he muito conv.^o procurar sempre conservar nas Ald.^{as} Indios visinhos. A estes dava o P. alguns regalos p.^a os Indios como: são-velorios, facas, machados, fouces e alguns vestidos de côr bonita por novi.^{do} e distinção para os Principaes, q’ athe nestes Barbaros nos quacs se não conhece o vicio da cobiça são as dadivas a maior iman p.^a os attrahir e ainda q’ sejam estas cousas de pouco valor, como são m.^{tos} os Indios, são grandes os gastos q’ nisto se fasem, mas a nenhuns se deve perdoar pellas preciosas q’ com elles se comprão em tantas almas p.^a Deus. Assim preparados remetia o P.^o Pinto pr.^o estes Embaix.^{os} recomendandolhes não lhes digão logo q’ o P.^o fas tenção ‘ir visitalos porq.’ não succeda com o medo fugirem daquelle seu lugar: que não levem armas o uas levem baixas e fação as mais serem as q’ conheção por ellas os gentios q’ vão de pas”. Com.^o Tricent. do Ceará. 64.

Ao chegar ás proximidades da aldea, enviavam “*Embaxadores*”, afim de evitar que os assustadiços fugissem das habitações, medida extremamente sábia pois o mêdo torna perigosos tanto os civilizados, como os primitivos. Entaboladas as relações, deviam os intermediários ter sempre prontas e cuidadosamente estudadas as respostas para acudir ás perguntas “*q’ começam logo a fazer os Indios aos Embaxadores: a saber como e donde veyo o P.º a viver com elles, que modo de vida tem, como os trata e q’ fim pretende*”. Caso tudo corresse bem respondiam “*como os Athenienses a S. Paulo audiemus te de hoc iterum*”, ou mandavam dois ou tres dos índios mais capases homenajear o missionário. Recebidos os mensageiros com afagos, voltavam para saber dos outros, em que luas poderiam os padres vizita-los, sendo este o modo “*por onde os Indios regulão os tempos*”.

Conseguido o mais difficil, emquanto esperavam pela resposta, dispunham no acampamento, além das rêdes em que iam, os presentes, o altar portatil e outros acessórios á viagem. O transporte de víveres não entrava nas preocupações dos expedicionários, porque bastava levar um pouco de farinha de mandioca para os dois primeiros dias da caminhada, “*pois por mais q’ leve o Missr.º nunca.lhe pode chegar p.º toda a jornada porq.’ os Indios q’ a carregão em breves dias a acabão asim pelo sua n. voracidad.º como por se aliviarem da carga*”. Ademais,

continham as matas por onde passavam, situadas na parte melhor das terras, muita caça, pesca, rai-ses, e os insétos apreciados dos índios, que tinham faro particularmente aguçado para os encontrar em toda parte. A mesma descrição traz a atividade do acampamento na hora que precedia a noite. Alguns selvajens levantavam o tijupar de dormida, “*q’ são huns páos armados com palmas por cima*”. Outros iam pescar, “*mui destros e exedem os europeus neste exercicio*”. Outros ainda caçavam, e acendiam a fogueira em que cozinhavam e espantavam as feras durante a escuridão. Efetivamente, onças rondavam ás veses os viajantes, convindo afugenta-las com o brilho das chamas, precaução, porém, que tinha o defeito de ser chamarís de pernilongos, mais perigosos do que os grandes carnívoros, impedindo o padre Pinto de descançar: “*Mas esta molestia se lhe mitigava toda com o gosto e consolação de seu espirito, que sentia na oração em q’ passava estas noutes pedindo a D.^s o bom exito do fim q’ o levava com tantos incomod.^{os}*”. Era mesmo preciso ter muita fé para não renunciar á missão sem outra esperança que um duvidoso resultado no seu desempenho.

No dia anterior á chegada na taba, mandava o padre aviso ao cacique e principaes, pedindo para que estivessem todos os habitantes juntos. Na hora aprazada, entravam os da missão na cerca onde os aguardavam, dirigindo-se diretamente ao rancho

preparado próximo á cabana do chefe, “q’ de ordinario costumão ter os indios no terreiro da Ald.^a p.^a os forasteiros”. Obedeciam os atos, as palavras e os gestos, a um cerimonial preestabelecido, como no protocolo diplomático das chancelarias civilizadas. No rancho, era preciso não demorar o preparo das rêdes, porque nelas logo devia se assentar o visitante, chefe dos missionários. Assim que se acomodava, aparecia o cacique, o qual dizia, “*Ereju oân?*”, ou seja, *já vieste?*”. Ao que o padre respondia, “*Aju roan*”, significando “*Já vim*”. Sentava-se então o hóspede, acompanhado dos notáveis, que repetiam a mesma pergunta e recebiam a mesma resposta á medida que entravam, “*sem amsi palavra alguma de p.^{te} a p.^{te} Seguemse logo as Mulheres e a primeyra é a do Principal q’ todas sem dizer palavra vem ter com o P.^o e cada hua lhe traz e poem junto delle sua cuya ou tijela do manjar q’ uzãm. Outras trazem suas bebidas, q’ os Indios fazem de varias raizes e da mesma farinha de páo. Posto tudo na casa, q’ fica quase cheya pede o P.^o o prato da mulher do Principal e come, ainda q’ lhe custe algu bocado, e o mesmo deve fazer dos mais pratos e bebidas ou mostrar q’ o faz ainda que lhe custe por evitar o recentim.^o da q’ o trouxe, e do seu marido*”.

O banquete com aquele pormenor “*ainda que lhe custe algum bocado*”, lembra o jantar oferecido pelo Galeongi da Sublime Porta, onde segundo Thackeray, o embaixador inglês venceu o russo, por

ter incurgitado os pratos da cosinha turca sem desfalecer. Voltando á sobremesa do brasílico jantar, temos outra semelhança com os diplomatas brancos no inevitavel speech dos banquetes officiaes: “*Acabada esta cerimonia pasada toda em silencio retirão os Indios da sua comitiva os pratos, então se levanta o Principal e fala ao P. dandolhe as boas vindas com mayor extenção. Por ordinario lhe dis q’ havia dias antes visto hu pasaro de grd.º novid.º, ou q’ tinha sonhado á vinha uma grd. chuva q’ fertilizava as suas siaras etc. Continua depois a sua falla, q’ de ordinario aprendem p.º receber os forasteiros, e consta comum.º ou das guerras e lastimas, q’ tem suicid.º a sua Nassão em tom lamentavel e triste, ou das victorias, que tem alcansado e mortes q’ tem feito a seus inimigos com tom Barbaro e furioso. Concluida a fala q’ de ordinario acaba com aplauso dos circunstantes Supirupi supirupi q’ quer dizer é verd.º é verd.º. A esta fala respondia o P. Pinto por sy se sabia a lingoa ou por interprete q’ levava com outra fala semelhante com a qual os presuadia de grande amor q’ lhes tinha e que este o obrigara a emprender aquella viagem com tanto trabalho, que aqui lhes ia contando tudo o q’ na viagem lhe sucedera, e concluia a sua resposta q’ o fim de todos estes trabalhos não era outro q’ buscar a sua amisade e o seu bem, e defendelos de seus inimigos mostrandolhe grde. sentimento dos males q’ lhe tinhão contado etc. Acabada a fala logo o P. come-*

cava a repartir os mimos q' lhe levava principiando pello Principal e sua mulher ou mulheres, e depois pellos mais sendo mais avantajados os mimos segundo a graduação das pessoas, mas de sorte q' não ficava nenhu sem alguma prenda do P. e nada lhe falava por hora em materia de irem com elles, nem da sua salvação ainda q' era o fim q' lá o levava. Tudo isto deichava ao principio p. q' os Indios seus comp.^{os} lhes afeiçoacem primeyro as vontades; porq' acabada esta função serretirayão todos, e o Padre se ficava rezando e encomendando a Deus. Logo os Indeos da Ald. procuravão informarse dos q' acompanhavão ao Padre do seu modo de vida, do modo com q' os tratava, q' fazião na sua Ald. etc. e ao q' tinhão ocazião os Indios de lhes dizer todos os bens, q' tinhão na comp.^o do Padre, p.^o o q' os tinha bem instruido. Tudo cauzava grande novidade naquelles gentios; o que lhe fazia mayor admiração era o dizeremlhe a jornada grande, que o Padre tinha feito das suas terras deychando seus Pays e Parentes só por vir viver entre elles: a esta admiração se seguia outra mayor de q' o Padre não tinha mulheres comsigo nem queria uzar dellas e esta era a primeyra cousa q' o Padre dizia aos Indios que lhes dicessem por terem o costume barbaro de offerecerem mulher ao hospede q' os vizita, em ordem a não lhe fazerem tal offerecim'º.

Rogamos ao leitor que nos perdoe transcrições tão longas, difíceis de ler na ortografia original,

semelhante, na desordem e arbitrariedade, á que inventamos ou á official das escolas, ambas igualmente detestáveis. Todavia, se nos afigurou interessante a narrativa da maneira como os padres se abeiravam das tribus, e bem digna de não ser alterada. Trecho algum será mais instrutivo que o precedente, e não rezistimos em alonga-lo, afim de proporcionar ao leitor rápida síntese da técnica jesuítica, imitada pelas outras ordens missionárias: “*Acabava o Padre Pinto a sua reza, e com hus seus Indios se hia pella Ald.^a visitar a todos; procurava saber dos enfermos q’ havia e logo os vizitava e se os achava muribundos repetia as vizitas, e de ordinario lograva o batizalos, e nenhuma entrada fes ao sertão q’ não tivece a justa consolação de muitos baptismos de innocentes, e adultos moribundos. Como hia de casa em casa concorrião logo todos os minimos a acompanhar o Padre, q’ os atrahia a sy com velorios e anzoes a q’ todos corespondião com grande gosto estimando a dadiva e o Padre lha dava*” (119).

Sabia encontrar o missionário, na sua fé e caridade, a palavra e o gesto que lhe abriam o coração do primitivo. O cuidado de batizar inocentes e moribundos na selva distante, apartada de igrejas e

(119) A narrativa completa da viagem dos padres Pinto e Figueira ocorre também em Rafael Galanti *Historia do Brasil* I vol. in notas finaes.

cristãos, sem o convívio que alimenta as vocações, mostra o fervor religioso que jamais esmorecia no padre viajante. Crianças, guerreiros, mulheres, chefes e pagés, deixavam-se conquistar pelo hóspede amigo, e na empresa de que ora nos ocupamos, foram singularmente afortunados os missionários estreitando relações com o Diabo Grande e seu irmão o Diabo Ligeiro.

A relação de Figueira narra como se desenvolveu favorável aos jesuitas o embate com os demônios locais. Logo de começo tinham estes revelado caráter muito cortês. Fizera empenho o maior dos diabos em receber os padres, antes que voltassem a Pernambuco. Mandou que o Ligeiro: *“que he hu indio muy disposto e em seu falar grãdioso e arrogante”*, os fosse buscar, em testemunho da consideração em que os tinha. Quando próximos da grande taba, *“nos veio o mesmo principal (Diabo Grande) receber ao meyo do caminho”*, escreve Figueira, *“mea legoa da aldea cõ todos os principaes e alguas molheres cõ seos presentes, e elles todos co suas bozinas, gaitas e cascaveis, que são os seus instrumentos musicos com tanta festa e alegria que eu fiquei pasmado, e o padre (Francisco Pinto) com ser antigo sertanista me disse q’ nunca vira entre gentios cousa semelhãte”*. De fáto, revezavam-se os índios no transporte das rêdes, cheias da bagagem dos expedicionários, *“como se ganhassem perdões”*, proferindo tantos gritos e festas que pareciam doudos,

ou “fans” de cinema quando vêm em carne e osso algum galã da sua predileção.

Na vizinhança da aldea saíu a recebe-los um grande tambor, ou cousa parecida, que já toda a manhã tinham ouvido rufar, assim como os maracás, “*que são huns cabaços com hus feijões dentro... e as musicas e dâças continuarão dous outros dias cõ suas noutes*”. Terminava o padre com a reflexão algum tanto aventureira, “*bendito seja o Senhor q’ permite q’ estes barbaros sem o conhecer a elle conheção e honrem a seus servos só pollo serem*”. De qualquer maneira, fosse qual fosse a intenção, era um alívio a cordialidade dos índios para as agruras da jornada. Os caminhos se apresentavam agora aspérrimos, infestados de cascaveis, os viajantes desprotegidos do sol e das pedras, lutando com a falta de alimentos, apenas sustentados por um resto de farinha encontrada num cofo. Mudara a região, não mais recoberta de matas, como acontecera numa pequena parte do trajéto, mas ressequida, sem água, nem recursos vegetaes, e naturalmente caça (porquanto esta tampouco encontrava com que se alimentar), de sorte que, o mais rico presente recebido dos índios deparados no caminho, fôra algumas espigas de milho.

Compreende-se melhor a prática do endocanibalismo, como reforço de alimentação, quando se considera a escassês de recursos alimentícios naque-

las brenhas. Informa o padre Figueira, que, ao falecer um homem nas tribus do lugar, comiam-n'ó as mulheres (e talvez as crianças), e bebiam a mistura feita dos ossos bem pulverizados e embebidos num líquido, julgando-se assim "*mais pios os índios, do que si enterrassem os mortos*". O uso devia ser proveniente da fome, pois não era sistemático, e alternava com inumações comuns (120), nos períodos em que, provavelmente, havia plethora de mantimentos.

Na aldea do Diabo Grande puderam os padres descançar, refazendo-se das privações curtidas desde o seu desembarque no litoral. Ensinavam cantos aos indiosinhos nos momentos de lazer, os quaes, extraordinariamente inclinados á dança e á música, apaixonavam-se pela novidade, e até os mais ariscos acudiam para junto dos hóspedes, acompanhando-os por toda parte, dizendo um deles que se meteria numa cova si os padres o abandonassem. Não faltou na ocasião um milagre para reforçar o prestígio dos religiosos: "*Hua India esteve m.^{to} mal de parto toda hua noite e parte do dia gritado sem em todo este tpo. aparecer nada de criança, mandamoslhe um relicario q' o possesse ao pescosso*", escreve Figueira,

(120) "*p.^r q' o costume se he ennovellarem os seus mortos e assi os metem em seu buraco q' para isso fazem em qualquer mató*". Luiz Figueira, *Relação*,

“e tivesse fé q’ logo pariria conselho que produziu o melhor dos resultados” (121).

Logo em seguida, a aparição de um fenómeno astronómico alvoroçou a tribu. Diz o padre: *“No fim de Setembro de 507 appareceo hu cometa para banda do maranhão a loeste, o qual estendia hua muy comprida cauda p.^a a banda de leste, e durou muitos dias; os indios vendo tã grande novidade pa. elles vinhão m.^{as} vezes perguntar q’ era aquillo, se se queimava o ceo, e se cairia e outras perguntas conformes a sua capacidade, e eu lhes declarei o q’ era e juntam.^{to} o que significava, e como ordinariamente aquillo apparecia avia mortes de grandes e morubixabas, cõ o principal atemorizado me perguntou se escaparia, Deus te dará vida respondy”.*

(121) Outros milagres se deram na mesma ocasião. *“Hu dos principaes destes indios tinha dito a um mãebo mamaluco q’ aqui estava q’ lhe dohia m.^{to} a cabeça e q’ se fosse caso q’ se achasse mal q’ nos dísse em chegando que o baptizassemos; nem era bastante para lhe tirar a dor um ferro q’ fora de freio de cavallo quebrado, o qual tinha em grande estima de santidade por lho ter dado outro como cousa que viera do seo, este lhe tirei co muito trabalho; dahi a alguns dias dizendo eu a este indio q’ andava mal desposto elle me respõdeo dizendo q’ era por q’ eu não tinha cõfiança em D.^s como elle tivera a q’ por isso se lhe fora a dor de cabeça e andava já são, enfim fazia bõ entendimento das cousas de D.^s e vinha muitas vezes perguntalas dizendo q’ p.^a as ensinar a sua molher lhas perguntava; este veio depois p.^a a Igr.^a D.^s o faça bom xp.^{ao}”.*

Estava fora de dúvida, que tanto o intermediário, como a divindade assegurando a vida do chefe da tribo naquela ameaça mortal, tornavam-se credores da sua gratidão.

Por esse motivo os índios homenageavam os padres, davam-lhes presentes, solicitavam batismo, para merecer a amisade de tão extraordinários homens, e prende-los na aldeia. O morubixaba interessado em adquirir para os seus parentes algumas das qualidades sobrenaturaes de que dispunham os padres, pediu com incistência aos hóspedes, “*q’ dessemos hua vara de nossa mão a hu delles p. que fosse alcaide dos outros*”, e, num domingo, depois da pregação em que um dos missionários profligou a bebedeira dos índios, recebeu o Diabo Ligeiro a insígnia de comando, após ter sido devidamente escolhido pelo seu irmão o Diabo Grande. Talvêz dezessem formar os diabos a dinastia dirigente da tribo, e daí se aproveitarem dos padres para esse fim. Como Figueira não se preocupou com o assunto, e nada nos diz a respeito, registaremos apenas que o vigilante da indiada, levando a sério as censuras contra a embriaguês, tomou “*muito em pōto de honra*” o sermão eclesiástico, e, segundo o autor da *Relação*, procedeu na sua incumbência do modo mais edificante e cristão.

Depois de quatro meses na taba tiveram os padres de regressar para junto dos companheiros. Logo encontraram no trajéto de volta, “*hu mancebo*

que trazia novas de como erão vindos hus poucos de índios reliquias de 70 aldeas”, que eram tribus das visinhanças do cabo S. Agostinho, as quaes, fugindo dos brancos, tinham acabado no Maranhão nas “mãos de tapuias e frãcezes”. O morubixaba Mandiaré veio no dia seguinte, em pessoa vizitar os padres, contando que no Maranhão e nas “ilhas das Almansonas”, havia muitos desses brancos, “e q’ tnhão commercio cõ ellas (as amasonas) de prata, a troco da qual lhe davão vestidos e ferramenta, e demais disso as emsinavão a uzar de arcabuzes: elle porem não vio disto”, a não ser os franceses contra quem guerreará. Muito dezejaram os viajantes acudi-los, mas a presença de inúmero gentio hostile obrigou-os a abandonar a ida ao Maranhão para volver á costa afim de salvar os índios amigos. No caminho da expedição estavam tapuias Cararijús ou Tocarijús, provavelmente avós dos cabras de cachos na testa de que fala António Bezerra. Localizavam-se em grande número do Jaguaribe para o norte, e no dizer de Figueira, pareciam “tantos que não tem conta, e andão aos magotes de 50. 80. e 100 casaes correndo sempre os campos buscando cassa de que sustentão, sem outra casa mais que o lugar aonde lhes anoutesse, e nada lhe pode escapar; e a ninguem perdoão a vida por cousa alguma, nem admittem pases cõ ninguem como todos nos informarão”. Efetivamente, de nada adeantaram todas as tentativas, que desde algum tempo vinham fazendo os

padres para entrar em relações com eles, respondidas com a morte dos mensageiros que lhes levavam presentes.

Um outro jesuita, António Vieira, não muitos anos depois, deixou da serra de Ibiapaba uma descrição edênica de que só aproveitaremos o final: "*As noites, com ser tão dentro da zona torrida, são frigidissimas em todo o anno, e no inverno com tanto rigor, que igualão os grandes frios do Norte, e só se podem passar com a fogueira ao lado. As aguas são excellentes, mas muito raras, e a essa carestia attribuem os naturaes ser toda a serra muito falta de caça de todo o genero*". O mesmo quadro é extensível a uma grande porção do Brasil do norte, nordeste e central, onde, ao longo de centenas de quilómetros, os numerosos rios que desaguam no litoral decem as serras, correndo reduzidos na estiagem a fios de água entre pedras e carascaes, num quadro que dá impressão de imenso cemitério de tão ermo e silencioso.

No trecho em que estavam os padres, havia um pouco menos de aridês, mais regatos e vida animal, principalmente cobras a rastejar pelas pedras ou pelo capim que lhes crecia de permeio. "*E p.^r serem estas cobras tão peçonhentas lhe chamão estes indeos verdad.^{as} como se as outras o não fossem, e não ousão de sair a cassar em todo o inverno em quãto a erva está crescida mas esperão que se seque para queimar os campos e verem por onde vão*". O índio nu

oferecia nas caminhadas alvo facil aos ofídios, principalmente as crianças reinadoras que, a despeito da vigilância dos paes, corriam pelas ma-cegas. Certa ves, Luís Figueira quasi foi picado por uma cascavel, semelhante á que matara um rapás da comitiva. Na serra de Ibiapaba um índio seu companheiro teve o mesmo fim, e por pouco uma índia era picada pelas serpentes. Em compensação, naqueles tratos de terras onde a fome acompanhava o viajante, serviam eventualmente os ofídios de banquete para os expedicionários.

A respeito de alimentação, ou da sua falta, escrevia o padre: "*E eu vi o mais esteril caminho que ha no Brazil, por que nos andamos m.^{os} mezes sem comer outra cousa mais q' alguns ratos... E raizes de ervas. E as mesmas ervas cosidas na agoa, amargosas, sem outro azeite, nem sal, & só tinhamos a pelle pegada aos ossos, de modo que pareciamos tísicos...*" Não seriam em tal estado petisco muito suculento para os canibaes, principalmente cobertos de feridas como estavam, cauzadas pelos insétos e pelas caminhadas que lhes tornavam "os pés leprosos". O sofrimento entenebrecia a zona para os viajantes: "*Nesta triste serra dos corvos parece q' se ajuntarão todas as pragas do brasil, innumeraveis cobras e aranhas a q' chamão caranguejeiras, peçonhentissimas de cuja mordedura se diz q' morrem os homens, carrapatos sem conta, mosquitos e moscas q' magoão estranham.^{te} e ferem*

como lancetas fazendo logo saltar o sangue fóra e assy parecião os índios leprosos das mordeduras, nem eu fizera caso de escrever estas cousas senão foram extraordinarias”.

Contra tantos males, pouco valiam os remédios do tempo, que os brancos levavam. Embalde applicaram a um rapás índio, picado por cobra, “*mezinhas e beneficios*”; embalde recorriam a medicação mais enérgica; nada adeantava, nem “*pedra de bazar, nem o licornio, nem queimarmos-lhe a ferida*”. O único consolo para o caso foi enterrar cristãmente a vítima numa sepultura, com “*moimento pondolhe hua cruz á cabeceira no domingo de ramos em o qual depois de o benzermos em aquelle deserto nos partimos continuando nosso caminho*”.

Após alguns dias, chegaram os padres ás terras baixas, providas de matas ciliares, onde tiveram de transpor largos rios, engrossados pelas chuvas que começavam a cair. Um deles foi atravessado pelos religiosos, “*assentados nos paos q’ hião p.^{or} baixo da agoa, vindose o mundo abaixo cõ chuva, trovões e relampagos; e ao longo deste rio debaixo de hu espesso e triste arvoredado estivemos aquella tão santa noute e dia meios alagados dagoa*”. A data era a das endoenças e paixão, “*no tempo em q’ p.^{or} cá (na Europa, a Relação se destinava a Cláudio Aquaviva em Roma) todos se alegrão e se dão as boas Aleluias*”. Em geral, o meio mais empregado nessas emergências era recorrer a esteiras, á guisa de flu-

tuadores, nas quaes os viajantes se agarravam, e nadando, iam até a outra margem. Era o momento asado para os tapuias atacarem os estranhos. Ocultos nos barrancos, á espreita dos nadadores sem defesa, ou dos que estavam em pequeno número num dos lados, atacavam-n'os, matando-os. Era difficil evitar o perigo, porque, além dos caminhos perto dos rios onde havia humidade, e portanto, vegetação e vida animal, ainda que fosse, "*hu espesso e triste arvoredo*", o resto eram serras pedregosas, desprovidas de ervas e raises. De modo que tupís e tapuias, padres e aventureiros, todos precisavam passar pelo mesmo sítio, ou morrer de fome.

Na ânsia de salvar os catecûmenos, mandaram os jesuitas avisos ao seu provincial e ao governador da Baía, explicando a situação. Mas as comunicações eram difíceis e demoradas, de sorte que chegaram tarde, quando nada mais se podia fazer. Cairam os expedicionários, quando de volta, em direção ao mar, numa cilada que os taes tapuias tinham armado. Francisco Pinto foi morto a pauladas, assim como os que tentaram defende-lo, as bagajens saqueadas, as mulheres e creanças levadas em cativo. Por acaso, Luís Figueira, que estava um pouco distante, escapou ao morticínio.

A principal vítima contava cincoenta e seis anos de idade, e trinta e nove de serviços á Companhia de Jesus. Muito lhe deveu a conversão do gentio no Brasil, de que foi dos mais esforçados

apóstolos, entre tantos ilustres que por esse tempo doutrinavam pelos sertões. Ao ver a morte deante de si, exclamou "*Veni, domine*", como na mesma hora proferiam os jesuitas mártires do oriente (122). A notícia do seu desaparecimento se espalhou célere por entre os índios amigos, semeando consternação que se manifestava em prantos e mostras de desespero. É tão valiosa quanto interessante a descrição desse estado de espírito, pelo que pedimos licença ao leitor para alongar ainda mais estas transcrições: "*Foram-se p.^a a sua aldeia (o gentio aliado) e o diabo grãde celebrou e fez celebrar a todos as exequias do p.^a a seu modo mādãdo que se fizesse grãdes e publicos prãtos por toda a aldeia, e se ajuntarão os yndeos na casa q' fora nossa, e ao pe da cruz q' no terreiro tinhamos feito levãtar, fazendo nestes logares principalmente grãdes gritos e derramando muitas lagrimas, e os f.^{os} do diabo grãde deixarão crescer o cabello tingindose e tishãdose em sinal de tristesa q' he o seu luto*".

A perda era cruel para os jesuitas, porquanto fôra deveras auspicioso o êxito que obtivera o morto junto dos índios do Ceará. Os seus restos mortaes tornaram-se relíquias protetoras dos índios serranos, que de forma alguma consentiam fossem de lá retirados. Só depois de alguns anos, conseguiram

(122) V. in nota IV no fim do volume os pormenores da morte do padre Pinto.

os jesuitas dar-lhes sepultura cristã numa igreja, vindo a verificar que o corpo de Francisco Pinto ainda estava em bom estado de conservação.

Luís Figueira, digno colaborador do morto, de-teve-se numa aldea de tupís junto ao rio Ceará, á espera dos amigos Tabajaras sobreviventes. O sítio fôra outrora habitado por muitos índios, ao depois dispersos pelos brancos e pelos seus comparsas selvícolas e mamelucos. Ali pôde o jesuita reunir os companheiros, distribuindo-lhes ferramentas e mais pertences da jornada que tinham escapado dos tapuias, traçando o risco de uma povoação, cuidado que parece pertencer á técnica catequista da Companhia de Jesus, de tão difundida por toda parte onde passaram, na Paraíba ou no Ceará, em S. Vicente, na Índia, na África ou no Paraguai. No meio do futuro casario elevou Luís Figueira uma cruz de cedro, que devia proteger a população colocada sob a égide e nome de S. Lourenço (123).

Nestes trabalhos, chegou ao missionário notícia de que um navio, mandado por Jerónimo de Albuquerque, capitão mor do Rio Grande, estava á sua disposição para transporta-lo ao forte dos Reis Magos. Embarcou com o padre Samperes, que o

(123) Deve-se entender das crônicas antigas que os índios do Jaguaribe são os do Ceará e não os da totalidade do vale como dizem alguns autores. cf. Com.^o do Tricent.^o do Ceará 144.

viera buscar, mais os índios que tencionava reter consigo. Não sendo possível acomodar a todos, o restante teve de seguir por terra, dos quaes muitos eram do Jaguaribe, somando ao todo 160. O malogro da expedição, escreve Varnhagen na *História Geral*, levou a Companhia a renunciar á pretensão do governo do Maranhão que durante algum tempo alimentara. Si, de fáto, assim aconteceu, a desistência não representava acontecimento benéfico para os índios, como supunha aquele autor, pois as violências que os brancos por lá cometeram e o rancôr que entre o gentio deixaram (124), exprimem o mal que cauzava aos índios e povoadores a ausência dos inacinos.

Das notícias que Luís Figueira trazia da expedição, as mais interessantes para os portuguezes eram as do morubixaba Momboré. A atividade dos corsários, nas imediações da suposta região aurífera do Amasonas, precisava ser sustada quanto antes. A presença daqueles aventureiros prenunciava grandes complicações futuras, “...*de morada como estavam no Rio Grande... E o menos mal que pode fazer aos nossos, he levarem nos a França que cada dia lhe vem naos carregar de madr.^{as} pimenta, algodão, etc...*”. Á vista dessas informações, come-

(124) Os selvícolas chegaram a considerar os restos mortaes do padre Pinto como feitiço protetor contra os reinos.

çaram os portugueses a reunir todos os recursos de que podiam dispor para dar combate aos interlopos. Um dos melhores elementos, que deviam atuar na vanguarda dos lusos, eram os indivíduos conhecedores do sertão, peritos da língua e costumes do gentio, sabedores de todos os recursos das regiões ocupadas pelos contrários, de modo que, ao se aventurarem as forças remetidas do cabo de S. Agostinho em direção ao rio mar, fossem com as maiores garantias de êxito possíveis.

* * *

Entre os companheiros de Pero Coelho na aventura do Ceará, estava, segundo nos recordamos, Martim Soares Moreno. Era sobrinho do sargento mor Diogo de Campos Moreno, veterano das Flandres, que o incluíra ainda criança na expedição cearense, para aprender a língua e costumes dos índios da capitania. A providência era muito comum entre os europeus, tão velha no Brasil quanto o seu descobrimento, pois a armada de Pedro Álvares Cabral deixara degredados em Porto Seguro com o mesmo propósito de formar intérpretes. Assim como os lusitanos, espanhoes, franceses e olandeses, também tinham demorado por muito tempo no meio de tribus do litoral, até poderem prestar serviços no dia da chegada dos seus conterrâneos.

Reza a crónica antiga nordestina que Martim Soares, tanto se adaptou aos indígenas, que mesmo sem tomar parte em festins antropofágicos, como supomos, andava despido, pintado de genipapo e urucú, crestado do sol e da chuva, tal qual um tupí ou tapuia. Alguns autores, Fernandes Gama, Luna Freire, ou Capistrano de Abreu, consideram-n'o pernambucano, ao passo que o barão de Studart, partindo da própria narrativa de Martim Soares, di-lo português, chegado ao Brasil em 1602 com as tropas do governador Diogo Botelho.

Do conhecimento que obteve acerca do Ceará, e dos seus habitantes, convenceu-se Martim Soares que não era possível lançar os fundamentos de uma situação estavel sem o concurso de religiosos. Acompanhado do filho do principal cearense Jacauna, foi á Baía conferenciar com D. Diogo de Meneses, successor de Diogo Botelho. Atendido nas pretensões, voltou com o clérigo Baltasar João Correa e alguns soldados, fundando no Ceará, por volta de 1611 ou 1612, a cerca de S. Sebastião, nome caro aos portugueses, e a ermida de Na. Sa. do Amparo, no lugar onde hoje está a cidade de Fortalesa. Na *Relação*, que escreveu, Martim Soares diz ter fundado neste último ano um forte de madeira guarnecido por 20 soldados, dos quaes 10 ou 11 já estavam cazados com índias ou mamelucas, tendo muitos filhos.

Era pensamento de D. Diogo de Meneses, promover a instituição de mais duas capitánias, para

completar com o Ceará o sistema defensivo da costa equinoxial brasileira. A medida era oportuna e encontrou aplausos no governo da metrópole. Estavam, porém, tão comprometidas as finanças da monarquia dual, esmagadas de compromissos, desprovidas de crédito, de gente e de recursos, que o alvitre adotado foi a Carta Régia de 1612, expedida a Gaspar de Sousa, morador na colônia, prometendo recompensa a quem quizesse descobrir terras no Maranhão. Supunha, destarte, o governo, rezolver dentro da velha fórmula portuguesa, o problema das novas capitânicas com os recursos angariados nas mais antigas.

Algumas incursões tinham sido realizadas naquela direção por aventureiros, que a despeito do seu carater irregular — por veses compostos de foragidos — tinham deixado alguma repercussão entre os habitantes dos centros maiores da costa. O capuchinho francês, Cláudio d'Abbeville, dedicou um capítulo do seu livro a certa tentativa do gênero, intitulado *Histoire d'un personnage qui se disoit estre descendu du Ciel*. Narrava as peripécias de um burlão, cujo nome o capucho oculta, que rezolvera, mais alguns portugueses, e "oito a dez mil índios, homens mulheres e crianças", seguir por terra de Pernambuco ao Maranhão. O motivo da migração é ignorado, supondo fr. Cláudio que os imigrantes eram "*Toupinamba (qui auparauint de-*

meroiét vers le tropique de Capricorne) (125), e que, “*s'estoient refugiez en l'Isle de Maragnan, & pays circonuoisins pour fuir à la domination des Portugais*”. O tal branco fazia-se passar por grande feiticeiro, aproveitando-se do que os missionários ensinavam, para se inculcar como saído da boca de Deus Padre, vindo á terra para transmitir a sua palavra.

A narrativa das proesas do intrujão é muito confusa. Parece que nela se confundem os acontecimentos da missão de Francisco Pinto e Luís Figueira, com os da bandeira de Pero Coelho. O leigo era muito capás das mistificações que lhe atribue o capuchinho, posto que dê a entender que poderia tratar-se de um eclesiástico, como o Padre do Ouro, pois certas alusões levam a essa suposição bem como o cuidado que mostra em não revelar nome algum. O aventureiro, acompanhado de seu lugar tenente, mais alguns brancos e muitos índios, assaltou o território do nosso conhecido Juruparí, situado na serra de Ipiapaba. Por acaso, lá estavam franceses que ajudaram o velho diabo a se defender, e nos combates travados morreu o feiticeiro, dispersando-se a sua tropilha, de que elementos vieram ter á ilha de S. Luís, onde Cláudio d'Abbeville os entre-

(125) Tratava-se de Pernambuco, a região de Caeté ou mato verdadeiro para os índios que vinham de lá. cf. J. F. de Almeida Prado. *Primeiros Povoadores do Brasil*.

vistou sete anos mais ou menos depois dos acontecimentos.

Um outro eco, porventura do proprio Cláudio, ocorre no manuscrito de Hessel Garritsz (126), que repete: "*Il est de notoriété publique que parmi les Portugais il se trouva un pauvre diable qui sut tromper les Indiens. Il se fit porter par quatre hommes, se donnant pour un grand prophète, disant qu'il était immortel, qu'il ne mangeait ni ne buvait et qu'il descendait tout droit de la bouche de Dieu le Père. Tout cela cependant n'empescha pas qu'il fut tué par la flèche d'un indien nommé Toucar*". O final dissipa qualquer incertesa sobre a orijem das informações de Garritsz, porque a narrativa do acontecimento, feita por fr. Cláudio, menciona a morte do aventureiro pela "*taquara*" que um filho de Juruparí lhe espetou no corpo durante o combate.

Pelos acontecimentos assim respigados, através dos escritos de coevos, vê-se a perturbação produzida em todo litoral pelos movimentos migratórios dos índios, que das capitánias subjugadas pelos portugueses vinham inquietar os antigos habitantes da região. A desordem estabelecida, sobre a qual ainda intervinham os invasores chegados por via marítima, compelia as tribus de tapuias e tupís mais para o norte, na direção do Amasonas, ou para o sertão,

(126) Pub. in *Annaes da Bib.^a Nacional*. Rio 1907. 2.^a ed. 163. na carta de D. Diogo de Meneses vêm as mesmas informações.

galgando a serra de Ibiapaba. Pouco depois, a luta entre franceses e lusos, acompanhados dos seus respetivos amigos índios, terminou a expropriação e a dispersão dos antigos donos do lugar.

Um dos náufragos de Riffault, de nome Charles de Vaux, tornara á França depois dos combates de Ibiapaba contra Pero Coelho. Fazia elogiosas referências á região, e com as notícias que espalhou acerca das suas supostas riquezas (127), despertou o interesse do fidalgo Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière. Era protestante e parente da condessa de Soissons, tendo estado no ano de 1604 nas costas da Guiana. O cirurgião, ou cousa que o valha, da nau em que viajara, chamado Jean Mocquet, narrou as principaes peripécias da viagem, inclusive uma escala que teve por teatro a embocadura do Amasonas (128). Nò ano seguinte, Daniel de La Touche requeria o privilégio da colonisação de Caiena, que

(127) A lenda era a mesma que fizera Cláudio d'Abbeville e Arsène de Paris escreverem ao protetor, o rico comerciante Firmanet, estabelecido em Ruão: "...*et tient-on qu'à vings lieüs d'icy il ya une mine d'or*". *Lettre que les Peres Capucins ont Escrit (de l' Isle des Maragna, ce 20 Aoust, 1612) à Lyon.*

(128) Jean Mocquet considerava a "*Rivière du Maragnan*" como o "*Pays de Toupinambous*", a 120 léguas dos Caraiba do rio Amasonas. E acrescenta que muitos autores confundiam estes dois rios pensando que eram um só. Outros antigos davam o mesmo nome aos dois embora estivessem separados por 100 léguas de distância.

trocou cinco anos mais tarde por outro. Devia fundar uma colônia perto da linha equatorial, de modo a dominar cincoenta léguas de cada lado do forte a ser construído. Demorou dois anos na organização da companhia, partindo de Cancale em março de 1612, á frente de tres navios. Comandavam-n'os além de La Ravardière: Francisco e Isaac de Rasily; um irmão do futuro cardeal de Richelieu; Brichanteau, filho de um almirante, o destemido official Pezieux (como o qualificam os cronistas da expedição) e o barão de La Molle. O último era parente de um dos principaes incorporadores da empresa, o célebre financeiro Harley de Sancy. Os Rasily ocuparam, depois de partirem do Maranhão, postos dos mais importantes nas colônias e na marinha de guerra da França, pertencendo todos eles a círculos em evidência no governo da regente Maria de Médicis. Além dos fidalgos viajavam os capuchinhos Cláudio d'Abbeville, Arsênio de Paris, Ivo d'Evreux e Ambrósio d'Amiens, que a soberana pessoalmente solicitara ao provincial da ordem fr. Leonardo.

Chegava a armada á vista de Fernando de Loronha, quando em Lisboa tomavam conhecimento da carta de D. Diogo de Meneses, lembrando providências que julgava necessárias para garantir a segurança da costa leste-oeste do Brasil. A ilha do Maranhão foi a segunda escala dos franceses, cauzando-lhes o maior entusiasmo. Entrava para a cate-

goria dos raros objetivos que não produziram decepção aos expedicionários, depois de encomiásticas descrições no gênero das de Charles de Vaux. Parecia um paraíso terrestre, rodeada dos grandes rios que desaguam no litoral que lhe fica fronteiro, cortada de ribeiros, a rumorejar entre alegres colinas, através de bosques e várzeas habitados por bandos de símios curiosos e aves brilhantes. Por toda parte dava impressão de vida fácil, provida de numerosa caça e pesca, numa região quente, porém relativamente saudavel. Na descrição de Maurício de Heriarte, "*La ville de Saint-Louis du Maragnon contient plus de 600 habitans: elle est bâtie dans une espèce d'anse ou petit golphe, ce qui rend la situation fort agréable. Elle est entourée de deux rivières Tone ed Abacanga. Le climat y est sain, elle est á 1° ½ de la ligne équinoxiale*".

Lá havia igualmente numeroso gentio, o que prometia aos olhos europeus rezolver o problema dos braços para a lavoura. Como já foi dito, os que estavam nas redondezas não eram originários do sítio, mas chegados havia pouco das regiões do Caeté, os quais, depois de atravessar "*as terras arenosas e fracas, boas só para pastos e gados*", do Rio Grande ao Jaguaribe, se detinham na ilha, atraídos pela semelhança das matas com as do seu precedente território paraibano e pernambucano. Alguns dos mais velhos indígenas, interrogados por

Cláudio d'Abbeville, contavam terem assistido á edificação de povoações na capitania de Duarte Coelho.

A ilha fôra outrora habitada por desertores e degredados, lançados fora de navios por motivos de insubordinação, ou aventureiros egressos das povoações portuguezas. Os grupos, que formavam com os aborígenes, tinham tido algum contáto com navegantes europeus antes da chegada dos franceses. Os companheiros de La Ravardiére encontraram o lugar assinalado por vestígios de um grupo de compatriotas, também fugidos de outras capitánias. Os antecessores daqueles pioneiros não viviam, provavelmente, entre as índias com a mesma santidade dos bons capuchinhos. Procuravam multiplicar o número de mamelucos, soit disant de cabelo loiro, do nordeste. No caso, a sua intemperança, longe de ser condenavel como a consideravam os frades, muito concorria para melhorar as relações entre os franceses e o gentio, emquanto não se manifestava a ação da catequese. Em suma, repetia-se no Maranhão o que tantas veses sucedera nos lugares habitados por europeus.

Os sinaes da antiga permanência de brancos na ilha eram visíveis nos mamoeiros, laranjeiras, mangueiras, etc... deixados pelos navios que por allí tinham passado, ou trazidos das povoações lusas, onde os religiosos, além de outros, de ha muito introduziam espécies exóticas nos pomares e hortas dos seus colégios. Ao lado do principal Japy Assú, esta-

vam na ilha os marujos havrenses e diepenses do capitão Guérard que desde algum tempo frequentava a região. O relatório por ele apresentado aos negociantes de Dieppe em 1597, fôra tão entusiástico que lhe dera os meios de armar uma nova expedição na "*île du Brésil*". Estavam, por conseguinte, em terreno conhecido os franceses, e tanto, que certos pontos do litoral perigosos á navegação já não o eram para eles, como por exemplo o pontal de Tapuytaperá.

Acerca de como se estabeleceram e foram recebidos pelo gentio, encontramos em autores portugueses pormenores a completar os noticiados pelos franceses. Pouco depois da expedição de La Ravardière, propuzera o vocabularista e missionário padre António de Araujo, que se fundasse nova missão jesuítica no Pará, afim de estabelecer comunicações internas através do Brasil com as de S. Vicente. O projéto se inspirava em duas principaes rasões, primeiro, no exemplo das bandeiras paulistas, que decendo os grandes afluentes do rio iam ter á Amasônia; em seguida, pelas vantagens da comunicação diréta interna, livrando os missionários do percurso ao longo da costa, onde grandes eram os perigos das correntes e ventos, ou da fome e sêde, segundo fossem por mar ou por terra.

O principal argumento de António de Araujo era o resultado da expedição de trinta moradores de S. Paulo, acompanhados, como de costume, por

alguns índios de sua confiança, bandeira que fôra sugerida pelo governador das capitanias do sul D. Luís de Sousa. Começou em 1613, nela figurando o sertanista Pero Domingues. Os seus componentes chegaram ás cabeceiras de um rio, que chamaram Iabeberí o qual Serafim Leite pensa tratar-se de *“algun dos que formam o leque do alto Tocantins (Urubú, Almas, Maranhão) ; e descendo por ele até à confluência do Araguaia, descobriram o baixo Tocantins, “FERMOSO BRAÇO DO GRANDE E AFAMADO PARÁ” (ou Amasonas).* Nesta altura, subiram o Araguaia de volta a S. Paulo, aportando num sítio onde havia sete aldeas de índios, a duas léguas da barra do Iabeberí. Enumera António de Araujo o encontro, e os sucessos a que deu causa: *“Os índios delas se chamavam Caatingas. Sua lingua era a geral desta costa. Entre eles acharam os nossos muita ferramenta, fouces, cunhas, machados, muito velorio, grande numero de camisas de Ruão, com muitos chapeus, o que tudo disseram iam resgatar por penas, frecharia, de que tinham cheias muitas canoas dentro em suas casas (entenda-se por canoa uma medida equivalente ao seu conteúdo), e por algodão, com os Franceses que afirmaram distarem deles onze jornadas pelo rio abaixo, em uma fortaleza que havia muitos anos aí fizeram; ajuntando mais que os ditos tinham engenho de asucar, que fizeram dos canaviaes que possuíam”.*

A harmonia era efetiva entre eles e os comandados de La Ravardière, perceptível tanto na maneira como receberam os paulistas, a dizer as boas avenças que tinham com brancos, quanto pelo contínuo tráfico que mantinham com os do Maranhão. Entrando na confiança dos visitantes, contaram-lhes que tinham morto sete franceses, os quaes segundo António de Araujo, "*deviam ter fugido da dita fortaleza dos seus, por cujo recado de certo os ditos indios os matariam.*" Não contentes de constituir os viajantes depositários das suas confidências, "*começaram logo a despachar mensageiros aos das outras, pedindo-lhes que fossem visitar os brancos que com eles estavam*". Os expedicionários desconfiaram da última manifestação de estima, que lhes pareceu suspeita, e resolveram safar-se antes da chegada dos outros selvícolas. A duplicidade era recíproca, no dizer do padre, pois antes de partir, "*pedem-lhes (aos Caatingas) que se venham com eles pera S. Paulo, onde estarão todos juntos com suas igrejas, e com o mais necessario para a propria salvação, mas tudo com engano, profissão de sertanistas. Abalam 3000 almas... e... se embarcaram em 300 canoas das muitas que possuíam*". Com a retirada abandonavam os visitantes a idea de ir até outro "*braço do mesmo Pará*", apesar de lá habitarem "*as que nós chamamos Almasonas e elles Caimana, sc., mulheres sem peito*".

Os brancos, antes de adormecer no meio da flotilha de índios, tomaram a precaução de lhes tirar os arcos e as flechas. É provavel que tencionassem apoderar-se deles em Piratininga, mas um desastrado incidente, talvês provocado pela falsa noção de segurança em que estavam, veio desmanchar os planos. Entre a indiada estava uma formosa cunhã, que Serafim Leite supõe filha de um dos taes sete franceses, que antes de serem condenados á morte teriam deixado na tribu alguns decendentes. Era esposa do filho principal, sem que, no emtanto, essa qualidade a livrasse de ser cubiçada pelos paulistas. Seguros da sua vantajem sobre o gentio desarmado, deram largas ao modo como habitualmente o tratavam, e que até então tinham reprimido. A mameluca passou primeiro a um dos guias da bandeira, que, importunado pelas reclamações do marido, a transferiu ao capitão, fazendo tal semcerimônia recair sobre os companheiros o ódio dos Caatingas. O ânimo vingativo do selvajem abrangia sem exceção a todos os semelhantes do ofensor de um deles. Armando-se de repente, não se sabe bem como, atacaram de surpresa os bandeirantes, matando dezesseis, e muitos dos aliados índios que lhes caíram a talho de foice. A seguir, vendo que os sobreviventes vigorosamente se defendiam, deram-se por vingados e tornaram ás sete aldeas.

No litoral, perto da ilha do Maranhão, notava-se o fluxo e refluxo das cabildas, que pelos modos disputavam entre si os trechos melhores da faixa litorânea. A luta era contínua, implacável e insana-vel, a favorecer, em última análise, um invasor organizado. Na ilha, sob domínio francês, a situação era de calma, tendo Cláudio d'Abbeville avaliado o gentio em 12000 almas, disseminadas por 27 aldeas. Berredo diminuiu o número das tabas, alguns anos mais tarde, para 23, o que parece confirmar o cálculo anterior, consistindo a diferença nas povoações que desapareceram pelas medidas dos missionários, ou em consequência da luta entre portugueses e franceses. Nas crônicas antigas existe menção de dez aldeas fora da ilha em Tapuytaperá, onze em Cumá, e uma grande quantidade delas em direção ao Pará, e Cláudio d'Abbeville escrevia a Firmanet, constar-lhe que somavam a cem mil os índios alí domiciliados. Para os capuchinhos franceses do Maranhão, não menos devotados que os portugueses do cabo de S. Agostinho, descortinava-se naquele trechos da costa infinito campo de atividade evangelizadora. No seu entusiasmo começaram sem detença a obra, que si era benéfica para o indígena, por atenuar as guerras, o cativo, as superstições, a antropofagia, e muitos outros males, não menos favorável se mostrava aos povoadores de França. A aldea de aborígenes das Pedras Verdes foi levantada por La Ravardière junto ao forte de

S. Luís, para que pudessem dispor mais facilmente dos aliados, feitos catecúmenos e trabalhadores, num começo de organização que devia abranger com o tempo o litoral e o interior das terras.

Deante dessa atividade, o velho cacique Momboré Guassú, outrora habitante de Pernambuco, exprimia o seu ceticismo quanto ao procedimento futuro dos recémchegados. Nas práticas, que teve com os capuchinhos, disse ter visto os portugueses começarem a sua intromissão no território dos índios exatamente com a mesma blandícia, para terminar com as peores vexações. Referia-se á obra de catequese se prestar ao desarmamento do braço do aborígene, quando crecia a fome de escravos dos sesmeiros. Viram-se os franceses constrangidos, pelo que ouviam, a dar explicações para desfazer equívocos e serenar a indiada. Ordenou Francisco de Rasily ao língua Migan, morador desde pequeno entre os maranhenses, que expuzesse aos tupís da ilha a diferença das intenções dos franceses. É instrutivo acompanhar o diálogo entre os interlocutores, Momboré e Migan, pelo que nele se revela acerca dos métodos coloniaes empregados por nações ricas como a França ou paupérrimas como Portugal. Acentuando o que diziam os chefes, o intérprete expunha os benefícios que os seus compatriotas proporcionavam ao gentio. Não vinham apoderar-se da terra: "*ne venoient pas pour s'habituer dās leur pays, mais seulement pour traffiquer & y*

demeurer cinq ou six lunes à fin d'amasser les marchandises & puis s'en retourner... qu'ils ne demandoient pas d'esclaves, n'en ayant que faire". Não queriam escravos, o eterno rastilho de lutas entre os outros brancos e os índios, porém somente estabelecer tráfico mercante com as tribus amigas. Ignoramos si eram absolutamente sinceras as palavras do língua, porquanto não iriam os franceses despender tantos preparativos, só por causa de alguns resgates que nem sempre eram satisfatórios. É possível, junto da mercância, rezidir o seu verdadeiro intuito na aproximação do El-Dorado amasônico. Nesse caso, dispensariam os franceses terras e escravos, que eram indispensáveis aos rivaes, especializados na produção do assucar. Valiam-se, pois, de condições muito melhores para levar avante pacificamente o seu desígnio, podendo evitar lutas sangrentas e fastidiosas. Surdia na conjuntura, a grande vantagem de quem não era obrigado a tirar do sítio os recursos para explora-lo, mas surgiam também inconvenientes, que no rolar do tempo colocaram os franceses em situação de inferioridade perante os competidores.

A intervenção lusa no Brasil assumia aspéto acentuadamente agrícola, ou seja o mais próprio a estabelecimentos duráveis. Trazia comsigo o grave inconveniente da escravidão, com todas as suas conseqüências, porém, graças á atividade do missionário, diminuia o perigo ameaçando o seu empreendi-

mento, representado pela indiada facilmente sublevável. Vencida esta, dizimada e afugentada, o remanecente, que ficava nos engenhos, contribuía para a mestiçagem que ia criar a população nordestina. O choque sangrento do início da conquista lusitana era o tributo pago a condições financeiras, sociaes e políticas peculiares, proporcionando mais tarde resultados muito superiores aos dos franceses com o seu sistema, ademais semelhante ao de todas as potências europeas possuidoras de colónias. Vemos a demonstração na mesma costa leste-oeste, ao observarmos a evolução registada na zona maranhense depois de revertida ao domínio luso. Tornou-se uma das províncias da nação brasileira, como as demais da monarquia, operação realizada sem abalorem dificuldades, o seu destino já traçado pelas condições que apresentava. A Guiana Francesa, no prolongamento da mesma costa, teve um fim completamente diverso, por assim dizer, vegetativo, e continua até hoje dirigida por um grupo de funcionários metropolitanos, revezando-se num território povoado de Galibís e índios, nas veias dos quaes não corre quasi sangue francês. A caprichosa trajetória dos fastos coloniaes divertiu-se dessa maneira em bafejar a obra do povoador luso-brasileiro, e esquecer as empresas de nações ricas, desprovidas dos mesmos elementos de êxito. No princípio do século 17 os franceses não possuíam em parte alguma povoações ultramarinas em condições de repe-

lir forças poderosas, como os habitantes do Brasil iam se mostrar capases contra os flamengos.

Reconheceu, confuso, Momboré, a aparente justiça do que lhe diziam, e provavelmente prontificou-se a auxiliar os hóspedes no empreendimento, em que também serviria de estímulo o rancôr deixado pelo inimigo comum. Tudo em política é questão de maneira de apresentar as cousas, e La Ravardière dava provas de bom chefe protegendo a paz interna do esboço de colônia. Levantou fortificações na ilha, procurou atrair os índios das visinhanças, enviou emissários com dádivas e recados a caciques até duzentas léguas de distância. Em cada aldea com que se aliava, tanto na ilha como no continente, punha um chefe francês e alguns soldados. No pessoal da expedição havia artífices de "*tous les corps de métiers*", que os organizadores julgavam úteis na América. Enquanto estes trabalhavam nas fortificações, outros se ocupavam á frente de índios da lavoura que devia sustentar a povoação.

Franceses e tupís entendiam-se regularmente, mostrando-se o principal morubixaba da ilha e rondesas Japí Assú, muito amigo de fidalgos e capuchos. Os demais aborígenes também suportavam a soldadesca da expedição, e as modificações introduzidas na sua existência pelos estrangeiros. Os habitantes das maiores tabas da ilha denominavam-se, na pronúncia francesa que transparece na pena de Cláudio d'Abbeville, Maragnan engoare; e os

do litoral onde havia rios, Paranan Engoare, sendo os do rio Miary (Mearim) Miary engoare, servindo o sufixo engoare para designar habitantes ou possuidor, como os da ilha do Marajó são chamados hoje pelos caboclos de origem portuguesa marajoaras, ou os do Pará, parajoaras. Os demais, de que o capuchinho tinha notícias, estavam em Cumã (Cumá), Pará de leste, Pará de oeste, e no Caité (região de florestas, mas desta vez em direção do rio Amasonas), todos acostumados a se qualificarem de modo genérico Tupinambás.

* * *

Assim que La Ravardière pôde dispor de algum tempo, estando a ilha em ordem e o continente em paz, empreendeu uma incursão ao lendário território das Amasonas, sítio das minas de ouro e prata, e das jazidas de pérolas e pedrarias, de que todas as côrtes europeas falavam. A viagem realizou-se até o Pará por Tapuitapera, Cumá e Caeté. A propósito, escrevia Ferdinand Denis, no prefácio da reimpressão da viagem de Ivo d'Evreux: "*Nous savons de science certaine que, par ses ordres une relation détaillé de son expédition sur les bords de l'Amazone avait dû être dressée en 1614.*" Infortunadamente, parece que esta espécie de diário se perdeu. Lamentava fr. Ivo, autor da crônica onde ocorre a referência, o começo de hostilidades com os portugueses quando o estabelecimento da ilha principiava a

dar os melhores resultados. Muitas oportunidades de negócios tinham sido entabuladas com os índios das marjens e afluentes do rio mar, os quaes, além de receberem cordialmente os franceses nas suas tabas, mostravam-se dispostos a frequentar a ilha de S. Luís, e aí permanecer no convívio dos brancos.

Tanto que chegou La Ravardière, prepararam-se os portuguezes para expulsa-lo. A primeira medida de Gaspar de Sousa, quando nomeado governador geral, foi escolher Pernambuco para séde dos negócios do norte, de onde lhe seria mais facil dirigir as operações contra os invasores do Maranhão. A escolha contrariava a administração local, que se sentia turbada nas suas resoluções, suspeitando de que a campanha se faria á sua custa. A presença do governo em Olinda representava pesado fardo, mas não era possivel evitar o sacrificio, visto o empenho das autoridades reaes em repelir quanto antes um perigoso intruso.

Dando execução ao plano concertado, partiu para o norte, em 1613, o capitão do Rio Grande, Jerónimo de Albuquerque, que no momento morava em Olinda. Encontrou-se no Ceará com Martim Soares Moreno, trazendo-lhe auxilio de grande oportunidade. Mantinham-se os portuguezes naquele ponto á custa dos maiores sacrificios, atribulados por corsários franceses, que não lhes davam descanso. Conseguira Martim Soares conte-los, tão somente com auxilio dos índios amigos, explicando a *Ra-*

são de Estado do Brasil, a orijem desse bom entendimento: “*A sombra desta fortaleza (dos Reis, do Rio Grande) e destas aldeas se fez a paz com os do Jaguaribe e paçou a povoar o Cappitão Martim Soares Moreno com seus cinco soldados e hum capellão fiado na vizinhança e na amizade que tem com todos os principaes dos Indeos de hua e outra parte*”. Combinaram na ocasião, Jerónimo e Martim, as providências que se faziam mistér, cabendo ao primeiro as operações terrestres e ao segundo as que se fariam por via marítima.

Martim Soares, depois de assolar os armazens da ilha de Sa. Ana, foi ter, perseguido pelos francezes, e mais ainda pela mau tempo, á Cumaná, e daí a S. Domingos e ás Bermudas, onde os espanhoes lhe dispensaram recursos para alcançar a Europa. Ao chegar a Castela, deu-se uma curiosa coincidência: levava o capitão comsigo um rapás índio, que foi visto em Sevilha, ao mesmo tempo em que Francisco de Rasily (em missão de angariar socorros para rezistir aos portuguezes), apresentava no Louvre alguns indiositos provavelmente parentes do companheiro de Martim.

Durante estes acontecimentos, preparava Gaspar de Sousa uma segunda investida com meios muito superiores, que se tornavam necessários para vencer um inimigo vigilante, bem armado e dispendo de inúmeros índios amigos. Uma das particularidades da expedição de La Ravardière era compor-se

de fidalgos, que nutriam verdadeiro entusiasmo pela empresa. A própria rainha interessara-se pela escolha dos missionários, tendo sido a ilha, próxima á de S. Luís, batizada com o nome de Sant Ana em homenagem á condessa de Soissons. A segunda leva de capuchinhos, em número de doze, chegou ao convento insulano, sob a direção do fidalgo fr. Arcânjelo de Pembroke, trazendo magníficos paramentos sacros, bordados pela mão da duquesa de Guise. Igualmente, em França, os índios de Rasily foram cumulados de presentes e atenções, que deviam afervorar-lhes a fidelidade na sua volta ao Maranhão.

Conta Diogo de Campos Moreno, referindo o que lhe foi dado ver na ilha, antes da partida dos franceses, que lá existiam vários principaes índios, em companhia de mulheres brancas, trazidas por eles de França, "*vestidas de damas*", acompanhadas no luxo pelos esposos, também "*á franceza, de calções e casacas curtas de veludo carmezim, guarnecidas de passamanes de ouro fino... e suas espadas douradas... e cruces de ouro ao pescoço...* (pertencentes) *do habito de S. Luiz*". Eram os tres Tupinambá que Mr. de Rasily apresentara no Louvre e que provocara curiosidade, sugerindo assuntos para bailados á fantasia na côrte, e para gáudio do pequeno rei Luís XIII, tão satisfeito que se divertia em desenhar figuras de índios. Durante a permanência de Rasily em París, juntou-se aos Tupinambá um caraíba chamado Yapoco, nome tirado

do rio de onde viera. O jovem foi visto por Jean Mocquet no convento dos capuchinhos de Paris, onde se hospedaram o fidalgo e a sua comitiva franco-tupí. A presença do caraíba entre os seus vizinhos devia-se á primeira expedição que La Ravardière fizera na região amasônica. De torna viagem á França, mandara o indiosinho para o seu castelo no Poitou, onde o rapás se demorou algum tempo. Sucetivel, porém, como todo índio, e já adaptado á civilização, como os caxinauá de Capistrano, desaveio-se, certa ves, com Mme. de La Ravardière, porque a fidalga lhe ordenara que tirasse um leitão do fosso do castelo onde caíra. Recuzou-se o rapás a prestar-se a "*une besogne si vile et si basse*", fugindo para o Havre, e daí para a capital da França. Todos esses acontecimentos atraíam a atenção pública para a terra de onde provinham seres tão estranhos.

Diogo de Campos Moreno visitou, na mesma ocasião, o convento dos capuchinhos, admirando-se do seminário de S. Luís, "*em que mancebos indios e franceses aprendiam a lingua uns dos outros... encarecendo o padre nesta ocasião o grande cabedal, passante de vinte mil cruzados, que com este estabelecimento de instrucção, e com ornamentos, calices, e outras cousas de igreja haviam gasto o cardeal de Joyeuse e a rainha regente*". O superior era fr. Arcânjelo de Penbroke, da linhagem de soberanos, que se desvelava por manter nas melhores condições o estabelecimento que lhe tinham confiado.

Entre os capuchinhos do convento estava François de Bourdemare, fidalgo da melhor cepa, que, ao perder a esposa, renunciara ao mundo para se consagrar á conversão dos selvajens. Acêrca da sua permanência no Brasil, escreveu um livro, continuação da obra de Ivo d'Evreux, que até pouco tempo ainda existia inédito, em Portugal, perdido entre os manuscritos do arquivo de Évora.

A segunda remessa de capuchinhos, que tinha chegado ao Maranhão, viera no navio do capitão Du Pratz, com trezentos colonos destinados a reforçar os precedentes. Eram fruto da missão de Rasily em París, tão bem sucedida graças ao rumor feito pelos índios. A viagem corraera maravilhosa-mente, num trajéto muito mais facil de vencer que o dos portuguezes do Maranhão e Pernambuco. No percurso tocaram primeiro no Ceará, onde Jerónimo de Albuquerque acabava de construir o forte de Na. Sa. do Rosário, e de receber naquele momento, trezentos açoritas sob o comando de Manuel de Sousa d'Eça. Repellido du Pratz, proseguiram os franceses a sua navegação, levando aos seus compatriotas a notícia dos preparativos militares que tinham percebido no presídio cearense.

Não demorou o esperado assalto. Pouco depois, os ocupantes da ilha eram acometidos por forças recrutadas nas capitánias do nordeste. Comandavam-n'as fidalgos reinos e senhores de engenho creoulos, veteranos de semelhantes campanhas. O

cirurgião francês de Lastre, autor anônimo de uma carta "*escrita às pressas*" do Maranhão, comunicava ao pae que os portugueses eram mais ou menos quatrocentos, "*avec force de vieux capitaines*". Nos combates que se travaram até a expulsão dos franceses, salientaram-se homens como o vigário Baltasar João Correia (que ajudara a repelir os soldados de Du Pratz, á testa de seus índios), Diogo de Campos Moreno e o seu sobrinho Martim Soares; Alexandre de Moura; Francisco Caldeira Castelo Branco, futuro iniciador do presídio do Pará, e principalmente Jerônimo de Albuquerque, que ostentava na sua fé de ofício o prestígio de conquistador da Paraíba e do Rio Grande. Pode-se mesmo, atribuir, em grande parte, aos seus esforços, a inclusão do "*no mans land*" do Maranhão nos domínios coloniaes. A resistência dos adversários, e a falta de meios para sustentar tão longe de qualquer base uma guerra encarniçada, puzeram á prova o ânimo do velho guerreiro. Bastaria que os da ilha recebessem algum reforço da sua côrte, para se avantajarem no embate, efetuando-se então, com quarenta anos de antecedência, o que o conde de Pagan aconselhava a Mazarino.

No emtanto, apesar de todas as dificuldades, o valor pessoal dos combatentes não esmoreceu. A "*Carta escrita às pressas do forte de Santa Maria na ilha do Maranhão*", descreve as operações, referindo-se a "*mullastres et sauvages portugais, gens*

bien aguerris", que fizeram mortandade de franceses "*assomez dans l'eau*", embora os caboclos estivessem mal armados. Os taes mulatos seriam, evidentemente mamelucos, pois ainda não houvera tempo, no começo do século 17, para que proliferassem tantos mulatos, nas capitâneas recém conquistadas; assim como os "*sauvages portugais*", deviam ser os índios aliados e semicatequisados, que a influência dos religiosos proporcionava aos brancos. De modo geral, compunha-se a segunda expedição contra o reduto da ilha de um pequeno auxílio da metrópole, trazido por Diogo Moreno, e do grande núcleo formado pelo gente de Pernambuco, das capitâneas adjacentes e da guarnição de Na. Sa. do Rosário.

O recrutamento de índios fôra relativamente facil na Paraíba, graças ao prestígio de Jerónimo de Albuquerque entre eles. Sabia-lhes a língua e era até seu parente. Os brancos é que se mostraram renitentes, preocupados, como estavam, com os seus afazeres na lavoura, dispondo de poucos braços para desbravar a terra, além de pouco dinheiro, e menor crédito. Compreende-se que mostrassem má vontade, apanhados á força, procurando escapar durante a caminhada, chegando apenas uns quatro de cada grupo compulsório de dez indivíduos arrancados aos engenhos. Alguns exemplos de voluntários, espontaneamente apresentados, entre outros da família Albuquerque, remediavam a falta de civismo

da maioria. Os recrutas assim reunidos tiveram de ficar nas fortalezas e prisões, só recebendo armas depois de chegarem ao Ceará. A organização das forças era a mais sumária possível, consistindo o alimento em seis mil alqueires de farinha de guerra, sem mais nada, como diz Southey, nem vinho, azeite, ou outros igredientes, nem tampouco medicamentos, médicos, ou pelo menos barbeiros sangradores, que pudessem tratar dos feridos.

Dois franciscanos representavam o elemento eclesiástico da expedição contra as missões dos capuchinhos franceses. Eram fr. Cosme de S. Damião, e fr. Manuel da Piedade, este brasileiro, de orijem fidalga, conhecedor do Tupí. As instruções para a jornada eram, como tudo mais, extremamente elementares; limitavam-se a indicar o lugar, entre o rio Tutoia e o rio Periá, onde os expedicionários deveriam esperar em fortificações de emergência ordens ulteriores. Chegando ao rio Grande, foi preciso expulsar a quantidade de mulheres e creanças que acompanhavam os índios. Livres daquele empecilho, simplificava-se para os chefes o problemas da mobilidade e alimentação da força, em virtude do que, puderam desembarcar sem dificuldades na baía de Iguape, efetuando o resto do percurso por terra.

No Ceará poucos índios acudiram ao apelo de Jerónimo de Albuquerque. Aventa Southey que eles ainda se lembravam da perfídia de Pero Coelho,

suposição que encontra visos de veracidade no discurso, pouco depois proferido por La Ravardière a Diogo de Campos Moreno, na ilha de S. Luís. Dizia o francês que os Tupinambá alí refugiados, consideravam os portugueses homens ruins como serpentes, e como taes os temiam. Não admira que na capitania confrontante reinassem desconfianças, geradas pela incertesa em que se achavam os chefes indígenas quanto ás intenções dos lusos, depois do que sucedera aos aliados de Pero Coelho, deslealmente reduzidos á escravidão de permeio com os cativos contrários que eles mesmo tinham ajudado a capturar. Não vendo jesuitas entre os brancos, nem o seu principal amigo, o Camarão, nem Jacauna, nem o Diabo Grande, nem o Diabo Ligeiro, nem o Diabo Azul, que tinham conhecido Luís Figueira e Francisco Pinto, negaram-se ao convite dos portugueses. Teve Jerónimo de Albuquerque de proseguir sem os guerreiros cearenses na execução do plano elaborado em Olinda.

Na baía de S. José, encontraram no sítio chamado de Guaxinduba, um terreno superior a Tutoia para levantar o reduto. Estavam próximos de S. Luís, no território dos índios aliados dos franceses, que avizavam os amigos acendendo fogos no alto dos morros. Atacados por La Ravardière, que arriscava "*au quite ou au double*", como diz a carta do cirurgião, foram vencedores os lusos no seu revide, obtendo o successo conhecido por vitória de Guaxin-

duba. A batalha foi renhida, salvando-se os portugueses por um golpe de surpresa executado pelos mamelucos, apesar de lutarem contra adversários superiores pelo armamento, pois alguns deles empregavam a novidade das espingardas de dois canos. Em consequência do combate, foi assinada solene trégua, em que Jerónimo de Albuquerque firmou juntando pela primeira vez ao seu nome o apelido Maranhão.

O seu filho mais velho fôra atingido por tres pelouros, passando a ser tratado pelo cirurgião de Lastre, porque, segundo escrevia, "*La France ne sera jamais sans courtoisie*". O mais moço foi entregue a La Ravardière em garantia do ajuste, ficando o povoador desprovido de seus filhos varões, empregados como tudo mais que possuia no serviço del-rei. Seguiram-se banquetes e festejos, comentando o missivista, "*il faudrait une main de papier pour vous particulariser tout ce qui c'est passé*". Receberam os franceses em todo caso, ótima impressão dos adversários, continuando a epístola, "*jamais je n'ay veu de si honnestes gens*". Após estes preliminares, ambas as partes nomearam agentes, que deviam submeter os acordos aos seus respectivos governos afim de serem reconhecidos. Nesse meio tempo, os portugueses recebiam tropas frescas, ao passo que os da ilha desanimavam por completo ante o abandono em que se viam por parte dos seus patrícios.

A política de Maria de Mêdicis orientava-se agora para aproximação com a Espanha, a qual se consumou pelo casamento de Luís XIII com Ana de Áustria. Beneficiava-se novamente a situação colonial portuguesa, do acaso das combinações políticas internacionaes, que lhe trazia, no momento mais angustioso, o inesperado auxílio das intrigas palacianas. Preferiam os franceses abandonar em nome do rei Cristianíssimo o Maranhão, e se reconciliarem com a velha rival, do que perzistir numa longínqua aventura, já passada de moda, que não dera resultados positivos na descoberta de ouro. Somente a conversão do gentio não valia a despesa.

Em meados de 1615 começaram a chegar para os portugueses os reforços remetidos do reino por via direta ao Maranhão, comandados por Miguel Sanhudo, assim como os de Pernambuco e Baía, que Francisco Caldeira Castelo Branco fôra buscar. Avizou Jerónimo a La Ravardière que traziam instruções para reivindicar todo aquele território que pertencia a corôa portuguesa, estando, por conseguinte anuladas as tréguas com os franceses. La Ravardière acedeu em se entregar mediante promessa de indemnisação pela artilharia e demais petrechos do forte. O mesmo fizeram os religiosos de Penbroke, com a igreja e o convento em terminação. Desde algum tempo o capitão francês mostrava-se desgostoso com os seus compatriotas; a maioria católica murmurava contra o chefe protestante, já

tendo sido Pézieux indicado para substituí-lo, quando morreu em combate.

No campo lusitano também lavravam dissídios. As dificuldades dos franceses vinham de que a presença de capitães, pertencentes a religiões diversas (embora admitidas pelo interesse comum), assemelhava-se com as alianças realizadas por um grupo de nações associadas entre si para dar combate a uma terceira. Segundo a teoria que professamos, é o quanto basta para torna-las inimigas, mais inclinadas a procurar a ajuda do adversário para combater os seus próximos aliados, do que a estes prestar auxílio. As discórdias dos portugueses eram diferentes, cauzadas por ciumadas e rivalidades pessoais nas atribuições do comando, em antagonismos que não obstante se verificarem num meio de nacionalidade e religião iguaes, tampouco deixavam de empeçonhar o ambiente colonial.

Ofereceram-se La Ravardière e alguns de seus companheiros para ficar a serviço de Portugal, proposta que foi bem recebida por uma facção de portugueses. Alexandre de Moura, comandante das forças aportadas no último momento da campanha, discordou emtretanto do alvitre e mandou preso o francês para Pernambuco. Descobriria intrigas de La Ravardière, com o proposito de atçar Castelo Branco contra Jerónimo de Albuquerque, e procurava evitar que dessem mau resultado para os portugueses. A pendência foi provisoriamente atalhada

com a remoção da soldadesca estrangeira, ficando na ilha apenas alguns artífices católicos da expedição de Rasilly. Estes cazaram-se mais tarde com mulheres dos Açores e muito contribuíram para o desenvolvimento da colónia, com a sua proficiência e decendência, pois eram, segundo os cronistas, *ferreiros e gente de prestimo á conquista e os que melhor sabem da terra*" (129).

Castelo Branco foi despachado para estabelecer a capitania do Pará, tencionando o governo aproveitar as forças que de momento dispunha, na defesa da costa norte. Enquanto isto, o seu indigitado cúmplice, La Ravardière, embarcou para Lisboa, depois de receber algum dinheiro. Na capital portuguesa, mostrou-se tão irrequieto e insolente, que o atiraram na cadeia onde jouve por tres anos. Ao recuperar a liberdade, não renunciou aos ambiciosos projéto de fundar uma colónia no Brasil, principalmente depois de conhecer a fraquesa e desorganisação dos seus possuidores. Aproveitando-se em 1621, do interesse que se levantara na Olanda pelo nordeste brasileiro, uniu-se a correligionários flamengos, organizando uma expedição contra Pernambuco, que todavia não se pôde realizar porque a Companhia das Indias Ocidentaes avocou a si as operações de guerra.

(129) Fr. Vicente do Salvador *Historia do Brasil* 437. e Simão Estação da Sylvira in *Relação*.

Um dos motivos que comprometeram La Ravardière perante os lusos, não foi tanto o seu calvinismo, mas as graves queixas que havia contra o seu procedimento para com prisioneiros portugueses. Da escala que Martim Soares fez involuntariamente em S. Domingos, escrevia: *“Outro si demas de las regiones que dichó y alegado tengo en el dicho Rio Marañon los dichos ladrones piratas franceses tienen cantidad de portugueses cautivos de los que viniendo del Brasil y de otras partes coven en aquella costa á los quales demas de aberles quitados sus haciendas los dan muy cruel y aspera vida y finalmente los dan a los yndios para que los maten y comam”*. Um dos detentos, Manuel Martim Santiago, conseguira fugir com mais quatro companheiros da prisão aportando na ilha Margarida. Prestou em 1613 declarações em S. Domingos, na prova necessária ao pedido de auxílio de Martim Soares Moreno, em que disse ter sido aprisionado seis anos antes, em alto mar, por corsários franceses. Vinha das Canárias na guarnição de um navio carregado de vinho para Pernambuco, tendo sido levado ao Maranhão, onde trabalhou dois anos em plantações de tabacô, até que pôde furtar um batel e evadir-se da penitenciária. Antes de escapar, vira outros portugueses chegarem no eito, onde os infelizes padeciam horrores como si estivessem *“nas masmorras de Tunnes e Argel”*.

É verdade que, em matéria de maus tratos infligidos a prisioneiros, as acusações eram recíprocas. Passados tres anos da escala em S. Domingos, Martim Soares desgarrando novamente e indo ter ás Antilhas (130), entrou para um comboio espanhol de partida para Castela. Apanhado durante a travessia por furacões, foi capturado depois de violento combate; por um corsário normando, e bastante ferido, levado para Dieppe. Caira nada menos do que nas mãos dos parentes daqueles francezes, que nas refregas do Maranhão, mandara matar em revide de crueldades contra portuguezes. Condenado á morte, a requerimento das viúvas e orfãos das suas vítimas, foi salvo pelo duque de Monteleon, embaixador de Espanha na côrte de Luís XIII, o qual, a despeito da harmonia então existente entre os dois governos, precisou empregar todos os recursos diplomáticos para salva-lo. Afinal, puzeram-n'o em liberdade, saindo da prisão onde esteve dez meses, muito individado de tanto gastar em "*sentenças e apellações*".

Terminava a luta pela posse do Maranhão. Ficaram os da empresa malograda com receio de voltar á França, e lá serem degolados, pela maneira como tinham entregue o presídio; sentiram-se os

(130) O motivo da viagem fôra sentir-se doente, reque-
rendo licença a Jerónimo de Albuquerque para deixar o forte
de Cumá que comandava. Para o seu lugar foi nomeado
Matias de Albuquerque filho do governador.

portugueses mal vistos, por terem feito tréguas demasiadamente vantajosas para os adversários. Recusou-se Alexandre de Moura pagar os vinte mil crusados, que recebera do governador geral para satisfazer o compromisso de indemnisação aos franceses, permanecendo daí por diante em semi ostracismo Diogo de Campos Moreno, mesmo depois de perdoado pelo marquês de La Laguna.

No Maranhão ficou por governador Jerónimo de Albuquerque, até morrer em 1618, cargo que desempenhou através de graves agitações. Muitas deviam ser provocadas pela turbulência de parentes, porque Jerónimo sofria do mal que se radicou nos políticos do lugar: tinha filhos. Quando Alexandre de Moura chegou a S. Luís, estava a povoação em polvorosa e a soldadesca vencedora prestes a desembainhar armas contra os companheiros da véspera. Mandou o fidalgo, que Francisco Caldeira apressasse a jornada do Pará, assim como outras providências, para livrar a ilha de um conflito iminente entre os chefes militares e os filhos do governador.

Presentindo Jerónimo o fim da vida, indicou para o posto que ocupava o seu filho António, o que fôra atingido por tres pelouros em Guaxinduba. Nacera, como o irmão Matias, em Pernambuco, de Da. Catarina Pinheiro Feio filha do português António Pinheiro Feio (que esteve no Maranhão no posto de feitor mor da armada) e de Da. Leonor

Guardes, senhores do engenho de S. Paulo. O leitor desculpará esses dados genealógicos, necessários entretanto para bem conhecer as origens da minguada classe dirigente colonial, onde em primeiro plano figuravam os Maranhões.

As vicissitudes do jovem António de Albuquerque no governo são elucidativas da malquerença endêmica, existente entre os governantes brancos. A "governança" dispozo por força das circunstâncias de poderes discricionários sobre as populações de côr, que administrava em nome del-rei, composta de indivíduos condenados a viverem juntos por longo tempo, não vendo outra gente que a da sua pequena esfera, acabava cordialmente desunida. Confessam as narrativas dos componentes de expedições sertanejas antigas ou modernas, o fastio, e mesmo a exasperação, que se apodera dos civilizados quando convivem no ermo, vendo-se a todo momento, da manhã á noite, até ficarem saturados uns dos outros e aparecerem sucessivamente os defeitos de cada um, com prejuizo da afeição, respeito e consideração mútuas.

António de Albuquerque exerceu o poder por quatorze meses, devendo partilhar as funções com Diogo da Costa Machado, comandante do baluarte de S. Felipe, e Bento Maciel Parente, eleitos ambos pelos portuguezes do lugar. Consta que o último fôra escolhido por Jerónimo, antes de morrer, para conselheiro do filho, porque a pouca idade do rapás não lhe inspirava muita confiança. Bento Maciel

alguns anos mais tarde, no memorial de serviços que apresentou a el-rei, escrevia que, "*Jeronimo de Albuquerque Capitan de los moradores del Marañon*", deixara-o nomeado para mentor de seu filho, "*y en esta ocasion reedificó el fuerte de San Joseph en Tapari, y estuvo por Capitan del*" (131). As contendas, a que deu causa a eleição dos accessores, são muito complicadas e pouco conhecidas, de forma que nos limitaremos para esclarecer o caso em referir o que Bento dizia de António, e vice versa. Antes da morte de Jerónimo, queixava-se Bento dele e dos filhos, dizendo que os rapases tinham temerariamente provocado a ira do importante morubixaba Pacamo, apreendendo-lhe armas de estimação, e roubando-lhe duas mulheres, tendo de fugir em seguida para não perder a vida. Deu-se em consequência geral levante de índios, que numa noite mataram cem portugueses, segundo dizem alguns cronistas, ou trinta, apud Severim de Faria, mais qualificado do que qualquer outro, para descrever o lamentavel acontecimento. O vigário do Pará, Mendonça, cartobora Bento Maciel, reproduzindo o rumor público, que increpava "*hum filho do ca-*

(131) J. F. Lisboa no *Jornal de Timon* informa, na fé de antigos cronistas, que António de Albuquerque prendeu e desterrou Bento Maciel para Olinda. Perduram porém muito obscuros e confusos estes acontecimentos taes as contradições que os cercam.

pitão mór Hieronymo de Albuquerque", como causador da tragédia por agravos infligidos ao gentio.

O cacique ofendido era o Pacamont, descrito por Ivo d'Evreux, que o conhecera em S. Luís, chefe de muitos índios, dos quaes era ao mesmo tempo mentor e feiticeiro. Indivíduo vaidoso, e ambicioso de maior poder, veio consultar o frade para adqüirir conhecimento das mágicas atribuidas aos religiosos. Pequeno de estatura, "*vil et abgiet*", diz o capuchinho, entrara no forte de La Ravardière á frente de numerosos guerreiros, montado nos ombros de uma índia. Queria que Ivo d'Evreux o fizesse "*carayba*", ou cristão, para dispor do milagroso poder. Nas conversas que tiveram, demonstrava o índio espírito extremamente atilado, a criticar os mistérios da religião católica explicados pelo frade e pelo intérprete Migan (132). Imbuído dessas pretensões, e dispondo de grande influência sobre os companheiros, imaginamos o alcance da leviandade dos Albuquerque, furtando-lhe as duas provavelmente melhores esposas das trinta que possuia.

O moço António, tampouco nutria muita estima por Bento Maciel. Teria a causa da ogerisa a

(132) v. Capistrano de Abreu, Prolegómenos da obra de fr. Vicente do Salvador (págs. 447-48). Reproduz também a opinião de Ivo d'Evreux no seu *Voyage* (ed. F. Denis) onde assevera dispor o índio de bastante poder para com uma palavra levantar os habitantes das tabas visinhas da ilha, "*fino e matreiro como um selvajem pode ser*", rematava o autor dos comentários.

pretenção do conselheiro em querer influir na governança, e, como insistisse, proferiu o rapás em certa ocasião, "*ser melhor enforcal-o que tel-o por parte*" (133). A luta travada entre o novo governador, e Bento Maciel á frente dos outros portugueses, obrigou António a renunciar. Nesta altura, não sabemos si mandou antes deter o adversário, como querem alguns autores, ou si não o fez. De positivo conhecemos a sua ida á Olinda, de onde embarcou para o reino, e dali, amparado pelo nome e parentela, passou a governador da Paraíba, posto em que se encontrava por ocasião da guerra holandesa. Em S. Luís, Bento Maciel auxiliava no que podia a Diogo da Costa Machado, governador a partir de 1619, tendo assento no senado da Câmara, quando chegaram os primeiros açoritás, até ser chamado ao governo do Pará no qual notabilizou o seu nome.

* * *

Na mesma época, obtinha Martim Soares Moreno recompensas, que tinham sido negadas a seu tio. Consistiam numa dada de terras no Ceará, vigente por dez anos, e 400 mil reis de ordenado anuaes. Demorou, todavia, em prestar o compromisso, porque dezejava antes munir-se dos meios indispensáveis para desbravar a terra. Aparentava mérito ne seu modo de proceder, porque de momento

(133) Studart, *Documentos para a História do Brasil especialmente do Ceará*.

todos se voltavam para o Maranhão com prejuizo do Ceará, julgado muito inferior. Um cronista eclesiástico, fr. Francisco de S. José, notava, ao comentar a providência de Gaspar de Sousa mandando Martim Soares reconhecer a costa, ser este trecho do litoral "*o mais pratico do paiz por sua muita assistencia no Ceará*". Também os portugueses se viam melhor recebidos pelo gentio, e contavam com maiores vantajens que em outros pontos da costa nordestina.

A opinião existente sobre aquele sêtôr costeiro ocorre no velho Rocha Pita, que em moço poderia ter conhecido alguns veteranos da conquista e defesa da costa leste-oeste. Na sua *Historia* escreve: "*O Ceará é a mais áspera e inutil das provincias do Brazil*", pois só dispunha de algumas salinas, pau violeta e "*ambar gris*" de melhor qualidade que o comum das costas brasileiras, a representar porém insignificante comércio que era feito a poder de resgates com índios, resumidas as mercadorias dos portugueses em "*qualquer droga*".

Riquesa maior, omitida pelo baiano, eram os rebanhos de gado espalhados pelos campos, que mais tarde viriam a ser a riqueza do Piauí. No seu início, correra risco de se perder pela visinhança dos índios. Felismente o ajuste dos padres Luís Figueira e Francisco Pinto com as tribus do Jaguaribe, como já noticiámos, salvou a próspera indústria no nacedouro. Graças aos missionários, multipli-

cou-se o gado solto, espalhado por várias direções, segundo a natureza do terreno e a facilidade de alimentação que lhe oferecia, causa talvêz de muitos portugueses não verificarem logo a sua importância. A sêca, que periodicamente assolava a zona pelo sertão a dentro, reforçava a descrença sobre as possibilidades da indústria pastoril. A propósito, descrevia dois séculos depois um ministro de D. João VI, o financeiro Targini, curiosos hábitos do gado produzidos pela estiajem: *“O sertão da Capitania do Ceará, que decorre de 3 a 5 graos de latitude austral e 153 á 364 graos de longitude, he povoado, como o das outras Capitánias do Brazil, de Fazendas de crear gados vacum, lanigero, e cavallar, e he hum terreno sujeito a repetidas secas: O gado que durante o estio está magro pastando nos seus campos huma herva tisonada pelo intenso ardor do sol, poêm a mira na estação das aguas, que alli principia regularmente em Dezembro ou Janeiro, tornando-se rapidamente verde e frondoso tudo quanto está seco e torrado. Apenas as manadas veém dos seus sitios exhaustos relampejar n’hum horizonte opposto, certas de que as primeiras aguas costumam sahir entre os raios e trovões, poem-se em marcha para aquella parte onde fuzilou: Atravessam serras, rios, e desertos para irem utilizar-se do pasto succulento que sabem vão encontrar indo para aquella estancia: Desfrutam pois as primicias do novo pasto, porem logo que vêem brilhar tambem o raio no horisonte*

dos seus campos natalícios, tornam a vir beber das correntes e a pastar nos terrenos onde viram a primeira luz matutina; fazendo assim viagens de sessenta, oitenta, e muitas vezes de cem leguas sem conductor nem bussola” (134). A descrição vinha de observações realizadas durante uma viagem que Targini teria feito ao Ceará, antes de ser ministro do erário.

* * *

A proximidade do El Dorado amasônico concorria igualmente, tal como acontecera aos francezes, para aumentar o interesse de todos pelo Maranhão. Um ilheu, Jorge de Lemos Bettancor, interessara-se desde 1617 pelo povoamento do sítio, desocupado por La Ravardière e seus companheiros de aventuras. Oferecera ao governo de Lisboa trazer á sua custa duzentos casaes de açoritas, num total de duas mil pessoas, para a “conquista do rio Pará”, mediante auxílios de Pernambuco. Nessa época, ha queixas contra degredados na região, gente capás de tudo, que tinham sido remetidos para alí afim de desaparecerem. Havia urgente necessidade da chegada de melhores elementos, sem o que não era possivel guarnecer a costa de populações estáveis, de bom préstimo, dedicados aos interesses de Portugal, tanto mais entre os brancos e mame-

(134) *Ensaio sobre o homem* de Pope, trad. por. F. J. B. Targini.

lucos do Maranhão, onde ainda predominavam franceses com os seus mestiços.

Em 1619 desembarcava a primeira leva de imigrantes provenientes da ilha de S. Jorge dos Açores. Deles, parte ficaria em S. Luís, e parte devia continuar a jornada até o rio das Amasonas. Dezistiram, porém, do intento, á vista da situação criada pela agitação dos índios paraenses. Os portugueses do Maranhão, para recebe-los condignamente e dar-lhes uma organização á altura da obra que deviam realizar, diligenciaram em compor a Câmara, e demais órgãos administrativos dependentes de eleição popular. Um dos primeiros pedidos do Senado ao reino, solicitava os volumes das *Ordenações*, seguindo-se outro, em carta de 9 de dezembro de 1619, requerendo para todos os "*visinhos*" ou brancos livres, "*a provisão dos cidadãos do Porto que V. Magd. concedeu a estes novos moradores para suas camaras*". Quatro dos principaes recémchegados fizeram parte dos eleitores paroquiaes (que deviam escolher os vereadores), a saber: Ruy de Sousa, capitão Pedro da Cunha, Álvaro Barbosa Mendonça e o sargento mor Afonso Gonçalves Ferreira. O quinto eleitor, representando os moradores já estabelecidos no lugar, era Bento Maciel Parente.

Os tres navios de Bettancor trouxeram 95 caes e alguns mancebos solteiros, num total de 560 pessoas, que foi preciso estabelecer na ilha e redondas. A câmara logo providenciou, conforme as

suas prerogativas, acerca do principal que eram os preços dos gêneros. Bettancor informava a respeito: “*os francezes que aqui estão tratam nisto e se fazem ricos, só não querem dar sinão a dinheiro de contado, e huma gallinha val huma pataca, havendo infinitas na terra e tudo sae por este teor*”. As habitações já não era problema tão sério, fáceis de construir com os meios uzados pelos indígenas. Qualquer palhoça servia desde que abrigasse os trastes dos imigrantes, tornados preciosos onde tudo faltava, e era impossivel remediar ao que se perdesse. As chuvas, desabando sobre o lombo dos moradores, não fariam tanto mal como si destruísse os objéto de fabricação europea, que muito trabalho lhes dera para trazer numa longa e difficil viagem. No primeiro volume desta obra, versando os antecêdentes do povoamento no Brasil, vimos como o imigrante atravessava o oceano, num desconforto que se prolongou até quasi o momento em que escrevemos. Por conseguinte, a água, que lhe caísse em cima, só poderia refresca-lo e lava-lo. Ás veses, sob o ceu equatorial, as chuvas nem sempre abrandam a temperatura, missão que pertence aos ventos. Mas de qualquer maneira o calor simplificava na América uma das maiores preocupações dos europeus, a proteção contra o inverno. No Maranhão podiam os imigrantes dispensar residências de muros espessos, custosas de elevar, principalmente si fossem de pedra, onde todas as frinchas devem ser

cuidadosamente tapadas, o tétó baixo, portas massissas, camas profundas, abrigadas em reentrâncias, a completar a defesa contra as traiçoeiras correntes de ar causadoras de mortaes pneumonias. Tampouco se precisa de roupas quentes, bebidas alcoólicas e alimentação superabundante de calorias. Nas regiões intertropicaes a vida é facil e cômoda, com pouca luta para garantir a subsistência diária. Assim, livres de necessidades por prover, descambavam aos poucos os povoadores na inação, vegetando sobre a terra fertil, despreocupados e felises. A uberdade do solo onde havia água e calor, recompensava além da espetativa qualquer esforço dos imigrantes. Radicava-se, destarte, no extremo norte da colónia, o contingente de ilheos especializados em agricultura, manancial povoador no deserto da costa leste-oeste, que fez o Brasil colonial dever muito mais, no ponto de vista da imigração branca, ás ilhas lusitanas do Atlântico, do que ás províncias portuguesas, sendo de estranhar que nenhum escritor brasileiro se tenha lembrado de fazer a devida justiça á Madeira e aos Açores, quando tantas veses se perdem em gabos á metrópole, que se mostrou madraستا no caso para as terras ultramarinas.

Nas instruções dadas em 1619 a Diogo da Costa Machado por D. Diogo de Meneses, o 5.º item recomendava expressamente a maneira de tratar o gentio: "*o negocio de mais consideração e importancia para a dita conquista do Maranhão se poder*

conservar em paz e quietação, como a experiencia tem mostrado, é o bom tratamento que se faz aos Indios sem os aggravar sem escandalisar, de maneira que opprimidos e escandalisados de nossas semrezões se alevantem e apartem de nossa obediencia e amizade... não lhes tomando seus mantimentos, mulheres e filhos... nem constrangendo-os a servidão alguma contra sua vontade". Provido as rasões, "porquanto eu sou informado que neste particular se tem procedido com grande devassidão na dita Conquista".

Especificando o item seguinte: "*porque so afim de cativarem Indios, buscando motivos e causas frivolas e de pouco fundamento rompem com elles em guerra*", rezolvia que mais nenhuma ocorresse sem a sua licença. Mais adiante faz alusão a mirificas esperanças, ao dizer: "*Parecendo-me que em resão de se frequentarem os descobrimentos dessa dita Conquista do Maranhão e se alcançarem os segredos della convinha que os Indios que se decessem do sertão voluntariamente ficassem aos taes descobrimentos, sendo porẽm, sempre forros...*".

Perzistia a crença das maravilhas da região peruana, decorridos anos da viagem de Raleigh e da divulgação dos supostos tesouros do El Dorado. Um marujo que pertencera á tripulação do inglês, informara La Ravardière daquelas lendas, quando o fidalgo estivera no grande rio em companhia de Jean Mocquet. Outros, depois dele, continuaram a espa-

lhar fantasias sobre o assunto, atraindo uma turba muita de aventureiros ingleses, irlandeses e batavos ao Pará, e si mais não apareceram com o tempo, de origem ainda mais variadas, foi porque espanhoes e portuguezes a isto se opuzeram. A fama das pérolas, pedras preciosas, ouro e prata, que se supunha existir tanto ao norte como ao sul do Brasil, serviu, comtudo, para sacudir o torpôr do governo em relação á grande posseção sulamericana. Sem as lendas amasônicas, Portugal continuaria com os olhos fitos na Índia, a teimar no comércio de especiarias, que aos poucos cedia o primeiro lugar ao tráfico negreiro e á lavoura assucareira na balança comercial do reino. É compreensivel que a sua tendência fosse esta, pois as feitorias coloniaes custavam imensamente a manter, e as metrópoles preferiam concentrar a sua atividade nas partes mais antigas e exploradas, do que se arriscarem a novas empresas. O poderio das duas corôas ibéricas descambava para o ocaso, cada dia mais débeis, mais desprovidas de recursos, mais expostas aos golpes dos adversários, embora conservando sempre o ânimo guerreiro e pundonor dos antigos dominadores. Nesta altura, recomendava D. Diogo de Meneses de forma tão pitoresca quanto sintomática: "*Sendo a fazenda de S. Mg.^{te} nervo tão principal para sustentar a dita conquista...*", que era o caso do Brasil, convinha a todos os funcionários poupa-la no máximo possivel, limitando-se os gastos da capi-

tania á fortificação das praças de S. Felipe, S. José e S. Francisco.

* * *

Proteger o gentio tornara-se dos maiores cuidados dos eclesiásticos, que tinham acompanhado as várias expedições ao norte, tarefa emtretanto, nem sempre facil na visinhança de povoadores. Instituiu-se, por influência espanhola, o sistema de administração das aldeas dos aborígenes, o qual encobria novas modalidades de escravidão. As provisões reaes, sucessivamente expeditas a Gaspar de Sousa, Alexandre de Moura e Bento Maciel Parente, mandavam que se "*encomendassem*" os índios do Maranhão e do Amasonas. Em tese, não eram mais dados como escravos aos brancos, aos quais se outorgava apenas o direito aos seus serviços; mas, aquelle sistema de redução obrigava os índios a trabalhar, no final de contas, como si pertencessem aos portugueses. Os índios resgatados dentro do lema — "*Para o aumento da real fazenda*" — eram contrangidos a servir os "*salvadores*", isto é, os que os tinham salvo de serem comidos, no espaço de dez anos, pelo preço arbitrado por uma junta. A disposição que procurava servir ambas as partes, fazia com que os brancos incrementassem as lutas entre o gentio, para obter maior número de resgates. Quanto ao tempo de servidão, e demais pormenores

previstos, era absolutamente impossível verificar como funcionavam nas extensões desérticas da Amasônia.

Vieram com Alexandre de Moura, na derradeira fase da luta com os franceses para a conquista do Maranhão, os jesuitas Manuel Gomes e Diogo Nunes, mais trezentos índios tirados das missões da Companhia de Jesus (135). Muitos incidentes prejudicaram a expedição na viagem, pois logo de início declarou-se epidemia de sarampo (ou mais provavelmente varíola) entre os índios. Igualmente além das moléstias, começaram a sofrer falta de mantimentos, porque na estação anterior houvera grande estiajem no Ceará a minguar os recursos da terra no trajeto percorrido. O que serviu de socorro aos padres, nessa emergência, foi a grata lembrança que as tribus do lugar guardavam do martir Francisco Pinto e do seu acólito Luís Figueira. Graças ao entendimento que puderam estabelecer, conseguiram os religiosos víveres e auxiliares para o campo lusitano. Assim o reconhecia Alexandre de Moura, que declarava em certidão dispor da ajuda do gentio, o que muito desanimara os franceses e contribuíra para que mais cedo se entregassem.

(135) Diogo Nunes, que alguns autores consideram brasileiro, antes de seguir para o Maranhão salientara-se em Pernambuco na missão de Itambé.

O padre Diogo Nunes realizara antes de ir a S. Luís, várias entradas em Pernambuco no Itambé, assim como no Jaguaribe, apaziguando o gentio, combatendo a antropofagia e as rixas entre índios, afim de através da melhoria de costumes, difundir mais amplamente o cristianismo. Numa dessas ocasiões, batizou o famoso Camarão, que foi dos mais valentes aliados dos portugueses contra os flamengos. Era intenção dos padres tomar conta dos estabelecimentos deixados em S. Luís pelos capuchinhos, não por espírito ambicioso, mas para impedir que gorasse a obra iniciada pelos companheiros de Cláudio d'Abbeville, com a dispersão dos catecúmenos, visto avaliarem perfeitamente o quanto eram lentos os efeitos da doutrina. Mesmo depois de longo aprendizado, e de todas as aparências de submissão e amor aos pastores, dava-se nos índios a volta á religião primeira, que eles conservavam ás ocultas, ás veses á revelia de si mesmos. Desconsolado diria do assunto fr. Domingos de Betanzos, numa carta ao Conselho das Índias, "*Esta de verdad es materia en la qual un abismo llama otro...*".

Para esse fim, receberam os padres do governador o hospício que ficou chamado dos Barbadiños, em lembrança dos primeiros ocupantes, onde passaram a lecionar rapases brancos, e doutrinar índios. Os sucessores infelizmente de pouco tempo dispuzeram para incrementar os seus trabalhos. Uma cruel expedição dos portugueses contra os Tre-

membés da costa entre Peria e Tutoia, succitou conflito com os missionários. O pretexto da decida fôra a alegação de que os índios tinham devorado brancos desertores das forças maranhenses; no entanto, estes chegaram sãos e salvos á Olinda, demonstrando que a verdadeira rasão era a caça de escravos (136). Creceram de tal maneira as dificuldades dos catequistas com os Albuquerque e demais povoadores, que em 1619 Diogo Nunes e Manuel Gomes embarcaram para o reino afim de solicitar providências á côrte, sem alcançar qualquer resultado, porque morreu Felipe III e os negócios públicos paralizaram-se durante a vacância do trôno.

Com o advento de novo governo na metrópole, voltaram ao Maranhão os jesuitas Luís Figueira, Lopo do Couto e Benedetto Amodei, aos quaes se juntou mais tarde um coadjutor. O primeiro vinha de Pernambuco no cargo de principal, tornando-se o braço direito do capitão mor António Munís Barreiros pelo muito que conhecia dos indígenas maranhenses. As imperfeitas narrativas dos sucessos da época aludem á má vontade dos reinos para com os missionários da Companhia, ainda sob influênça da antiga governança, de feição nitidamente

(136) Lamentavam-se os índios junto aos padres terem acreditado nas promessas dos portuguezes quando os induziam a combater os francezes, v. Galanti I. 414.

esclavagista. Sabe-se de alguns tumultos amainados pela prudência do capitão, chegando todos a um acordo, em que os padres não interviriam no trabalho dos servos domésticos, podendo continuar Luís Figueira no conselho da governança.

O jovem Barreiros, filho do opulento pernambucano do mesmo nome, conquistara a confiança dos moradores, fossem leigos ou eclesiásticos, confirmando o superior resultado, frequentemente obtido, no emprego público de indivíduos formados no tirocínio da gestão de grandes bens particulares. Aparece neste caso a enorme vantagem do homem prático, sobre o bem intencionado, mas falto de experiência administrativa. Inúmeras foram as circunstâncias no regime colonial, assim como nos que lhe sucederam, em que homens de pouco brilho intelectual se revelaram administradores de primeira ordem, muito acima de celebridades possuidoras de grandes conhecimentos teóricos. Mais tarde ainda trataremos do assunto, agora porém devemos voltar á costa Leste-Oeste. No Maranhão, assumira Barreiros o governo em pleno surto de varíola (137). Era mau agouro aquele princípio, comtudo o filho do senhor de engenho pernambucano não desanimou. Em-

(137) Diogo da Costa Machado fizera no começo da epidemia promessa de elevar a sua custa a igreja matriz, assim como deu auxílio ás obras do convento do Carmo, que então se faziam para substituir o dos franceses arruinado. J. P. Lisboa *Jornal de Timon* II. 80-81. 379.

bora fossem nulos os rendimentos do Maranhão, intentou fabricar assucar nos moldes da empresa que dava prosperidade á sua região natal. A escolha do lugar recaiu sobre certas marjens do Itapicurú, tidas pelas mais férteis das redondezas, compreendidas na doação a Jerónimo de Albuquerque. Uma das especialidades do velho povoador, era o faro que possuia para descobrir boas terras, sendo tão habil quanto os seus parentes índios em compreender a natureza. Vimos como tornara elásticos em próprio benefício os limites do Cunhaú no Rio Grande, procedimento em última análise muito justo, pois representava legítima compensação ás agruras sofridas na conquista e defesa dos territórios del-rei. Sem aqueles proveitos, seria muito mais cômodo deixar-se ficar nas redondezas de Olinda, como os primos Albuquerque Melo, adornados da alcunha de "*carreiros fidalgos*", tal o apêgo á terra e ao seu amanhã que demonstravam. Mais tarde o seu filho António viu-se obrigado a protestar contra a desapropriação praticada pelo governo maranhense, dispondo do alheio sem pedir licença e depois de longo pleito, teve ganho de causa, sendo-lhe restituída a propriedade em litígio assim como o respetivo engenho.

Mesmo tolhida pelos incidentes de toda administração, a capitania se desenvolvia, impulsionada pelas sábias medidas de Barreiros, recebendo de Berredo os maiores elogios: "*O capitão mor do*

Maranhão, Antonio Muniz, tinha continuado no exercicio de seu ministerio com uma geral acceitação daquelles moradores, que pelas zelosas diligencias do seu grande cuidado se augmentavam muito todos os dias, assim no bom commodo das suas vivendas da cidade, multiplicando-se os edificios della, como tambem na cultura dos campos para o seu sustento e grangearias, de que já abundavam” (138).

Em 1623 o Ceará e o Maranhão foram reunidos ao Pará, sob direção independente do governo geral do Brasil (139). Seu primeiro governador devia ser o espanhol Dom Diego de Cárcano ou Cárcamo. Homem afavel, de basta bigodeira, testa emoldurada de brancos cabelos esvoaçantes, lembrava um desses italianos que, a despeito da idade canônica, vivem obcecados pelo belo sexo, ocupadíssi-

(138) Berredo, Bernardo P. de — *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*.

(139) Em 1612 D. Diogo de Meneses escrevia ao rei aconselhando esta medida, “*me parece... devia fazerse... aquella parte se povoasse...*” tanto para o bem da fazenda real, quanto para a defesa contra “*corsarios*”. O povoamento segundo D. Diogo, localizar-se-ia nos “*lugares que se possam socorrer huns aos outros*”, dividida a extensa costa em capitánias, preconizando numa nova com o nome de Jaguaribe. *Rev. do Inst.º Hist.º e Geo.º do Ceará*. 1909. 66-67, ou An.º da Bib.ª Nac.¹ XXVI, 307.

mos em corteja-lo mesmo passado o tempo em que lhe podiam fazer bem ou mal. Político sutil, de vago sorriso nos lábios, sabia como ninguém equilibrar-se no fluxo e refluxo das intrigas cortezãs do ambiente metropolitano. Dizem que fôra dispensado de atravessar o oceano em atenção á sua idade avançada. (apud Berredo), e assim, não tomou posse do cargo. Outros, como fr. Vicente do Salvador, discordam do motivo da preterição, e outros autores acrecentam, que não era homem para desprezar cargos, ainda que fossem em cálidas latitudes, alegando serem providenciaes aos seus reumatismos.

Teria sido, por certo, um elemento moderador no incêndio de paixões alastrado entre os coloniaes vivendo perto do equador. Serviriam a reuma, pedra, e gota, para sustar decisões precipitadas, e permitir ao tempo trazer lenitivo aos agravos, e apaziguamento á comoção pública. Não sendo possível a sua vinda, nomearam, no mesmo ano de 1623, a Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, que só tomou posse tres anos depois, retido em Pernambuco pela falta de dinheiro, e por Matias de Albuquerque, avizado da ameaça olandesa. A substituição de um espanhol, no governo do extremo norte da colônia, devia ter produzido grande desafogo aos meios lusitanos, que estavam unidos á Espanha, mas no íntimo se conservavam ciosos da autonomia dos territórios onde se falava a língua portuguesa,

Chegaram com o governador da nova divisão administrativa Jácome Raimundo de Noronha, provedor da fazenda; fr. Cristovam de Lisboa, capucho de Santo António, comissário do Santo Ofício, visitador eclesiástico; famílias de colonos, soldados e alguma munição. Em 1627, fr. Cristovam antecipou-se ao governador na partida de Olinda, saindo dali com dezeseis missionários da sua ordem, dois carmelitas, e famílias de colonos. A desusada providência do governo lisbonense, remetendo casas das ilhas para a Amasônia, fôra imposta pelo temor de empreendimentos estrangeiros no Pará. No capítulo seguinte, relativo ao povoamento inicial da embocadura do rio mar, veremos que o perigo não fôra exagerado, chegando em boa hora os representantes do domínio filipino na região. Comsigo trazia ainda fr. Cristovam um alvará, expedido em 1624, extinguindo todas as doações feitas a particulares, concedendo-lhes "*administrar*" índios. Pôde o frade divulgar-lo em S. Luís, graças a António Munís Barreiros, o que dá medida do prestígio do capitão mor junto aos moradores, tão intenso que os mantinha quietos, apesar da contrariedade. O mesmo não se verificou no Pará, onde a população ameaçou sublevar-se si a ordem régia fosse posta em vigor.

Com o vencimento do período de António Munís Barreiros, terminou a dependência do Maranhão ao governo geral com séde na Baía, que momentanea-

mente fôra transferido a Olinda, passando a capitania para uma nova circunscrição administrativa. O desbravamento estava apenas em início, vivendo os brancos dos recursos que tinham trazido consigo, principiando a lavrar a terra para se manterem daí por diante. Noticia Gaioso, que ao entrarem os olandeses no Maranhão, só encontraram cinco engenhos em Itapicurú, a produzir 5000 arrobas anuaes de assucar. Das outras produções maranhenses de que fala o conde de Ericeira, constava o fumo, e como base da alimentação colonial, a mandioca. No tempo dos franceses houve roças de algodão e é provavel que os habitantes portugueses fiassem tecidos grosseiros como nas demais capitanias. Os *Dialogos* mencionam ligeiramente a excelência das madeiras do Maranhão, attribuindo, de resto, a conquista daquela parte da costa, á necessidade de repelir inimigos, tal como dizia D. Diogo de Meneses, e não ao atrativo das produções do solo. No começo da invasão olandesa, as principaes vilas eram S. Luís, Icatú, Tapuitapera e Itapicurú, compostas de alguns brancos e numerosos índios, que plantavam apenas o indispensavel para o seu sustento. Faltavam os objéto mais usuaes, segundo lamentava em carta, por estas palavras, fr. Cristovam de Lisboa: “...estamos em *summa miseria das cousas de portugal não tendo habitos nem cobertas nem uns panos para vestir, nem azeite para umas mezinhas nem guardanapos para nos limpar. E o*

peor de tudo não termos vinhos para fazermos missa”.

* * *

No Ceará, Martim Soares Moreno tomou posse da sua capitania em 1621. Pelos termos da doação que lhe faziam, obrigava-se, dentro do praso estipulado, a cultivar algodão e cana. Facil era rezolver de longe os problemas do lugar; diferente era soluçiona-los de perto. Quando Martim Soares veio ter á pequena povoação, com parentes e alguns casaes de colonos, achou umas vinte pessoas brancas ou mameucos, que ajudadas por índios amigos, rezistiam ao gentio das visinhanças. A tranqueira estava caindo, e a terra em derredor inculta pela falta de segurança, que não deixava ninguém trabalhar. Os que alí vegetavam padeciam inúmeras privações, vendo-se em pouco obrigados a desamparar o reduto impelidos pela fome.

O capitão a tudo procurou acudir, tendo para isso trazido sementes, que logo foram plantadas, e vacas e cavalos, que soltos nas campinas começaram a se reproduzir. Ficara entretanto, Martim Soares individado em Pernambuco, por querer substituir-se ás atribuições do governo, assumindo compromissos em desacordo com as suas posses. Contara demasiado com a prosperidade do estabelecimento, que para dar resultado precisava de tempo e muito dinheiro. Quando, porém, se via quasi per-

dido, foi afinal e providencialmente socorrido pelo governador geral (140).

Esta solicitude dos poderes públicos explicava-se pela presença dos olandeses, que em 1624, apareceram no litoral a destruir os estabelecimentos incipientes dos rivaes lusitanos. Na vitoriosa defesa do Ceará, destacou-se o militar Manoel Álvares da Cunha, iniciando a bela carreira que realizou na região. Semanas depois, duas naus também olandesas repetiram tentativas de desembarque, dando ensejo a que o mesmo soldado confirmasse o seu valor. Complicavam-se as condições da capitania, associada ao destino do nordeste, perdendo os habitantes uma das principaes condições de êxito do seu trabalho ingente, que eram a paz e a tranquilidade, compradas pouco antes por alto preço na luta contra o gentio. A invasão dos flamengos dividiu a história do norte brasileiro em duas fases distintas: antes e depois das hostilidades, que por pouco destruíam completamente os frutos do sacrifício feito pela população na conquista e no desbravamento da terra.

O socorro oficial começou com dois religiosos, que fr. Cristovam de Lisboa cedeu ao serviço do Ceará. Pode parecer estranha a importância atribuída ao auxílio de tão poucos eclesiásticos, quando

(140) António Munís Barreiros encontrou no Ceará Martim Soares Moreno "*falto de tudo*". Carta a el-rei de 22 de maio de 1622.

se digladiavam soldados ao troar de bombardas. Acontecia, no entanto, que era pelo intermédio dos religiosos que se ajuntavam os aliados dos portugueses para dar combate a estrangeiros. No Pará, por exemplo, na mesma época e região administrativa, foram os irmãos de hábito de fr. Cristovam, que moveram os índios do rio Xingú contra ingleses e olandeses. A seguir, aportou o restante da expedição auxiliadora dos cearenses, comandada por Francisco Coelho de Carvalho, que se demorou até passar o perigo. Antes de partir, deixou ainda o capitão recursos para recompor o fortim, pagou os soldados, presenteou a caciques amigos, lançando o hábito de Santiago a Martim Soares, com direito a uma tença, meio de homenagea-lo e indiretamente ajuda-lo.

Em 1626, por ocasião de uma das incursões de olandeses, os índios levados do Ceará para a Olanda de nome Gaspar Paraupaba, André Francisco, Pedro Potí, António Guiravassauai, António Francisco e Luís Gaspar, potiguaras da baía da Traição, contaram que mais acima do reduto de Martim Soares se encontrava um rio para ancoradouro, muito povoado, onde certos habitantes sabiam escrever, e havia madeira de tinturaria para preparar côr preta, e também boa para marcenaria, além de muito algodão, fumo, óleo balsâmico, e pedras brancas transparentes. Em suma, ainda menos gêneros que os enumerados pelo empolado Rocha Pita, e que tão má

impressão lhe cauzavam. Mas logo em seguida, a indiada com a ênfase e grandiloquência que lhe permitem rivalizar com espanhoes, entrava a descrever montanhas de prata tão magestosas que eram visíveis do mar e do sertão. “*Os depoentes*”, diz Kilian de Resenlaer, “*declaram estar certos do que dizem e citam em abono as seguintes particularidades: a prata por eles achada nessas montanhas é branca e dura, encontrada em pedacinhos. Os índios conservam o segredo da descoberta entre si, conhecido apenas da sua nação... Servem-se á guisa de peso para rédes de pescar. Certificam que o viram e que se oferecem de lá ir com as naus da Companhia (das Índias Ocidentaes) em busca da prata*”.

Não era preciso mais, por parte de selvícolas ignorantes, faladores e mentirosos, para alvoroçar olandeses joguetes da ambição que os cegava. Era nova leva de europeus a se deslumbrar com a lenda que adejava sobre a região. Das outras maravilhas, que descreviam os índios, destacavam-se certos grãos de matéria extremamente ígnea, vistas por Gaspar Paraupaba, “*tata Kowich*”, escreve Resenlaer, inflamável como a credulidade dos europeus, e que faria explodir a montanha de onde eram extraídos, se lhe deitassem fogo! Enumeravam ainda os potiguaras um rol de coisas mais interessantes para nós, pois proporciona uma vista geral dos índios espalhados pela costa de Olinda ao Maranhão, com a especificação dos amigos e inimigos dos lusos. Dizia a re-

lação: “Os de Pernambuco, Igarassú, Itamaracá, Araruba (?) e Goiana, são Tabajaras. Os da Paraíba e Rio Grande, são Pindaguassú (o nome ás vezes referia ao cacique da tribo), e Potiguaras. Os de Mongunguape, Tiguaras; os Tiguaras andam vestidos.

Outrora a Baía da Traição foi habitada por Tiguaras, mas agora aí estão Tobajaras.

Os Tiguaras moram além da Baía da Traição, e na Copaoba, Caassaguassú, Guirau, Guire; e são amigos dos Portugueses.

Guirapessem, Guarime, Muresetuba, Jarerug, e Ceará, etc... (Tupí cuja) arma de combate é o arco. Os Tapuias habitam Guararug, Uguassú, e vizinhanças; são de alta estatura; suas armas de guerra são dardos. São inimigos dos Tobajaras e dos Portugueses. Os homens uzam cabelos compridos e andam completamente nus; as mulheres escondem o sexo com uma atadura na frente.

Um pouco pelo sertão a dentro de Tapouya moram os Janduy, e além de Guararug, Itayesa, Pino-disa, Ariaguamug, onde se encontra a pedra branca; combatem com dardos, andam nus, não têm moradia fixa.

Além dos Janduy moram os Caracara, em Guaratinguta, Cranayuipug, Tatinguta; além dos Caracara mora Jecareguesu, e mais adeante, no sertão moram os Simberaru em Biratingeta, Uboso e outros sitios, a dez dias de marcha da Baía da Traição e a

dez dias de Ceará. Esses Semberaru e os Tiguaras são Cristãos e sabem rezar; têm a oração dominical na sua língua e os outros não.

Os aliados dos Tiguaras são Janduy, Caracara, Simberaru, Jacaregussú, Taporcirug, Japovassú, Quitariu, Tiguaras ou amigos.

Tapuias igualmente inimigos dos Portugueses mas fugindo dos inimigos.

Os naturaes de Jaquary, Parepoyre e Guataporug são dos Japuassú, inimigos dos Portugueses, igualmente amigos dos Tapuias e amigos dos Tiguaras.

Aqueles de Vichore são Quitariu, amigos dos Tiguaras.

Mucurú, ancoradouro a uma légua de Ceará, produz pau amarelo para embutidos e trabalhos de marcenaria; essa madeira se chama tatajuba. Na Paraíba e no Ceará existe abundância de gengibre que se come fervido com feijões verdes dentro de boiões de barro, e também socado; o gengibre tem nome mangaratay. A madeira de marcenaria se chama uguyraquatuyara. A pedra azul transparente como safira chama-se Itauig, com a qual fazem coraes; encontra-se do tamanho de um homem; no país de Aryaguanug terra de Janduy.

O pau brasil se chama uirapitang. O pau preto Uiagug, o algodão amoniug; o óleo balsâmico, uitira jantug; fumo, petum; pimenta, cuguga; chumbo ou

estanho, itatinch. Desconhecem o estanho e cobre amarelo ou vermelho. Chamam ao ferro e aço Yta, que se encontra em Taririch a duas léguas no interior. Yta é o nome comum para todas as matérias mineraes duras. A prata se diz Ytajubá e o ouro ytajujuba”.

A nomenclatura foi toda estropiada pela pronúncia olandesa, e grafia adornada com profusão de K, h, w, duplos i, o, j, y, etc. . . , pelo que tomamos a liberdade de simplifica-la. Devemos desculpar as deturpações de Resenlaer, ás voltas com tupís que falavam com a boca semifechada, em que o i se assemelha ao u francês, daí ensaiaram alguns historiógrafos pátrios representa-lo por y. Além disso, os r, n, e, c, confundem-se grafando alguns brancos columim, outros corumins, e outros ainda conumins, segundo o som que ouviam da boca do gentio, ou pelo modo de escrever do autor em que se inspiravam. Mesmo assim, reconhecemos na algaravia do flamengo um quasi Guaratinguetá, aparecendo no nordeste a milhares de léguas da capitania de S. Vicente. Ocorrem igualmente no relato as referências a ytajubá e ytajujuba, que bem imaginamos o quanto deviam alvoroçar os olandeses, e estimular a formação da Companhia das Índias Ocidentaes.

* * *

Um dos maiores trabalhos de Martim Soares, e que lhe tomava muito do seu tempo e recursos, con-

sistia na pesquisa auxiliada por Domingos da Veiga, de minas de prata na serra de Itarema. O resultado colhido foi nulo, mas não impediu que, depois da invasão olandesa, novos esforços no mesmo sentido fossem intentados por Matias Beck. Restava, como de costume, acerca das riquezas da terra, os "*pastos muy largos, e os milhores q vio em toda a costa do Brazil q tinha andado*", como participava D. Diogo de Castro ao governo, bazeando-se em informações que vinham de Francisco Coelho de Carvalho.

As terras a salvo das incursões do gentio inimigo, e que podiam ser adaptadas para roças, eram irregulares; as mais acessíveis aos brancos inferiores ás de Pernambuco. No citado parecer de D. Diogo de Meneses, a região, estendendo-se afora do alcance das armas portuguezas, melhorava na orla litorânea "*...por que passado o Jaguaribe até onde são as terras arenosas e fracas, e boas só de pastos e gados, as mais dahi por diante té chegar ao maranhão, todas são de madeiras, de mattos verdadeiros e varzeas de mui boas terras de que se podem fazer engenhos e canaveaes assi de agoas como de Trepiche e algodoens, e os mais mantimentos... A navegação desta costa do Rio Grande pera o maranhão tem grande facilidade em todo e todas as embarcações, mas a tornada he impossivel a navios grandes redondos, e difficultosa aos latinos grandes, e facil a embarcações pequenas de remos...*"

As comunicações, emtretanto, ligando o Ceará ao Maranhão, cabeça do Estado, só podiam ser efetuadas em navios de vela durante as monções de janeiro ou de julho. Em documento de 1626, da lavra de Martim Soares Moreno, dirigido a el-rei, lê-se a propósito o seguinte: "...sendo assim que o Seará é {coisa mui distante do Maranhão do qual dista duzentas legoas de costa, aonde as agoas e os ventos correm sempre para o Norte, com grande vehemencia; o que é causa de se não poder navegar aquella Costa, senão no inverno, por serem então os ventos mais bonançosos, e ainda assim os mais das embarcações desgarrão a Indias de Castella. O que nunca succede do Seará para Pernambuco, para onde todo o anno se navega; e por terra está já a caminho tão aberto, que dois homens com quatro indios vão em dez dias a Pernambuco..." (141).

Ficavam de fáto, isoladas as capitánias, porquanto, por terra, eram os viadantes perigosamente espreitados por "*Tapuias de Corço*". A volta de fr. Cristovam, de S. Luís ao Ceará, foi assinalada por combates diários entre a sua escolta, composta de soldados brancos e de índios, e o gentio nómade (142). Garantiam a vida do visitador mais de

(141) Rev. do Inst. Hist. e Geo. do Ceará 1909. 335.

(142) "*São gente valerosissima, nenhum caso fazem das espingardas*", escrevia fr. Cristovam ao irmão Severim de Faria.

noventa homens, além do valente vigário Baltasar João Correia, tão destro nas armas como no mistér de pastorear ovelhas. Privado nessas precauções, fr. Cristovam teria servido de iguaria para os índios, como sucedeu ao primeiro donatário daquelas parajens.

Semelhantes estorvos atrapavam o crescimento da população. Os soldados brancos que deviam proteger as povoações, não sendo satisfeitos no pagamento do soldo, desertavam. Reclamava o capitão; mas os recursos reunidos, que não chegavam sequer para acudir á premência dos compromissos da séde do governo, muito menos bastariam para socorrer longínquos presídios, fronteiros do sertão e de cabildas bravias. No momento, disputava-se o Amazonas, passando para o segundo plano as bases militares que já não eram imprescindíveis na luta contra nações rivaes.

Abandonados pelo governo central, organizavam-se os moradores como podiam. A melhor descrição dos seus esforços é dada — algum tanto de encomenda — pelo próprio Martim Soares Moreno. Nas praias, afirmava, abundavam ostras e mariscos; no mar e nos rios, peixes saborosíssimos; nos campos, criavam-se tantos veados, que "*qualquer soldado com o seu arcabús os mata facilmente*", conta a *Relação*. O seu maior encômio, porém, reservava-o Martim Soares para a fecundidade das

porcas. Segundo dizia, pariam quatro veses ao ano muitos leitãosinhos de cada ves, que depois se criavam com facilidade, gordos a mais não poder, graças ás frutas dos bosques e mariscos dos rios. Medravam viçosas as sementes trazidas de outras capitánias, a saber: *“de mandioca, milho zaburo, aboboras de muitas castas, feijões, favas, batatas, inhames, dá toda a hortaliça de cá (Europa), melões, pepinos, couves...”*. Perto dali, infelismemente, estavam as sombras da região: *“Tem em 70 legoas de circulo 22 nações de tapoias, de diferentes lingoas”*, a representar enorme dúvida. Custosamente os brancos se manteriam em face de tantas hostes adversas, caso não fossem, por sua ves, ajudados pelo gentio amigo.

Nas imediações do forte, estavam as quatro aldeas de Jacauna, morubixaba de grande prestígio amigo pessoal de Martim Soares. As forças portuguesas, que os índios apoiavam, limitavam-se a um capitão, um alferes e uns poucos soldados, quasi despidos. Solicitava Moreno que lhe mandassem ainda um sargento, e que houvesse maior regularidade de remessas de soldo, acrescentando: *“Os pagamentos desta gente que se lhes fazem em Pernambuco, será necessario que a metade se lhes faça em fazenda para se vestirem, em preços accomodados, e a outra metade em negros de Angola. Com o trabalho destes escravos breve se fará muito e irão os dizimos em*

crescimento. Os soldados que allí residirem será bom serem cazados para trabalharem com cuidado, e para quietação dos Indios". Era intenção de Martim Soares trazer braços á lavoura e aumentar o número de brancos e o socego da capitania. Na falta de colonos do reino, os melhores povoadores do Ceará, como em todo o Brasil, seriam os funcionários públicos civís e militares, acompanhados das suas respectivas famílias.

Emtretanto, negaram-lhe tudo, sargento, mulheres brancas, peças de Angola, pagamento em dinheiros ou em espécie, continuando a guarnição sem esposas legítimas, nem roupas, nem dinheiro, precisando apoderar-se das cunhãs e dos haveres dos visinhos indígenas, violências que se tornariam particularmente perigosas para o Ceará em tempo de guerra. Desde a passagem pelo governo, de Francisco Coelho de Carvalho, os homens da guarnição não tinham recebido um real do erário. Em 1629, mencionavam as atas do Conselho Ultramarino, a respeito dessa falta de pré, que "*...os poucos soldados que alí ha ha quatro annos que recea-se se amotinem e desamparem*". Depois de Martim Soares muito implorar, rezolveu o Conselho, em 1630, que os soldos viriam diretamente de Portugal, medida que chegou infelismemente com a guerra. Abalaram Martim Soares Moreno e os melhores homens válidos em socorro de Pernambuco, restando como

defesa o fortim sobranceiro do miseravel povoado que lhe ficava ao pé, rodeado de um esboço de roças. De valor no Ceará havia apenas o gado, que ia suprir de carne, com o Rio Grande, os combatentes da guerra olandesa, e mais tarde as capitánias agrícolas do nordeste. Aumentou muito a importância dos seus rebanhos, quando a exterminação de tudo que havia nos campos das Alagoas, bois, vacas, cabras, carneiros, galinhas e até caça, não deixou outro recurso ás forças belgas ou portuguesas, e á população policrómica, que as manadas do vale do Jaguaribe.

P A R Á

Atingiam os portugueses a região lendária pelo mundo inteiro cubiçada, objeto das palestras das côrtes e dos conluios de aventureiros. Chegavam finalmente ao rio mar doado por D. João III a João de Barros e Aires da Cunha, depois de subirem a costa em gradual conquista, de que a mais recente fôra o Maranhão. Conseguiu a fama das riquezas do rio equatorial, juntamente com as do Prata, o milagre de sacudir a metrópole do letargo em que jazia em relação ao Brasil. Era um despertar de Epimérides, transformando um longínquo rincão do litoral americano em novo Ofir, aos olhos da corte portuguesa que se afundava numa completa derrocada política e financeira. O curso imenso, multiplicando-se em braços, canaes, bocas de afluentes, "*aquele grande Pará*", como lhe chama o jesuíta Antônio de Araujo, "*ou Marañon que tomou o nome de um espanhol que o tinha por alcunha*", parecia a salvação do trôno ás voltas com a ruína e a cobiça de visinhos. Não faltava sequer o mistério, adensado pelas florestas que lhe serviam de moldura,

para estimular as imaginações com promessas sem limites (143).

Todas as notícias referentes á região assumiam aspéto estranho e fabuloso. Não havia termo para comparar este "Pará" com os outros rios conhecidos tão desmedidas eram as suas proporções. As lendas que circulavam a respeito alargavam-se quando mais divulgado se tornava, versando não só as riquezas que o seu leito devia encerrar, como a singularidade dos habitantes, que as vigiavam e defendiam. Desaparecera, em pouco, o nome Marañon das cartas marítimas, substituído pelo das guerreiras, que, dizia-se, dominavam-lhe o único acesso. Outras maravilhas eram criadas pelo rumor das incríveis proesas praticadas pelos conquistadores castelhanos. Todo aventureiro da Europa sentia-se empolgado pelo prodigioso êxito das algaras de

(143) Ainda em 1620 constava em Rouen que dois navios normandos o *Saint Jacques* e o *Saint Jean de Paimpont*, traziam da Amasônia uma carga no valor de mais de 45 milhões de libras tornesas, quando se perderam "*corps et biens*" antes de entrar no porto. O sinistro serviu na conjuntura, para ipertrofiar a fama do, que transportavam, impedindo a verificação da sua real mediocridade. Pediram numerosos capitães da Normandia e Bretanha licença para embarcar com destino ao ponto de procedência dos barcos perdidos, afim de buscarem nova carga ainda mais rica. Um deles era Abraão Du Quesne, que não pôde seguir, á vista das pases da França com a Espanha, e que se tornou logo ao depois uma das glórias da marinha francesa.

Pizarro, Alvarado, Benalcazar ou Orellana. O Perú, a lagoa Parima, o Potosí, erigiam-se em sítios encantados, onde um vagabundo acutiladiço chegava sem camisa, com os calções rotos e o perponte em farrapos, para mudar-se rapidamente em milionário provocando a admiração e inveja do soberano das Espanhas. Os relatos da conquista da terra do ouro e da prata, da canela e das montanhas de pedrarias, contavam com os soldados de fortuna, se tinham enriquecido e reinavam sobre milhares de léguas quadradas, senhores e donos de légiões de escravos. Simile igual só se podia encontrar nos fastos passados dos vice reis portugueses do oriente, onde também havia tesouros infinitos, civilização milenar, mais antiga do que a ibérica, e estratificação social de ha muito cristalisada.

Uma tradição espanhola pretendia que o litoral atlântico fôra devassado por navegantes de Castela, antes de qualquer branco. A Hojeda, Pinzon e Vespúcio caberia a honra de ter pouzado pela primeira ves olhares europeus sobre as águas do maior rio do mundo. A estes precusores, que estiveram no norte do Brasil antes de Cabral descobrir a costa leste, temos de ajuntar, em seguida, a expedição de Orellana, realizada ao longo do próprio rio, que tomou entre os peruanos o nome do seu primeiro navegador branco. Pela importância que teve na geografia da região, e pelas fantasias que desmanchou, e consequências que semeou atraz de si, mere-

ce a audaciosa aventura destaque singular na história amasonense.

Percorreram os espanhoes a magestosa caudal, através toda sorte de peripécias desde as suas cabeceiras até o oceano que lhe marca o fim. Iniciada em Quito, no dia 25 de dezembro de 1539, partiu a bandeira fluvial em demanda da costa, constando que foi nesta ocasião que deu ao rio o seu novo apelido. Prende-se o fátó a um encontro fortuíto dos espanhoes com habitantes de certo trecho das marjens. Estavam os selvícolas nessa ocasião acompanhados de suas mulheres, também combatentes, que fr. Gaspar de Carvajal pintou no choque da refrega, como sendo "*muy blancas y altas y tienen muy largo el cabello y entranzado y revuelto à la cabeza, y muy membrudas y andan desnudas en cueros, tapadas sus verguenzas, con sus arcos y flechas en las manos, haciendo tanta guerra como diez indios*". Daí por deante rezistiu a fantasia das amasonas a todas as dúvidas de historiadores, geógrafos, aventureiros e até desaféto de Orellana. Através dos tempos, os viajantes que estiveram na região ou nas suas redondezas, Walter Raleigh, o jesuita Luís Figueira, O'Brien, Cristovam de Acuña, Carvajal, La Condamine e outros, todos se referiram ás dianas e belonãs que moravam nas marjens do rio místerioso.

Descreveu-as Jean Mocquet, ao referir a sua jornada no Oiapoc, aludindo também ao rio principal,

que encontrou nesse momento larguíssimo na emboadura, cheio de ilhas, algumas enormes, penetrando a corrente pelo oceano mais de trinta léguas além da fós. As veses, a massa d'água refluiu, atirando nas praias frutas, plantas, sementes, troncos de árvores, que tinham sido arrancados a muitos quilómetros de distância, rio acima. Nessa região, umas quarenta léguas a montante da corrente, constava que se viam amasonas.

Do lado de Vayampouc, conta o cirurgião francês, estavam os índios amigos e aliados das mulheres guerreiras, aos quaes competia ajuda-las na guerra e fecunda-las na paz. Tinham horas e dias certos do mês de abril para a cerimônia nupcial, desembarcando em magotes, porque embora estivessem de boa amisade, velavam as amasonas para que o número dos visitantes nunca sobrepujasse o das guerreiras naquele eden. Enquanto algumas ficavam de atalaia, as outras "*employent tout ce mois d'amour en joie et liesse*", e, ao cabo de algum tempo, depois de nacerem os filhos, guardavam as meninas e mandavam os meninos para os paes (144).

Afirmava Mocquet — cético por natureza, como vemos — que era pura lenda, a fama do mulhero só ter um seio, á moda das amasonas de Tanais e Ter-

(144) O padre Luís Figueira escreve na sua *Relação* que as amasonas devoravam os filhos varões: "*parindo filhos machos os comem e cõservarão as femeas*".

modon. Devia tratar-se de ingênua invenção de pessoas desprevenidas ou ignorantes, pois o que praticavam era simplesmente estancar o leite de um dos seios secando-o, para melhor manejar o arco, provido talvêz desse costume a fábula (145). O índio informante do cirurgião dizia que tinha estado entre elas, e visto amasonas de alta estatura, as quaes, "*portent le poil de leur nature fort long, et les peignent comme des cheveux*". Tentaram os companheiros de Mocquet verificar de perto essas notícias, mas a correntesa do rio, e o seu pouco fundo no sítio, eram perigosos para navios marítimos, ficando assim impossibilitados de conhecer o objéto da sua curiosidade.

Sebastião de Benalcazar andara recolhendo o que havia sobre a propalada existência de um príncipe de alcunha El Dorado, que reinava na cidade de Manoa, onde ruas, palácios e templos eram cobertos de ouro puro. As informações, que lhe deram, pertenciam á série criada pela mirajem existente sobre

(145) O capitão O'Brien, que adeante encontraremos, dizia o mesmo, "*tienen las tetas derechas chicas como los hombres con artificio de modo que no crezen para tirar los arcos y las izquierdas largas como otras mujeres*". Uma outra informação dada a André Pereira, que nos parece importantíssima diz "*trazem os homens cabelo comprido como mulheres e mui perto o parecem: de que pode ser nasceria o engano das amazonas*". *Relaçam de André Pereira in Annaes da Bibliotheca Nacional, vol. XXVI.*

o rio encantado, e alimentada pelas descobertas de minas ocorridas em territórios visinhos. As do Potosí davam sosinhas para revigorar a monarquia espanhola, sustentando-a nas suas lutas contra a Europa, facultando-lhe a existência do seu império ainda por dois séculos (146). Ante tantos dizeres nada ha que admirar na credence do capitão, inclinado como toda a gente a admitir por verdadeiro o que corresponde ao seu desejo. Outros ecos vinham corroborar as narrativas dos indígenas e dos brancos, antigos habitantes do Perú, acerca de riquezas fluviaes. O reino dos Omáguas impressionava a todos que tinham ouvido falar dos seus colossaes ídolos de ouro, incontáveis esmeraldas, e muitas outras preciosidades na posse da sua população. Tupís que subiam em longas caminhadas do Brasil, possivelmente de Pernambuco, para fugir dos escravagistas portugueses, contavam ter chegado ao Perú através do território do El Dorado. Segundo nos diz Gandavo, alí fizeram permutas de objéto de ferro de orijem lusa, que tinham obtido quando mo-

(146) E' de parecer o professor Vanorden Shaw, de que a prata só começou a perder a grande importância que desfrutava como moeda, quando a Inglaterra abandonou no século 17 a política do bimetalismo, preferindo só o ouro no intercâmbio comerciál. O que era extraído do Brasil ia para a metrópole e de lá para Londres graças ao efeito de sucção exercido pelo comércio e indústria britânicos nas finanças portuguesas.

ravam no litoral brasílico, por rodelas de combate, tauxiadas de ouro e cravejadas de gemas (147).

Ignorava-se exatamente onde estavam os tesouros, alguns suspeitavam que poderiam ser encontrados nas terras altas do Venezuela, outros nas florestas que do Perú deciam para a fós do rio de Orellana. Empenhado o marquês de Cañete em descobrir fontes de renda para o seu rei, cujas despesas bélicas absorviriam todo o ouro do mundo, e também dar ocupação ao grande número de vadios e desordeiros que infestavam Lima, chamou Pedro de Orsua para que explorasse o caminho dos Omáguas. A empresa reunia os peores elementos que viviam á marjem das populações coloniaes, numa expedição que se destinava ou ao roubo ou ao suicídio. Com efeito, transcorreu a aventureira bandeira numa sucessão de crimes abomináveis, retalhando-se mutuamente a escumalha desenfreada, em que havia desde fidalgos do mais illustre sangue, como D. Francisco de Gusman, até criminosos semidoudos como Lopo de Aguirre, além de rufiões, assassinos, salteadores, marafonas e virjens inocentes! Alí estava a turba

(147) v. J. F. de Almeida Prado. *Primeiros Povoadores do Brasil*, cap.^o dos Índios, § das migrações. A fama das riquezas do El Dorado devia muito á relação de Walter Raleigh *The discovery of the large, rich and beautiful empire of guyane*, em que propalava haver o último príncipe Inca enterrado na cidade de Manoa os tesouros dos seus antepassados para salva-los de Pizarro e dos seus aventureiros.

referida por Cervantes, quando aludia ao refúgio encontrado pelos vagabundos das Espanhas nos povoados mineiros da América. Na decida do grande rio foram sucessivamente assassinados o comandante Orsua, Gusman, a formosa mestiça Da. Inês de de Atienza, célebre em Lima e até nos mais ínfimos povoados do Perú, e a donzela Elvira, filha do monstro Aguirre. Este, apontado como matador da própria filha, foi executado ao chegar á Venezuela, sendo exposto os pedaços do seu corpo em varios sítios para servir de exemplo da justiça del-rei. Veiu tarde infelicamente o castigo porque o bandido e seus cûmplices já haviam penetrado nas povoações costeiras da América Central, que foram ensangüentadas pelos desatinos que praticavam. Remaneceram esses delinqüentes na história do rio Amazonas, sob o nome de *marañones*, que lembra tanto os seus delitos como o incrível arrojo da jornada de Lima ás Antilhas, a destruir o trabalho de populações laboriosas, e terminando no patíbulo sem ter encontrado Omáguas, nem ídolos de ouro, nem tesouros escondidos, nem as mais caras esmeraldas do mundo.

* * *

Enquanto se sucediam estes acontecimentos do lado espanhol, os luso-brasileiros vinham paulatinamente subindo a costa leste-oeste em direção ao

rio das Amasonas. A designação luso-brasileira não é arbitrária, correspondendo a uma realidade, a confirmar o que dissemos no volume anterior sobre o quanto deveu a metrópole á ação dos brancos, nascidos nos seus estabelecimentos de além mar. Eram do Brasil os Maranhões pae e filhos, António Munís Barreiros, Belchior Rangel, Manoel de Sousa d'Eça, o jesuita Diogo Nunes, o capucho fr. Manoel da Piedade, Jerónimo Fragoso de Albuquerque, Pedro da Costa Favela, Bento Rodrigues de Oliveira, e, supõem alguns, Bento Manoel Parente, como os demais nacido na colónia. Ao lado de capitães, missionários e governadores, devem também figurar os principaes Jacauna ou Camarão, á testa das suas cabildas de guerreiros, e os mamelucos anónimos, aos quaes os monarcas portuguezes deviam grande parte do seu império americano. Brancos, índios e mestiços, pertenciam á geração aparecida depois das capitánias, no espaço de uns cincoenta anos apenas, da promulgação do decreto de D. João III ao fim do século 16. Não obstante a insignificância do tempo decorrido, prestavam os nativos enorme concurso aos poucos reinos aparecidos no Brasil, inexperientes das cousas da terra, desanimados pela obra que se lhes deparava, atemorizados pela brutesa e pelas proporções das glebas que tinham de domar. Começara naquela alva a intensa atividade do homem formado na América sob influência européa, armando o arcabouço da colónia quando elevava pre-

sídios, lavrava os campos, construía engenhos, resgatava índios e comprava negros, a um tempo conquistador, lavrador e defensor do seu soberano e da terra natal. Firmada a posse da costa, ia devassar a região, que os espanhoes desde Hojeda e Pinzon consideravam indiscutivelmente sua.

* * *

A armada de Jerónimo de Albuquerque, saída em socorro do Maranhão, levava um troço de aventureiros, ou voluntários, comandados por Manuel de Sousa d'Eça, provedor dos mortos e ausentes de Pernambuco. Depois da batalha de Guaxinduba, foi mandado a Olinda para relatar os sucessos e as providências que se tornavam urgentes a Gaspar de Sousa. Ventos e correntes levaram-n'o em direção contrária, indo arribar ás Índias de Castela, com os mastros da embarcação quebrados. O acidente teria sido util no caso, segundo alguns autores, porque allí soube o capitão da presença de ingleses e olandeses no Pará. É muito possível que as medidas então rezolvidas pelo governo espanhol fossem inspiradas pela expedição de Manuel de Sousa. Ha também quem diga que não passaram de mera coincidência as resoluções do duque de Lerma e a estada do capitão brasileiro nas Antilhas, nada havendo uma cousa com outra, porque os aprestos militares, ou a intenção de faze-los, (nem sempre a monarquia fili-

pina conseguia em matéria administrativa o que desejava), provinham de fontes de informação centro americanas.

O rei da Inglaterra Jaime I concedera a Roberto de Harcourt, sir Tomás Challoner e João Rovesen, a extensão que ia do Amasonas ao Essequibo, numa zona chamada genericamente Guiana (148). Manifestava-se na côrte de S. James intensa curiosidade pelo grande rio, certos como estavam governos e grandes fidalgos, de que no seu leito e visinhanças existia grande quantidade de metaes preciosos. Em 1616 saía Walter Raleigh da Torre de Londres, posto em liberdade para capitanear a empresa. Um documento desse aventureiro, aparecido recentemente, mostra como procurava entrar em relações com mercadores capitalistas de Amsterdam, para obter meios de armar uma expedição. Os súditos de Jaime I não dispunham naquele momento das libras, que as minas de carvão e a indústria decorrente mais tarde lhes proporcionaram, estando ainda longe dos milhões, que nos séculos seguintes investiram em todo o mundo para viver dos seus rendimentos. Tinham, por conseguinte, os Raleighs e semelhantes de procurar sócios comanditários onde havia dinheiro, e este, na Olanda, atopetava as arcas dos que Max Weber chamou os "*acétas protestantes do co-*

(148) v. A respeito de empresas inglesas na zona a introdução do vol. *Colonising Expeditions to the West Indies and Guiana* da Hackluyt Society.

meço da era capitalista". Na minuta do próprio punho do famoso viajante, estão discriminadas as partes que cabiam a cada um no negócio, muito vantajoso, dizia Raleigh pelas garantias do governo inglês: *because his Maiestei doth assure all Sr. Walters partners by the great seale of England that they shall freely and quietly inioy all their parts and shares of what goods, marchandise, or treasure soever shalbe returned*".

Não sabemos porque a expedição Challoner deixou de se realizar no ano do decreto real. Dificuldades financeiras, ou outras quaesquer, retardaram o seu início, e em 1619, renovava o soberano cartas patentes a favor do incorporador, privilégios que foram seguidos de outros, concedendo novas vantagens á Companhia sob nome de *Royal River of Amazon*. Não se tratava mais de uma aventura, como a última viagem de Raleigh á América, nem de incursões escoteiras á cata de informações sobre ouro, mas de empresa colonizadora, perfeitamente organizada, que devia lançar os alicerces do domínio inglês na região (149).

(149) Walter Raleigh procurara armadores diepenses e havrenses além de olandeses, afim de obter mais recursos, e pedira ao almirante de Montmorency patentes de navegação e promessa de asilo para quando voltasse. O resultado dessas intrigas e do fracasso da expedição foi a prisão de Raleigh na torre de Londres de onde subiu ao patíbulo a 29 de outubro de 1618.

As operações provavelmente eram realizadas de comum acordo com olandeses chegados antes, e pelo que informa André Pereira, sabemos que os flamengos tinham desde 1616, uma feitoria seis léguas acima da foz do rio Parú, na margem esquerda do Amasonas. Era iniciativa de gente de Flessinghe, principiada com várias famílias vindas no barco Goldne Haen, sob a direção de Pieter Adriannzon. Tentaram esses colonos aliar-se a índios, e lançaram mão de mais algumas precauções para a sua segurança, sem êxito todavia. O gentio estabelecido nas margens do grande rio começara a sofrer as mesmas tribulações que as tribus do litoral, vendo desabar sobre o seu antigo território as levas de aborígenes desconhecidos, enxotados de muito longe pelos brancos. Viviam as populações marginaes em sobresalto, guerreando-se furiosamente, procurando repelir os estranhos e os visinhos invasores das suas malocas, numa confusão que impedia o aproveitamento da terra.

[O governo geral do Brasil inquietou-se com as notícias de Manoel de Sousa, que, de volta a Olinda, ingressara nas tropas que iam combater os franceses do Maranhão. Depois de terminada a campanha, a junta militar formada em S. Luís, julgou urgente intervir ao norte, sem esperar pelos sempre demorados, e ás vezes, problemáticos reforços mandados pela metrópole. A 25 de dezembro de 1615, partiram trezentos homens em demanda do Pará, em tres

naus, comandadas por Francisco Caldeira Castelo Branco. Chegaram, no começo de 1616, a um ponto do Amasonas, que lhes pareceu próprio ao estabelecimento que projetavam. Ali foi elevado um fortim, denominado Presépio do Belém] em lembrança do dia em que saíram de S. Luís. [A região, compreendendo as fortificações e adjacências, chamaram Felís Lusitânia,] constando que, durante a viagem e nos acontecimentos seguintes, muito valeram a Caldeira as informações prestadas pelo seu amigo La Ravardière. Ademais, iam franceses na expedição, entre os quaes Charles de Vaux, ou Itajubá, o braço de ferro dos índios, que Alexandre de Moura admittira na expedição a título de mercenário, recomendando, porém secretamente, que se houvessem com ele “*com toda cautela*”.

A fama dos portugueses vitoriosos era a melhor das apresentações para o gentio do lugar. Contudo, a influência de europeus, [chegados antes dos lusos, impediu que estes evitassem conflitos com os aborígenes.] Escreveu André Pereira na *Relaçam*, que encontrara entre o gentio um francês fugido do Maranhão, e além desse europeu “*hum framengo que alli tinhamo deixado outros para ter aprendido a lingua, e adquerido assi o gentio para seus tratos... O capitão Mór... o mandou vir a este dito framengo do qual tivemos certa relaçam dos inimigos Olandezes e framengos que estão no Cabo do Norte de que tinhamos muita noticia, e como esta*

hãõ dois engenhos de assucar de que carregavãõ alguns navios, com o mais que a terra dá de si" (150).

Em pouco tempo aprestou-se fortim e o hospício de Una, a ajuda dos índios do lugar, e dos quatro capuchos de S. Antõnio, chegados em 1617, dirigidos pelo italiano fr. Antõnio da Marciana. Nos trabalhos em execução verificou-se a falta de vários apetrechos existentes em capitãncias mais velhas. e, como houvesse muita dificuldade de ir busca-los por via marítima, procuraram os soldados do forte caminho por terra. O alferes Pedro Teixeira foi o eroe da tentativa. Alcançou com os seus comandados o território maranhense, depois de ter reduzido á obediência os selvajens do Caité, chegan-

(150) Um dos companheiros de La Ravardière, o fidalgo picardo de La Planque, excursionava com alguns francezes no Pará pesquisando informações sobre a região. Subira o Tocantins até o território dos Pacaiás no salto de Itaboca notando que este media vinte cinco toesas de altura. Quando quiz voltar a S. Luís depois de uma jornada de nove meses, soube da rendição do forte aos lusos. Teve de se refugiar entre índios amigos onde permaneceu por 3 anos á espera dos reforços que da França deviam ser mandados para o Maranhão. A mudança de política do seu governo encerrou definitivamente a tentativa de La Ravardière, e de La Planque abandonou a Amasônia chegando em 1620 a Quillebeuf. As suas incursões pelo rio mar e afluentes completavam ás que o comandante da empresa fizera nos rios Mearim, Pindaré (que durante muito tempo se supoz conter ouro nas suas cabeceiras), e Itapicurú, que desembocam ao sul do Maranhão.

do a S. Luís com assombro e regosijo da população, que pela primeira vez via portugueses completarem aquele percurso. Trouxe de volta o alferes em embarcações, a artilharia, as munições e o dinheiro para pagar os soldados que desde a sua chegada nada recebiam, e que já cogitavam de se sublevarem.

A vigilância assim reforçada do Presépio sobre os arredores logo começou a favorecer os portugueses. Um grande navio olandês fundeado na costa a quarenta léguas de Belém, foi incendiado e posto a pique de surpresa pelas canoas dos soldados de Pedro Teixeira, o qual pelo êxito da sua iniciativa foi promovido a capitão. Pôde no mesmo combate ser salva a artilharia do barco e transportada para o forte, que ficou depois deste melhoramento, em condições de se tornar ponto de apoio para feitos maiores.

[A intromissão de gente lusa no meio de indígenas, sem a presença de missionários com bastante autoridade para conte-los, ia dar péssimos resultados. Levantaram-se repentinamente os selvícolas de extensa faixa em redor do forte, matando muitos brancos em Cumá,] numa espécie de noite de S. Bartolomeu, ou Vésperas Sicilianas, em que pereceram cerca de trinta portugueses, segundo Manoel Severim de Faria, ou de setenta no dizer de outros autores mais grandiloquentes. Reagiu o capitão do povoado de Matias de Albuquerque, e após ter reu-

nido quarenta homens de armas, derrotou e perseguiu os atacantes num percurso de duzentas e quarenta léguas pelo rio Gurupí (pelo menos assim o afirmava), matando e capturando índios. Na sua ausência, ficava o Presépio infelizmente sitiado pelos inimigos, e em má situação, não tanto pelo cerco, mas pelas dissensões entre os portugueses. Quasi ao mesmo tempo da revolta dos selvícolas, António Cabral assassinava o capitão Álvaro Neto, recusando Caldeira, tio do criminoso, puni-lo como era o seu dever de comandante. Em consequência da geral indignação que provocou, reuniram-se alguns officiaes, e ajudados por frei António da Marciana, depuzeram o comandante.

A gravidade dos acontecimentos induziu o governador geral D. Luís de Sousa a confiar a Jerónimo Fragoso de Albuquerque, neto do velho Jerónimo, primo co-irmão de Matias, o governo do Pará, que para alí seguiu levando por mar alguns soldados e índios do Maranhão (151). Devia succeder-se a este contingente, outro reunido nas capitánias do nordeste, afeito a esse gênero de campanhas, composto de veteranos tão destemidos como experimentados. No seu *Memorial*, escreve Bento Maciel Parente que recrutou em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande no Norte, oitenta soldados e quatrocentos

(151) Tinha sob as suas ordens quarenta soldados e cinquenta índios acompanhados das respectivas mulheres.

índios, da mesma gente descrita por Alexandre de Moura, “*costumados a má vida e ruins comerres, ca-lejados dos bichos e das chagas*”.

Na povoação do Belém, a versatilidade dos índios, que eram ótimos combatentes no momento de um assalto e luta corpo a corpo, mas que logo arrefeciam numa campanha longa, como o cerco de fortificações, desanimara-os e afrouxara a pressão contra os sitiados. Para isso também concorria a constância dos defensores, que tinham morto num dos assaltos o principal Cabelo de Velha, rechas-sando os seus companheiros (152). [Com a chegada de Fragoso, foram os atacantes de ves afugenta-dos, e tornou-se possível apaziguar por alguns dias os brancos da guarnição desavindos entre si. Pres-os os que insuflavam a desordem, foram remetidos para Lisboa, onde consta ter falecido Caldeira num cárcere do Limoeiro.] A seguir, a indiada, que se entrincheirara a sessenta léguas do forte, foi viva-mente acometida, dispersada ou escravizada.

Bento Maciel completava a obra que Matias de Albuquerque principiara. Entrementes, proseguia este nas guerrilhas contra as tribus entre Pará e Maranhão. Mas o primeiro teve de voltar ao Pre-sépio, em obediência a um dos itens do *Regimento*, em que se lhe recomendava a punição dos revolto-

(152) Pretende-se igualmente que foi Bento Maciel quem o venceu e matou,

sos. O castigo abrangia a todos, a Caldeira que não mais recuperou a liberdade, assim como aos que o tinham deposto, escapando apenas fr. António da Marciana, por estar acima das autoridades seculares. Antes, porém, que Bento Maciel chegasse de volta ao forte, desapareceram muitos dos comprometidos numa audaciosa evasão, que supomos, foi levada a efeito com a cumplicidade de parciaes. A repressão aos índios, desviava o capitão de aplicar pronto castigo aos brancos. Precizaram os portugueses subir o Guamá, afim de ajudar a Fragoso, e impedir de futuro que os índios ameaçassem a povoação. Nos relatos do tempo são avaliados em vinte mil os tupínambás, e "*infinitos*" os tapuias envolvidos no movimento. Devemos aceitar com precauções as avaliações de crónicas ou simples informações antigas, principalmente quanto a tão elevado número de selvajens opostos aos insignificantes efetivos dos portugueses. Lembram as lutas entre gregos e persas, em que uma falange derrotava a dezenas de milhares de frecheiros inimigos, principalmente através dos escritos helenos, mais providos que os adversários de cronistas imaginosos.

No meio dos combates aos índios souberam os expedicionários da morte de Jerónimo Fragoso no Belém. Voltou Maciel apressadamente ao forte no intuito de se apoderar do governo, encontrando os poucos portugueses que aí estavam em desbragada politicaçjem, num choque de ambições, intrigas e vin-

ganças, tornadas mais intensas pela distância do governo central, que dava demasiada liberdade aos brancos destacados no Amasonas. A situação não era singular nos anaes da colónia, ordenando os *Regimentos* que todos os brancos não só evitassem conflitos com os seus semelhantes, como ainda os auxiliassem em todas as suas necessidades, o que vinha a ser exactamente o contrário do que faziam os moradores do Pará, Baía ou S. Vicente.

Conhecia o governador D. Luís de Sousa, pelo "*mexerico*", as desconfianças de Bento Maciel contra os Maranhões, pae e filhos, a fermentar desde a expedição á cerca de Toicoara, em 1617, e devia estar alerta na longínqua séde do governo. Escapava-lhe, comtudo, um imprevisto acidente como a inesperada morte do capitão do Belém (153), eventualidade difficil de remediar de pronto, pela distância e pela falta de brancos idôneos para governar com que lutava a régia administração na imen-

(153) Afirmava' Sebastião Lucena de Asevedo que Fragoso fôra envenenado como os demais capitães do Pará: "*nenhũ acabou seu triano (período governamental) como he notorio he o tenho provado como forão francisco Caldeira Castelo Branco prezo he morto na prizão, geronimo fragoso morto com veneno, manuel de souza de sa, prezo e morto na prizão; Luiz aranha o mesmo, Luis do Rego ho mesmo; manuel madeira ho mesmo; ho g.^or francisco coelho de Carvalho que Deus tem acabou de veneno; ho g.^or Pero de*

sidade brasileira. Indicara Jerónimo Fragoso. antes de morrer, a Matias de Albuquerque para seu sucessor, medida a que se opoz o povo, antes mesmo da chegada de Bento Maciel. Vinte dias depois de empossado Matias, uma eleição popular o destituiu, dando-lhe para substituto uma junta composta de fr. António da Marciana, Custódio Valente e Pedro Teixeira, a qual se reduziu ao último dos seus membros pela desistência de Valente, e a retirada do frade, constringido a se esconder no hospício de Una, tal a fúria popular contra ele desencadeada.

Fez Bento Maciel algumas tentativas para modificar a situação a seu favor, aliciando todos os descontentes que pôde atrair naquela confusão. Alegava, ao mesmo tempo, junto do governo geral, ter maiores direitos ao comando que Pedro Teixeira. Deu-lhe rasão D. Luís de Sousa, que, em Olinda, não fôra devidamente consultado pelos da junta. Assumiu, por fim, Bento Maciel a ambicionada governança, acesso a doações e mercês, que tanto podiam consistir em comendas, como em dadas de terras

Albuquerque com veneno; he ultimamente o g.^{ar} francisco coelho de Carvalho tambem dizem acabar a vida com veneno Pero maciel não o quizerão admitir ao cargo indose para o Reyno foi captivo dos turquos aonde hoje está". Sebastião Lucena de Asevedo. Caithé 20 de abril de 648. *Annaes da Bibliotheca Nacional.* vol. XXVI. 469. A leitura desta carta é extremamente instrutiva acerca do "mexerico" que lavrava nas colónias.

maiores que uma província das Espanhas. As sesmarias em si, pouca cousa tinham de atraente, por se acharem situadas em regiões inhóspitas a europeus, e serem de acesso difficil, com escassa produção; mas a esperança de nelas encontrar minas tornava-as deslumbrantes para caçadores de escravos e de jasidas como eram os primeiros povoadores.

No seu novo posto desenvolveu Bento Maciel intensa atividade. Mandou Pedro Teixeira abrir uma estrada para o Maranhão] a qual, uma vez terminada, devia medir cento e dez léguas de extensão, correndo á distância de cincoenta léguas da costa. Além desse empreendimento, que não foi terminado, levantou forte, reconstruiu o do Presépio, agrupou povoadores, índios e mamelucos em aldeas, e palmilhou em guerras contra selvajens e brancos estrangeiros,] as marjens do Amasonas até o Jenipapo Parú de um lado, e o Xingú Parnaiba de outro, supostos limites da linha de Tordesilhas. Depois de tantos esforços, julgou-se com direito ao titulo de *Conquistador dos rios Amasonas e Gurupá,*] por onde se vê que a visinhança de terras espanholas, e convívio ou correspondência com gente daquela nacionalidade, podia contagiar de megalomania a sisudos lusitanos.

Outro capitão portugûes ia, no emtanto, disputar-lhe esta primasia. Luís Aranha de Vasconcelos foi nomeado em 1623 para ajudar o seu antecessor a repelir os concorrentes europeus de Espanha e Portugal que se estabeleciam no Amasonas. Prova-

velmente dezejava Bento Maciel que lhe dessem a inteira missão, sem reparti-la com outros funcionários da corôa, divisão nefasta e perigosa, a criar competições e divergências. Mas a medida dependia da deliberação do governo metropolitano, que desde algum tempo adotara outras vistas, com outro critério que o do capitão mor. No ano de 1621, foi expedido de Madrid o seguinte aviso, da maior importância para a história da costa: “. . . *que se poblase la costa que corre del Brasil hasta Santo Tomé de Guayane y Bocas del Drago y los demás rios y los que fueren tan anchos que no alcance la artilleria de una parte á otra se fortifiquen, y aunque esta conquista es de la Corona de Castilla se podria encomendar a la de Portugal por venirles mas a quenta, y que por la noticia que ay de que en la otra costa ay poblaciones de Ingleses y Olandeses se podria enbiar a reconocer y conforme lo que huviessse podrá tomar resolucion y prevenir lo necessario para echarlos*”.

Jaboatão faz-se eco do que se dizia da incumbência confiada a Luís Aranha, pelo fáto dele ter “*insinuado a este Monarcha (Felipe II de Portugal, III de Espanha) que por alli (pelo Amasonas) se poderia conseguir melhor, e com menos gasto a prata do Potosi*”. A reflexão vinha do espírito reinante no momento, criado por uma série de circunstâncias que davam as mais curiosas repercussões políticas. A união das corôas ibéricas trouxe para o

Brasil, simultaneamente inconvenientes e beneficios, dos quaes um dos maiores era a supressão da rivalidade luso-espanhola na América. Adotaram os Habsburgos, para com os portuguezes, a mesma attitude em aparêncja liberal e conciliadora (respeito ás tradições, do direito, usos, costumes privados e políticos dos vários povos ibéricos), mas na realidade, manhosa e pertinazmente avassaladora, que tinham applicado aos antigos reinos e principados reunidos sob a sua corôa. Portugal conservava todas as suas prerogativas de nação livre e independente, com administração autónoma dentro dos seus antigos limites e das suas colónias, entrando desse modo para o concerto formado por aragoneses, navarros e catalães, unidos na defesa e perpetuação do império. Debaixo porém dessa capa, teimavam os Felipes em assimilar os portuguezes ao seu sistema, os quaes por sua vez, rezistiam não só graças ao importantíssimo fator que é a differença de língua, como ainda pelo sentimento oriundo do passado grandioso e dos obstáculos proporcionados pelas fronteiras naturaes, que acarretaram o rompimento das duas corôas assim que o progressivo ocaso da Espanha deu ensejo de libertação aos lusitanos.

No Brasil, esta situação era propícia á infiltração de elementos portuguezes na região onde os direitos espanhoes pareciam definitivos. Não fosse a unidade dos dois paises, e certamente o governo de Madrid se teria oposto aos empreendimentos de

Caldeiras, Teixeiras, Alexandres de Moura, Maranhões, Macieis e companheiros. Si por um lado, a invasão olandesa dizia-se justificada pelo estado de guerra, existente entre as províncias batavas e os reinos ibéricos, por outro, os povoadores lusos apos-savam-se no interior da Amasônia de uma área correspondente ao território nordestino ocupado pelos flamengos. A tentativa, quasi coroada de êxito, da Companhia das Índias Ocidentaes, cauzou enormes prejuisos á evolução da zona assucareira, que então era a alma da colónia, mas foi de certo modo compensada pelo que passou a pertencer ao Brasil no extremo norte, depois da expulsão do inimigo.

Luís Aranha trazia consigo recursos angariados, como sempre, não na Europa, mas na América. Cedera-lhe em Pernambuco o capitão governador Matias de Albuquerque (irmão do donatário, primo do homónimo do Amasonas, que para se diferenciar uzava o apelido de Maranhão), um barco com dezeseite soldados, intercedendo, além dessa ajuda diréta, para que lhe dessem duzentos mil reis, "*mettendo-lhe na caravela oito mil cruzados de diversas sortes de fazendas por conta de S. M. para a fortaleza do Pará, que havia dois annos se não provia*". No Rio Grande, juntou-se ao barco o capitão André Pereira Themudo, mais quatro officiaes em condições de comandar tropa indígena, e prestar serviços especializados. No Maranhão, recebeu Luís Ara-

nha ainda quinze praças, um bergantim, seis canoas com índios, e um flamengo de nome Nicolau, que tinha sido aprisionado no Pará pelo gentio. Queixou-se António Munís Barreiros, depois da partida de Luís Aranha, de que na sua passagem por S. Luís com índios mal doutrinados, provocara desordens e lhe levava mais dois homens brancos além do permitido. Tão poucos eram que até a mínima diferença dava motivo a amargas reclamações a el-rei.

No Pará, Luís Aranha entrou a combater os olandeses do forte de Orange, sito em Maturú, e Nássau em Mariocai, na margem do Xingú Paraiba, expugnando-os depois de viva resistência. De volta ao Pará, reuniu-se a Bento Maciel e aos meios que este possuía, afim de contar com bastantes forças para investir as feitorias inglesas. O rei Stuart continuara distribuindo terras no Amasonas. Em 1626, fazia largas doações a Roberto Harcourt, que antes já fôra contemplado, e fizera as primeiras despesas, associado ao capitão Rogério North, irmão de lord North. Em maio de 1627, a concessão era transferida ao duque de Buckingham, ao conde de Penbroke, e aos seus sócios em número de cinquenta e dois, pertencentes á nobresa e classe de ricos mercadores. Rogério North representando o duque, devia ser o governador dos estabelecimentos ingleses do Amasonas.

A feitoria que tinham começado estava sob comando do irlandês Bernardo O'Brien. Rezidia o capitão, ha muitos meses, no lugar, chegado que fôra em 1621 com Enrique ou Francisco Roe, companheiro de Drake e Raleigh. O navio que o transportara, depois de acabados os resgates com os índios, retirara-se, deixando em Patauí doze irlandeses, quatro ingleses, armas, munições e mercadorias. A cerca, posteriormente chamada Cocodivae, estava a sessenta léguas da fós do rio, num ponto estratégico, de onde O'Brien empreendeu entradas até sair de uma feita nas Guianas, voltando poucos após ao ponto de partida. Numa dessas excursões é que teria visto as mulheres de um seio só, que davam nome á região.

Com a chegada de olandeses mudou-se para Gurupá, deixando-os ingleses livres da sua presença. De qualquer maneira, a transferência não era causada por motivos importantes, porque ambas as nações Inglaterra e Olanda, estavam em guerra com a Espanha, estabelecendo-se facil entendimento entre os seus soldados. Em 1623, aproveitou O'Brien o aparecimento de uma nau de guerra flamenga, acompanhada de um patacho, para voltar á Europa com o carregamento de fumo e algodão reunido durante a sua estada no Brasil, o qual deu na Olanda dezesseis mil escudos. Substituiu-o na tranqueira outro irlandês, Purcell, que teve de arrostar o assalto dos portugueses, aos quaes não

pôde rezistir, caindo prisioneiro com os demais da guarnição. Feriu-se na mesma data um combate com a nau *Golden Haen*, a mesma que trouxera anos antes os primeiros olandeses de Flessinghe. Comunicava Luís Aranha te-la destruído, perecendo no naufrágio os tripulantes e seis fidalgos ingleses, um deles chamado Parqua (154), que na América Central saqueara a ilha de Trinidad, e matara o governador espanhol.

Nas proximidades do Gurupá irlandês, construíram os portugueses o forte que devia proteger a povoação de Na. Sa. do Desterro, para impedir que os reforços esperados pelos vencidos pudessem chegar ao sítio. Com os contrários aprisionados, estavam também muitos despojos, que foram divididos entre o capitão mor ouvidor Pedro Teixeira e as demais autoridades da capitania. Contavam-se entre os lotes, um de alto valor, composto de alguns escravos de Angola, trazidos com grande dificuldade e sacrifícios para a cultura de fumo do Amasonas.

Desaveio-se nesta altura, não sabemos por que motivo, Francisco Coelho de Carvalho com Manoel de Sousa, que foi preso e acabou a vida como muitos administradores coloniaes numa masmorra. Não ha segurança quanto á causa dõ castigo, que pode-

(154) Tinha Raleigh entre os seus companheiros William Parker quando assaltou a ilha da Trindade. Resta saber si o inglês morto no Amasonas seria parente do pirata, irmão de um conselheiro do rei da Inglaterra.

ria vir de violências cometidas contra brancos ou índios amigos ou ainda de malversações chegadas até o conselho del-rei pelo informante "*mexerico*". O escravagismo campeava no Pará como em toda a América, constituindo o germe de infecção da colônia nos séculos 16 e 17, corrompendo funcionários, provocando a vingança dos selvajens, pervertendo os costumes, perturbando a obra de catequese. Enquanto não afluíssem negros, em escala suficiente para suprir as enormes necessidades de braços, continuava o mal em estado nevrálgico. Em 1625, chegou ao Pará fr. Cristovam de Lisboa, acolitado por alguns capuchinhos que se destinavam às missões. No panigírico de Jaboatão, o frade principal era prático do gentio: "*tão bem visto e respeitado dos Índios, que em poucos dias de navegação pelo Rio acima, ajuntou a si quarenta Canoas, com mais de mil Índios, que de boa vontade seguirão ao Capitão*", igualmente seduzidos pelas dádivas "*ou galanterias*", que em nome del-rei lhes presenteavam, ferramentas, pentes, anéis, e outras bugigangas de pouco valor, mas de extraordinário interesse para eles.

Os olandeses tampouco ficavam inativos no terreno das alianças com o gentio, vindo a saber os portugueses, pelos prisioneiros que fizeram na ocasião, da amizade existente, havia mais de seis ou sete anos, entre índios e flamengos. A notícia era importante, pois a situação se tornaria tanto mais

difícil para os lusos quanto maior influência obtivessem os adversários sobre as tribus. A tarefa de combater-lhes só podia ser cumprida por missionários, e nem sempre o zelo esclavagista dos brancos lhes permitia levar a bom fim a obra. Vimos como fr. Cristovam fôra recebido em S. Luís do Maranhão, conseguindo a publicação do alvará em prol do gentio, tão somente graças á intervenção de António Munís Barreiros. No Pará, teatro de inúmeras desavenças decorrente da competição dos candidatos ao poder, foi de tal forma coagido que não pôde sequer iniciar a missão. Alvo da malquerença dos povoadores e funcionários, privado de garantias, vendo a inutilidade da sua presença naquele meio ingrato, deixou fr. Cristovam o presídio do Belém, para subir á região dos índios Tocantins, com os quaes dezejava entrar em relações para atraí-los ao cristianismo. O gentio estava em vésperas de se rebelar por causa dos vexames que os portuguezes lhes infligiam, não sendo pequeno o trabalho dos religiosos para lhes amainar o justo resentimento. Com muito esforço pôde fr. Cristovam convencer o principal Tumagica, e elevar tres cruses (aldeas) onde converteu inúmeros selvajens, o que proporcionou a sua aliança com os seus antigos inimigos.

Seguro do resultado da permanência dos capuchinhos entre os aborígenes, volveu fr. Cristovam a Belém. Embalde quiz publicar de novo o alvará favorável aos índios, retidos abusivamente no eito

pelos agricultores brancos. Os portugueses a isto se opuzeram alegando, e com algum fundamento, que nada em absoluto poderiam fazer si lhes retirassem o braço do selvícola, e em consequência amotinaram-se contra a publicação, obrigando fr. Cristovam a contemporizar até estar presente Francisco Coelho de Carvalho, que devia vir do Maranhão.

Concorriam taes quizílias para deixar rancores longos como a vida de hum homem, em que entrava em cena o “*ódio de frade*” das velhas questões políticas portuguezas. Desabafava fr. Cristovam nas cartas que escrevia ao seu irmão em Lisboa: “...os agravos que Bento Maciel cometeo, contra a Igreja VC. o sabe e assim não tenho que tratar disso: dos que cá se fizerão nomearei alguns, que me lembrão não deixar este Capitão mór rosar aos índios morrendo de fome por isso, não lhes pagar nunca occupando-os sempre em seus engenhos, e viagens, e outras cousas semelhantes...”. Proseguia em queixas e acusações, porque sob o disfarce do serviço del-rei, obrigava Bento Maciel os pobres índios á extenuante dobadoura, sem lhes permitir dar ao menos alguma subsistência á prole, “...em peor estado, do que em que estavam antes que nós viessemos”. Tirânico, violento, ganancioso, o capitão martirizava o gentio, afrontava as decisões do Conselho de Sua Magestade, desrespeitava a Igreja e perseguia os seus ministros. Constrangia, sem dispor de licença para isso, os pretensos “*contractados*”, a trabalhar

sob o látigo nos domingos e dias santos, e, não satisfeito com tão clamoroso abuso, recuzava ceder alguns obreiros para levantar o templo caído em ruínas. Nutria entranhada aversão aos capuchos, e cúmplice de um escrivão, passava dispensas falsas e autos, a zombar dos religiosos dizendo-se papa e bispo! Tamanho desprezo a causas sagradas alastrava-se como peste entre a soldadesca insolente, atrevida, feita um bando de increus, que só obedecia ao capitão. Mas havia fatos muito mais graves. Bento Maciel, “...sempre amancebado com varias Indeas tomava as mulheres aos Indios, e as filhas a outros, e a todos ameaçava se falarão ou se lhas não trazião, uma Aldea que estava junto do seu Engenho, mais parecia mancebia delle, e de seus criados...”, demonstrando todos prodigiosas incon-tinência mais própria de setários de maomé do que de súditos de sua majestade Católica!

Outro que a ele se juntava para atormentar os capuchos, segundo fr. Cristovam, era o jesuita Luís Figueira, cuja perversidade não tinha limites. Vizava o intrigante, diz o exaltado missivista, apode-rar-se das aldeas, alma danada de todos os desafétos dos frades, instilando peçonha no espírito de brancos e índios, a provocar a má vontade dos povoadores, e perigosos levantes entre os aldeados. A lista de agravos é longa, porquando o jesuita, para se fazer bem visto do povareu, e volta-lo contra os frades que, pelo rigor molestavam os pecadores, sucitava

discussões ociosas sobre jejuns e abstinências, patuando com toda sorte de excessos, fechando os olhos até perante atentados contra o sexto mandamento. Que fazer contra povo, jesuita e autoridades mancomunados? Desiludido, gemia fr. Cristovam: “...eis aqui o descanso que cá tive dos trabalhos que lá passei com os negocios de Bento Maciel com a igoaria das tramas e enredos do padre Luis Figueira com estes capitães, em perjuizo dos nossos religiosos assim que esta minha prelazia não é mais que um laberinto de cuidados e um mar de trabalhos dalma e corpo”.

Habituaados ás contendas dos portuguezes de além mar, os conselheiros da metrópole placidamente tomavam conhecimento das mais furiosas diatribes, que chegavam de forma diréta ou indiréta ás públicas repartições. Muitas veses, em lugar de castigos, expediam do reino recompensas aos acusados. Bento Maciel já recebera terras, em 1624, nas marjens do Itapicurú, em paga da sua atividade. No ano seguinte, propunha o capitão efetuar, sem onus algum para a corôa, o descobrimento e conquista do rio das Amasonas e dos seus afluentes. A cláusula “*sem onus*” tocava no ponto sensível da monarquia — palavras produzindo mágico efeito na hora do despacho. Tudo daí deriva — a insolência, a impunidade do capitão, as medidas com que favoreciam as suas iniciativas.

Pela *Real Cédula* de agosto de 1626, aceitava Felipe IV a oferta, recomendando que levasse dois religiosos consigo, e um auxílio do capitão mor de Pernambuco, representado por cem mosquetes, duzentos arcabuses e a competente munição. Parou o projéto em andamento por causa de desinteligências surgidas entre Bento Maciel e o seu sucessor Manuel de Sousa d'Eça. Persuadido por fr. António da Marciana, protetor dos católicos irlandeses, concedera o capitão mor que fossem para a Europa os prisioneiros dos lusos daquela nacionalidade. Antevendo o resultado da inoportuna magnanimidade, sabedor de quanto seria util aos inimigos dispo-rem de gente informada do território disputado, opoz-se tenasmente Bento Maciel á libertação dos irlandeses. Não sendo atendido no Pará, foi ter com o governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, que aceitou as suas vistas, e lhe deu cartas precatórias para os governadores das Antilhas, pedindo a prisão dos viajantes. Na América Central, onde Bento Maciel chegou em 1627, foram novamente detidos os irlandeses e seriam enforcados, si fr. António de Marciana, também de passagem no lugar, não conseguisse o apoio de eclesiásticos espanhoes, e os salvasse.

Tinha rasão Bento Maciel, porquanto, aportando á Olanda, os irlandeses foram imediatamente procurados pelos interessados na região de onde provinham, e "*tanto exaltaram seu conhecimento da*

Amasonia, sua pericia na lingua da terra, sua influencia entre os naturaes que o conselho de Zelandia chamou-o (a O'Brien que capitaneava os irlandeses), confiou-lhe quatro navios, uma companhia de soldados irlandezes, inglezes, francezes e hollandezes e o fez "capitão general, marchante maior, piloto e lingua dos navios" (155).

O'Brien sulcou outra vez as águas do grande rio, em 1629, fundando o fortim de Toherege (ou Toherego) que depois de feito, deixou sob a direção dos seus conterrâneos Purcell e O'Mallon. Com o restante da tropa, composta de quarenta e dois soldados brancos, internou-se cerca de duzentos quilômetros pelos rios acima para traficar com os indígenas. No percurso, veio a saber que o estabelecimento que elevara estava sendo atacado pelos portugueses. Os flamengos e aliados, entrincheirados num braço do Tuquym, enfrentaram no princípio vantajosamente as forças que Francisco Coelho de Carvalho enviara para desaloja-los. Recuaram na ocasião os índios que acompanhavam os portugueses, para o Gurupá, numa distância calculada "*cinco jornadas atraz*", diz a *Informação* de D. Diogo de Castro (156), á vista do que, mandou o governador mais cem homens em vinte canoas com trezentos índios, armas e munições, comandados por

(155) F. Vicente do Salvador 461.

(156) Annaes da Bibliotheca Nacional vol. XXVI. 349.

seu filho Feliciano Coelho de Carvalho e Pedro Teixeira. Depois de algumas alternativas, os sitiados tiveram de se render. Nos comentários que fez ao livro de fr. Vicente do Salvador, escreveu Capistrano de Abreu: "*vendo (os defensores irlandeses) que, quer triumphassem zelandezes, quer ingleses, ficaria dominando a heresia, abriram negociações com Teixeira e entregaram o forte*".

Vingavam-se desde modo os companheiros de O'Brien e Purcell das perseguições religiosas movidas pelos protestantes aos seus conterrâneos na Irlanda, fazendo-lhes perder o território que dezejavam organizar com o auxílio dos irlandeses no Amasonas (157). Nem por isso, todavia, foram Purcell e conterrâneos mais bem aceitos dos lusos. Desterrados para Caité e outros sítios da região, aí permaneceram por muito tempo. Só em 1634 é que O'Brien regressou á Olanda, encontrando-se por acaso com o ex-jesuita Manuel de Moraes, de que já falámos. O autor da aproximação fôra um rapasito índio, companheiro do irlandês, que atraíra a atenção do padre. Travando conhecimento, entraram

(157) Ha outra versão. Dizem que "*quod abundant non noscet*", emtretanto a diferença entre os trabalhos que versam história do Amasonas está longe de facilitar a explicação dos acontecimentos. No II vol. da Ha. do Brasil do padre Galanti ocorre págs. 172, 173, 174, um prestante resumo dos empreendimentos de ingleses e irlandeses no Amasonas.

a conversar O'Brien e o paulista em Tupí, língua muito difundida nas margens do Amasonas, depois dos sucessivos êxodos que se vinham registrando naquela direção por tribus pernambucanas, parai-banas, etc. durante cerca de um século (158). O primeiro narrou as suas aventuras, e o segundo explicou os motivos que o tinham levado a abjurar a religião católica e abandonar os portugueses. Eram infinitos os agravos do narrador ao irlandês. Pareciam caber em partes iguaes á visível ambição de Manuel de Moraes e ás culpas do governo de Pernambuco. Inteligente como era o paulista, conhecedor da colônia como poucos, nascido na capitania de S. Vicente, o grande centro dos negócios e da catequese de selvícolas, amigo e intérprete do gentio em muitas partes do Brasil, adquirira pelas suas informações e conselhos invejavel prestígio entre os flamengos, que nada rezolviam sobre a vasta posseção portuguesa da América sem primeiro consulta-lo.

No princípio escutaria O'Brien, desconfiado, aquele homem envolto em apostasias e traições, assás pouco edificantes aos olhos de um católico; mas, pouco depois havia de mudar de opinião, quan-

(158) A carta do jesuita Manoel Gomes ao seu principal informa que além das tribus Tupí havia no Pará umas 14 aldeas de tapuias que falavam a "*lingua geral dos Tupi-nambás que he quasi commum no Brazil*" An.^a da B. N. XXVI. 329.

do o antigo jesuita lhe salvou a vida. Começavam a chegar do Amasonas importunas testemunhas do procedimento que o irlandês tivera em Toherego. O comandante do navio *Unicórnio* (que por jocosa coincidência se chamava Cornelis Joseph), assim como ingleses e protestantes de vária categoria, acuzavam-n'o de traidor. Foi sumário o julgamento de O'Brien, sentenciado á morte, ao que se opoz Manuel de Moraes, salvando-o pela alegação de que justicado, de mais nada adeantaria, ao passo que vivo seria util na conquista do Amasonas. Emtrentes, O'Brien farto de sustos e tribulações, não quiz mais saber de aventuras no Brasil, tratando de fugir para a Espanha, onde á sombra da proteção de Sua Magestade Católica pretendia descançar em paz.

* * *

O seu adversário Bento Maciel Parente cumpriu o resto da viagem das Antilhas á Madrid, e desvenilhado de frades e olandeses, pôde consagrar-se inteiramente a seus interesses. Apresentou ao governo espanhol uma petição impressa, que hoje é uma das maiores raridades da bibliografia brasileira, a favor do sistema de "*administração*" de índios no Brasil. Sem o trabalho compulsório do selvícola, era impossivel desbravar a terra; assim sendo, convinha rezolver definitivamente a questão afim de evitar o constante conflito com eclesiásticos. Tres ducados de ouro deveriam pagar por ano,

no Maranhão, cada índio válido; um para o clero, outro para Sua Magestade, e o terceiro para quem obivesse a sua administração. “*E é manifesto enganoso dizer ou pensar que este modo de povoar é injusto e violento para os Índios*”, escrevia Bento Maciel, “*porque estes dizimos são devidos por preceito divino*”, opinião bem própria de povoadores, e que nos ajuda a compreender as dificuldades dos religiosos na colônia, quando bastante ousados para se oporem á coação do gentio.

Servia-se Bento Maciel, ao expor o seu projéto, do que vira nas Índias de Castela onde o sistema estava em vigor. Como se depreende das suas insinuações, a escala nas Antilhas não fôra perdida para o sesmeiro, á procura de meios legaes para incrementar o desenvolvimento do escravagismo, e que levava comsigo na viagem o esboço do projéto a ser apresentado ao conselho del-rei. Divergiam, porém, fundamentalmente as duas conquistas, a castelhana das Antilhas, e a portuguesa do Brasil. A primeira começara pela violência, e se mantinha graças aos soldados de que dispunha. A segunda era levada avante com pouca gente branca, fundando-se mais na aliança do gentio e catequese dos religiosos do que na força das armas. A população espanhola, muito mais numerosa que a portuguesa, podia mandar maior número de reinícolas para dirigir a sua lavoura colonial, concentrada no meio da América; ao passo que os lusos só podiam reme-

ter da metrópole para a Amasônia alguns funcionários, retirados dos estabelecimentos que a corôa mantinha na América, na Ásia e na África.

Provavelmente consultado acerca de assuntos do norte pelos conselheiros régios, Bento Maciel publicou, depois da petição, o *Memorial* sobre as mais urgentes necessidades da capitania onde por último estivera. A primeira era fracionar o excessivo território do Maranhão, que “*consta de 420 legoas de Costa*”, atraindo maior população pela afluência de interessados na lavoura, e criando daí maior riqueza e segurança para a terra. Uma das razões da escassês de agricultores era a demora do despacho na confirmação real das sesmarias doadas pelos governadores locais. Os conselhos do capitão mor, si não foram de todo ouvidos pelo governo, em todo caso não se perderam. Releva Varnhagen a particularidade de, pouco a pouco, serem postas em execução muitas das indicações de Bento Maciel Parente, “*criando-se proximamente com os mesmos limites quasi todas as capitânicas por elle designadas. Uma dellas, a do Caité, estava já decretada, como vimos desde 9 de Fevereiro (aliás 25 de maio) de 1622, favor de Gaspar de Sousa e seus herdeiros*”. O historiador nos conta de que forma Bento Maciel teve conhecimento em Madrid da lentidão administrativa do governo filipino, e demais delongas atinentes opostas a qualquer iniciativa. Em 1631, sempre ocupado em apresentar as urgentíssimas

medidas aplicáveis na colónia, obteve Bento Maciel algumas promessas de futuras recompensas, que silenciavam sobre o principal, as “*ecomien*das”, ou administrações de índios. Nesse ano foi o capitão a Pernambuco, invadido pelos olandeses, sem jamais olvidar os melhoramentos que almejava na região das amasonas. Em 1636, no auge da guerra, requeria para as cidades de S. Luís e de Belém os privilégios dos habitantes do Porto, que, a despeito de prometidos a muito tempo, só foram doados na restauração de Portugal (159). Depois da partida de Bento Maciel, começa a segunda fase do devassamento do rio mar por Pedro Teixeira, e outros imitadores de Orellana, num trabalho explorador de que por enquanto não cogitaremos, limitados como estamos pela invasão flamenga.

* * *

(159) Os privilégios que outorgava eram extremamente amplos, talvez pleiteados por Bento Maciel, para não só, tornar a imigração para a vila de Belém mais sedutora, como para regularizar umas tantas obrigações dos habitantes. D. João II concedera aos portuenses direitos semelhantes aos dos fidalgos do reino: isenção de tormentos ao serem interrogados quando acuzados de delitos comuns; ficassem nesse caso presos “*nas suas menajens*”, ou seja em suas casas; pudessem andar armados como lhes aprouvesse; que os seus serviçaes não fossem á guerra sem eles; que nada de seu fosse permitido apreender segundo a legislação em vigor. v. Artur de Magalhães Basto. *Livro Antigo de Cartas e Provisões*.

Os autores antigos não tocaram especialmente no clima amasônico, embora devesse lhes despertar alguma curiosidade, diferente como era do nordestino, e mais ainda do europeu. Todo o seu interesse se concentrava nas maravilhas do rio máximo, ainda por muito tempo sob a ação das lendas que se mantiveram até o fim do governo pombalino. “*A terra promete grandes riquezas i per que como he costelação quente Oriental a onde o sol nace per cima do mar ha de auer nella muito cobre que ya se vay descobrindo, ouro e outros metaes, esmeraldas, cristal, pedras de leuar e outras preciosas, salitre e outros mineraes, e no Rio perlas, de que ya se virão e acharão bons principios*” (160). Junto de excessos da imaginação peninsular, distinguem, no entanto, os viajantes o lado aproveitável da Amasônia. O mesmo enaltecendor da descoberta de pérolas e pedras preciosas do fundo do rio descreve, com bastante exatidão, os infinitos recursos da região, dizendo: “*Ha no rio tartarugas de boa carne de que faz manteiga muito boa do ovo dellas muita diversidade de peixe algunos muitos grandes... Ha muita quantidade e diversidade de porcos e alguns se matão atrauessando os braços do Rio em magotes; ha muitos veados, muita antas, pacas, como lebres, gibatos e coatis mayores que ellas, apercas como*

(160) Simão Estacio da Sylveira. *Intentos da Jornada do Pará*. in An.^o da Bib.^a Nac.¹ XXVI. 363.

coelhos, lindos bugios, e saguis, ha muitos patos, galinhas, crioulas pequenas, galinholas brauas, rollas, pombas... muitos tocanos em monções como tor-dos, Aletos e garças, e outras muitas aues e papagaios de comer e de fermosas penas. Ha mais infinitas fruitas, Ananases, batatas inhames, cajús como macaris, mangabas, como uuas de que se faz vinho e vinagre, anhas como amendoas no sabor que durão secas, cocos de que se faz aceyte infinito mil belas arbores de muito prestimo, ha infinitas madeiras grandissimas ha pao darco, cotiara, que quer dier pao pintado as aruores das anhas são como castanheiros, he pao amarello, pao Santo, pao do Brasil, angelim, paos de rosa, pao vermelho, pao preto como euano e outras infinitas madeiras que subem ao ceu, per baixo das quaes não nace mato, até estes paos que fazem tinta amarela, vermelha, laranjada e vernís muito bom, e breu resina e amasega, em quantidade muita seda, muito algodão e pita e barro ordinario, cal de ostras e outro barro como verde, e muito precioso... O gentio da terra he brioso, engenoso e em algumas polido mais que outro do Brasil muito facil e tratavel, que deseja e procura nossa amizade... (161).

Anunciava, igualmente, fr. Cristovam de Lisboa, uma história ou relação do que vira no Pará e de como entendia a índole do gentio. Não sabemos

(161) Simão Estacio da Sylveira. ob. cit. 364.

si executou o intuíto, e si ainda existe, como talvez o de Francisco de Bourdemare, no pó dos arquivos lusitanos. Nas cartas que deixou, refere-se ás “*cabças... a baixella dos Indios*”, impressionado pela famosa cerâmica chamada marajoara. Outros, tanto se entusiasmavam pelas árvores encontradas nas matas frondosas, que propunham o imediato estabelecimento de estaleiros navaes no lugar. Brandônio assim pensava, aludindo nos *Dialogos* aos conselhos que dera ao vedor da fazenda de Portugal sobre a conveniência da medida. Apoiava-se o parecer na infinita variedade de madeiras, servindo tanto para obras de segurança da navegação, como nas decorativas, applicadas em ornatos exteriores ou no revestimento das câmaras de passageiros. Algumas sobresaíam-se pela orijinalidade, o que lembrou a Alberto Rangel comparar a Muirapinima com os manuscritos de certos escrevinhadores, cheios de riscos e aditamentos, parecidos pela confusão do seu emaranhado com os veios da pitoresca madeira.

[As produções do Pará eram diminutas, afora a abundância das essências das suas florestas, citando os relatórios do começo do século 17, em primeiro lugar, o fumo, e, a seguir, o algodão em fio ou tecido nas rêdes de dormir, lenhos de tinturaria, madeiras para diversos misteres, e, antes da desilusão das jasidas preciosas, a prata e as pérolas, ao lado de uma realidade que era a cana, “*donde se pode tirar mais Assuquar do que ate agora se tirou*”

de todas as mais terras que o produzirão”, comunicava Jácome Raimundo de Noronha. Apesar de tanto otimismo, relativo ao sêtor paraense da capitania, o progresso não era aí maior que nos vizinhos. Em 1637, a *Relação* de Bento Maciel Parente traz o número de moradores brancos de Belém do Grão Pará, orçando apenas por oitenta almas, protegidas por outro tanto de soldados, que não eram pagos, nem atendidos nas suas necessidades desde 1629. Quanto ao forte de Gurupá, de gloriosa memória nos fastos do rio das amasonas, nele havia trinta praças, “*sem nenhum morador*”. Compare-se esta indigência com a imensidade do território da capitania, e teremos idea dos meios com que os portugueses se atiravam á conquista de continentes e pretendiam defender o que já possuíam.

O SUL DE PERNAMBUCO

Derramava Pernambuco, “*a metrópole do norte*”, como poderíamos chamar a esta capitania, a sua atividade e benéfica influência de um lado, subindo a costa leste-oeste até o Amasonas, e do outro, até o desaguar do S. Francisco no oceano. Conta fr. Vicente do Salvador que o primeiro Duarte Coelho decera pelo litoral sul, numa expedição contra corsários franceses. Não se devia ter adeantado muito, á vista das poucas forças de que dispunha, e da preocupação que lhe davam as difíceis condições de Olinda e redondasas durante o seu governo. Mais eficases foram as de seus continuadores, depois dos Caetés cometerem a falta de gosto de devorar o bispo Sardinha (e companheiros igualmente pouco apetitosos), provocando a ira dos portugueses, e propiciando pretextos aos brancos para capturar índios. Excomungados os da tribu criminosa pela igreja, sentenciados pela corôa, caiu sobre os seus ombros o anátema da eterna escravidão, que devia manter-se pelas gerações afora, como as penas do deus da vingança, o deus sadista dos profetas de Israel. No caso, foram applicadas pelos Albuquerque, man-

comunados com Tupinães e Tupinambás, numa confederação geral dos inimigos dos Caetés. Expulsa a tribo criminosa do território que outrora lhe pertencera, ficava á disposição dos povoadores extenso campo de atividade.

Dos acontecimentos da campanha concluíram facilmente, quasi inevitavelmente, alguns autores, derivar dessa data o começo da povoação do sul da capitania. Por mais perentórias que sejam as conclusões de Pereira da Costa e outros, discordamos pelo mesmo motivo que nos levou considerar somente a decida de Duarte Coelho naquela direção. Em 1560, começava Olinda a respirar, liberta da pressão do temível gentio, que alguns meses antes quasi tinha destruído a séde da capitania e os seus habitantes. Continuava, depois de dispersados os atacantes, a fraquesa do donatário, cuja obra era turbada pelos franceses, a açular o aborígene contra os poucos habitantes da Nova Lusitânia. Durante muito tempo, permaneceram os duartinos sem saber si venceriam a dura empresa desbravadora, de sorte que, nos parece improvável ouzassem debilitar ainda mais os poucos recursos ao seu alcance, para estabelecer novos núcleos de povoadores no extremo da capitania, sem caminhos no interior, e riquezas de rendimento imediato recompensando-os, quando siquer as várzeas dos arredores de Olinda estavam cultivadas.

Nos governos seguintes, é que algumas expedições tentaram penetrar na zona então pernambucana do rio S. Francisco. O provedor da fazenda Francisco Caldas, Gaspar Dias de Taide, ou Ataide, e o cacique tabajara alcunhado Braço de Peixe, entraram algumas léguas pelo sertão situado entre o litoral e o rio. Deu mau resultado a tentativa, tendo sido os seus componentes brancos vítimas de uma cilada dos índios, que a seguir foram á Paraíba auxiliar o levante do gentio contra os portugueses. Em 1578, determinou-se em Pernambuco outra entrada no mesmo sítio, comandada por Francisco Barbosa da Silva e Diogo de Castro, ocorrendo acerca dos vários sucessos da jornada uma curiosa informação de fr. Vicente do Salvador. Quando Diogo Martins, capitão do grupo de homens que ficara na aldea do principal Seta, pediu socorro, cercado por guerreiros muito mais numerosos que os seus soldados, o mensageiro da carta era um "*cigano*". Malogrou-se a bandeira como a anterior, voltando os expedicionários á Olinda cançados, mas não desanimados. Ferido nos brios e na bolsa, teimou Barbosa da Silva em continuar as suas incursões, para colher os índios que fugiam de Sergipe através do S. Francisco, aperreados por Cristovam de Barros que naquela hora, procedia á conquista do rio Real. Desta vez, os portugueses ainda foram mais infelizes no choque com as hordas enfu-

recidas pelo desespero, pelo medo e pela sede de vingança, perdente a vida o capitão e os seus companheiros. O objetivo dessas correrias era não somente a caça de escravos, como também pesquisas de minas.

A mais importante das entradas, que se seguiram na região, foi a de Cristovam da Rocha, á testa de pernambucanos, que num caravelão deceu a costa para se encontrar com os baianos de Rodrigo Martins. Consta que nesta ocasião se deu o descobrimento da soberba cachoeira de Paulo Afonso, cantada pelos poetas, admirada de todos que a vem, joia do sertão ribeirinho do S. Francisco. Não podia, emtretanto, dar bom fruto uma expedição composta de elementos tão heterogêneos, e as desavenças surgidas na hora da partilha dos escravos separaram os elementos das duas capitánias. Falharam as esperanças que os pernambucanos depositavam na entrada, ao passo que do lado sergipano Cristovam de Barros era mais bem sucedido, abrindo o caminho da Baía ao baixo S. Francisco, semeado de ilhas onde habitavam os Obacoatiara, que "*têm casas como cafuas debaixo do chão*", escrevia Gabriel Soares, caminho que dava acesso a terras povoáveis, e defesa contra os franceses que aí costumavam traficar.

Estimulados pelo êxito que obtinham na parte sergipana, os baianos multiplicaram incursões nas margens do rio que os separava da capitania duar-

tina. O governador Luís de Brito de Almeida apoiava as iniciativas que deviam trazer braços á lavoura baiana, e das bandeiras conhecidas contam-se as dos irmãos Sousa, as de João Coelho, e as de Gabriel Soares, o notável cronista das cousas e gentes brasileiras.

Protestaram os donatários de Pernambuco contra a dizimação de índios no seu território, conseguindo João Fernandes Coelho, procurador de Duarte de Albuquerque Coelho, após demandas e chicanas, o reconhecimento dos direitos dos primos. Nesta altura, ao chegar no fim do século 16, o progresso de Pernambuco já permitia o povoamento da parte sul, onde hoje vemos o Estado de Alagoas.

O genealogista João Francisco Dias Cabral pesquisou indicações sobre os parentes dos irmãos Soares em cartórios alagoanos. Verificou, pelos documentos de 1602 a 1775, que o território em questão começara a ser povoado a partir da data que apontámos. É deveras lamentavel que a guerra olandesa tenha consumido, a par de outros vandalismos, os foraes de divisão da parte meridional da capitania de Pernambuco, que a dividiam em tres grandes circunscrições, Porto Calvo, Madalena do Sul, hoje Maceió, e o atual Penedo, de princípio chamado S. Francisco, destruições que dificultam sobremaneira o estudo dos primórdios alagoanos.

O alemão Cristovam Lins ocupou as terras que pertenciam aos Pitiguara (162), levantando sete engenhos de assucar até o cabo de S. Agostinho, que ficaram sendo patrimônio de seus decendentes. Terras férteis, rodeadas de matas, atraíram tantos povoadores, que nos primeiros trinta anos do século 17, a modesta capela do velho Lins passara a igreja paroquial, prezidindo o denso casario que lhe ficava á roda. A participação que os habitantes do sítio tiveram na guerra olandesa é por demais conhecida para ser preciso lembra-la. Em plena luta, em 1636, foi o Porto Calvo elevado pelo 4.º donatário, Duarte de Albuquerque, á categoria de vila, tal a importância económica e militar que assumira.

A Madalena do Sul era feudo do capitão Diogo Soares da Cunha, morador em Lisboa, que a requereu quando estivera com os seus parentes Soares no rio de S. Francisco (163). Pertenciam-lhe as terras compreendidas entre os cursos dos Sapucaí

(162) Escrevemos Pitiguara porque assim são mencionados na época os índios vencidos por Cristovam Lins. Também ocorre em documentos antigos referência a gentio com nome semelhante, a dar impressão de que se trata de variante Potiguar. v. *Primeiros Povoadores do Brasil*. 144. 2.ª ed.

(163) O termo feudo, se aplica melhor no Brasil ás doações particulares — que não raro ficavam isoladas no interior das terras, submetidas a todos os caprichos dos seus proprietários — do que ás capitánias hereditárias que eram fiscalizadas e em grande parte administradas por régios funcionários.

e Jequiá, que ficaram sob o governo de seu filho Diogo Soares, e ao depois do neto Gabriel Soares de Pina, dos quaes decendem os numerosos Andrades, Abreu Bezerras, Berênguers, e muitas outras antigas famílias alagoanas. As primeiras doações conhecidas de terras, feitas pelos Soares a diversos povoadores, foram em 1611, 1616, 1618, 1620 e 1622. Era representante do proprietário ausente, e talvez na menoridade de seu filho, Enrique de Carvalho capitão dos "*limites da Lagoa*" (164). Por esses documentos, ficamos sabendo que o outorgado de

(164) Em 1602 requereu o capitão mor Enrique de Carvalho ao governador Alexandre de Moura e ao provedor mor Ambrósio de Siqueira, a fundação de uma aldeia de índios, dando ele as terras em nome de Diogo Soares da Cunha, "em que não morassem brancos". A filha de Enrique, de nome Florência de Andrada, cazou-se com o sucessor de Diogo Soares, que era o seu filho Gabriel, nascendo do casal António de Andrada de Carvalho, Matias de Carvalho e Maria de Abreu, que por sua vez deixaram farta descendência de senhores de engenho no lugar e nas capitánias do norte. v. João Francisco Dias Cabral, in Rev. do Inst. Arch. e Geo. Alagoano. 1879. n. II. vol. II. 14.

A respeito do destino da aldeia mencionada no requerimento de Enrique de Carvalho, o religioso franciscano Manoel da Encarnação apresentou num *Memorial* a el-rei com data de 1633, reclamações contra as violências de que eram vítimas os índios. Dizia o missionário que no ano de 1614 vendera Gabriel Soares meia légua de terra (provavelmente em quadro) em "*hu citio que he fronteiro ao Palmar dos negros*", a tribus amigas, que muito a ajudavam contra

1611, Manoel António Duro, morava em “*casa de telha*”, nas terras da costa de Pajuçara. A única condição imposta pelo doador aos contemplados consistia na construção, no prazo de um ano de um sobrado também coberto de telha, na “*Povoação do dito Diogo Soares e seu filho, sita em Subarema*” (165). Nesse momento, Gabriel Soares de Pina é designado nas escrituras correntes como “*Alcaide mór da Villa da Magdalena que ora se fez na dita*

os corsários da costa, e os negros quilombolas, a troco de “*hua quantidade de medidas de lenha cada anno até chegar ao computo do contracto*”. Os selvícolas, como devemos estar lembrados, eram hábeis lenhadores, e “*faltando negros ao dito Gabriel Soares*”, julgara o povoador, ser vantajoso aquele trato, isto é, permutar terras sem valor, por trabalho de numerosos braços, e material para a construção de engenhos. Mais tarde recebeu Cristovam Berenguer as propriedades visinhas, e as vendeu por intermédio de seu procurador e cunhado António de Andrade (ou Andrada), a Gaspar de Araujo, que transformou as terras perto da meia légua dos índios em “*hum curral de gado*”. Os rebanhos estragavam as roças do gentio, que de quando em quando, talvez carneasse uma rês, e daí conflitos sem conta entre a indiada e a irmã sucessora de Gaspar, a viuva Catarina de Araujo, e seus parentes.

(165) A doação ficava “*entre o sitio do Cabreira, no caminho do porto Francez e o taboleiro das Mangabas em busca do Sabauna da villa da Magdalena*”. Alguns outros nomes de moradores que aparecem a seguir nos primeiros tempos das alagoas são Gonçalo Ferreira, Gonçalo Fernandes, Francisco Martins, António Fuentes, Nicolau Fernandes, Marco de Torres, Leonor Bezerra e António Gonçalves.

Lagoa". Ocorre nas *Memorias* do quarto donatário da capitania a informação de que, só em 1636, os tres povoados, a saber Porto Calvo, Madalena, e Penedo, foram elevados á categoria de vila. A aparente contradição viria dos costume de se admitir por vila o que não passava de lugarejo, com tres ou quatro casas, sem atentar muito á propriedade do termo.

Gabriel Soares menciona na costa de Pernambuco certos ancoradouros de corsários, dos quaes o primeiro era o Porto Velho, entre a barra das Alagoas e S. Miguel; o segundo era o Porto Novo, entre S. Miguel e Cururuípe; e o terceiro, simplesmente o dos "Franceses", nos recifes de D. Rodrigo, assim crismado em lembrança do naufrágio do capitão espanhol D. Rodrigo de Acuña. Nesse trecho do litoral, o procurador do donatário ausente, Pedro Homem de Castro, considerado seu sobrinho pelo ás vezes fantasioso Jaboatão, passou uma dada (166) a Diogo de Melo de Castro, de cinco léguas á beira mar e sete para o interior, sendo dessas, tres para o sul, e duas para o norte do rio S. Miguel. Logo a seguir, congetura-se que um povoador de má vista tenha elevado a povoação de Santa Lusía, padroeira dos ceguinhos, no fundo da Alagoa do Norte, e vinte

(166) As sesmarias privativamente do Brasil apparecem na legislação só depois da guerra olandesa. As anteriores a 1682, nas colónias, regulavam-se pelas do reino.

anos mais tarde, teve começo a da Madalena na Alagoa do sul. Supõem-se que a sua fundação, teve lugar próximo ou no mesmo ponto do antigo povoado aí existente desde antes de 1591. Em todo caso, tornou-se providencial aos portugueses na guerra olandesa, quando servia de pouso aos que fugiam por via terrestre de Pernambuco para a Baía. As outras pousadas no caminho, que da vila do Penedo ia de sul a norte á Olinda, eram a vila de Serinhaem á marjem do rio do mesmo nome, e a Vila Formosa, erigidas ambas á esta categoria em 1627. numa região fértil, bem regada de rios, ribeiros e lagoas (167).

Na extremidade da capitania, marcado pelo delúvio do S. Francisco no oceano, escreve Jaboatão que André da Rocha Dantas, "*da familia dos Lins*", fundara uma capela sob invocação do Seráfico Patriarca, no sítio Piaçabuçu. Ali por perto também

(167) Uma doação de Diogo Gonçalves Vieira de 1610, reza que Jorge de Albuquerque Coelho, dera ao pae de Diogo "*cinco legoas por costa e oito para o sertão que começam na costa de Santo Antonio Merim, com condição de repartir com os moradores e fazer villa e hum engenho de fazer assucar*", e porisso, continuando a tarefa do seu pae, doava numa légua em quadró a António Martins Ribeiro "*para fazer o dito engenho e fazenda como de feito vae fazendo*", confrontando com uma doação anterior que gratificara a Leonardo Pereira da Cunha. O praso para a terminação do engenho era de quatro anos.

devia haver o arraial de Jaseobá, de que falam as sesmarias sergipanas do outro lado do grande rio. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, as lutas para caçar índios trouxeram os primeiros povoadores brancos da região. Em 1606, Tomé de Rocha requeria em 8 de outubro de 1606 ao capitão mór de Sergipe (capitania pertencente á corôa) terras que iam “*té chegar da banda de Joseabá da quapitanja de Pernambuco*”, que lhe foram concedidas. Em 1623, registou-se carta de sesmaria para visinhos do precedente, “*Dizem Melchior Maciel de Andrade e Antonio de Andrade Caminha que da Tabangua pera sima firão dadas terras que há até defronte de Jaseobá a Thomé da Rocha Malheiro*”. Dessas concessões conclue Barbosa Lima Sob.^o que o povoamento da marjem pernambucana do S. Francisco antecipara-se á sergipana, por lhe dar nomes e servir para a caraterização das sesmarias da outra banda do rio.

Voltando agora á vila fundada por André da Rocha Dantas, sob a invocação de S. Francisco, vemos que só recebeu o nome de Penedo no fim do século 17, embora talvez já fosse designada pelo penhasco que lhe fica ao pé. Emtretanto, Nássau e outros empregavam, antes dos portugueses, a referência geográfica e orográfica como indicação de lugar nos relatórios enviados á Europa: “*Julguei necessário... alguns fortes... na vila de Penedo*”, escrevia o príncipe aos Estados Geraes. A propó-

sito, nessas cartas encontramos quadro fiel da zona, tornada relevantíssima nas operações do sul, pois abastecia aos combatentes. O *Memorial* de Adriano Verdonck alude ás minas preciosas que pensava existir no rio S. Francisco, ao lado de grandes jazidas de salitre. Demora-se igualmente, sobre a criação de gado, principal produto dos campos alagoanos. Segundo os olandeses, a parte sulina da capitania de Pernambuco abastecia os matadouros da Baía e maiores vilas do nordeste, assim como dava os animaes de sela e tiro ás fazendas e aos engenhos.

O relatório de Verdonck foi apresentado ao Conselho dos olandeses no Brasil em 1630, sendo muito interessante o que menciona das condições dos portugueses no momento da derrota das suas armas. A respeito de Porto Calvo, feudo dos Lins ao norte do atual Estado de Alagoas, asseverava contar com poucos habitantes, agrupados em sete ou oito engenhos de assucar. Distavam cerca de cinco milhas do mar, para onde iam as mercadorias por "*um rio de nove a dez braças de fundo*", o Manguaba, que passa por Porto Calvo a 27 quilómetros da sua fós, mas não tem no lugar a profundidade que o flamengo lhe empresta. Ao lado das roças de cana, plantava-se "*muito fumo*", com que, durante longo tempo, narram os cronistas portugueses, se fez exportação para a África, onde era muito apreciado dos sobas e concorria para o tráfico de escravos. Além disto, preparavam ainda os habitantes muita

farinha, “*e pegam muito peixe, na maior parte captões, que trazidos para Pernambuco e são logo vendidos*”. Ao sul, nas margens do S. Francisco, minguavam as florestas das terras próprias para a cana de assucar, sucedendo-lhes largos taboleiros de campinas. Os habitantes eram raros e os engenhos, segundo Verdonck, cinco ou seis, “*mas fazem pouco assucar e anos ha em que alguns não moem*”. Em compensação, os pastos eram excelentes, “*que por esse motivo os moradores possuem muito gado*”, constituindo os rebanhos a melhor mercadoria da terra graças a sua rápida multiplicação. Também plantava-se fumo, e principalmente mandioca, e a maior parte da farinha vendida em Pernambuco tinha essa proveniência. Outra produção importante era a carne seca “*que toda é trazida para aqui (Pernambuco) e prontamente vendida... os moradores dessa região penso que são mais afeiçoados aos olandeses, do que aos de sua nacionalidade, porque quasi todos são insubordinados e criminosos*”. O passo dá que pensar. Teriam sido degredados e gente de ruim viver os indivíduos que os continuadores de Diogo e Gabriel Soares empregavam nas suas grangearias? Ou eles mesmos tinham culpas em cartório? Afigura-se-nos que a primeira hipótese é a mais provavel, pois gente laboriosa como Antonio Martins Ribeiro, ou a viuva Catarina de Araujo, apresentam todos os caraterísticos de proprietários conservadores, católicos de vida estavel e

boa tradição, naturalmente inclinados á ordem e tranqüilidade. Do restante da sua clientela, principalmente em tempo de guerra, é que já não ouzariamos dizer o mesmo.

Passando agora a dados mais positivos, temos os relatórios de Johanes Van Walbeck e Enrique Moucheron, que versaram a Alagoa do sul. Lá se encontrava a povoação de Na. Sra. da Conceição, num sítio onde hoje se eleva a capital do Estado. As terras circunvisinhas pertenciam antes de 1630 á igreja local, por doação de João Esteves, senhor da ilha Massangueira, sendo a maior indústria dos habitantes a pesca. Informavam os autores do relatório, que pescavam no verão, "*quando a água das lagoas se torna salobra e menos profunda. Na estação chuvosa pouco ou nenhum peixe se apanha, porque a chuva refresca as lagoas e os cardúmes vão para o mar. Os peixes principaes são o lucio, a carapeba e a curimã, que tem um pé e meio de comprimento, e engorda tanto que da sua pele extraem o óleo uzado nas lâmpadas. Uma curimã fresca dá para o jantar de tres pessoas. A pesca se faz á noite, com rêdes de 60 a 70 braças de comprimento*". Tamanha dimensão, e a medida precedente relativa á profundidade dos pequenos rios alagoanos, leva a crer que as braças olandesas seriam a metade da antiga portuguesa de 2ms.02, pelo menos na maneira corrente de falar.

No seu *Diário*, escreve Nássau que as propriedades assoladas pela guerra, eram obrigadas a cessar toda atividade quando desprovidas de bois, e assim, quem dominasse o S. Francisco dominaria também o adversário. No momento em que o príncipe escrevia, os senhores de engenho alagoanos viviam no meio de parentes, afins, agregados, criados, escravos, e tinham relações com índios amigos, que no desenrolar dos acontecimentos, os ajudariam em todas as circunstâncias. Alguns desses proprietários se levantaram contra os olandeses, como Valentim da Rocha Pita, Francisco Velanes, os irmãos Brito, André da Rocha Dantas, João Velho, Gaspar Gonçalves Neiva, Manoel Gonçalves Marsagão (ou Massagão). Outros, tiveram de colaborar com o invasor, destacando-se nas atas da assemblea geral prezidida por Maurício de Nássau em 1640, os nomes de Bartholomeu Lins de Albuquerque, Francisco de Sousa Falcão, Domingos Gonçalves Massagão, Francisco Rabello da Silva, Miguel de Almeida Botelho e Vasco Marinho Falcão, gesto de que não podem ser culpados, quando vemos o desânimo do novo monarca bragantino e os planos acomodatórios do padre António Vieira, tendentes a aplacar as hostilidades luso-olandesas com o sacrifício das possessões ultramarinas.

O intercâmbio entre os diversos povoados da costa era realizado pela estrada principal de Olinda ao Penedo, de que já falámos, correndo ora á vista

do mar, ora pelo interior das terras. Passava no século 17 de norte a sul, a través do engenho Velho, Engenho Carapú, Santo António Ipojuca, Engenho Sibiró de Baixo, engenho de Na. Sra. da Palma, Serinhaem, S. Amaro, S. Gonçalo de Una, Igreja de S. António, Engenho de S. Sebastião, Porto Calvo, Engenho de S. Amaro, Engenho de Camarijé, Engenho Espírito Santo, Engenho S. João, Guaraiguaçú, Porto do Francez, Alagoas do Sul, praias entre os rios Utinga e Curururupe, campos e lagoas até o ponto do futuro baluarte Maurício, vadeando todos os cursos de água costeiros entre Pernambuco e Alagoas. Estrada agrícola, feita para servir a senhores de engenho e criadores de gado, e que na guerra foi erigida em militar, por onde transitavam as forças e abastecimentos remetidos das margens do S. Francisco ou da Baía, para o campo da luta. Podemos aquilatar-lhe a importância quando o caminho marítimo estava impedido aos luso-pernambucanos, coalhado pelos vasos do poderoso inimigo. Pela via terrestre, “*se fez a retirada do povo de Pernambuco para a Alagoa do Sul, dando-se principio a esta triste lamentavel transmigração...*” (168), em que os fugitivos palmilharam o caminho descoberto por Cristovam de Barros, feito via crucis até chegar ao remanso da hospitaleira Baía, depois de transpor o rio de São Francisco.

(168) Jaboação. *Novo Orbe Seraphico*. Liv. II. 89.

NOTAS

NOTA I

(pág. 131)

Na extensa carta de 22 de setembro de 1537 em que D. João III nomeara o conde da Castanheira seu embaixador junto de Carlos V, dava o soberano várias instruções acerca do casamento da sua irmã, a infanta Maria, e aludia á questão de Marrocos. *Itē: quando vierdes a lhe dar conta de minhas cousas* (os negócios portuguezes caso o imperador perguntasse por eles) *lho dareis muy familiarmente, sempre porem atrebuyndo ás necessidades a despesa que se faz na India contra o Torquo; porque, como ysto cesase, loguo elas cesarião, per cima das grandes despesas d'armadas contra Franceses, e em soster em oyto lugares de frontaria guerra contra el Rey de Fez, e contra el Rey de Maroquos, que estaa muy poderosos e muy Riquo, e asy no modo portugues de quantos continos eu tenho, por onde me fiquão cada anno por huña via e pela outra em despesa... myl homens de soldo...*

Itē: que he muyto pera considerar que se não faça el Rey de Marroquos Rey de Fez, e quão prejudicial sera contra eses seus Reinos e os meus. E ysto somente abastava agora pera me dar muy grande cuidado, e tambem me fazer muy triste, ver que em tal conjunção, sendo asy cometido Fez, nam poso acodir a iso, por socorrer a India...

Itē: que nisto de Fez e de Maroquos deve ele (o imperador Carlos V) muyto d'ólhar, porque sam cousas pelas quaes,

tirando o Rezistir ao turquo todalas outras. E todolos outros negocios se devem de esquecer por acodir a estes que levão muy grande e mau começo. E este Rey de Maroquos de muy sagaz e muyto Riquo, e que eu são emformado que tem intiligencias com o Turquo, e, sendo Rey de Fez, senhareará toda esta parte d'África, o que he muyto d'olhar e de temer, principalmente pera mÿ, o que tanto custa o socorro de huñ d'estes meus lugares, quando o cerquão. E asy por eles serem meus, como també, se fosem de Mouros, muyto dano fariam a Castela, que lhe peço que ele olhe a materia d'estes lugares como sua, porque o seu parecer e conselho, niso e em tudo, folgarey sempre muyto de tomar.

Itẽ: que em taes conflitos e taes obrigações pera o serviço de Deus, e pera todas as outras cousas em que me toqua, estou eu agora avendo tam mal donde tirar dinheiro, que pera os aprecebimentos d'esta armada da India tenho tomado huñ conto d'ouro a caynbo.

Itẽ: que sendo meus vasalos tão continuadamente postos em gerra de Mouros, onde tantos são mortos e morrem cada dia, cõ tam grandes despesas minhas, e sentimento dos que niso perquo, e obrigaçam de lhe satisfazer seus serviços, he pera espantar de ver agora como são ajudados do Papa; porque somente me não ajuda como o deveria fazer, mas quer novamente meter dizimas na clerccia, de meus Reinos, sem querer conhecer de nenhuña rezão..."

As instruções ao embaixador continuam com acerbas críticas á attitude do Sumo Pontífice, que por intermédio do núncio protegia aos cristãos novos, permitindo-lhes sair do reino com vultosos capitaes. A questão da mourisma muito se simplificaria caso o imperador quizesse colaborar com el-rei para lhe dar combate. Mas naquele tempo, como hoje, assim que determinados paises se encontram na conjunção de um interesse comum, como seja guerrear um terceiro, logo se levanta entre eles todo o antagonismo feito de

rivalidade, desconfiança, malevolência, e por fim ódio, que divide de modo intransponível as nações. Tanto na Renascença, quando a cristandade se via ás voltas com lutas religiosas e ameaça de infieis, como hoje em dia, não variou o fenómeno de absoluta incompreensão entre os povos. As instruções ao conde da Castanheira são exemplos dessa fatalidade, proporcionando-nos um quadro fiel das divergências entre o Papa, o rei e o imperador ante o inimigo comum, que vinha a ser a causa mais remota e profunda do desastre de El Csar el Quebir.

NOTA II

(pag. 160)

Em 19 de abril de 1610 escreviam em nome da câmara da Paraíba “*por nos assinada somente por ainda não aver sello*”, Francisco Barbosa, Francisco Camelo, Lopo do Barco, Rafael Carvalho e Domingos Ortega a el-rei. Fundados num trecho das Ordenações Filipinas, que dizia ser possível em determinadas ocasiões numa provisão contrariar o direito, requeriam por uma semelhante medida fosse sustada a libertação dos índios empregados na lavoura paraibana. Alegavam os povoadores que estes nunca tinham sido julgados cativos, nem tratados como tal, principalmente depois da provisão de 5 de Junho de 1605. Além disso, um dos motivos pelos quaes os índios vindos do Jaguaribe viviam mais satisfeitos na Paraíba do que no Ceará, era porque tinham oportunidade de salvarem a alma convertendo-se. Era notório que sendo participado ao gentio daquela orijem poderem voltar para as suas tabas ou onde quizessem, tinham preferido ficar na capitania. Tampouco alí havia escravo indígena algum que não estivesse conforme as leis e provisões de Sua Majestade, nem se tinha lançado sobre eles tributos, mesmo porque podiam “*receber lei nã prematica... pois até o proprio do dizimo, que he pensão do drto. divino, não pagão*”.

Não era o único sofisma da carta, o que acima vimos, continuavam os vereadores com a estranha afirmação de ter sido el-rei mal informado quando mandara retirar a

indiada da posse dos povoadores, porquanto viviam na maior das liberdades, mais do que: *“os mesmos brancos; pois a estes em todos os casos obrigamos e podemos obrigar por via ordinaria conforme as leis e aos gentios somente com palavras e obras usança que nunca entre elles podera aver doutra. Num passo adiante diz, para descargo da consciência de S. M. que tantos os escravos como os fôrros eram “melhor tratados... que os mesmos brancos de que nos servimòs”.*

E protestavam contra a confusão da lei que compreendia os índios capturados em justa guerra entre os escravos que se devia libertar. Era uma interpretação contrária do que se fizera sob *“os Reis passados”*, ou portugueses, os quaes levavam em conta que aquella indiada fôra capturada em justa guerra pelo fáto de não só assaltar, matar e comer aos vassallos de Sua Magestade, como ainda se confederavam com os luteranos inimigos do evangelho católico, que os aticavam e dirigiam.

Si porventura houve alguns excessos na conversão do gentio, culpa não cabia aos povoadores, que procediam a exemplo do que viam por parte de governadores e capitães nomeados pelo governo. De sorte que, seria muito mais aconselhavel para o bom serviço das rendas de Sua Magestade e beneficio dos lavradores, cometerem-lhes o cuidado de tratar dos índios, em ves de confia-los a governadores e religiosos: *“E bem se tẽ visto por experiencia não haver no Brazil outra droga com que se possa commerciar mais que asuqres. que se não podem lavrar senão em partes a onde aja taes logradouros que se possão pera sempre conservar: o que não sera possivel se nas ditas partes ouverem dabitare gentios nas doutrinas: pois nellas por ordem dos religiosos rezidem mais tempo, e com mais concurso de gente do que cõvem lavrando as terras, e pondoas em tal estado, que he muito maior dãno que com suas lavouras fazẽ, que o proveito que dellas se pode seguir”.*

Para reforço da sua argumentação traz a carta curiosas opiniões acerca do espírito dos índios: "*De mais disto he mui notavel o dano que os ditos gentios recebem estando muitos juntos como estão nas ditas doutrinas (aldeas de missionários) e por espaço de muito tempo em hũ mesmo lugar sem se trasladarem de huãs partes a outras: porque de mais de ser isso contra seus ritos e agouros e costumes antigos de seus avos cõ qualquer doença parecem tanto como podem perecer por razão de algũa notavel peste porque alem de não admittirem medicina estando em suas aldeas não tem possibilidade para mais que para se sugerearem a aquillo que a natureza quizer obrar nelles; sendo sempre mais poderosa contra sua saude a imaginação de seus ritos*".

Discriminava a carta o fruto do trabalho dos povoadores, a superioridade que alcançavam sobre os de Pernambuco, graças ao numeroso gentio de que dispunham, pelo que só deviam intervir os doutrinadores, "*os religiosos da Companhia*", onde fossem reclamados, ou seja nas conflagrações em que era preciso amançar a indiada enfurecida, abstendo-se de comparecer nos lugares já pacificados.

Concluia afirmando não haver inconveniente algum ao serviço de Sua Magestade, "*o deçrem os moradores destas partes gentios*" pois não só davam braços as capitánias como recebiam grande "*proveito para a salvação de suas almas*", de onde se devia voltar ao que Feliciano Coelho de Carvalho assentara nas pases com o gentio, sendo considerados presas de guerra, e portanto passíveis de trabalhos na lavoura, os transgressores índios que cometessem danos contra os sesmeiros.

Varnhagen, *Historia Geral do Brasil*, I vol. 1.^a ed. pág. 469.

NOTA III

(pág. 282)

REGIMENTO DE PERO COELHO DE SOUZA

O Regimento dado pelo governador Diogo Botelho a Pero Coelho de Souza compunha-se de quinze itens a saber: *“levará até a quantia de duzentos homens, que voluntariamente com elle quizerem ir, levando um ou dois sacerdotes, de vida e costumes approvados, com o gentio, que na mesma fórma, com elle quizer ir, até a quantia de mil pessoas;*

dividirá os brancos em companhia de cincoenta pessoas cada uma, limitando-lhe seus officiaes, para que sejam governados e não haja as confusões de que tantas perdas, em semelhantes entradas, houve;

o soldado que fugir ou não guardar os bandos, em materias importantes, que em pena capital lhe forem postos, capitalmente serão castigados, para que, com o exemplo do castigo, cumpram os demais suas obrigação;

o que se amotinar ou se fizer parcial, será castigado capitalmente;

por todas as vias procurará paz e não consentirá que pessoa alguma que saiba lingua da terra falle com o gentio sem sua ordem e linguagem, porque desse inconveniente tem a experiencia mostrado perderem-se muitos capitães e assolar-se muito gentio, por inimizades que os taes semeiam;

irá por lingua-mór Manoel de Miranda, pela confiança que nelle tenho, e em todas as fallas procurará a paz e a amizade que da minha parte se offerecerá;

tanto que for partido, descobrirá os portos que mandou sondar e arrumar, tomando o gráo e altura de cada um;

achando estrangeiros, os prenderá e tomará seus navios, assentando-lhes os bens e m'os mandará presos, e defendendo-se, os matará;

procurará por todos os modos licitos descobrir todas as minas, assim de ouro, como de prata ou pedras, e, de tudo me irá avisando;

fará povoação e fortes nos logares ou portos que melhores lhe parecerem, procurando a amizade dos indios, offerecendo-lhes paz e a lei evangelica, sem os induzir nem lhes prometter cousa que se lhes cumpra;

achando alguns indios que tenham cativos contrarios a uns que costumam matar em terreiro e comer, pelas guerras que com outros insistem, os poderá mandar resgatar e assim poderá fazer nas mais occasiões, não se lhes fazendo força nem violencias;

procurará que em cada aldeia que receber a paz se levante uma cruz com muito acatamento e veneração, declarando-se o mysterio della;

a paz que se fizer, se mandará ajuoar com as condições della;

procurará a união de um gentio com outro, e sendo offendido de alguma contra razão se poderá defender si offender-o, procurando o melhor modo que puder para sua reduccção;

usará nas cousas repentinas do que melhor lhe parecer, conforme o tempo e a occasião, elevando por tal fundamento a ampliação da fé catholica e a paz que conforme os serviços que a Sua Magestade nisto fizer, valerá de Sua Magestade as mercês devidas.

Da lista infere-se que a expedição visivelmente se destinava a pesquisar “*por todos os modos licitos descobrir todas as minas... de ouro*”, e na falta dessas procurasse Pero Coelho as de prata e pedras preciosas, que também serviam para o serviço de Sua Magestade. No correr da expedição um dos maiores cuidados a se observar, era tolher aos línguas a possibilidade de semearem desordem entre o gentio, como eram useiros e veseiros. Com esta recomendação vemos mais um lado da sociedade colonial, entenebrecido pela inconsciência de boçaes subalternos em redor de úteis empreendimentos. Constituíam as suas demasias, grande obstáculo á atividade de leigos e religiosos, principalmente dos missionários, quando, ao palmilharem o sertão ou o litoral, vinham a sofrer a consequência dos seus atos danosos. Igualmente molestavam ás autoridades, daí as providências no gênero da estada de Martins Soares Moreno entre selvajens afim de lhes aprender a língua, de modo aos governantes precindirem de intérpretes sem idoneidade.

Outra recomendação era a necessidade de impedir que os selvajens comessem os seus prisioneiros, passo de relevância porque as instruções do *Regimento* não pretendiam fazer propaganda alguma contra os atuaes etnólogos, que dizem ter sido a fama da antropofagia do gentio exagerada e deturpada pelas crónicas religiosas, principalmente de Jesuitas.

NOTA IV

(pág. 312)

A MORTE DO PADRE FRANCISCO PINTO

“Daqui serião como 15 ou 20 legoas á terra dos tapuyas chamados cararijus pellos quais queríamos passar...” Á vista porém da hostilidade dos índios, rebeldes durante 5 meses a todas as tentativas de paz dos missionários, *“tratamos de nos descer ao mar... e entretanto escrever a nossos sup.^{ros} e ao g.^{do} de como as cousas estavam impossibilitadas p.^a se ir por terra ao maranhão por não haver palmo de terra em cem legoas de caminho q’ não esteja povoada de tapuyas, que quem dos prim.^{ros} e segundos escapasse não escaparia dos terceiros e quartos e cõforme a ordem q’ nos visse fariamos, e despedíamos hu yndio... a sexta f.^a da infra octava da Epifania... Sahia pella porta o yndio despedindose p.^a o mar quãdo os tapuyas de subito aparecerão a nossa porta cõ mão arm.^a começão as frechadas de hu e outra parte cõ grande grita... e o p.^o estava dentro em casa rezando as horas menores, sahio cõ trabalho, tendo os nossos o impeto dos tapuyas q’ o não matassem logo, e o forão empurrando até entrarem no mato, os tapuyas carregarão ali seguindoos e como o mato ali era estreito logo sairão as roças limpas bradavão os nossos aos tapuyas q’ estivessem quedos q’ aquelle era o p.^e abaré q’ os queria apazigoar e ensinar a boa vida e responderão elles que não tinham de*

ver cõ isso q' o avião de matar, finalmente se espalharão dous ou tres nossos q' ali hião, ficãdo so junto do padre hu esforçado yndio e bemfeitor dos padres chamado Antonio carajbocu, o qual o defendeo em quãto pôde ate morrer por elle e com elle, ainda ficou cõ vida mas sem sentido nem falla, e durou poucas horas, chegarão então ao p.^o tendolhe hus mão nos braços estirandolhes p.^a ambas as partes ficando elle em figura de cruz, outros lhe derão tantas pancadas cõ hu pao na cabessa q' lha fizerão pedaços, quebrandolhe os queixos e amassãdo-lhe as cachages e olhos: o qual pao cheio de sangue trouxe como reliquia, despirãolhe a roupêta somente e o cobrirão cõ terra e o pao em cima, e p. q' sempre os roins e menos nec.^{os} no mundo escapão, acertei eu no tempo em q' s comessou a briga de estar na casa dos moços fora de meo costume naquelle tempo... emfim forão se recolhendo os tapuyas... não nos ficando mais á algumas cousinhas de pouca importância...

Cõ isto me fui e me deci da serra trazendo diãte de my o corpo do p.^o, e ao pe da serra o enterrey, fazendolhe hu moimento de pedras sobre a sepultura pera sinal della...

Aqui se rematarão e coroarão tãtos trabalhos passados do santo padre cõ esta ditosa morte cujo intento era fazer m.^{tas} ygrejas no sertão do maranhão, e cõverter as Almazonas...” Relação do Maranhão 1608 pelo jesuita padre Luís Figueira, enviada a Cláudio Aquaviva.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

POR ORDEM DE CAPÍTULOS

O Espírito e a Matéria

- Abreu, João Capistrano de — Capítulos de História Colonial, Rio. in 8.º Briguiet 1928.
- Abreu, João Capistrano de — in *Materiaes e achegas para a História Colonial*. Rio. Impr. Nacional 1886. Agostinho, v. Santa Maria.
- Almeida, Fortunato de — *História de Portugal*. 6 vols. in 8.º. Coimbra 1922.
- * Almeida, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*. (T. III. P. I e II.) 8 vols. in 8.º. Coimbra 1910. (*)
- Almeida Prado, J. F. de — *Primeiros Povoadores do Brasil*. São Paulo. 2.ª ed. Cia. Editora Nacional. in 12.º 1939.
- Andrade e Silva, J. J. de — *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. 10 vols. in 8.º. Lisboa 1854-59. *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio. Em curso de publicação.
- Bach, J. — *Dogmengeschichte des Mittelalters*. Wien. in 8.º. 1875.
- Bataillon, Marcel — *Érasme et l'Espagne*, in 4.º. Paris. Droz. 1937.

(*) As obras marcadas com um asterisco são particularmente interessantes para o capítulo.

- Bohmer, H. — Studien zur Geschichte der Gesellschaft Jesu. Bonn, in 8.º. 1914.
- Bonet, Alberto — La Filosofía de la libertad en las controversias teológicas del siglo XVI y primera mitad del XVII. Barcelona 1932.
- Bremer Kirchliches Handlexikon. München 1907.
- Brou, A. — Les Exercices Spirituels de St. Ignace de Loyola. Pièrre Tequi. Paris 1922.
- Cartas Jesuíticas del Siglo XVI y primera mitad del XVII. Barcelona 1932.
- * Cartas Jesuíticas publ. pela Academia Brasileira de Letras. Rio. 3 vols. in 4.º. 1931-33.
- Cavallera, F. — Ascétisme et Liturgie. Paris 1914.
- Codina, A. — Los origenes de los Exercicios de S. Inacio de Loyola. Barcelona 1926.
- * Costa Lobo, A. S. S. — História da Sociedade em Portugal no sec. XV. Lisboa. Imprensa Nacional. in 8.º. 1904.
- Enformação do Brasil e das suas Capitánias, in Rev. Trim. do Inst. Hist. Geog. Brasileiro. VI. Rio.
- Ficalho, Conde de — Garcia da Horta e o seu tempo. Lisboa. in 8.º. Impr. Nacional 1886.
- Ford, J. D. M. — Letters of D. João III. Cambridge. Mass. U. S. A. in 8.º. 1931.
- Franco, Antonio (S. J.) — Imagem da Virtude. 4 vols. in fol. Lisboa 1714.
- Franco, Antonio (S. J.) — Sinopsis Annalium. in fol. Augsburg 1726.
- Galanti, Rafael (S. J.) — Historia do Brasil. 2.^a ed. 6 vols. in 12.º. S. Paulo 1911.
- Gama Barros, Henrique da — Historia da Administração Publica em Portugal. 4 vols. in 8.º. 1885-1922.
- Garcia, Rodolpho — in Diccionario Historico Geographico Brasileiro. 3 vols. in 4.º. Rio 1922.

- * Garcia, Rodolpho — in notas a Hist. Grl. do Brasil. v. Varnhagen.
- Gomes de Brito, Bernardo — *Historia Tragico Maritima*. 3 vols. in 12.º. Lisboa 1735.
- Guerreiro, Bartolomeu (S. J.) — *Gloriosa Coroa*. in 4.º. Lisboa 1624.
- Guerreiro, Fernão (S. J.) — *Relação Anual*. Évora — Lisboa. 5 vols. in 8.º. 1603-08.
- Gundlach, G. — *Zur Soziologie der katholischen Ideenwelt und des Jesuitenordens*. Herder. Freiburg a. B. 1927.
- * Hanke, Lewis — *The First Social Experiments in America*. Cambridge. Mass. Harvard University Press. in 8.º. 1935.
- Hasse, K. P. — *Der Kommunistische Gedanke in der Philosophie*. F. Meiner. Leipzig 1919.
- Heiler, Fr. — *Der Katholizismus, seine Idee und seine Erscheinung*. Ernst Reinhardt. München 1923.
- Hepe — *Geschichte des deutschen Protestantismus*. Marburg 1858.
- * *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. 3 vols. in fol. Porto 1922.
- Jansen, B. — *Transzendente Methode und Thomistische Erkenntnismetaphysik im Z. der Scholastik* 1928.
- Jarric, Pièrre du (S. J.) — *Histoire des choses plus memorables*. 3 vols. in 4.º. Bordeaux 1608-13.
- Karrer, O. — *Der mystische Strom. von Paulus bis Thomas von Aquin*. Joseph Müller, München 1923.
- * Leite, Serafim (S. J.) — *História da Companhia de Jesus no Brasil em curso de publ.* Lisboa.
- Loreto Couto, D. Domingos (O. S. B.) — *Desagravos do Brasil*. in *Ans. da Bib. Nac.* vols. XXIV e XXV. Rio.
- * Lopes Machado, Maximiano — *História da Provincia da Parahyba*. in 8.º. Imprensa Official. 1912.

- Maffei, João Pedro (S. J.) — *Historiarum Indicarum libri XVI. Coloniae 1593.*
- Materiaes e Achegas para a historia e geographia do Brasil publicados por ordem do ministerio da Fazenda. Imprensa Nacional. in 12.º. Rio 1886.
- Merriman, R. B. — *The Rise of the Spanish Empire.* 4 vols. in 8.º. Mac Millan. London. New York. 1936.
- Métraux, A. — *La Civilisation Materielle Tupí-Guaraní.* Geuthner. Paris. in 8.º. 1928.
- Monumenta Ignatiana ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. Madrid 15 vols. 1913-19. Roma 1 vol. 1938.
- Paiva Manso, Visconde de — *Bullarius Patronatus Portugalliae in Ecclesis Africae, Asiae atque Oceaniae.* 4 vols. in 8.º. 1868-73.
- Pastells, Pablo (S. J.) — *Historia de la Compañia de Jesus.* 4 vols. Madrid 1912-23.
- Pastor L. — *Histoire des Papes IX. X XI.* Paris Plon. in 8.º, em curso de publicação.
- Pimenta, Alfredo — *D. João III.* Porto in 12.º Teixeira 1936.
- Pirenne, Henri — *Histoire de l'Europe.* Alcan in 8.º. Paris. Bruxelles 1936.
- Polanco, João A. (S. J.) — in *Monumenta Hist. Societate Jesu.* Madrid 1894-98. 6 vols. sob título *Chronicon Societate Jesu.*
- Primeira Visitação do Santo Offício. Denúncias de Pernambuco. col. Eduardo Prado. in 4.º. S. Paulo 1929.
- Primeira Visitação do Santo Offício. Confissões da Bahia. col. Eduardo Prado. in 8.º. S. Paulo s. d.
- Rebelo, Amador — *Compendio de algumas cartas que este ano de 97 vierão dos Padres... que residem na In-*

dia e Corte do Grão Mogor, e nos reinos da China e Japão e no Brasil. Lisboa 1598.

Revista de Historia. Lisboa.

- * Revista Trimensal do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro. Rio, em curso de publicação.

Revista do Inst. e Geog. da Paraíba, em curso de publicação.

- * Revista do Instituto Archeologico, Hist. e Geo. Pernambucano. Recife, em curso de publicação.

Ricard, Robert — Les Jesuites au Brésil pendant la seconde moitié du siècle (1549-97) in Revue d'histoire des Missions. in 8. Paris 1937.

Rietschel, G. Chr. — Martin Luther und Ignatius von Loyola. Herrosé. Wittenberg 1879.

Rocha Pitta, Sebastião da — Historia da America Portuguesa. Lisboa, na oficina de Joseph Antonio da Silva, in 4.º 1730.

Rodrigues, Francisco (S. J.) — A Formação Intellectual do Jesuita. Livraria Magalhães e Moniz, eds. in 8.º. Porto. 1917.

Rodrigues Francisco — História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal. 4 vols. in 4.º Apostolado da Imprensa. Porto 1931.

Ruggiero, Guido de — Storia della Filosofia (vol. I, II, Parte Terza) Bari, G. Laterza & figli 1930.

Santa Maria, Fr. Agostinho de (O. C.) — Santuario Mariano (vol. IX) Lisboa. in 8.º. 1722-23.

Scorrraille, Raoul de — François Suarez de la Compagnie de Jesus. Paris 1912.

Soares, Francisco (S. J.) — De Algumas Cousas mais notaveis do Brasil. in Rev. do Inst. Hist. e Geo. Bras. 94.1927.

Soares de Sousa, Gabriel — Tratado descritivo do Brasil. in. Rev. Trim. do Inst. Hist. Bras. Tomo XIV, Rio.

- Sommervogel, Ch. — *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*. Paris 1900-09.
- Têlles, Balthasar (S. J.) — *Chronica da Companhia de Jesus nos Reynos de Portugal*. 2 vols. in fol. Craesbeeck. Lisboa 1645-47.
- Thomsen, Th. — Albert Eckhout. Munksgaard, in 4.º em alemão, prof. ilust. Kopenhagen in 8.º. 1938.
- * Varnhagen, F. A. de — *Historia do Brasil*. 4.ª ed. 5 vols. in 8.º Weinszflug S. Paulo, s. d.
- Vasconcellos, Dr. Antonio — *Francisco Suarez Doctor Eximius*. Coimbra 1897.
- * Vicente do Salvador, Frei (O. S. F.) — *Historia do Brasil*. Weinszflug S. Paulo. in 8.º 1918.
- Yves d'Evreux (O. S. F.) — *Voyage dans le Nord du Brésil*. Pref. e ed. de Ferd. Denis. A. Franck & A. Herold. Leipzig et Paris in 8.º. 1864.
- Wetzers und Weltes Kirchenlexikon. Freiburg. i. B. Windelband, Wilhelm — *Lehrbuch des Geschichter der Philosophie*. 1892. 10. Auflage. 1921.
- Winter, E. K. — *Die Sozialmetaphysik der Scholastik*. Wien 1929.
- Wolf, G. — *Deutsche Geschichte im Zeitalter der Gegenreformation*. Berlin 1898.

Itamaracá

- Almeida Prado, J. F. de — *Primeiros Povoadores do Brasil*. 2.ª ed. S. Paulo — 1939.
- Annaes da Bibliotheca Nacional. Em curso de publ. Rio.
- Barleus, C. — *Rerum per Octenium in Brasiliae*. Trad. C. Brandão. Rio. in. fol. Imp. Nacional 1940.
- Brito Freire, Francisco de — *Nova Lusitana*. Lisboa in fol. 1675.
- Commelyn, I. — *Hist. de la Vie de F. H. de Nassau*, Amsterdam in fol. 1656.

- Fernandes Gama, J. B. — Memórias Historicas para a
Provincia de Pernambuco. 2.^a ed. 2 vols. in 8.^o Re-
cife 1884.
- Ford, J. D. M. — Letters of D. João III. Cambridge
Mass. U. S. A. in 8.^o 1931.
- Garcia, Rodolpho — Prefacio da Prim. Vis. do S. O. em
Pernambuco.
- Giuseppe di Santa Teresa — (O. S. F.) — Istoria delle
guerre del Regno del Brasile. Roma Corbelletti in
fol. 1698.
- Gomes de Figueiredo, Diogo — in Hist. da Col. Port. do
Brasil.
- * História da Col. Port. a do Brasil. 3 vols. in fol. Porto
1922.
- História da Expansão Portuguesa no mundo. in fol. Lis-
boa em curso de publ.
- Homem de Mello, Barão — Atlas do Imperio do Brasil.
Rio de Janeiro.
- La Popellinière — Les Trois Mondes. in 8.^o, Paris L'Huil-
lier 1582.
- Laet, Jean de — L'Histoire du Nouveau Monde. Leyde
in fol. Elzevir 1640.
- Lopes de Moura, Caetano — Diccionario Geografico...
do Brasil. Paris. Aillaud. 2 vols. in 8.^o. 1845.
- Loreto Couto, Domingos (O. S. B.) — Desagravos do
Brasil in Anns. Bib. Nac. XXIV e XV.
- Milliet de Saint Adolphe, J. C. A. — v. Lopes de Moura.
- Montanus, Arnoldus — De Nieuwe en Owbekende Weereld.
Amsterdam, Jacob Meurs, in fol. 1671.
- Nieuhofs Johan — Gedenkwaardige brasiliaense Zee-en-
lant Reize. Amsterdam. Jacob Meurs in fol. 1682.
- Pereira, Felipe Francisco — Roteiro da Costa Norte do
Brazil. Pernambuco. in 8.^o 1877.

- Primeira Visitação do Santo Officio. Denunciações de Pernambuco. col. Ed. Prado. S. Paulo 1929.
- Ramusio, G. B. — *Delle Navigazioni*. Venetia. 3 vols. in fol. 1563-65.
- * Revista do Instituto Arch. Hist. e Geo. Pernambucano. Recife.
- * Revista do Inst. Hist. e Geo. Bras. Rio.
Revista do Inst. Hist. e Geo. da Parahyba.
- Rocha Pombo, J. F. — *Historia do Brasil*. Ann. do Brasil. 10 vols. in 8.º s. d.
- Rodriguez, Eugenio. *Guida Generale della Navigazione*. Napoli. 3 vols. 1854.
- Rousado, padre. in *Hist. da Col. Port. do Brasil*.
- Santa Cruz, Alonso de — *Yslario General*, in *Boletin de La Real Sociedad de Geografia de Madrid*. 1918.
- Seixas Y Lovera, Francisco — *Derrotero y descripcion geographica de las costas y islas Australes y Orientales de las Americas*. Manuscrito. Madrid in fol. 71 1683.
- Soares de Sousa, Gabriel — *Tratado Descriptivo do Brasil*. in *Rev. Inst. Hist. Geo. Bra.* tomo XV.
- Sousa Aguiar, J. D. de — *Roteiro da Costa Norte do Brazil*. S. Luiz do Maranhão in 8.º 1857.
- Southey, Robert — *History of Brazil*. 3 vols. in 4.º London 1810-19.
- * Varnhagen, F. A. — *Historia Geral do Brasil*. Weiszflog S. Paulo. 5 vols. in 8.º, s. d.
- Vespúcio, Américo. in *Ramusio. Delle Navigazioni*.
- Verdonck, Adriano. in *Rev. do Inst. Arch. Hist. e Geo. Pernambucano*.
- * Vicente do Salvador, Frei — *Historia do Brasil*. Weiszflog. in 8.º. S. Paulo. 1918.
- The Atlantic Navigator*. 4 ed. Imray & Son. London 1854.
- Torres, Diogo de — in *Ha. da Col. Port. do Brasil*.

Ilha Fernando de Noronha

- Almeida Prado, J. F. de — Primeiros Povoadores do Brasil. Cia. Ed. Nacional. in 12.º. S. Paulo 2.ª ed. 1939.
- * Beaurepaire Rohan, Henrique de — A Ilha Fernando de Noronha. Laemmert. in 8.º. Rio 1865.
- Bougourd, Comt. — L'Isle Fernand de Noronha, par le Cmt. Bougourd, du *Borneo*. in Nouvelles Annales de la Marine et des Colonies Françaises. Paris 1852.
- Casper Branner, John — Geologia de Fernando de Noronha, trad. por J. B. Nogueira Costa.
- Casper Branner, John — Greseoleos. id. id.
- Claude d'Abbeville (O. S. F.) — Histoire de la Mission des Pères Capucins. Paris in 8.º. 1614.
- Costa Honorato, Manuel da — Dicionario... da Provincia de Pernambuco. Typ. Universal. in 8.º. Recife 1863.
- * História da Col. Port. do Brasil. Porto 3 vols. in fol. 1922.
- História da Expansão Portuguesa pelo Mundo. Lisboa em curso de publ.
- Homem de Mello, Barão — Atlas do Brasil. Rio in fol.
- Lamego, Alberto — in Jornal do Commercio. Rio.
- Milliet de Saint-Adolphe, J. C. R. — Dicionario Geographico... do Brasil. Paris. Aillaud. 2 vols. in 8.º 1845.
- Mello Moraes, A. de — Chorographia do Imperio do Brasil. Rio. J. J. do Patrocinio ed. 5 vols.. in 8.º 1859-66.
- Mello, Mario — Monographia da Ilha Fernando de Noronha. in Rev. do Inst. Arch. Pernambuco.
- Moseley, M. A. — Notes by a naturalist on the "Challenger". London in 8.º Mac Millan 1879.
- Mouchez, Ernest — Les côtes du Brésil. Paris. Imp. Paul Dupont. 4.e section in 8.º. 1869.

- Nouvelles Annales de la Marine et des Colonies Françaises. Paris.
- Penn, James — The South America Pilot. Part. I. Ed. in 8.º London 1874.
- Pereira da Costa, Francisco Augusto — A Ilha de Fernando de Noronha. in 8.º. Pernambuco. 1887.
- Pereira, Felipe Francisco — Roteiro da Costa Norte do Brazil. Pernambuco. in 8.º. 1877.
- Purdy, John — The New Sailing Directory for the Ethiopic, or Southern Atlantic Ocean. London 1852.
- Purdy, John — The Brazilian Navigator, or Sailing Directory for all the Coast of Brazil. London 1851.
- Ramusio, G. B. — Delle Navigazioni. Venetia. 3 vols. in fol. 1563-65.
- Revista do Instituto Arch. Hist. e Geo. Pernambucano. Recife. em curso de publ.
- Revista do Inst. e Geo. Brasileiro. Rio id.
- Revista do Inst. e Geo. da Parahyba. Paraiba, id.
- Regueira Costa, João Baptista — Geologia de Fernando de Noronha, de João Casper Branner. trad. por... Recife in 8.º. Bolitreau. 1890.
- Rio Branco, Barão de — Atlas Annexe du Memoire. Paris 1899.
- Rocha Pombo, José Francisco — Historia do Brasil. An. do Brasil. 10 vols. in 8.º. s. d.
- Rodriguez, Eugenio — Guida Generale della Navigazioni per le Coste Settentrionali ed orientali Dell America del Sud dal Rio de La Plata al Pará, accompagnata della descrizione de principali gruppi delle isole di Fernando Noronha etc.... 2 vols. in fol. e atlas. Napoli. Dalla Reale Tipografia Militare 1854.
- Roussin, Baron — Navigation aux côtes du Brésil. Imp. Royale in 8.º. 1821.
- Roussin, Baron — Le Pilote du Brésil. id. id. id. 1845.

- Schmidt, Ulrich — *Warhafftige Beschreibunge*. Franckfurt. a. M. in 4.^o 1567.
- Sousa Aguiar, Joaquim D. — *Roteiro da Costa norte do Brazil*. S. Luiz do Maranhão 1857.
- Sousa Bandeira F.^o, Antonio Herculano de — *Relatorio*. Rio 1880.
- Tardy de Montravel, L. — *Instructions pour Naviguer la côte septentrionale du Brésil et dans le fleuve des Amazones*. Paris. 1847.
- The Atlantic Navigator*. Fourth Edition. Improved and Enlarged by Imray & son. London 1854.
- The Nautical Magazine*. London.
- * Varnhagen, F. A. de — *Historia Geral do Brasil*. 4.^a ed. Weiszflog. 5 vols. in 8.^o. S. Paulo. s. d.
- Vespúcio, Américo. in *Delle Navigazioni de Ramusio*.
- Webster, W. H. B. — *Narrative of a voyage to the Southern Atlantic Ocean*. 2 vols. in 8.^o Richard Bentley. London 1834.
- Wyville Thompson, C. — *The Voyage of the "Challenger"*, London. Mac Millan 2 vols. in 8.^o 1877.

Paraiba

- Adam, K. — *Kirche und Seele*. Theolog. Quartalschrift 1925.
- Adam, K. — *Das Wesen des Katholizismus*. Düsseldorf 1927.
- Agostinho, V. Santa Maria.
- Allier, Raoul — *The mind of the Savage*. London 1929.
- Almeida, Fortunato de — *Historia da Igreja em Portugal*. T. III. P. I e II). 8 vols. in 8.^o Coimbra 1910.
- Almeida Prado, J. F. de — *Primeiros Povoadores do Brasil*. 2.^a ed. Ed. Nacional S. Paulo. in 12.^o 1939.
- Anchieta, Joseph de — in *Cartas Jesuiticas*.

- Andrade e Silva, J. J. — Repertorio Geral de toda a Legislação Portuguesa. Lisboa 1809.
- António de Santa Maria Jaboaão — v. Jabotão.
- * Annaes da Bibliotheca Nacional. Rio. em curso de publicação.
- Azara, D. Felix de — Voyages dans l'Amérique Meridionale. 2 vols. e Atlas. Paris 1809.
- Baldus, Herbêrt e E. Willems — Dicionário de Etnologia e Sociologia. Ed. Nacional in 12.º S. Paulo 1939.
- * Baldus, Herbert — Instruções Geraes para pesquisas etnográficas entre os indios do Brasil. sep. da Revista do Arquivo Municipal ed. do Departamento de Cultura. S. Paulo 1940.
- Barleus, Caspar — Rerum per Octennium in Brasiliae trad. C. Brandão. Rio. in folio. Imp. Nacional. 1940.
- Barroso, Francisco — in Rev. Phillipea e Rev. Inst. Hist. da Paraiba.
- Bohmer, H. — Studien zur Gechichte der Gessellschaft Jesu. (X I) Bonn 1914.
- * Borges da Fonseca, Antonio Victoriano — Nobiliarchia Pernambucana. in Anns. da Bib. Nal. Rio 1935.
- Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura. (X 5) Braga, em curso de publ.
- Caperan, Louis — Le Probleme du Salut des Infideles. Paris 1912.
- Cardim, Fernão (S. J.) — Tratados da Terra e Gente do Brasil. J. Leite. in 8.º Rio 1925.
- Cartas Jesuitas. publ. da Acad. Brasileira. 3 vols. in 4.º Rio.
- * Cavallera, F. — Ascétisme et Liturgie. Paris 1914.
- Claude d'Abbeville (O. S. F.) — Histoire... des Pères Capucins. Paris. in 8.º. 1614.

- Comemoração do 3.º centenario da vinda dos Primeiros Portuguezes ao Ceará. Ceará, imp. Assis Bezerra. in 8.º. 1903.
- Commelyn, I. — He. de la Vie de F. H. De Nassau. in fol. Amsterdam 1656.
- Corpo Diplomatico Portuguez. in publs. do Archivo Nacional. Lisboa.
- Dahlmann, José — Die Sprechkunde und die Missionen. Freiburg im Brisgau 1891.
- * Dialogos das Grandezas do Brasil. publ. da Acd. Bras. de Letras. Rio in 4.º 1930.
- Febvre, Lucien — Martin Luther. Rieder. in 12.º Paris 1936.
- Felisbello Freire — Historia Territorial do Brasil. Rio. in 8.º. 1906.
- Ferreira Pinto, Irineu — Datas e Notas para a Historia da Parahyba. I. Imp. Ofl. in 4.º. Parahyba do Norte 1908.
- Figueira, Luís (S. J.) — Carta a Cláudio Aquaviva. in Galanti. 1 vol. Portuguesa. Lisboa 2 vols. 1790.
- Franco, Antonio (S. J.) — Imagem da Virtude. Lisboa 4 vols. in fol. 1714-19.
- Franco, Antonio (S. J.) — Synopsis Annalium. Augsburg. in fol. 1726.
- * Ford, J. D. M. — Letters of D. João III, Cambridge. Mass. U. S. A. in 4.º. Harvard University Press. 1931.
- Galanti, Rafael (S. J.) — Historia do Brasil. 6 vols. in 12.º. S. Paulo. Duprat. 1911.
- Garay, Blas — El Comunismo de las Misiones en Paraguay. Madrid Tello. 1897.
- Guerreiro, Bartholomeu (S. J.) — Gloriosa Coroa. Lisboa in 4.º. 1642.

- * Guerreiro, Fernão (S. J.) — *Relação Anual*. 5 vols. Coimbra in 12.º. 1603-09.
- Gundlach, G. — *Zur Soziologie der katholischen Ideenwelt und des Jesuitenordens*. Freiburg in Breisgau. 1927.
- * Hanke, Lewis — *The First Social Experiments in America*. Cambridge. Mass. U. S. A. Harvard University Press. in 8.º. 1935.
- Hernández, Pablo (S. J.) — *Organisación Social de las Doctrinas Guaranies*. Gili ed. 2 vols. in 4.º. Barcelona 1913.
- Herrera, Antonio de — *Historia General de las Indias Occidentales*. 4.º vols. in 4.º. Amberes. 1728.
- * *História da Col. Port. do Brasil*. 3 vols. in fol. Porto 1922.
- Ibero — *Amerikanisches Archiv*. F. Dümmler's Verlag. Bonn und Berlin. em curso de publicação.
- Jaboatão, Antonio de Santa Maria (O. S. F.) — *Novo Orbe Serafico*. Lisboa in fol. 1761.
- Jaboatão, Antonio de Santa Maria (O. S. F.) — *Catálogo genealogico* in *Rev. Inst. Hist. Geo. Bras.* Rio.
- Jarque, F. — *Ruiz de Montoya en Indias*. Madrid. Coll. de Docs. Madrid. in 12.º 1900.
- Kobler, A. — *Der christliche Kommunismus in den Redu-tionen von Paraguay, ein Kulturbild aus dem vorigen Jahrhundert*. Würzburg 1872.
- Lainii Monumenta. 8 vols. Madrid in 8.º 1912-17.
- Las Casas, Bartholomé de (O. P. D.) — *Historia de las Indias*. 5 vols. in 8.º. Madrid. 1875.
- La Roncière, Ch. de — *Histoire de la Marine Française*. 6 vols. Plon in 8.º. Paris 1909-32.
- * Leite Serafim (S. J.) — *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. em curso de publ. Lisboa.

Litterae Quadrimestres ex universalis praeter Indian et
Brasiliam locis. 7 vols. Madrid ou Roma. in 8.º.
1898-1932.

- * Lopes Machado, Maximiano — Historia da Provincia da Parahyba. Parahyba in 8.º. Imp. Official. 1912.
- * Luetzelburg, Philipp von — Estudo Botanico do Nordeste. 3 vols. Rio. in 4.º s. d.
Luna Freire, A. A. de — A Colonia Socorro. Paraíba.
- * Lyra Tavares, João de — Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba. Imp. Official 1910.
Maulde la Clavière, M. de — La Diplomatie au Temps de Machiavel. 3 vols. in 4.º. Paris Lerroux. 1892.
- * Mentzel, Christian — Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae. 4 vols. in fol. máximo, manuscrito in Staatsbibliothek Berlin.
Merriman, R. B. — The Rise of the Spanish Empire. Mac Millan 4 vols. in 8.º New York. 1936.
Métraux, — La Civilisation Matièrelle des Tupi-Guarani. Goetenborg in 4.º. 1928.
- * Métraux, — La Religion des Tupinambá. Paris in 8.º. Paul Geuthner. 1928.
- Milla, José — Historia de la America Central. Guatemala 1879.
- Monumenta Ignatiiana. 4 Séries. 16 vols. Madrid, in 8.º. 1903-18.
- Monumenta Pedagogica Societatis Jesu. Madrid in 8.º. 1901.
- Nieuhoff, Johan — Gedenkwaardige brasiliaense Zee-enlant Reize. Amsterdam. Jacob Meurs in fol. 1682.
- * Pastells, Pablo (S. J.) — Historia de la Compania de Jesus. 4 vols. in 8.º. Madrid 1912-23.
- Pastor, L. — Histoire des Papes. Plon. in 12.º. Paris, em curso de publicação.

- Polanco, J. A. (S. J.) — *Chronicon Societatis Jesu*. Madrid 6 vols. 1894-98.
- Prinz Johann von Nassau Siegen und die Niederländischen Kolonien in Brasilien. Max Staercke Berlin. in 4.º. 1938.
- Rebello, Amador — (S. J.) — *Compendio de Algumas Cartas...* Lisboa 1598.
- Relação das Mattas na Capitania da Parahyba. in *Rev. Inst. Hist. Brasil*.
- Remesal, Antonio de — *Historia de Chiapas y Guatemala*. Madrid 1619.
- Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo, em curso de publicação.
- * Revista do Inst. Hist. Geo. Bras. Rio, em curso de publicação.
- * Revista do Inst. Hist. e Geo. da Paraiba. Paraiba, em curso de publicação.
- * Revista do Inst. Archeologico Pernambucano. Recife, em curso de publicação.
- Revista Phillipea. Paraiba 1905.
- Revue d'Histoire des Missions. Paris.
- Ricard, Robert — *Les Jesuites au Brésil...* in *Revue d'Histoire des Missions*.
- Ricard, Robert — *Études et Documents pour l'Histoire Missionnaire de l'Espagne et Portugal*. Paris 1931.
- Ricard, Robert — *La "Conquête spirituelle" du Mexique*. Essai sur l'apostolat et les methodes missionnaires des Ordres mendiatnts en Nouvelle Espagne de 1523 a 1572. Paris 1933.
- Rocha Pombo, J. F. da — *Historia do Brasil*. 10 vols. in 8.º Rio s. d.
- Rodrigues, Francisco (S. J.) — *A Formação Intellectual do Jesuita*. Porto in 8.º Magalhães & Moniz. 1917.

- Santa Maria, frei Agostinho de (O. M. C.) — Santuario Mariano. Lisboa 9 vols. in 8.º. 1722-23.
- * Sapper, Karl. — in *Iber-Amerikanisches Archiv*. F. Dümlers Verlag.
- Sapper, Karl — *Die Verapaz im 16 und 17 Jahrhundert*. München 1936.
- Schmidlin, Joseph — *Katholische Missionstheoretiker des 16 und 17 Jahrhunderts in Zeitschrift für Missionswissenschaft*. 3 Heft. 1911.
- Serrano, y Sanz, Manuel — *Doctrinas psicologicas de Fr. Bartolomé de Las Casas*, *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. XVII. Madrid. 1907.
- Silva Castro, J. J. da — *Chronica do Mosteiro de N. S. de Montserrat da Parahyba*. in *Rev. do Inst. Hist. e Geo. Bras.* 1864.
- Soares de Andrade e Brederode, A. F. e Antonio Manoel Prates — *Exame das Matas desta Comarca (Parahyba) em 1791*. in *R. I. H. e Geo. Bras.*
- Simpson, Lesley Bird — *The Encomienda in New Spain*. Berkeley. U. S. A. 1929.
- Soares de Souza, Gabriel — *Tratado Descriptivo do Brasil*. in *Rev. do Inst. Hist. Geo. Bras.* XV.
- * Soares, Francisco — *De algumas Cousas mais Notaveis*, in *Rev. do Inst. H. G. B.*
- Solórzano Pereira, Juan de — *Política Indiana*. Madrid, in fol. 1647.
- Sommervogel, Charles (S. J.) — *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*. Bruxelles. in 8.º. 1899-1909.
- Southey, Robert — *History of Brazil*. 3 vols. in 4.º. London 1810-19.
- Studart, Barão de — *Documentos para a Historia do Brasil*. 4 vols. Fortaleza in 8.º. 1904-21.
- The Fugger News Letters*, ed. por Gordon Selfridge. 2 vols. in 8.º. London 1925.

- * Varnhagen, F. A. de — *Historia Geral do Brasil*. S. Paulo. 5 vols. in 8.º. 4.ª ed. Weizsflog.
- Varnhagen, F. A. de *Historia Geral* Madrid. 2 vols. in 8.º. 1854.
- Vasconcellos, Simão de (S. J.) — *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. in fol. Lisboa 1663.
- Vazquez Nuñez, Guillermo — *La Conquista de los Indios Americanos por los primeros Missioneros*. Barcelona 1930. *Bibliotheca Hispania Missionum*. (M. I.).
- Verdonck, Adriano, in *Rev. do Inst. Arch. Hist. e Geo. Pernambucano*. Recife. em curso de publ.
- * Vicente do Salvador, Frei (O. F. M.) — *Historia do Brasil*, in 8.º. Weizsflog. S. Paulo 1918.
- Washburn, C. A. — *Historia del Paraguay*. Buenos Ayres 1892.
- Weimer, H. — *Geschichte der Pädagogik*. Walter de Gruyter e Co. Berlin 1928.
- Williamson, J. A. — *Sir John Hawkins*. Oxford. Clarendon Press. in 8.º. 1927.
- Winkler, J. — *Phaenomenologie und Religion*. Tübingen 1921.
- Winter, E. K. — *Die Sozialmetaphysik der Scholastik*. Franz Deuticke. Wien 1929.
- Zabala, Silvio A. — *La Encomienda Indiana*. Madrid. 1935.
- Zeitschrift fur Missionswissenschaft*.

Rio Grande do Norte

- Abreu, João Capistrano de — *Capitulos de Historia Colonial*. Rio. Briguet, in 4.º. 1929.
- * Abreu, João Capistrano de — in *Prolegomenos da Historia do Brasil* de fr. Vicente do Salvador.
- * *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio, em curso de publicação.

- Bezerra de Araujo, José Augusto — *Familias Seridonenses*. Rio. Pongetti, in 12.º. 1940.
- Böcker, Hans — *Tiere in Brasilien*. Strecker und Schröder, Stuttgart, in 4.º. 1932.
- Brito Freire, Francisco de — *Nova Lusitania*. Lisboa in fol. 1675.
- Cardim, Fernão (S. J.) — *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Rio. J. Leite in 12.º. 1925.
- Galanti, Rafael (S. J.) — *Historia do Brasil*. 6 vols. in 12.º. S. Paulo. Duprat, 1911.
- * *Documentos da Costa Leste-Oeste*, in *Annaes da Bibliotheca Nacional*, XXVI. Rio. 1905.
- * *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto. 3 vols. in fol. 1922.
- Laet, J. de — *L'Histoire du Nouveau Monde*. Leyde in fol. Elzevir 1640.
- * Leite, Serafim (S. J.) — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, em curso de publicação.
- Lemos, Vicente de Lemos — *Capitães Mores e Governadores do Rio Grande do Norte (1)*. in 8.º. Rio 1912.
- Lopes de Moura, Caetano — *Diccionario Geographico do Brazil*. Paris. Aillaud. 2 vols. in 8.º. 1845.
- Loreto Couto, Domingos (O. S. B.) — *Desagravos do Brasil*. in *Ann. da Bib. Nac.* XXIV e XXV.
- * Luetzelburg, Philipp von — *Estudo Botanico do Nordeste*. 3 vols. 4.º. Rio s. d.
- Milliet de Saint-Adolphe, J. C. R. v. Lopes de Moura.
- Montanus, Arnoldus — *De Nieuwe en Owbekende Weereld*. Amsterdam, Jacob Meurs. in fol. 1682.
- Pereira, Felipe Francisco — *Roteiro da Costa Norte do Brasil*. Pernambuco. in 8.º. 1877.
- Razão do Estado do Brasil*, in *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio.

- * Revista do Inst. Hist. Geog. Brasileiro. Rio, em curso de publicação.
- * Revista do Inst. Hist. Brasileiro do Ceará. Fortaleza.
- * Revista do Inst. Hist. do Rio Grande do Norte. Natal, em curso de publicação.
- * Revista do Inst. Hist. Pernambucano. Recife, em curso de publicação.
- Rocha Pombo, J. F. — Historia do Brasil. 10 vols. in 4.º. Rio s. d.
- * Rocha Pombo, J. F. — Historia do Rio Grande do Norte. in 4.º. Rio s. d.
- Rodrigues, Eugenio — Guida Generale della Navigazione per le coste... Dell America del Sud. 2 vols. in fol. e atlas. Dalla Reale Tip. Militare. Napoli 1854.
- Roussin, Baron — Navigation aux côtes du Brésil. Imp. Royale. Paris 1821.
- Roussin, Baron — Le Pilote du Brésil. Id. id. id. 1845.
- Soares de Sousa Gabriel — Tratado Descriptivo do Brasil. in Rev. do Inst. Hist. Geog. Brasileiro. XV.
- Sousa Aguiar, Joaquim de — Roteiro da Costa Norte do Brazil. S. Luiz do Maranhão 1857.
- Studart, Barão de — Documentos para a Historia do Brasil. 4 vols. Fortaleza. in 8.º. 1904-21.
- * Varnhagen, F. A. de — Historia Geral do Brasil. 4 ed. 5 vols. Weiszflog. in 8.º. S. Paulo s. d.
- * Vicente do Salvador, Frei (O. F. M.) — Historia do Brasil. Weiszflog. S. Paulo in 8.º. 1918.
- Tavares de Lyra, A. — Historia do Rio Grande do Norte. Leuzinger in 4.º. Rio 1821.
- Tavares de Lyra, A. — Dominio Hollandez no Brasil. Rio. in 8.º. 1915.
- Tardy de Montravel, L. — Instruction pour Naviguer la côte septentrionale du Brésil. Paris 1847.
- The Atlantic Navigator. Fourth Edition. Improved and Enlarged by Imray & Son. London 1854.

Ceará e Maranhão

- Abreu, J. Capistrano de — *Capitulos de Historia Colonial*. Rio. Briguiet. in 8.º. 1928.
- * Abreu, J. Capistrano de — in *Prolegomenos da Historia do Brasil* de fr. Vicente do Salvador.
- Almeida Prado. J. F. de — *Primeiros Povoadores do Brasil*. 2.ª ed. Editora Nacional. in 12.º. S. Paulo 1939.
- * Annaes da Bibliotheca Nacional. Rio, em curso de publicação.
- Annales Maritimes et Coloniales*. Paris.
- Böcker, Hans — *Tiere im Brasilien*. S. u. S. Stuttgart. in 8.º. 1932.
- Brief recueil des particularitez contenues aux lettres envoyées par monsieur de Pezieu à messieurs ses parens...* Lyon in 8.º. 1613.
- Brotéria*. Revista. Braga, em curso de publicação.
- * Carvalho, Alfredo de — in *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Ceará*. Fortaleza.
- Catálogo da Exposição da Biblioteca Mazzarina*. Paris 1931.
- Christovam de Lisboa (O. F. M.) — *Cartas a Severim de Faria*. in *Ann. da Bib. Nac.* XXVI. Rio 1905.
- Claude d'Abbeville (O. F. M.) — *Histoire de la Mission des P. P. Capucins*. Paris in 8.º. 1614.
- Collecção de Breves Pontificios sobre Bens e Commercio dos Indios no Brazil*.
- * *Commemoração do 3.º Centenario da vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará*. Ceará. A. Bezerra. in 8.º. 1903.
- Dialogos das Grandezas do Brasil*, publicado pela Academia de Letras Brasileira. Rio in 8.º. 1930.
- * *Documentos da Costa Leste-Oeste*, in *Annaes da Bibliotheca Nacional* XXVI. 1905.
- * Figueira, Luís (S. J.) — *Carta a Claudio Aquaviva*. in *Galanti*, vol. I.

- Froes de Abreu, S. — Na Terra das Palmeiras. Rio, in 4.º. 1931.
- * Galanti, R. (S. J.) — Historia do Brasil 6 vols. in 12.º. S. Paulo.
- Heriarte, M. de — Descrição do Estado do Maranhão. Gerold, in 12.º. Viena d'Austria. 1874.
- * História da Col. Port. do Brasil. Porto. 3 vols. in fol. 1922.
- * Historia Provinciae Marianoniensis ab anno 1607 ad 1700. Manuscrito anónimo, (provavelmente jesuita) 730 páginas in fol.
- La Roncière, Ch. de — Histoire de la Marine Française. 6 vols. Plon. in 8.º. Paris. 1909-32.
- Laet, J. de — L'Histoire du Nouveau Monde. Leyde in fol. Elzevir 1640.
- Leal, Antonio Henriques — Apontamentos para a Historia dos Jesuitas, in Rev. Inst. Hist. Bras. XXXVI.
- Lisboa, J. F. — Jornal de Timon. 3 vols. in 8.º. Ferreira. Maranhão. 1852-58.
- Magalhães Basto, Artur de — Livro Antigo de Cartas e Provisões. Pubs. da Câmara Municipal do Pôrto in 4.º. 1940.
- Magré, P. — in Annales Maritimes et Coloniales. Paris 1827.
- Mendes de Almeida, Candido — Memorias para o extinto Estado do Maranhão. Rio. 1860-74.
- Métraux, Al. — Migrations Historique des Tupi-Guarani. Paris. Journal Soc. Amers. XIX. in 8.º. 1927.
- Mocquet, Jean — Voyage en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales. Paris in 8.º. 1617.
- Moraes, José de — Historia da Companhia de Jesus da Provincia do Maranhão. Rio. 2 vols. in 8.º. 1860.
- Pereira de Berredo, Bernardo — Annacs Historicos do Estado do Maranhão. Lisboa, Ameno. in 4.º. 1749.

Pereira, Felipe Francisco — Roteiro da costa do norte do Brazil. Pernambuco in 8.º. 1877.

Pope, Alexandre — Ensaio sobre o Homem. Trad. por F. B. M. Targini. London 1819. 3 vols. in 4.º. 1819.

* Revista da Academia do Ceará. Fortaleza, em curso de publicação.

* Revista do Inst. Hist. Geog. do Ceará. Fortaleza.

* Revista do Inst. Archeologico, Hist. e Geog. Pernambucano.

* Revista do Inst. Hist. do Pará.

* Revista do Inst. Hist. Brasileiro. Rio.

Rocha Pombo, J. F. — Historia do Brasil. 10 vols. in 8.º. Rio s. d.

Rodriguez, Eugenio — Guida Generale della Navigazione. 2 vols. e atlas Dalla Reale Tip. Militare. Napoli 1854.

Severim de Faria, Manoel — Noticias de Portugal. Lisboa 1655.

Souto Maior, Pedro — in Rev. do Inst. Hist. Geog. do Ceará.

* Southey, Robert — History of Brazil. 3 vols. in 4.º. London. 1810-19.

Souza Gayozo, Raymundo José de — Compendio Historico Politico. Pariz. Rougeron. in 8.º. 1818.

* Studart, Barão de — Documentos para a Historia do Brasil. 4 vols. in 8.º. Fortaleza. 1940-21.

* Varnhagen, F. A. de — Historia Geral do Brasil. 4.ª ed. 5 vols. Weiszflog. in 8.º. S. Paulo s. d.

Vicente do Salvador (O. F. M.) — Historia do Brasil. Weiszflog. S. Paulo. 1918.

Targini, F. B. M. v. Pope.

Yves d'Evreux — Voyage dans le Nord du Brésil, ed. de F. Denis. in 8.º. Paris 1864.

Pará

- Abreu, J. Capistrano de — Capítulos de Historia Colonial. Rio in 4.º. 1928.
- Abreu, J. Capistrano de — in *Prolegomenos da Historia do Brasil de Vicente do Salvador*.
- Acuña, Christobal de (S. J.) — *Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas*. in Col. de libros raros. in 12.º. Madrid 1891.
- * *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio, em curso de publicação.
- * *Annaes da Bibliotheca Nacional e Archivo Publico do Pará*. Belém.
- * *Annaes do Museu Paulista*. Tomo III. S. Paulo 1927.
- Annales Maritimes et Coloniales*. Paris.
- Aranha Vasconcellos, Luís de — in *Annaes da Bibliotheca Nacional*, XXVI. Rio 1905.
- Azevedo, João Lucio d' — *Os Jesuitas no Grão Pará*. Lisboa. Teixeira in 4.º. 1901.
- Azevedo, João Lucio d' — *Estudos de Historia Paraense*. Pará in 12.º. 1893.
- Bergeron, A. — *Traité de la Navigation*. Paris 1629.
- Braga, Theodoro — *A Fundação da Cidade... do Pará*. Belém in 8.º. 1908.
- Braga Ribeiro, M. — *Pedro Teixeira*, in *Rev. do Inst Hist. Geog. do Pará*. III. Belém 1920.
- Carvajal, Gaspar (O. P. D.) — *Relacion del Nuevo Descubrimiento*. publ. por José Toribio de Medina. Madrid in 8.º. 1894.
- * *Christovam de Lisboa, Frei (O. F. M.)* — in *Annaes da Bibliotheca Nacional*. XXVI.
- Coleccion de Documentos ineditos relativos al descubrimiento, conquista y colonización de las posesiones españolas en America y Oceania*. Madrid. 42 vols. 1864-1884.

- Colección de Libros raros que tratan de America, Madrid.
Colección de Documentos... relativos... las antiguas posesiones españolas de ultramar. Madrid 1885-1932.
25 vols.
- De Blunt, Renseignements sur... La Côte comprise entre la Trinité Espagnole et Maragnan, trad. par P. Magré. in *Annales Maritimes et Coloniales*. Paris 1827.
- * Documentos da Costa Leste-Oeste, in *Annaes da Bibliotheca Nacional*. XXVI. Rio 1905.
- Documentos de origem Portuguesa, por Joaquim Nabuco in questão de limites com a Guyana Inglesa.
- Edmunson, George — *History of Holland*. London. in 8.º. 1922.
- Edmunson, George — *Anglo Dutch Rivalry*. in the *English Historical Review*.
- Edmunson, George — *The Dutch Power in Brazil*. in the *English Historical Review*, vol. IX.
- Edmunson, George — *The Relations of great Britain with Guyana*. *Rev. Inst. Hist. Bras. Congresso de Historia da America*. II. 1922.
- * Ferreira Reis, Arthur — *Historia do Amazonas*. Manaus in 4.º. 1931.
- Gandavo, Pero de Magalhães do — *Historia da Provincia de Santa Cruz*. New-York. 2 vols. in 12.º. 1922.
- * Garcia, Rodolpho — in *Diario do Padre Fritz*. *Rev. do Inst. Hist. Bras.* LXXXI.
- Guajara, Barão de — *Historia Colonial do Pará*. in *Rev. de Estudos Paraenses*. Belém II. 1895.
- Gosselin — *Documentos sur la marine Normande*. Rouen.
- * Hackluyt, Coll — *Documentos relativos as expedições inglesas as Guianas*. London.
- Heriarte, M. de — *Descrição do Estado do Maranhão*. Gerold in 12.º. Vienna d'Austria. 1874.

- Jimenez de la Espada, M. — Viaje del Capitan Pedro Teixeira. in Boletin de la Sd. Geo. de Madrid. XIII.
- Jós, Emiliano — La Expedicion de Orellana. Huesca 1927.
- Laet, Jean de — L'Histoire du Nouveau Monde. Leyde, in fol. Elzevir 1940.
- La Roncière, Ch. de — Histoire de la Marine Française. 6 vols. Paris in 8.º. 1909-32.
- Laureano de La Cruz (O. F. M.) — Descubrimiento del rio Marañon. Madrid, in 4.º. 1641.
- * Leite, Serafim (S. J.) — Páginas de História do Brasil. S. Paulo. Editora Nacional. 1937.
- Magalhães, Pero de — v. Gandavo.
- Magalhães Basto, Arthur de — Livro Antigo de Cartas e Provisões, publ. da Câmara Municipal do Pôrto in 4.º. 1940.
- Magré, P. — in Annales Maritimes et Coloniales. Paris 1827.
- Maroni — Noticias auténticas del famoso rio Marañon, in Boletin de la Sociedad Geografica de Madrid, em curso de publicação.
- Medina, J. T. de — Comentários in Carvajal, "Descubrimiento".
- Mello Cardoso Barata, Manoel de — Primeiras Ruas de Belém. in Rev. do Inst. Hist. do Pará. XXVII.
- * Mello Cardoso Barata, Manoel de — Apontamentos para a Ephemerides Paraenses. in Rev. do Inst. Hist. Brasileiro. 144. Rio 1924.
- Memoire... du Brésil, na questão de limites com a Guyana Francesa, pelo Barão do Rio Branco. Paris 1899.
- Memoire contenant l'exposé des droits de la France dans la question des frontières de la Guyane Française et du Brésil. Paris 1891.
- Mendes de Almeida, Candido — Memorias para o Extinto Estado do Maranhão. Rio 1860.

- Métraux, A. — Migrations Historiques de Tupi-Guarani. Paris. Journal de la Société des Américanistes.
- Mocquet, Jean — Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales. Paris in 8.º. 1830.
- Monteiro Baena, A. L. — Compendio das Eras da Província do Pará. Pará in 8.º. 1838.
- Monteiro Baena, A. L. — Ensaio Corografico sobre a Província do Pará. Pará in 8.º. 1939.
- Nabuco, Joaquim — in Documentos de Origem Portuguesa.
- Palma Muniz — Reflexões sobre os Annaes Historicos do Maranhão. in Rev. do Inst. Hist. Pará. 1918.
- Pagan, Comte de — Relation Historique e Geographique de la Grande Riviere des Amazones in 12.º. Paris 1656.
- Pereira, Andrés — Relaçam do que ha no grande Rio das Amazonas novamente descuberto. 1616. in Doc. Costa Leste-Oeste. Annaes Bib. Nac. XXVI. 1904.
- Pereira de Berredo, Bernardo — Annaes Historicos do Estado do Maranhão. Lisboa. Ameno in 4.º. 1749.
- Raleigh, W. — The Discovery of the large, rich and beautiful empire of Guyana. London, in 4.º. 1596.
- Raleigh, W. — Traffiques and discoveries. in Hackluyts Principal Navigations. T. III.
- Revista Academica. Manaos.
- * Revista de Estudos Paraenses. Belém.
- * Revista do Instituto Historico e Geog. Brasileiro. Rio.
- * Revista do Instituto Ethnologico do Pará. Belém.
- Rio Branco, Barão do — v. Memoire du Brésil.
- Rodriguez, Eugenio — Guida Generale. 2 vols. atlas. Napoli 1854.
- Rodriguez, Manuel (S. J.) — El Marañon y Amazonas. Madrid. in fol. 1684.
- Santa Maria, frei Agostinho de (O. M. C.) — Santuario Mariano. Lisboa 9 vols. in 8.º. 1722-23.

- * Santa Rosa, Henrique de — *Historia do Rio Amazonas*. Belém. 1926.
- Serrano y Sans, Manoel — *Origens de la dominación española en America*. Madrid 1919.
- Severim de Faria, Manoel — *Noticias de Portugal*. Lisboa in 4.º. 1655.
- Simpson, Lesley Bird — *The Encomienda in New Spain*. Berkeley. U. S. A. 1929.
- Simpson, Lesley Bird — *Studies in the Administration of the Indians*. U. S. A. 1934.
- Southey, Robert — *History of Brazil*. 3 vols. London in 4.º. 1810-19.
- Southey, Robert — *The Expedition of Orsua and the Crimes of Aguirre*. London in 12.º. 1821.
- * Studart, Barão de — *Documentos para a Historia do Brasil*. 4 vols. in 8.º. Fortaleza. 1940-21.
- * Varnhagen, F. A. de — *Historia do Brasil*. 5 vols. Weiszflog. in 8.º. S. Paulo.
- Vianna, Arthur — *Os Exploradores da Amazonia* in *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Pará* II. Belém.
- Yves d'Evreux (O. F. M.) — *Voyage dans le Nord du Brésil*. Paris in 8.º. 1864.

O Sul de Pernambuco

- Abreu, J. Capistrano de — *Capitulos de Historia Colonial*. Briguiet. Rio. in 4.º. 1928.
- Abreu, J. Capistrano de — *Caminhos Antigos do Brasil*. Rio. in 8.º. 1930.
- Almeida Prado, J. F. de — *Primeiros Povoadores do Brasil*. Edit. Nacl. S. Paulo. 2.^a ed. in 12.º. 1939.
- Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio, em curso de publicação.
- Barbosa Lima Sob. — *Pernambuco e o S. Francisco*. Imp. Oficial. in 12.º. Recife 1929.

- Barleus, Gaspar — *Historia dos fatos mais notáveis*, trad. C. Brandão. Rio. Bib. Nac. in fol. 1940.
- * Bom-Fim Espindola, Thomaz — *Geographia Alagoana*. Maceió in 8.º. 1871.
- Brandão, Alfredo — *Chronicas Alagoanas*. Ramalho ed. Maceió in 12.º. 1939.
- Brandão, Alfredo — *Viçosa de Alagoas*. Recife in 8.º. 1914.
Brandão, Cláudio, v. Barleus.
- Cardim, Fernão (S. J.) — *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*. J. Leite. Rio 1925.
- * Carvalho, Alfredo de — in *Rev. Arch. Inst. Hist. Geog. Pernambucano*.
- Craveiro Costa — *Historia das Alagôas*. Resumo Didactico. Weiszflog. in 12.º. S. Paulo. s. d.
- Dialogo das Grandezas do Brasil*, ed. da Acad. Bras. de Letras. Rio in 4.º.
- Dias Cabral, João Francisco — in *Rev. Arch. do Inst. Hist. Geog. Alagoano*.
- Fernandes Gama, J. B. — *Memorias Historicas para a Provincia de Pernambuco*. 2.ª ed. 4 vols. in 8.º. Recife 1844.
- História da Col. Port. do Brasil*. 3 vols. in fol. Porto 1922.
- * Jaboatão, frei Antonio de Santa Maria (O. F. M.) — *Novo Orbe Seraphico*. Lisboa in fol. 1761.
- Laet, Jean de — *L'Histoire du Nouveau Monde*. Lelde, Elzevir in fol. 1640. XXIV.
- Loreto Couto, Domingos (O. S. B.) — *Desagravos do Brasil*. in *Annaes da Bib. Nac.* XXV.
- Luetzelburg, Philipp von — *Estudo Botanico do Nordeste*. 3 vols. in 4.º. Rio, s. d.
- Mello Moraes, A. — *Brasil Historico*. Rio. 2 vols. in fol. 1866.
- Mello Moraes, A. — *Chorographia*. Rio. 5 vols. in 8.º. 1859-1866.

- Pereira, Felipe Francisco — Roteiro da Costa Norte do Brasil. Pernambuco. in 8.º. 1877.
- Pereira da Costa, F. A. — in Rev. Inst. Arch. Pernambucano. Recife.
- Revista do Inst. Hist. Geog. Alagoano. Maceió.
- * Revista do Inst. Arch. Hist. Geog. Pernambucano. Recife.
- * Revista do Inst. Brasileiro. Rio.
- Rocha Pombo, J. F. — Historia do Brasil. 10 vols. in 4.º. Rio, s. d.
- Thomsen, Thomas — Albert Eckout. Munksgaard. Copenhagen. in 8.º. 1938.
- Van Walbeeck e H. Moucheron — in Rev. Inst. Arch. Pernambucano. trad. por José Hygino Pereira. vol. V. 1886.
- Varnhagen, F. A. de — Historia do Brasil. 5 vols. in 8.º. Weiszflog. S. Paulo.
- Verdonck, Adriano — in Rev. do Inst. Arch. Hist. e Geog. Pernambucano. trad. por Alfredo de Carvalho. tomo 54, 1900.
- * Vicente do Salvador, frei (O. F. M.) — Historia do Brasil. Weiszflog. S. Paulo. in 8.º. 1918.
- Wagner, Zacarias, v. Thomsen.

ÍNDICE ONOMÁSTICO
DOS NOMES PRÓPRIOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO

DOS NOMES PRÓPRIOS CONTIDOS NO VOLUME

A

- Abbeville, C. v. Cláudio.
Abd el Malec — 133, 135.
Abreu e Brito, Domingos de — 64.
Abreu, Maria de — 437.
Abreu, J. Capistrano de — 75, 82, 161, 316, 337, 352, 421.
Acento de Passaro, ou Assento do Passaro (aliás Guirajibe),
D. Francisco — 153, 154, 157, 184, 187, 196, 205.
Acioli de Vasconcellos, Gaspar — 226.
Acuña, D. Rodrigo de — 439.
Adriannzon, Pieter — 398.
Aeropagita — 9.
Afonso, Enrique — 82.
Afonso, João — 155.
Agostinho, Santo — 8, 9.
Agostinho. v. Santa Maria.
Aguirre, Lopo de — 392, 393.
Ahmed — 135, 137.
Aires da Cunha — 138, 266, 267, 269, 272, 277, 279, 385.
Albuquerque, André de — 159, 233.
Albuquerque, António de — 255, 349, 350, 351, 352, 353.
Albuquerque, Antonio de (filho de Jerónimo Maranhão) —
367, 394.
- .

- Albuquerque, Brites de (aliás Beatrís) — 6, 36, 39, 40, 51, 87.
- Albuquerque, Jerónimo de — 2, 3, 4, 5, 6, 47, 50, 54, 55, 87, 99, 122, 407.
- Albuquerque Maranhão, Jerónimo de — 233, 243, 245, 249, 253, 255, 256, 257, 313, 334, 345, 348, 349, 350, 351, 352, 367, 394, 395.
- Albuquerque, Jorge de — 243.
- Albuquerque, Matias de — 136, 243, 255.
- Albuquerque, Matias de (filho de Jerónimo Maranhão) — 410.
- Albuquerque, Pedro de — 153.
- Albuquerque, Pedro de — 406.
- Albuquerques — 432.
- Albuquerque Coelho, Duarte de — 40, 47, 50, 55, 57, 58, 60, 61, 81, 83, 87, 136, 435, 436.
- Albuquerque Coelho, Jorge de — 47, 49, 133, 134, 135, 440.
- Albuquerque Coelho de Carvalho, Francisco de — 369.
- Albuquerque Melo — 367.
- Alexandre III — 66.
- Almeida Botelho, Miguel de — 445.
- Almeida, D. Francisco de — 70, 201.
- Almeida, Manoel de — 208, 216.
- Almeida, Paulo de — 216.
- Almeida Prado, J. F. de — 188, 199, 250, 318, 392.
- Álvares de Andrada, Fernão — 266, 267, 269.
- Álvares Cabral, Pedro — 315, 387.
- Alvarado — 387.
- Álvares da Cunha, Manoel — 373.
- Álvares, Bartolomeu — 152.
- Álvares Lobo, Miguel — 244.
- Álvares de Paiva, Miguel — 97.
- Álvares Romão, Fernando — 226.
- Álvares, Sebastião — 87.
- Álvares da Silveira, Pedro — 227.

- Álvaro Neto — 402.
Amaral, Melchior Estácio do — 109, 110, 111.
Ambrósio d'Amiens — 321.
Amodei, Benedetto — 365.
Anastácio, frei — 202.
Ana de Áustria — 344.
Anchieta, Joseph de — 58.
Andrada, Florência de — 437.
Andrada de Carvalho, António de — 437, 438.
Andrada Caminha, António de — 441.
Andrade, Simão de — 148.
Annes, António — 186.
Araujo, António de — 324, 325, 385.
Araujo, Sebastião de — 186.
Araduy, Francisco — 238.
Arcoverde, Maria — 233.
Araujo, Catarina de — 438, 443.
Araujo Freitas, João de — 226.
Araujo, Gaspar de — 438.
Arsène de Paris — 320, 321.
Aquaviva, Cláudio — 302, 310.
Aranha Vasconcellos, Luis de — 405, 408, 410, 411, 413.
Artichowski (aliás Arcijewski, etc...) — 228, 229.
Árias, Diogo — 152.
Azevedo, Inácio de — 20.
Asevedo, Inácio de — 20.
Atienza, Inês de — 393.
Avís — 140.
Azevedo, Maria de — 149.

B

- Baldus, Herbert — 175, 178, 179, 185.
Barbalho Antonio — 224.

- Barbosa, Frutuoso — 138, 139, 141, 142, 147, 148, 155, 156,
158, 159, 185, 186, 225, 227, 281, 284.
Barbosa Lima Sobrinho — 441.
Barbosa, Francisco — 208.
Barbosa Mendonça, Álvaro — 357.
Barbosa da Silva, Francisco — 433.
Barleus, Gaspar — 121.
Barros, Manoel — 208.
Barros, Baltasar de — 144.
Barros, Cristovam de — 137, 433, 434, 446.
Barros, João de — 138, 242, 266, 267, 268, 273, 275, 277, 285.
Barros, João de (o Moço) — 274, 276.
Barros, Jerónimo de — 274, 277.
Barros Rego, António de — 148.
Barros Rego, Francisco de — 244.
Barreira — 70, 71.
Barreto, Francisco — 144.
Barroso, Francisco — 211.
Batantam — 282.
Beaurepaire Rohan, Enrique de — 112, 113.
Beliarte, Marçal — 167.
Benalcazar, Sebastião de — 387, 390.
Bezerra, António — 285, 307.
Betanzos, frei Domingos de — 364.
Beck, Matias — 379.
Beni — 132.
Berenguers — 437.
Berenguer, Cristovam — 438.
Bezerra, Leonor — 438.
Botelho, Diogo — 238, 239, 281, 283, 285, 286, 292, 316.
Borja, S. Francisco de — 57, 65.
Bourdemaie, François de — 429.
Braga, Manoel ou Francisco de — 94, 95, 96, 97.
Brandão, António Fernandes (aliás Brandônio) — 144.

- Brandônio, vide supra.
Brandão, Luís — 226.
Brandão, Ambrósio Fernandes — 211, 223, 226, 229, 230, 231.
Brichanteau — 321.
Brito, os irmãos — 445.
Brito Freyre, Francisco — 100, 228, 232, 248.
Brito e Almeida, Luís de — 84, 86, 87, 123, 124, 125, 435.
Brito Correia, Jorge de — 223.
Brito Correia, João de — 225.
Buckingham, duque de — 411.

C

- Cabelo de Velha — 403.
Cabral, António — 402.
Cadena, Pero — 223, 224, 226.
Calabar — 259.
Caldas, Francisco — 145, 433.
Caldeira, D.^a Izabel — 213.
Caldeira Castelo Branco, Francisco — 339, 344, 345, 346,
349, 399, 402, 403, 404, 405, 410.
Calvino — 10, 11.
Camarão — 173, 342, 364, 394.
Camelo Valcacer, Francisco — 223, 226.
Camelo, Jorge — 144, 213.
Camargos — 52.
Campo Maior, fr. António do — 159, 163, 185, 186.
Campos Moreno, Diogo de — 154, 217, 282, 283, 315, 336.
Cardigo, Pedro — 144.
Cardim, Fernão — 83, 192.
Cardoso, Gaspar — 213.
Cardoso, Jerónimo — 65.
Cardoso de Barros, António — 137, 266, 276.
Cardoso, Simão — 139.

- Caranguejo Branco — 154.
Caragatim — 282.
Caraquinguirá — 282.
Cangatam, Pedro — 282.
Cañete, Marquês de — 392.
Caramurú — 250.
Cárcano, Dom Diogo (aliás Cárcamo) — 368.
Carlos V — 11, 66, 93, 140, 165, 272, 277.
Cascaes, Marquês de — 100.
Castanheira, Conde da — 91, 131.
Castro, Dom Diogo de — 379, 420, 433.
Carpentier, Servais — 117, 118, 119, 217, 218, 220, 221.
Carvalho, António de — 144.
Carvalho, Enrique de — 437.
Carvalho, Matias de — 437.
Carvalho, Martim — 147.
Carvalho, Luís de — 57.
Carvalho, Rafael — 221.
Carvajal, Gaspar de — 388.
Castejon, Francisco (aliás Castrejon) — 142, 143, 146,
147, 150.
Catarina, D.^a (de Áustria) — 6, 48, 127, 130.
Cavalcanti, António — 126, 144.
Cavalcanti, Felipe — 50, 55, 100, 126, 231.
Cavalcanti, João — 126.
Challoner, Tomás — 396, 397.
Cide, João — 282.
Cláudio d'Abbeville — 110, 111, 112, 113, 121, 161, 171,
209, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 328, 332, 364.
Cervantes, Miguel de — 14, 31, 393.
Coelho, António — 186.
Coelho de Carvalho, Francisco — 233, 261, 374, 379, 383,
405, 413, 414, 419, 420.

- Coelho, Duarte — 1, 2, 4, 6, 19, 47, 49, 92, 94, 95, 96, 97,
134, 267, 269, 271, 279, 323, 431, 432.
- Coelho, Pero (aliás Pero Coelho de Souza) — 34, 116, 159,
186, 208, 281, 282, 283, 284, 285, 290, 292, 293, 294, 315,
318, 320, 341, 342.
- Coelho, João — 435.
- Coelho de Sousa, D.^a Thomazia — 291.
- Coelho, João Fernandes — 86, 87.
- Coelho de Carvalho, Feliciano — 160, 161, 181, 182, 184,
191, 192, 193, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 209, 213,
217, 225, 233, 234, 243, 244, 249.
- Colombo, Cristovam — 22.
- Cornelis, Joseph — 423.
- Correa, Balthazar João — 316, 339, 381.
- Correia, Manoel Pires — 223.
- Correia, Manoel Peres — 223.
- Costa de Almeida, António da — 208.
- Costa Favela, Pedro da — 394.
- Costa Machado, Diogo da — 350, 353, 359, 366.
- Costa Valente, António da — 244.
- Commelyn — 117.
- Corso, António Paulo — 141.
- Cortiçado, Manoel Fernandes — 82.
- Couto, Lopo do — 365.
- Cruz, António da — 157.
- Cunha, Pedro da — 357.
- Cunha, Sebastião da — 224.

D

- Denis, Ferdinand — 154, 333, 352.
- Diabo Azul — 342.
- Diabo Grande — 281, 283, 302, 304, 306, 342.
- Diabo Ligeiro — 174, 302, 306, 342.

- Dias, Diogo — 122, 124.
Dias Cabral, João Francisco — 435, 437.
Dias da Fonseca, Pero — 196.
Dias de Ataíde, Gaspar — 145, 433.
Dias de Paiva, Francisco de — 249.
Dias de Novaes, Paulo — 63, 65, 68, 69, 71.
Dias de Santiago, Bento — 54.
Dias de Moraes, Gaspar — 143, 144.
Diaz, Jayme — 208.
Diaz, Gaspar — 208.
Dicio, João — 39, 40.
Domingues, Pero — 325.
Drake, Francis — 141, 412.
Du Quesne, Abraão — 386.
Du Pratz — 338, 339.
Duro, Manoel António — 438.

E

- El Dahabi, (o Dourado) — 135, 136, 137.
El Dorado — 259, 330, 356, 360, 390, 391, 392,
El Mansur (o Vitorioso) — 135.
Elvira (filha de Aguirre) — 393.
Enrique, D. (Cardeal) — 80, 138, 139.
Enrique, D. 127.
Ericeira, Conde de — 371.
Erckemans, Elias — 230, 232.
Esteves, João — 444.
Evreux, Ivo d' — v. Ivo.
Eyssens, Ippo — 230.

F

- Falcão, Simão — 144.
Farnese, Alexandre — 81.

- Fernandes, Diogo — 4, 5.
Fernandes, Heitor — 148.
Fernandes, Miguel — 196.
Fernandes, Manoel — 148.
Fernandes, Nicolau — 438.
Fernandes, Heitor — 148.
Fernandes, Garcia — 316.
Fernando, D. — 122.
Fernandes, Gonçalo — 438.
Felipe II, (aliás Felipe I de Portugal) — 66, 128, 130, 139,
140, 227, 277.
Felipes — 90, 116, 409.
Felipe III — 260, 292, 365, 408.
Felipe IV — 419.
Ficalho, Conde de — 53.
Firmanet — 320, 328.
Figueira, Luis — 177, 178, 280, 284, 293, 301, 302, 304,
306, 307, 309, 311, 313, 314, 318, 342, 354, 363, 365,
388, 389, 390, 417, 418.
Flores Valdez, Diogo — 140, 141, 142.
Ferreira, Gonçalo — 438.
Francisco, André — 374.
Francisco, António — 374.
Francisco Xavier, S. — 13.
Fragoso de Albuquerque, Jerónimo — 394, 402, 403, 404,
405, 406.
Fragoso, Álvaro — 262.
Froes, Estevam — 250.
Fuentes, António — 438.
Fonseca, Pedro da — 9.
Freire, Gaspar — 44.

G

- Galanti, Rafael — 139, 301, 421.
Galeongi — 298.
Galvão — 269.
Gallego, Pero — 249.
Gaioso — 371.
Gandavo — v. Magalhães.
Gama, Vasco da — 93.
Gamboa, Isabel de — 93, 96.
Gaspar, Luís — 374.
Gaspar, frei — 157.
Garcia de Toledo — 130.
Garcia da Horta — 53.
Garcia, Rodolpho — 230.
Garcia de Ávila (o Velho) — 263.
Garritsz, Hessel — 319.
Glimmer — 263.
Givelet — 90.
Gengis Khan — 16.
Gomes, Martins — 148.
Gomes da Silveira, Duarte — 148, 150, 182, 208, 214, 221,
222, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233.
Gomes Bezerra, Maria — 227.
Gomes de Oliveira, Francisco — 224.
Gomes, Manoel — 363, 365, 422.
Gonçalves, António — 438.
Gonçalves Ferreira, Afonso — 357.
Gonçalves, André — 213.
Gonçalves, Paulo — 214.
Gonçalves, Lucas — 224.
Gonçalves Manaya, António — 196.
Gonçalves, Francisco — 155.
Gonçalves, Amaro — 82.
Gonçalves, Bento — 4.

- Gonçalves, João — 96, 98, 275.
Gonçalves Marsagão (ou Massagão), Manoel — 445.
Gonçalves Massagão, Domingos — 445.
Gonçalves Neiva, Gaspar — 445.
Gonçalves Vieira, Diogo — 440.
Gouveia, Francisco de — 67.
Gouvea, Cristovam de — 41, 42, 59, 87.
Gouveia, António (aliás Padre do Ouro) — 57, 79, 80, 81,
84, 318.
Gouvea, Dr. — 17.
Grã, Luís da — 18, 39, 53, 57, 169, 293.
Guardes, D.^a Leonor — 350.
Guerreiro, Fernão — 145, 146, 160, 183, 212.
Guirajibe, v. Acento ou Assento de Pássaro.
Guiravassauai — 374.
Gusman, D. Francisco — 392, 393.
Guérard, Capitão — 324.
Guise, Duquesa de — 336.

H

- Habsburgo, Cardeal Alberto de — 184.
Habsburgo, e Habsburgos — 140, 409.
Harcourt — 396, 411.
Hará Ravasco, Pedro — 224.
Harley de Sancy — 321.
Hauser, Henri — 137.
Hippolytho, Micér — 144.
Heriarte, Maurício de — 322.
Henrique — v. Enrique.
Homem da Silva, Manuel — 213.
Homem de Castro, Pedro — 439.
Hojeda — 271, 387, 395.

I

Ivo d'Evreux — 75, 171, 321, 333, 338, 352.

Ippo Eyssens — v. Eyssens.

Ilha, fr. António da — 196, 121.

J

Jaboatão — 136, 154, 159, 174, 184, 187, 188, 189, 191, 193,
196, 199, 201, 204, 205, 206, 207, 412, 439, 446.

Jácome, Diogo — 18.

Jacauna — 316, 342, 394.

Jacupema — 154.

Jaime I — 396.

Janduí (aliás Janduy ou Jan de Wy) — 262, 263.

Japyguassú — 154, 199, 201, 204, 205, 206, 207, 412, 439, 446.

Japy Assú — 323, 332.

Javaraty, João — 238.

João II — 426.

João III — 2, 4, 12, 17, 23, 89, 90, 91, 126, 129, 130, 131,
165, 200, 266, 267, 268, 280, 385, 394.

João VI — 355.

João António — 159.

Juruparí — 318, 319.

K

Knivet, Anthony — 94.

L

La Condamine — 388.

La Cueva, Pedro de — 156, 158, 159, 186.

- La Molle, Barão de — 321.
La Popellinière — 100.
La Planque — 400.
La Ravardière, Daniel de la Touche de — 112, 320, 321,
323, 324, 326, 328, 332, 333, 334 335, 337, 342, 344, 345,
346, 352, 356, 360, 399, 400.
La Laguna, Marquês de — 349.
Las Casas, Bartolomeu de — 73, 164, 165.
Laet, Jean de — 101, 113, 260.
Lastre, Mr. de — 339, 342, 343.
Leitão Mirim, António — 243.
Leitão, Martim — 141, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 141,
152, 153, 155, 156, 168, 227.
Leitão, Manoel — 144, 243.
Leitão, Jerónimo — 38.
Leitão, Pedro — 54, 81.
Leite, Serafim — 43, 44, 51, 52, 58, 71, 80, 170, 178, 272,
325, 327.
Lemos Bettancor, Jorge de — 356, 357, 358.
Lemos, Padre — 244.
Lemos, Vicente de — 261.
Leonardo, frei — 321.
Lerma, Duque de — 395.
Leyria, Bispo de — 254.
Lins, Cristovam — 54, 148, 150, 231, 436.
Lins de Albuquerque, Bartholomeu — 445.
Lima, Manoel de — 225.
Lisboa, J. F. — 154, 351, 366.
Lisboa, fr. Cristovam de — 370, 371, 373, 374, 380, 381,
412, 413, 414, 417, 418, 428.
Lope de Vega — 14.
Lopes Brandão, António — 159.
Lopes Brandão, Jorge — 223, 226.
Lopes Baltasar — 162, 180.

- Lopes Lobo, Martim — 161.
Lopes Lobo, Pero (ou Pedro) — 55, 143, 144, 147, 157,
158, 159.
Lopes Caiado, Tomé — 93.
Lopes de Sousa, Pero — 90, 91, 92, 93, 94, 98, 101, 115,
116, 270, 279.
Lopes Machado, Maximiano — v. Machado.
Lopes de Oliveira, António — 148.
Lopes Santiago, Diogo — 262.
Loiola, S. Inácio de — 8, 9, 11, 12, 19, 20, 21, 22, 25, 165, 194.
Loronha, Fernão de — 104, 105, 106, 107, 108, 113, 321.
Lourenço, Fernão — 54.
Lutero — 9, 10, 11.
Luna Freire — 316.
Lucena de Asevedo, Sebastião — 405, 406.
Luís XIII — 336, 344, 348.
Lyra Tavares, J. de — 211, 223, 224, 225.

M

- Macedo, Balthazar de — 159.
Macedo, Cosme de — 137.
Maciel de Andrade, Belchior — 441.
Maciel, Pero — 406.
Maciel Parente, Bento — 350, 351, 352, 353, 357, 362, 394,
402, 403, 404, 405, 406, 407, 410, 411, 414, 418, 419,
423, 424, 425, 426, 430.
Machado, Gaspar Manoel — 155, 186.
Machado, Jerónimo — 144, 162, 180.
Machado, Maximiano (aliás Lopes Machado) — 123, 139,
205, 226.
Madeira, Manoel — 405.
Madeira, Francisco — 148.
Magalhães (do Gandavo) Pero de — 272, 391.

- Magalhães Basto, Artur de — 426.
Magro de Oliveira, André — 148.
Malheiro Dias, Carlos — 270.
Manaya, Capitão — 126. v. também Gonçalves.
Mandiaré — 307.
Mandiocapuba (aliás Mandiopuba) — 282.
Manoel I — 106, 114.
Manoel da Encarnação, frei — 437.
Marinho Falcão, Vasco — 445.
Maranhões — 410.
Martins Ribeiro, António — 430, 443.
Marciana, frei António da — 400, 402, 404, 406, 419.
Martius, K. P. von — 76.
Martins, Francisco — 438.
Martins, Diogo — 433.
Martins, Rodrigues — 437.
Masser, Leonardo da Casa de — 108.
Mascarenhas Homem, Manoel — 243.
Mattos Cardozo, João de — 208.
Maulde La Claviere, M. de — 129.
Mazarino, Cardeal — 339.
Mêdicis, Maria de — 321, 344.
Medina, J. T. de — 269.
Melo de Castro, Diogo — 439.
Melo, João de — 40, 50, 57.
Melo da Silva, Luís — 278, 279.
Mel Redondo — 281, 283.
Mendoza, D. Pedro de — 109, 270.
Mendonça, Vigário — 351.
Menezes, Da. Ana de — 136.
Menezes, Da. Maria de — 136.
Mendes d'Elvas, Gonçalo — 54.
Mendes Leitão, Gonçalo — 53.
Menezes, D. Diogo de — 260, 316, 319, 321, 359, 361, 368,
371, 379.

- Menezes, Da. Beatriz de — 254.
Metaraobí — 244.
Migan — 329, 352.
Milla, José — 164.
Miranda, Manoel de — 282.
Miranda, André de — 221.
Mitagaia — 44.
Mocquet, Jean — 320, 337, 360, 388, 389, 390.
Molina, Lins de — 9.
Mohamed el Mañdi — 132.
Mombille — 281.
Momboré — 314, 329, 332.
Morales, Francisco — 150.
Monsanto, Conde de — 100.
Montmorency, Almirante de — 397.
Moraes, Manoel de — 321, 422, 423.
Mota, Calixto da — 21.
Moura, Alexandre de — 112, 339, 345, 349, 362, 363, 399,
403, 410, 437.
Moucheron, Enrique — 444.
Mulei Abdala — 130.
Munís Barreiros, António — 365, 366, 367, 368, 370, 373,
394, 411, 413.
Mutauaque — 132.

N

- Nássau, João Maurício, Conde de — 122, 230, 263, 264.
Nássau — 441, 445.
Neto, Afonso — 224.
Neves, Bernardino das — 244.
Nicolau — 411.
Nieuhoff — 101, 102.
Nimendajú, Curt — 174.

- Nóbrega, Manoel da — 17, 18, 22, 27, 36, 37, 38, 39, 49, 57,
74, 75.
Noronha, Jácome Raimundo de — 370, 430.
Noronha, Fernando de — 104, 105, 106, 107, 18, 113.
North, Lord — 411.
North, Rogério — 411.
Nunes, Diogo — 394.
Nunes, Simão — 282, 285, 290.
Nunes Correia, Diogo — 156.
Nuñez, Diogo — 277, 363, 364, 365.
Nunes, João — 148, 231.
Nunes, Leonardo — 17, 19.

O

- Oliveira, Gonçalo — 39, 40, 44.
O' Brien — 388, 390, 412, 420, 421, 422, 423.
O' Mallon — 420.
Oitumirí (ou Tuimirim) — 282.
Orsúa, Pedro de — 392, 393.
Orellana — 278, 387, 388, 426.
Oviedo — 273.

P

- Paca Rabejú (aliás Paca Prenhe ou Barriga de Água)
— 154.
Pacamo (ou Pacamono) — 351, 352.
Padilha, João de — 208, 213.
Padre do Ouro. v. Gouvea.
Paes, João — 54, 144.
Paes de Altero, Cristovam — 144.
Paes, Diogo — 228, 249.
Pagan, Conde de — 339.

- Paiva, Diogo de — 157.
Pamplona, João António — 148, 186.
Paraupaba, Gaspar — 262, 374, 375.
Paravaya, Francisco — 238.
Paris, Ansène de — v. Arsène.
Parente, Bento Maciel, v. Maciel.
Parqua (aliás Parker) William — 413.
Paulo III — 7, 17.
Paulo IV — 8.
Pau Seco — 212, 244, 250.
Pedro I — 60.
Pelágio — 127.
Penbroke, Arcângelo de — 336, 337, 344.
Penbroke, Conde de — 411.
Pereira, Themudo André — 390, 398, 399, 410.
Pereira, Francisco — 148, 153.
Pereira, Rui — 39, 40.
Pereira de Berredo, Bernardo — 328, 367, 368, 369.
Pereira da Costa — 104, 432.
Pereira da Cunha, Leonardo — 440.
Pereira Pestana, João — 109.
Pereira Pestana de Loronha, Fernão — 109.
Pereira de Castro, Gaspar — 196.
Peres Correa, Manoel — 224, 226.
Pezieux — 321, 345.
Piedade, frei Manoel da — 341, 394.
Pires — 52.
Plantino, Cristovam — 14.
Pires de Tavora, Lourenço — 130.
Piragibe (aliás Braço de Peixe ou Barbatana) — 143, 144,
147, 153, 154, 155, 156, 162, 180, 182, 184, 205, 244, 433.
Pires, António — 17, 30, 35, 36, 37, 39, 75.
Pinheiro Feio, António — 349.
Pinheiro Feio, Da. Catarina — 349.
Pinheiro, Salvador — 100.

- Pinheiro, João — 275.
Pio II — 66.
Pinzon — 387, 395.
Pinto, Irineu — 21, 214.
Pinto de Mendonça, António — 226.
Pinto Francisco — 44, 169, 174, 177, 293, 397, 301, 302, 311,
312, 313, 314, 318, 342, 354, 363.
Pizzaro, Monsenhor — 387, 392.
Prado, Eduardo — 329.
Portoalegre, Manoel de — 182.
Pope — 356.
Porquinho — 154.
Potí, Pedro — 374.
Pombal, Marquês de — 7.
Purcell — 412, 420, 421.

Q

- Quesada, João (aliás Queixada) — 148, 149.
Quevedo, Juan de — 165.
Quien Lung — 246, 247.

R

- Rabello de Lima, João — 212.
Rabello da Silva, Francisco — 445.
Raleigh, Walter — 360, 388, 392, 396, 397, 412, 413.
Ramalho, João — 30, 250.
Rangel, Alberto — 429.
Rangel, Belchior — 394.
Rasilly, Francisco de — 321, 329, 335, 336, 349.
Rasilly, Isaac de — 321.
Redução — 133.
Rego, Luís do — 405.
Rego, Sebastião do — 208.

- Remensal, frei António de — 166.
Resende, Nicolau de — 279.
Resenlaer, Kilian de — 262, 375, 378.
Ribadeneira — 13.
Ribeiro, Diogo — 272.
Ribeiro, Miguel — 148.
Riffault (aliás Rifault ou Rifolhes) — 161, 197, 220.
Rodrigues, Francisco — 22.
Rodrigues, Francisco — 208.
Rodrigues, Luís — 57.
Rodrigues, Lourenço — 213.
Rodrigues, João — 255.
Rodrigues, Pedro — 288.
Rodrigues, Pero — 42.
Rodrigues, Simão — 17, 19, 21, 22.
Rodrigues, Vicente — 18.
Rodrigues Colaço — 253, 254.
Rodrigues de Oliveira, Bento — 394.
Roe, Enrique (ou Francisco) — 412.
Rocha, Cristovam da — 434.
Rocha Dantas, André da — 440, 441, 445.
Rocha, Tomé da — 441.
Rocha Malheiro, Tomé da — 441.
Rocha Pita, Valentim da — 445.
Rocha, Pita, Sebastião da — 49, 354, 374.
Rocha Pombo, J. F. — 257.
Rondinelli, Pietro — 109.
Rosa, Maria da — 37.
Rovesen, João — 396.

S

- Sá, António de — 40, 50, 51.
Sá, Mem de — 84.
Sampaio, António de — 224.

- Sampaio, Teodoro — 212.
Salema, António de — 82, 84.
Sande, João de — 277.
Sanhudo, Miguel — 344.
Santarem, Visconde de — 104.
Santa Catarina, Melchior de — 163, 193, 201, 206.
Santa Cruz, Alonso de — 94.
Santa Maria, frei Agostinho — 203, 244.
Santos, frei Francisco dos — 185.
Santiago, Manoel Martim — 347.
Santiago, Francisco Domingos — 244.
Santo António, Baltasar de — 182.
São Boaventura, Francisco de — 163.
São João Peres (aliás Samperes) — 244, 246, 258.
S. Damião, frei Cosme de — 341.
S. Miguel, frei João de — 244.
S. José, Francisco de — 354.
S. Paulo — 9, 296.
Sardinha, Bispo — 5, 137, 431.
Sarmiento, Luís — 268.
Sarmiento, Pedro — 141.
Sapper, Karl — 164, 166, 210.
Schmidel, Ulrico — (aliás Ulrich Schmidt) — 109.
Sebastião I — 19, 46, 77, 79, 81, 83, 89, 109, 125, 127, 150,
131, 132, 133, 134, 135, 154, 277.
Seixas, Luís de — 99.
Severim de Faria, Manoel — 30, 351, 380, 401.
Seta — 433.
Silva, Fernão da — 84, 155.
Silva Nigra, D. Clemente da — 183.
Silveira, — 346.
Silveira, Simão Estação da — 346, 427, 428.
Siqueira, Ambrósio de — 437.
Smient, Alberto — 263.
Soares da Cunha Diogo — 436, 437.

- Soares Moreno, Martim — 282, 284, 285, 315, 316, 334, 335,
339, 347, 348, 353, 354, 372, 373, 374, 378, 381, 382, 383.
Soares, Diogo — 47, 438, 443.
Sousa, Gaspar de — 317, 334, 335, 354, 362, 395, 425.
Soares de Pina, Gabriel — 437, 438, 443.
Soares, Gabriel — 60, 183, 203, 299, 279, 434, 435, 439.
Sousa d'Eça, Manuel — 338, 394, 395, 398, 413, 419.
Soares, Fernão — 144.
Soissons, Condessa de — 320, 336.
Sousa, Ruy de — 357.
Sousa Falcão, Francisco de — 445.
Sousa, Luís de — 225, 325, 402, 405, 406.
Sousa Pereira, Francisco de — 222, 233.
Sousa, Martim Afonso de — 91, 270, 279.
Sousa, Martim Afonso de (o Moço) — 93.
Sousa, D. Francisco de — 181, 243.
Sousa, Tomé de — 18, 28.
Sousa, Pedro de — 69, 71, 72.
Solimão, o Magnífico — 128.
Sorobabé — 250.
Souto, João — 226.
Southey, Roberto — 341.
Stuart, Francis Jordan — 211.
Stuart, 411.
Studart, Barão de — 316, 353.

T

- Targini, F. B. — 355, 356.
Tavares, Fulgêncio — 232.
Tavares, João — 138, 148, 155, 185, 244.
Tavares de Lyra, João — 223, 224, 225, 262.
Tavares, Simão — 144.
Tatuguassú — 154.

- Tecoare, Ubuy (ou Rio de Sanguê) — 154.
Tebiriçá (ou Tibiriçá) — 154.
Teles Barreto, Manoel — 141, 183.
Telles, Balthasar — 17.
Teixeira, Pedro — 400, 401, 406, 407, 410, 413, 421, 426.
Thackeray — 298.
Toledo, Pedro de — 162.
Tolosa — 53.
Tomás, Belchior Fernandes de — 208.
Toucar — 319.
Torres, Marco de — 438.
Travassos, Simão — 162, 180.
Tudor, Isabel — 140.
Tuimirim (ou Outumirí) — 282.
Tumagica — 413.

U

- Ubauna — 283.

V

- Valladares, António de — 208, 233, 238.
Valente, Custódio — 406.
Vanorden Shaw, Paulo — 391.
Van Walbeck, Johanes — 444.
Varnhagen, F. A. de — 77, 78, 83, 94, 104, 105, 135, 136,
139, 217, 249, 269, 314, 425.
Vas Salem (ou Sarlem), João — 203, 207.
Vatassida — 132.
Vaz, Marçal — 208.
Vaz Tataperica, João — 282.
Vaux, Charles de — 320, 322, 399.
Velanes, Francisco — 445.
Velho, João — 445.

- Velho Rego, João — 144.
Veloso, Jerónimo — 162, 180.
Veiga, Domingos da — 379.
Verdonck, Adriano — 260, 262, 442, 443.
Vespucio, Americo — 106, 112, 271, 387.
Viegas, Francisco — 57.
Vieira, António — 445.
Vieira, António — 308.
Vicente do Salvador — 3, 47, 49, 54, 59, 79, 81, 95, 96, 98,
123, 124, 137, 139, 143, 144, 147, 149, 152, 153, 156,
157, 158, 161, 249, 253, 254, 255, 273, 278, 283, 284,
286, 287, 290, 346, 353, 369, 420, 421, 431, 433.
Vogado, Pedro — 96.

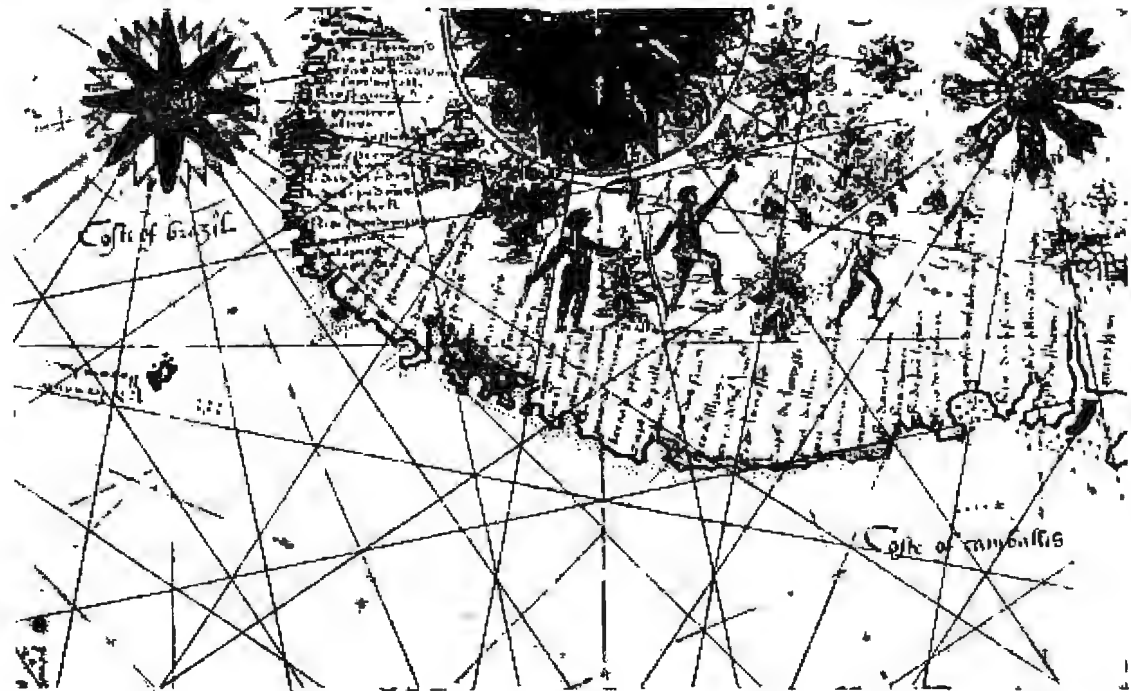
W

- Washburn, Carlos A. — 169, 170.
Weber, Max — 396.
Wy, Jan de, v. Janduí.

Y

- Yapoco — 336.

★ *Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", à rua Conde de Sarzedas, 38, São Paulo — para a Companhia Editora Nacional, em Abril de 1941.*



Litoral do Norte do Brasil do rio de S. Francisco ao Maranhão, do atlas feito para Enrique VIII rei da Inglaterra, por João Rotz, de Dieppe, em 1542.



Itamaracá

Da America de Arnoldus Montanus.

Portugalesische Schlacht!

Vnd gewisse Zeitung auß
Madrill vnd Lisabona / sampt leidigem Fall /
dem König auß Portugall / den 5. Augusti / dises lauffen-
den 1578. Jars widerfahren / Darinnen dien König / vnd
über zwenntzig tausent streitbarer Mann / one Troß /
Schanzgräber / Fuhrleut / vnd andere Pers-
sonen vmbkommen.



Erstlich gedruckt zu Leyptzig.
M. D. LXXIX.



Paraiba

Da America de Arnóldus Montanus



Rio Grande

Da *América* de Arnoldus Montanus.



"Siará"



MIRAGNON ET FRANCE ANTARCTIQUE

Mapa francês do Maranhão

por P. de Vaux 1618.

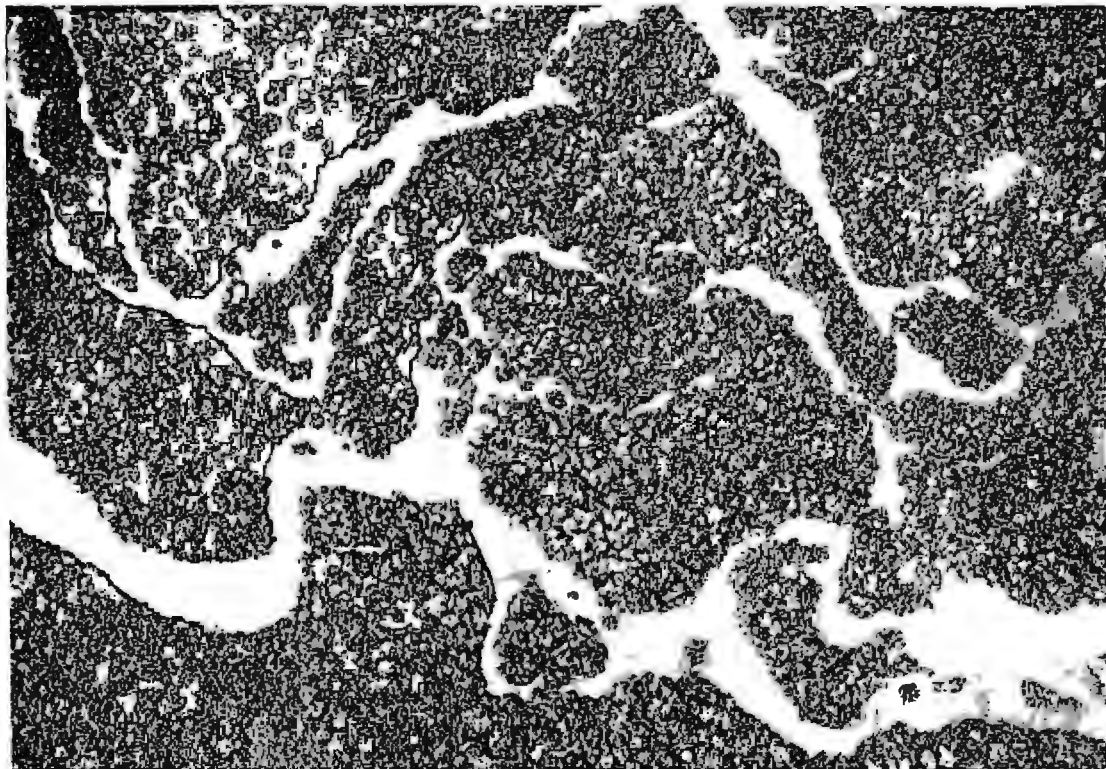
Sauvages amenez en France pour être instruits dans la Religion Catholique, qui furent baptizez a Paris en l' Eglise de St. Paul le XVII Juillet 1623.



Portraict au naturel des barbares amenez en France du pais des Topinambous par le Sr. de Razilly pour être baptizez et convertiz a la foy de Jesus Christ et presentez à Sa. Ma.té en l'annee presente 1613. Joachin du Viert inv.t P. Firens sculp.t



Ce sont icy les vrais portraicts des sauvages de l' Isle de Maragnan appellez Topinambous amenez au tres — Chrestien Roy de France et de Navarre par le Sr. de Razilly en la presente annee 1613. Ou sont representées les postures qu'ils tiennent en dansant



Paisagem Amazônica. A floresta no meio da água, fotografada de avião a mil metros de altura.



Caçada indígena no Amasonas
do livro de Frantz Keller.



Flora da proximidade dos rios amazônicos
do livro de Franz Keller.



Alagoas

Da América de Arnoldus Montanus,



Vila do Penedo no Rio S. Francisco